

01/04/2019

Grande Imprensa

FOLHA DE S. PAULO - SP

[O velho ceticismo está de volta](#)

[Três meses de Bolsonaro](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Ensino domiciliar será novo desafio governista](#)

[‘SPOILER’ DA FACULDADE](#)

[TRÊS PERGUNTAS PARA...](#)

[Estado cria curso no contraturno das públicas](#)

O GLOBO - RJ

[Por que pagar mais ao professor?](#)

[Na contramão do país, taxa de assassinatos cai em 9 estados](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Vamos tirar Vêlez do foco, diz secretário-executivo](#)

[Educação profissional é urgente para produtividade, afirmam especialistas](#)

Imprensa Estadual

JORNAL DO COMÉRCIO - RS

[Abertas inscrições para mestrados e doutorados na UPF](#)

O DIA - RJ

[Comissão do Fundeb na Câmara depende de Maia para ser instalada](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA BRASIL

[Comissão do Fundeb na Câmara depende de Maia para ser instalada](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Estado de SP cria programa de contraturno escolar dentro de universidades](#)

G1

[Universidade Federal do Amapá terá curso de psicologia em 2020](#)

[Pesquisa elaborada no AM pode auxiliar no diagnóstico da Doença de Chagas Crônica](#)

[Em meio a críticas à articulação política, Onyx monta agenda de Bolsonaro com partidos](#)

[Prêmio Educador Nota 10 abre inscrições nesta segunda-feira](#)

[IFCE abre 17 vagas em mestrado em Artes](#)

METRÓPOLES

[Fundação Dom Cabral lança especialização em gestão de negócios no DF](#)

PORTAL EXAME

[Comissão do Fundeb na Câmara depende de Maia para ser instalada](#)

PORTAL ISTOÉ

[Ensino híbrido avança nas escolas](#)

[Comissão do Fundeb na Câmara depende de Maia para ser instalada](#)

[Conselho Nacional de Educação debate custo aluno-qualidade](#)

TERRA

[Estado de SP cria programa de contraturno escolar dentro de universidades](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Comissão do Fundeb na Câmara depende de Maia para ser instalada](#)

[Conselho Nacional de Educação debate custo aluno-qualidade](#)

[Escritório em Jerusalém não é recuo e sim plano de mudança paulatina de embaixada, diz Malafaia](#)

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Doutorado fora](#)

O GLOBO - RJ

[Para o voto valer](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Entrevista -ONYX LORENZONI](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Beabá](#)

[Escola sem partido](#)

[O presidente e a fonte do mal](#)

[Escola de R\\$ 10 mil programa visita a ONGs para tirar seus alunos da bolha](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Arrumando a casa](#)

[Ensino híbrido avança nas escolas](#)

O GLOBO - RJ

[ATAQUE À OAB](#)

Revistas

ÉPOCA - RJ

[O DEDO DO PASTOR](#)

Imprensa Estadual

A TARDE - BA

[Rumo incerto](#)

J. DO COMMERCIO - PE

[Quando aprender faz toda diferença](#)

O POVO - CE

[AS MUITAS CRISES DO MEC SEM IDEOLOGIA](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA GLOBO

[UFRJ vai às urnas eleger novo reitor; conheça os candidatos](#)

ENGEPLUS

[Biblioteca Satc aberta para a comunidade](#)

HOTEL BERLIM

[Estação Londrina discute Samba de uma noite de Verão, de Renato Forin Jr](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Ensino híbrido ganha espaço na educação básica](#)

FOLHA DE DOURADOS

[Inscrições para a maior olimpíada científica do Brasil terminam neste domingo](#)

PORTAL EXAME

[MEC custeou R\\$ 76 mil para indicados sem nomeação; prática pode ser ilegal](#)

Grande Imprensa

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Militar é o novo número 2 da Educação](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Outro militar na Educação](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[A rede pública de ensino deve priorizar o método fônico de alfabetização? Não](#)

[A rede pública de ensino deve priorizar o método fônico de alfabetização? Sim](#)

[Sentido!](#)

[Em meio à crise no MEC, Fies trava matrículas e prejudica alunos](#)

[Com Vélaz enfraquecido, ala militar quer tenente-brigadeiro no comando do MEC](#)

CLIPPING



[Educação, Saúde e Cidadania têm R\\$ 7,5 bi em verbas congeladas](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Os riscos do Enem](#)

[Sem sinal](#)

[Ministério custeou gastos de 11 pessoas antes de nomeá-las](#)

[Ministério da Educação foi o que sofreu o maior corte](#)

[Não pegou](#)

O GLOBO - RJ

[Novo plano contra incêndio no MEC](#)

Revistas

ISTOÉ DINHEIRO - SP

[Papéis avulsos](#)

ISTOÉ - SP

[Educação sem rumo](#)

[Educação básica](#)

VEJA - SP

[Sem rumo](#)

Imprensa Estadual

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE

[Doutorado impulsiona pesquisas sobre câncer](#)

[Hospital do Câncer abrirá doutorado em parceria com a Unifesp](#)

A GAZETA - ES

[Em crise, MEC terá militar como número 2](#)

A TARDE - BA

[Bolsonaro põe militar no posto de nº 2 do MEC](#)

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE

[Bolsonaro põe militar no posto de nº 2 do MEC](#)

ESTADO DE MINAS - MG

[BRIGADEIRO PARA CONTER TURBULÊNCIA NO MEC](#)

J. DO COMMERCIO - PE

[Militar vira sombra de Vêlez no MEC](#)

O ESTADO - MS

[A educação como instrumento transformador - dá para acreditar?](#)

Agências de notícias e sites

CLICKFOZ

[UNILA OFERTA DUAS VAGAS DE PÓS-DOUTORADO EM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO](#)

CLIC RBS

[Crise no MEC: os nomes que diferentes forças do governo tentam emplacar como ministro](#)

O ESTADO DO MARANHÃO - MA

[Hildo participa de audiência com ministro da Educação](#)

PORTAL BRASIL

[Governo federal fortalece fiscalização em barragens](#)

REGIÃO NOROESTE

[Governo federal fortalece fiscalização em barragens](#)

TERRA

[Nº 2 do MEC, militar tem prestígio com a tropa e é conhecido por disciplina dura](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Planalto nega que indicação de militar para MEC tenha partido de Bolsonaro para conter crise](#)

BLOG DO JOSIAS DE SOUSA

[Bolsonaro faz do fiasco de Vêlez um fator de avacalhão da sua Presidência](#)

BLOG DO REINALDO AZEVEDO

[Crise no Ministério da Educação pode causar atrasos no ENEM](#)

G1

[Universidade Federal de Roraima lança edital com 12 vagas para mestrado em Antropologia Social](#)

[Cinco escolas estaduais de Santarém estão entre as 10 melhores do Pará](#)

METRÓPOLES

[Educação teve o maior corte de recursos na “tesourada” do governo](#)

METRÓPOLIS

[Em menos de três meses, ministro da Educação demitiu 91 gestores](#)

[MEC custeou gastos de 11 pessoas antes de nomeá-las](#)

TERRA

[MEC custeou gastos de 11 pessoas antes de nomeá-las](#)

Agências de notícias e sites

BEM PARANÁ

[Novas turmas para curso de Inglês do Idiomas sem Fronteiras; inscrições a partir do dia 1º de abril](#)

PARANASHOP

[Busca por Mestrado Profissional cresce 270% no Brasil](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Em meio a crise no MEC, Fies trava matrículas e prejudica alunos](#)

PORTAL EXAME

[MEC é alvo do maior corte no Orçamento; Vice-Presidência foi poupada “Momento difícil”, afirma militar nomeado secretário executivo do MEC](#)

PORTAL ISTOÉ

[Maior corte no Orçamento atingiu a Educação; Vice-Presidência foi poupada](#)

PORTAL VEJA

[Vélez vai à lona](#)

TERRA

[Aprenda a direcionar o Imposto de Renda para um projeto que envolve crianças e adolescentes](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Líder do PSC na Câmara pede demissão de ministro Vêlez: perdeu autoridade](#)

Imprensa Estadual

A TARDE - BA

[Chuvas ácidas de verão](#)

J. DO COMMERCIO - PE

[Vélez não tem tato político](#)

O POPULAR - GO

[Chuvas ácidas de verão](#)

O TEMPO - MG

[Chuvas ácidas de verão](#)

Agências de notícias e sites

DIGORESTE

[Modelo de redistribuição de bolsas da pós-graduação é discutido](#)

FOLHA DO ABC - SP

[FSA abre inscrições para novo concurso público](#)

JORNAL CONTEXTO - GO

[Mestrado em Odontologia será o primeiro do interior de Goiás](#)

NEXO

[O acervo da National Geographic foi digitalizado. E está aberto](#)

O PROGRESSO - MA

[No MEC, deputado Marco Aurélio participa de audiência com Bancada Federal do Maranhão e Reitoria da UFMA](#)

PLANETA UNIVERSITÁRIO

[Vacina da febre amarela impede infecção pelo zika](#)

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA

[Na Câmara, ministro destaca principais pontos para aprimorar a educação no Brasil](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Bolsonaro nomeia militar para segundo maior cargo do ministério da Educação](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Bolsonaro nomeia militar para Secretaria-Executiva do MEC](#)

AGÊNCIA VALOR

[Bolsonaro nomeia militar como novo número 2 do MEC](#)

CORREIO WEB

[Governo nomeia Militar para ocupar cargo de número dois do MEC](#)

G1

[Estudantes que dependem do Fies ainda não conseguiram começar a estudar](#)

PORTAL EXAME

[Bolsonaro nomeia militar para cargo de número 2 do MEC](#)

PORTAL ISTOÉ

[Bolsonaro nomeia militar para cargo de número 2 do MEC](#)

[Educação sem rumo](#)

R7

[Novo Secretário Executivo do MEC é um militar da reserva](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

["Bolsonaro precisa entender como funciona o governo"](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

O velho ceticismo está de volta

Prevalece a incapacidade de semear boa governança, num jogo em que ninguém larga o osso

A anarquia imbeciloide no Ministério da Educação não muda nada agora. Destroí uma parte do futuro. A outra, majoritária, se decide silenciosamente em milhares de secretarias estaduais e municipais. Temos dificuldade de identificar o que nos prejudica e o que nos beneficia.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/viniciusmota/2019/04/o-velho-ceticismo-esta-de-volta.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

Três meses de Bolsonaro

A relação com o Parlamento e o viés da política internacional são um pedaço de um conjunto de movimentos arriscados

Há tantos outros em quase cem dias de gestão. Na Praça dos Três Poderes, Bolsonaro declarou que pela primeira vez o Brasil irá priorizar a educação básica. A única prioridade do Ministério da Educação até agora tem sido um desmanche sem fim nos primeiros escalões da pasta.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/leandrocolon/2019/04/tres-meses-de-bolsonaro.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - COLUNA DO ESTADÃO

Ensino domiciliar será novo desafio governista

Ainda em ajuste na relação com o Congresso, o presidente Jair Bolsonaro tem um novo desafio real e imediato no Parlamento: a regulamentação do ensino domiciliar, promessa para os primeiros cem dias de governo. A ministra Damares Alves está fazendo o dever de casa e vai à Câmara amanhã para o lançamento da Frente Parlamentar pela Implementação do Ensino Doméstico. Projeta o apoio de 300 deputados, o que seria um bom começo. Mas, como as outras pautas prioritárias do governo enfrentam dificuldades, a equipe dela está em alerta.

» Qual caminho? O texto já está na Casa Civil para um ajuste fino. O Ministério da Família, Mulher e Direitos Humanos avalia se envia uma medida provisória ou se abraça algum projeto já em tramitação.

» Alinhados. O autor do pedido de criação da frente, deputado Doutor Jaziel (PR-CE), já se reuniu com a ministra Damares Alves mais de uma vez.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

‘SPOILER’ DA FACULDADE

Com metodologia parecida à da graduação, essas disciplinas funcionam como um primeiro contato com o que os alunos vão encontrar no ensino superior. Para as escolas, amplia o cardápio pedagógico; e para as faculdades serve como estímulo à carreira

Aluno do ensino médio, Leonardo Queiroz, de 16 anos, vem aprofundando os estudos de Anatomia com professores da USP. Sua escola é uma das que têm feito parcerias com universidades para oferecer aulas optativas que antecipam o conteúdo que será visto na graduação.

Papel e caneta na mão, Leonardo Queiroz faz desenhos de rins, pulmões e coração com detalhes que surpreendem até o professor. Aos 16 anos, ele nem pegou o canudo do ensino médio, mas já visitou a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. No laboratório da USP, em meio a cadáveres para estudo, encontrou a própria vocação. “Na hora fiquei até nervoso. Sempre quis estar lá”, diz ele, que sonha com a Medicina.

Aluno do 2.º ano do Colégio Dante Alighieri, na região central de São Paulo, Leonardo tem as aulas de sempre – Português, Matemática, Geografia – e também a chance de se aprofundar nos estudos de Anatomia com professores que vêm direto da USP. Como o Dante, outros colégios particulares da capital já fecham parcerias com universidades para oferecer matérias conectadas com as carreiras a estudantes de ensino médio.

Com metodologia parecida à da graduação, as disciplinas em parceria funcionam como um spoiler (adiantamento) do que os alunos vão encontrar lá na frente. Para os colégios, são uma forma de ampliar o cardápio aos estudantes, facilitar as escolhas e prepará-los para os novos desafios. E, para as universidades, uma possibilidade de “vender o próprio peixe” aos futuros universitários. “Escolher a carreira aos 17 anos sem repertório pode não ser muito adequado”, diz a diretora pedagógica do Dante, Valdenice Minatel. Em meio às discussões sobre um ensino médio mais flexível, o colégio abriu há dois anos uma lista de disciplinas opcionais. Entre elas, agora, surgiram matérias ensinadas por professores de faculdades como a Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) e a USP.

Aluna do Dante, Clarice Villari, de 17 anos, fez uma salada mista para descobrir a vocação. Kursou disciplinas nas áreas de Ciências e Exatas e estudou, durante um semestre no ano passado, Jornalismo com professores da ESPM que iam à escola toda semana. No fim, percebeu que a área não fazia seu estilo. “Descobri que tinha uma parte que não conseguiria fazer. Tivemos de escrever uma reportagem, entrevistar, apresentar... Eu ficava nervosa. Sou muito tímida.”

O contrário aconteceu com Gustavo Campos, de 18 anos. Quando o Colégio Bandeirantes, na zona sul, abriu uma aula extra sobre motores a combustão, ele se animou. Com um manual na mão e ferramentas como chaves de fenda, Gustavo e os colegas tinham o desafio de criar os próprios equipamentos. Tudo sob a supervisão de professores do colégio e do Instituto Mauá de Tecnologia, uma escola de ensino superior. “Eles têm a oportunidade de estar em contato com professores, conhecem as instituições, o currículo”, diz o professor Renato Villar, do Bandeirantes. Depois de visitar os laboratórios da Mauá, Gustavo voltou aos carrinhos de corrida da universidade – desta vez para ficar. “A aula no curso extra é o que estou tendo agora na graduação. Os professores falam que temos de ir atrás de tudo o que precisamos. Não é mastigado”, diz o aluno, que acabou de ingressar em Engenharia.

Vestibular. No Bandeirantes, além da parceria com a Mauá, todo o currículo de uma das disciplinas obrigatórias do 3.º ano do ensino médio foi desenhado neste ano em conjunto com o Insper. “Queremos oferecer para alunos metodologias, práticas e atividades que dialoguem com a universidade”, diz Mariana Lorenzin, coordenadora de Ciências e Steam do Bandeirantes.

Nas aulas de Steam (sigla em inglês para Ciência, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática), os estudantes escolhem um tema desafiador, como aquecimento global ou energia limpa, e têm de “prototipar” (planejar) soluções. Esse tipo de tarefa já faz parte de vestibulares modernos, como o do próprio Insper. “Vemos mudanças em vários exames de seleção. E, além disso, o aluno precisa ter autonomia, certas competências

e habilidades para que esse trajeto na universidade leve a uma carreira de sucesso. Queremos que a transição seja mais fácil”, diz Mariana.

No Colégio Visconde de Porto Seguro, é também a chance de incrementar o currículo que atrai os estudantes para os cursos extras em parceria com as universidades. Neste ano, a escola oferece três disciplinas com a ESPM, a USP e a Belas Artes. Como estão fora da grade curricular obrigatória, as matérias são pagas à parte. “Todo o percurso

formativo fica registrado. Isso cria um currículo principalmente para ingresso nas faculdades no exterior. Lá, a primeira coisa que perguntam é

o que você fez além do que era obrigatório”, diz Lisie De Lucca, coordenadora institucional de Cultura e responsável pelos cursos extracurriculares do Porto Seguro.

“Tínhamos mais responsabilidades e éramos colocados em situações-problema”, conta o aluno do 2.º ano do ensino médio do Porto Seguro Rafael Crivelaro, de 15 anos. O curso que fez, de Engenharia e Inovação, em parceria com a Escola Politécnica da USP, o ajudou a acalmar as dúvidas sobre a carreira. “Sou apaixonado por Biologia e Exatas. Foi no curso que percebi que era Engenharia o que eu queria e tive mais noção do que poderia fazer dentro da área.”

“Escolher a carreira aos 17 anos sem repertório pode não ser muito adequado.”
Valdenice Minatel

DIRETORA PEDAGÓGICA DO DANTE

“Queremos oferecer para alunos metodologias, práticas e atividades que dialoguem com a universidade.” Mariana Lorenzin COORDENADORA DO BANDEIRANTES

“A aula no curso extra é o que estou tendo agora na graduação.” Gustavo Campos

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE TRÊS PERGUNTAS PARA...

Rodolfo Ambiel, presidente da Associação Brasileira de Orientação Profissional / J.M.

1. Esse tipo de contato com as universidades oferecido pelas escolas ajuda na decisão dos alunos? Por quê?

Sim. Esse tipo de atividade que as escolas fornecem pode ser útil para que os alunos possam decidir com base no próprio conhecimento. Esse tipo de experiência proporciona ao aluno experiência de como é o curso, o mercado de trabalho na área. Quando o adolescente vai fazer a escolha, muitas vezes é com base em informações que lê, no que falam para ele, sem ter experiência própria.

2. Hoje, em meio a tantas opções e à sensação de que tudo muda muito rápido, se tornou mais difícil escolher a carreira aos 16 ou 17 anos?

A dificuldade hoje é que há um leque de opções maior, e isso implica ter mais dúvidas. Tem um bombardeio da mídia de que daqui a 20 anos nenhum curso de graduação que existe hoje vai continuar existindo, o que cria um clima de ansiedade nos alunos.

3. Para estudantes que não têm a possibilidade de vivência universitária durante o ensino médio, quais os meios de fazer a escolha com mais qualidade?

Há feiras de profissões e mostras de cursos em que as universidades promovem e abrem acesso para que alunos do ensino médio possam visitá-las, ter contato com professores e estudantes. Isso é uma grande ajuda. Mas, independentemente de iniciativas estruturadas, também é possível tentar o contato mais próximo com os coordenadores de

curso. Além disso, há programas de orientação profissional, muitos oferecidos também em faculdades, com serviços gratuitos ou que cobram valor simbólico. Na internet, existem canais no YouTube confiáveis, alguns até de universidades, que fazem apresentações de cursos. Mas também há “roubadas”, como testes vocacionais na internet que prometem muito. Nesses, não dá para confiar.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Estado cria curso no contraturno das públicas

J.M.

A conexão de alunos do ensino médio com o ambiente da universidade também é uma meta do governo do Estado de São Paulo, que lançou, em fevereiro, o programa Educa SP. A proposta é que estudantes tenham acesso a atividades complementares em instituições de ensino superior públicas ou privadas. Segundo o governador João Doria (PSDB), deverão ser oferecidos cursos com duração de 6 a 7 meses no contraturno.

O desempenho de estudantes do ensino médio na rede estadual de São Paulo está longe da meta para a etapa. Estudo divulgado pela Secretaria de Estado da Educação, com base em dados do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar (Saresp), indica que quase metade dos jovens que estão concluindo o ensino médio em São Paulo tem desempenho abaixo do básico em Matemática.

A etapa é considerada a mais crítica da educação básica em todo o Brasil. “Estamos longe das metas programadas e temos um abandono de jovens, que não terminam o ensino médio. E entre os que vão para o ensino superior muitos não sabem como escolher seu projeto de vida”, disse o secretário da Educação, Rossieli Soares, no lançamento do programa. “A universidade vai se aproximar mais dos futuros alunos e ocupar os espaços ociosos.”

Na segunda quinzena deste mês, serão assinados os contratos entre as escolas de ensino superior e a pasta. Já o período de inscrição dos alunos ocorrerá no mês de maio. A meta para este ano, segundo Rossieli, é alcançar 30 mil alunos.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Por que pagar mais ao professor?

A pergunta do título pode soar ofensiva ou desrespeitosa com os profissionais que, de acordo com vários estudos, são aqueles com maior impacto no aprendizado dos alunos, considerando apenas fatores internos à escola. Mas ela precisa ser respondida, pois melhorar a remuneração dos docentes é provavelmente a mais prioritária das políticas públicas nacionais.

Alguns podem achar a resposta óbvia, afinal, professores mais bem pagos seriam mais motivados e conseqüentemente ensinariam melhor os alunos. Acontece que esta relação não é automática, pois estudos que comparam os salários dos docentes com o resultado imediato dos estudantes em testes não acham correlação entre essas variáveis. Esse resultado é às vezes usado como justificativa para minimizar a necessidade de elevar os salários docentes. O erro nesse argumento é desconsiderar os efeitos no longo prazo.

Um estudo publicado na última edição da revista americana “Education Next” traz mais evidências de por que é importante pagar melhor aos professores. Os pesquisadores Eric Hanushek, Marc Piopiunik e Simon Wiederhold aproveitaram o fato de 31 países da

OCDE (o Brasil não está incluído nesse estudo) terem aplicado testes de matemática e linguagem tanto à população adulta quanto aos jovens (nesse caso, por meio do exame internacional Pisa). Isso permitiu aos autores identificar algo que confirma o senso comum: em nações em que os professores apresentavam melhor desempenho nesses exames, as médias dos alunos eram também maiores.

Para ter certeza dessa relação, os pesquisadores compararam se o desempenho nesses mesmos testes de profissionais em outras ocupações (engenheiros, administradores, médicos...) estaria igualmente associado ao desempenho dos estudantes. Se isso acontecesse, o bom resultado dos jovens poderia ser fruto de uma escolaridade maior de toda a população, e não necessariamente por causa dos professores. Mas, para essas outras profissões, a correlação era menor ou inexistente.

Em seguida os autores analisaram se, em nações em que o salário dos professores é atrativo em comparação com outras ocupações, isso se refletia em docentes mais preparados e alunos com melhores notas. De novo, a resposta foi sim.

Talvez o único resultado não intuitivo do estudo foi a identificação de outro fator associado a docentes mais preparados e jovens com maior desempenho: o quanto as mulheres com mais habilidades tinham acesso a outras carreiras. A constatação foi que, quanto menos acesso essas mulheres tinham a outras profissões atrativas do ponto de vista salarial, maiores suas chances de estarem no magistério. Neste caso, mesmo que os alunos se beneficiem, cogitar isso como política pública é obviamente um disparate.

Hanushek, o principal autor do artigo, tem vários estudos publicados sobre o impacto do professor no aprendizado dos alunos, e é um dos mais citados pesquisadores no tema. Ele é também criticado por sindicatos de professores e outros pesquisadores que discordam de algumas de suas conclusões e propostas, entre elas o pagamento de bônus relacionado ao desempenho de professores, prática que, até o momento, não se comprovou eficaz.

Oferecer salários compatíveis aos da média de outras carreiras universitárias é uma meta que consta do Plano Nacional de Educação no Brasil, mas da qual ainda estamos distantes. Ela é importante não por garantir ganhos imediatos na aprendizagem dos alunos, mas por aumentar a chance de atrair e reter mais talentos na profissão. Essa é uma das características —não a única— verificada nos países com bom desempenho educacional. Ao fazer um planejamento de longo prazo, essas nações sabiam que remunerar dignamente seus docentes era algo absolutamente necessário, ainda que não isoladamente suficiente, para melhorar a qualidade do ensino.

topo ↕

O GLOBO - RJ - O PAÍS

Na contramão do país, taxa de assassinatos cai em 9 estados

Na contramão do restante do país, tendência é vista em nove estados

Enquanto na maior parte do país a taxa de assassinatos cresce regularmente ou vive numa gangorra, um grupo de estados vem apresentando tendência de queda ao longo dos últimos anos. Reforço do policiamento em locais identificados como mais violentos, investimentos em inteligência e integração das polícias, além de ações de longo prazo são algumas das medidas apontadas por especialistas em segurança pública para explicar o sucesso dessas regiões.

Com base em dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e das secretarias estaduais de Segurança Pública (SSPs), O GLOBO identificou o fenômeno, em maior ou menor grau, em nove unidades da federação: Alagoas, Distrito Federal, Espírito Santo, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Piauí e São Paulo.

Isso não significa que todos esses estados estejam entre os locais menos violentos do país. São Paulo tem a menor taxa de assassinatos, mas Alagoas continua entre os estados em pior situação. Em alguns desses casos, houve até aumento dentro da série histórica iniciada em 2012, mas as taxas voltaram a diminuir.

Não há garantia, porém, que o cenário seja mantido nos próximos anos. Há estados que conseguiram reduzir as taxas por algum tempo, mas depois viram novamente os assassinatos subirem, como o Rio de Janeiro em 2013 e Pernambuco, em 2014.

Tanto os números do FBSP quanto os das SSPs incluem homicídios, latrocínios — roubos seguidos de morte — e lesões seguidas de morte. O FBSP também detalha, desde 2013, dados de pessoas mortas por policiais, além de agentes de segurança executados. As estatísticas das SSPs não incluem necessariamente essas informações. Os dados analisados pelo GLOBO de 2012 a 2017 são do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, com base em números das secretarias de Segurança Pública. Os de 2018 são apenas das SSPs. Assim, os números de 2012 e 2018 podem não incluir mortes envolvendo ações policiais.

Entre 2012 e 2018, o Distrito Federal reduziu pela metade a taxa de assassinatos. As quedas foram especialmente significativas nas regiões mais violentas e populosas. Maria Stela Grossi Porto, pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre Violência e Segurança (Nevis) da Universidade de Brasília (UnB), diz que a repressão é necessária, mas deve haver também políticas de prevenção. Segundo ela, foi isso que ocorreu no DF, com o governo local fazendo um trabalho de identificação das áreas mais violentas e depois atuando nelas.

— É importante que os possíveis infratores tenham a sensação de que a polícia está mais atuante — avalia a pesquisadora da UnB.

O Distrito Federal tem a peculiaridade de dispor de um fundo alimentado com verbas federais para custear despesas com Segurança, Educação e Saúde.

No Espírito Santo, a redução vem desde 2012. Em 2017, houve um crescimento que Thiago Fabres de Carvalho, professor de Criminologia e Direito Penal na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), atribui em parte à greve da Polícia Militar. Em 2018, o índice voltou a diminuir. Segundo Carvalho, a principal razão para as quedas na taxa foi um programa social, retomado aquele ano, voltado para as áreas mais vulneráveis.

— Também houve qualificação policial — disse Carvalho.

Já Alagoas contou com ajuda do governo federal, que enviou uma equipe de investigadores da Força Nacional para apurar homicídios. Para Emerson Nascimento, professor do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), mesmo a Força já tendo deixado o estado, ela deixou um saldo positivo em termos de melhoria da qualidade da investigação. Ele também diz que houve um direcionamento

do policiamento para as regiões mais violentas.

APREENSÃO DE ARMAS

Em alguns estados, foram tomadas medidas que levaram ao aumento da apreensão de armas, como a aprovação de uma lei, na Paraíba, dando bônus a policiais por isso.

Em Mato Grosso, as taxas de assassinato subiram até 2014, mas, de lá para cá, passaram a cair. Segundo Edson Rondon, pesquisador do Núcleo Inter-Institucional de Estudos da Violência e Cidadania da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), o aumento da população por causa das obras da Copa do Mundo e seu posterior declínio ajudam a explicar a elevação até 2014 e a inflexão na curva depois disso. Mas ele aponta outros fatores, como o aumento do efetivo policial, a identificação de locais de maior criminalidade com o posterior emprego das forças de segurança nessas áreas, a melhoria no trabalho de inteligência e a integração das polícias.

O estado de São Paulo vem apresentando as menores taxas de assassinato no Brasil há alguns anos. Renato Sérgio de Lima, presidente do FBSP, aponta várias razões para isso. Uma delas é um dado perverso: o monopólio do mercado de drogas por uma única facção criminosa, o que diminui as mortes em conflitos entre grupos rivais. Mas, segundo ele, isso está longe de explicar por si só a redução nos números.

— As polícias de São Paulo têm conseguido fazer concurso todos os anos. Você tem gestão e investimento — explica Renato Sérgio.

No Piauí, houve um crescimento do índice até 2014; depois, uma queda. Maria DAlva Ferreira, pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Infância, Adolescência e Juventude (Nupec) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Sociedade, Direitos e Políticas Públicas (Nusdipp) da Universidade Federal do Piauí (UFPI), afirma, porém, que a redução da taxa de assassinatos não melhorou a sensação de segurança:

— Estamos vivendo, talvez, o contexto de um sentimento muito maior de insegurança e de medo, porque cresceram muito os assaltos à mão armada em residência.

Para o defensor público André Giamberardino, professor do Programa de Pós-Graduação de Direito e pesquisador do Núcleo de Práticas Jurídicas da Universidade Federal do Paraná (UFPR), a queda em seu estado é uma tendência observada em outros locais do Centro-Sul, com a redução de conflitos entre organizações criminosas, enquanto no Norte e Nordeste esses confrontos aumentaram.

Em Minas, as taxas vêm diminuindo mais lentamente. Porém, segundo Bráulio Figueiredo Alves, pesquisador do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (Crisp) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a tendência já ocorre há mais de dez anos. Ele atribui o fenômeno a dois programas do governo estadual: um de prevenção de assassinatos de jovens e outro de integração de órgãos de combate ao crime e à violência. Alves destaca que, embora a redução da taxa de assassinatos seja consistente, o modelo de integração não persiste.

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

Vamos tirar Vélez do foco, diz secretário-executivo

A solução dada pelo presidente Jair Bolsonaro para tentar estancar a crise semanas no Ministério da Educação foi colocar um militar com currículo impecável e ótima aceitação no meio para gerir a pasta. Antes mesmo da reunião reservada que teve com o ministro Ricardo Vélez, o governo já havia oficializado a escolha do tenente-brigadeiro Ricardo Machado Vieira como secretário-executivo do MEC.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6191061/vamos-tirar-velez-do-foco-diz-secretario-executivo>

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

Educação profissional é urgente para produtividade, afirmam especialistas

Segundo Lucchesi, as empresas brasileiras gastam em média dois anos para requalificar um engenheiro e adequá-lo ao mercado depois que ele sai da universidade. "Este é o tamanho do nosso problema". Ele também defende o aumento da oferta de cursos de formação profissional dentro e fora do ensino médio. "Mais de 80% dos jovens não vão para a universidade. Prepará-los para o trabalho é ganhar produtividade", considera.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6191069/educacao-profissional-e-urgente-para-productividade-afirmam-especialistas>

topo ↕

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - 2º CADERNO

Abertas inscrições para mestrados e doutorados na UPF

A Universidade de Passo Fundo (UPF) inicia hoje o período de inscrições para os cursos de mestrado e doutorado da Instituição. Neste semestre, serão oferecidos cursos de seis programas, sendo seis mestrados e quatro doutorados. As inscrições podem ser feitas até o dia 31 de maio - com exceção do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu), que inscreve até o dia 20 de maio - e podem ser realizadas pelo site upf.br/ensino.

Entre as novidades, estão os dois novos doutorados: em Bioexperimentação e em Envelhecimento Humano. Aprovados pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** no final de 2018, os novos doutorados são fruto do trabalho consolidado dos Programas de Pós-Graduação em Bioexperimentação (PPGBioexp) e de Envelhecimento Humano (PPGEH), seguindo um processo de ampliação de cursos e de formação continuada na Instituição. De acordo com o vice-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da UPF, professor Dr. Antônio Thomé, o caminho para a aprovação do doutorado do PPGBioexp foi muito rápido. "É um programa muito jovem, iniciou em 2012. Não é comum, então, a gente tem que parabenizar o programa por ter conseguido em um tempo tão curto consolidar seu mestrado e já ter um doutorado com bolsas da **Capes**. E o outro programa, que é o Envelhecimento Humano, está no seu tempo normal de consolidação, mas também teve seu doutorado aprovado reforçando a qualidade dele", destacou.

Entre os programas que estão com inscrições abertas, Thomé também destacou que o PPG em Projeto e Processos de Fabricação (PPGPPF) recentemente recebeu consultores da **Capes** para avaliação. "Eles saíram muito impressionados com a infraestrutura que esse PPG tem. As pessoas que desejarem fazer esse curso, que é um mestrado profissional, mais ligado com a indústria, terão aqui na UPF todas as condições de

desenvolver um ótimo trabalho", disse o vice-reitor, reiterando a importância dos outros programas, já tradicionais na Instituição. "Temos nossos programas tradicionais, os primeiros que surgiram na Universidade, como o de Educação, exemplo de programa; o de História, que foi o terceiro programa da Universidade; e o em Ciências Ambientais. São programas consolidados, reconhecidos nacional e internacionalmente", pontuou.

topo ↕

O DIA - RJ - BRASIL

Comissão do Fundeb na Câmara depende de Maia para ser instalada Comissão especial já tem número suficiente de parlamentares

Brasília - A comissão especial do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) na Câmara dos Deputados tem número suficiente de deputados para ser instalada. O início dos trabalhos depende agora de decisão do presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Pela legislação vigente, o Fundeb, uma das principais fontes de financiamento dos municípios e estados do país, continua existindo até o final de 2020. Para evitar que estados e municípios fiquem sem a garantia de recursos, é preciso que o Congresso Nacional aprove uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) mantendo o fundo.

Propostas com conteúdos semelhantes tramitam tanto no Senado Federal, PEC 33/2019 quanto na Câmara dos Deputados, PEC 15/2015.

Na Câmara, a discussão está mais avançada. Em 27 de fevereiro, Maia criou a comissão especial para continuar a discussão da proposta. Na mesma data, foi enviado um ofício aos líderes dos partidos, para que indicassem nomes para compor a comissão, que pode ter até 35 membros.

De acordo com a Secretaria-Geral da Mesa da Câmara, foram indicados 23 membros, quantidade suficiente para que a comissão seja instalada – o mínimo são 18 parlamentares. Não há prazo regimental para que o presidente da Câmara instale a comissão especial do Fundeb.

Reserva

O Fundeb é uma espécie de reserva de recursos financeiros para a educação. Ele é composto por parte do que arrecadam estados e municípios. A União complementa o bolo, com 10% do total do Fundeb a cada ano.

A maior parte desses recursos (no mínimo 60%) deve ser usada na remuneração dos professores, diretores e demais profissionais do magistério das escolas públicas. O restante, em outras despesas de manutenção e desenvolvimento da educação, ou seja, em reformas, aquisição e manutenção de equipamentos e aquisição de materiais didáticos.

“O Fundeb é vinculação. Caso se desvincule, vão ter gestores que dão importância e vão investir em educação, mas vai ter quem não dê tanta importância e que vai investir menos. Não haverá equidade para todos os estudantes do Brasil. O Fundeb proporcionou isso”, disse a presidente do Conselho Estadual de Secretários de Educação (Consed), Cecília da Motta, que é secretária de Educação de Mato Grosso do Sul.

Estudo técnico da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara

mostra, em valores de 2015, que o menor valor gasto por aluno por ano poderia chegar a R\$ 415 sem o Fundeb. Com o fundo, o mínimo gasto era R\$ 2,9 mil por estudante.

Municípios

De acordo com estudo do movimento Todos pela Educação, citado na justificativa da proposta que tramita no Senado Federal, em pelo menos 4.810 municípios brasileiros, o Fundeb corresponde a 50% de tudo o que se gasta por aluno a cada ano. Em 1.102 desses municípios, a participação do Fundeb no total de gastos chega a 80%.

“Somos totalmente dependentes dos recursos do Fundeb. Se dissessem que acabou o Fundeb, nossa educação iria entrar em colapso financeiro. Todo o recurso que entra no Fundeb não dá para pagar a folha de pagamento. Vai tudo para pagar os professores e ainda falta”, diz a secretária de Educação de Limoeiro do Norte (CE), Maria de Fátima Holanda.

O município tem cerca de 56,3 mil habitantes e está localizado a 200 quilômetros (km) de Fortaleza. Segundo a secretária, o município cumpre o piso nacional dos professores, que é R\$ 2.557,74, mas não sobra dinheiro para investir na escola: “Se tivesse recursos, eu investiria em bibliotecas, em laboratórios, em atividades no contraturno para os estudantes”.

O mesmo ocorre em Groaíras (CE), município com 11 mil habitantes, localizado a 253 km da capital. “É bastante apertado, 95,1% vai para a folha de pagamento e apenas 4,9% para demais despesas. Não consigo manter uma boa infraestrutura nas escolas, não consigo adequar as escolas para tempo integral. Preciso ainda ampliar box, banheiro, cantina”, diz a secretária de Educação do município, Francisca Hianice Vasconcelos.

Fundo permanente

Tanto a proposta que tramita na Câmara dos Deputados quanto a proposta do Senado Federal tornam permanente o Fundeb. As propostas também ampliam a complementação da União dos atuais 10% para 30%. A PEC 24/2017, que até o ano passado tramitava no Senado, aguarda desarquivamento. A proposta amplia a complementação da União para 50%, em seis anos.

O presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Alessio Costa Lima, disse que a União é o ente federado que mais arrecada, mas que tem menor participação na manutenção do ensino.

“De fato quem mantém a educação básica pública do nosso país são municípios e estados. Nesse sentido, ao sinalizar que a União deve entrar com maior participação, acredito que haja maior descentralização de recursos. Seria garantir que estados e municípios, que executam políticas educacionais, de fato tivessem acesso aos recursos disponíveis”, argumentou.

Audiência

O Fundeb foi um dos temas tratados na audiência pública com o ministro da Educação, Ricardo Vélez, na última quarta-feira (27), na Câmara. Segundo a deputada Professora Dorinha (DEM-TO), que foi relatora da PEC do Fundeb na comissão especial até o ano passado, a proposta “está praticamente pronta para ser votada”.

A deputada defendeu uma maior participação da União: “Compreendo o momento de crise, mas estamos querendo uma outra lógica de financiamento. Partimos da premissa que a União precisa colocar mais recursos, mas também [queremos] redesenhar o formato de distribuição dos recursos, corrigindo distorções e desigualdades para garantir que municípios e estados que mais precisam de ajuda possam recebê-la”.

Na audiência pública, Vélez disse que a pasta está comprometida com a continuidade do Fundeb. “Esse é o nosso compromisso explícito, de mantermos o Fundeb. Estamos vendo qual a melhor forma. A minha proposta é acompanhar de perto o evoluir dessa proposta no Congresso e, se for necessário que a União aumente a sua participação, estudaremos a melhor forma de fazê-lo”, afirmou.

topo ↕

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

Comissão do Fundeb na Câmara depende de Maia para ser instalada Comissão especial já tem número suficiente de parlamentares

A comissão especial do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) na Câmara dos Deputados tem número suficiente de deputados para ser instalada. O início dos trabalhos depende agora de decisão do presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Pela legislação vigente, o Fundeb, uma das principais fontes de financiamento dos municípios e estados do país, continua existindo até o final de 2020. Para evitar que estados e municípios fiquem sem a garantia de recursos, é preciso que o Congresso Nacional aprove uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) mantendo o fundo.

Propostas com conteúdos semelhantes tramitam tanto no Senado Federal, PEC 33/2019 quanto na Câmara dos Deputados, PEC 15/2015.

Na Câmara, a discussão está mais avançada. Em 27 de fevereiro, Maia criou a comissão especial para continuar a discussão da proposta. Na mesma data, foi enviado um ofício aos líderes dos partidos, para que indicassem nomes para compor a comissão, que pode ter até 35 membros.

De acordo com a Secretaria-Geral da Mesa da Câmara, foram indicados 23 membros, quantidade suficiente para que a comissão seja instalada – o mínimo são 18 parlamentares. Não há prazo regimental para que o presidente da Câmara instale a comissão especial do Fundeb.

Reserva

O Fundeb é uma espécie de reserva de recursos financeiros para a educação. Ele é composto por parte do que arrecadam estados e municípios. A União complementa o bolo, com 10% do total do Fundeb a cada ano.

A maior parte desses recursos (no mínimo 60%) deve ser usada na remuneração dos professores, diretores e demais profissionais do magistério das escolas públicas. O restante, em outras despesas de manutenção e desenvolvimento da educação, ou seja, em reformas, aquisição e manutenção de equipamentos e aquisição de materiais didáticos.

“O Fundeb é vinculação. Caso se desvincule, vão ter gestores que dão importância e vão

investir em educação, mas vai ter quem não dê tanta importância e que vai investir menos. Não haverá equidade para todos os estudantes do Brasil. O Fundeb proporcionou isso”, disse a presidente do Conselho Estadual de Secretários de Educação (Consed), Cecília da Motta, que é secretária de Educação de Mato Grosso do Sul.

Estudo técnico da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara mostra, em valores de 2015, que o menor valor gasto por aluno por ano poderia chegar a R\$ 415 sem o Fundeb. Com o fundo, o mínimo gasto era R\$ 2,9 mil por estudante.

Municípios

De acordo com estudo do movimento Todos pela Educação, citado na justificativa da proposta que tramita no Senado Federal, em pelo menos 4.810 municípios brasileiros, o Fundeb corresponde a 50% de tudo o que se gasta por aluno a cada ano. Em 1.102 desses municípios, a participação do Fundeb no total de gastos chega a 80%.

“Somos totalmente dependentes dos recursos do Fundeb. Se dissessem que acabou o Fundeb, nossa educação iria entrar em colapso financeiro. Todo o recurso que entra no Fundeb não dá para pagar a folha de pagamento. Vai tudo para pagar os professores e ainda falta”, diz a secretária de Educação de Limoeiro do Norte (CE), Maria de Fátima Holanda.

O município tem cerca de 56,3 mil habitantes e está localizado a 200 quilômetros (km) de Fortaleza. Segundo a secretária, o município cumpre o piso nacional dos professores, que é R\$ 2.557,74, mas não sobra dinheiro para investir na escola: “Se tivesse recursos, eu investiria em bibliotecas, em laboratórios, em atividades no contraturno para os estudantes”.

O mesmo ocorre em Groaíras (CE), município com 11 mil habitantes, localizado a 253 km da capital. “É bastante apertado, 95,1% vai para a folha de pagamento e apenas 4,9% para demais despesas. Não consigo manter uma boa infraestrutura nas escolas, não consigo adequar as escolas para tempo integral. Preciso ainda ampliar box, banheiro, cantina”, diz a secretária de Educação do município, Francisca Hianice Vasconcelos.

Fundo permanente

Tanto a proposta que tramita na Câmara dos Deputados quanto a proposta do Senado Federal tornam permanente o Fundeb. As propostas também ampliam a complementação da União dos atuais 10% para 30%. A PEC 24/2017, que até o ano passado tramitava no Senado, aguarda desarquivamento. A proposta amplia a complementação da União para 50%, em seis anos.

O presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Alessio Costa Lima, disse que a União é o ente federado que mais arrecada, mas que tem menor participação na manutenção do ensino.

“De fato quem mantém a educação básica pública do nosso país são municípios e estados. Nesse sentido, ao sinalizar que a União deve entrar com maior participação, acredito que haja maior descentralização de recursos. Seria garantir que estados e municípios, que executam políticas educacionais, de fato tivessem acesso aos recursos disponíveis”, argumentou.

Audiência

O Fundeb foi um dos temas tratados na audiência pública com o ministro da Educação, Ricardo Vélez, na última quarta-feira (27), na Câmara. Segundo a deputada Professora Dorinha (DEM-TO), que foi relatora da PEC do Fundeb na comissão especial até o ano passado, a proposta “está praticamente pronta para ser votada”.

A deputada defendeu uma maior participação da União: “Compreendo o momento de crise, mas estamos querendo uma outra lógica de financiamento. Partimos da premissa que a União precisa colocar mais recursos, mas também [queremos] redesenhar o formato de distribuição dos recursos, corrigindo distorções e desigualdades para garantir que municípios e estados que mais precisam de ajuda possam recebê-la”.

Na audiência pública, Vélez disse que a pasta está comprometida com a continuidade do Fundeb. “Esse é o nosso compromisso explícito, de mantermos o Fundeb. Estamos vendo qual a melhor forma. A minha proposta é acompanhar de perto o evoluir dessa proposta no Congresso e, se for necessário que a União aumente a sua participação, estudaremos a melhor forma de fazê-lo”, afirmou.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

**Estado de SP cria programa de contraturno escolar dentro de universidades
Educa SP propõe atividades em instituições de ensino superior; estudo indica que desempenho do ensino médio estadual está longe da meta**

SÃO PAULO - Como em colégios da rede privada, a conexão de alunos do ensino médio com o ambiente da universidade também é uma meta do governo do Estado de São Paulo, que lançou, em fevereiro, o programa Educa SP. A proposta é que estudantes tenham acesso a atividades complementares em instituições de ensino superior públicas ou privadas. Segundo o governador João Doria (PSDB), deverão ser oferecidos cursos com duração de 6 a 7 meses no contraturno.

O desempenho de estudantes do ensino médio na rede estadual de São Paulo está longe da meta para a etapa. Estudo divulgado pela Secretaria de Estado da Educação, com base em dados do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar (Saresp), indica que quase metade dos jovens que estão concluindo o ensino médio em São Paulo tem desempenho abaixo do básico em Matemática.

A etapa é considerada a mais crítica da educação básica em todo o Brasil. “Estamos longe das metas programadas e temos um abandono de jovens, que não terminam o ensino médio. E entre os que vão para o ensino superior muitos não sabem como escolher seu projeto de vida”, disse o secretário da Educação, Rossieli Soares, no lançamento do programa. “A universidade vai se aproximar mais dos futuros alunos e ocupar os espaços ociosos.”

Na segunda quinzena deste mês, serão assinados os contratos entre as escolas de ensino superior e a pasta. Já o período de inscrição dos alunos ocorrerá no mês de maio. A meta para este ano, segundo Rossieli, é alcançar 30 mil alunos.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

**Universidade Federal do Amapá terá curso de psicologia em 2020
Serão 30 vagas ofertadas para o primeiro processo seletivo do novo curso.**

Psicologia será o novo curso de graduação a ser ofertado pela Universidade Federal do Amapá (Unifap) em 2020. O projeto está em fase de aprovação no Conselho Universitário (Consu) para que seja instalado no campus Marco Zero, na Zona Sul de Macapá.

Segundo a instituição, inicialmente serão ofertadas 30 vagas para o próximo processo seletivo e o quadro docente será composto por professores da Unifap que possuem experiência na área da psicologia e em docência.

Ainda de acordo com a universidade, já há dentro do campus um espaço para o curso, com salas de aula, laboratórios e outras unidades acadêmicas e administrativas vinculadas aos cursos da área da saúde da Unifap. O Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) servirá como clínica-escola aos acadêmicos.

"A graduação [em psicologia] será de alta qualidade, com profissionais experientes e gabaritados. A Unifap já conta com um conjunto de docentes psicólogos doutores e mestres que comporão o colegiado do curso, será um corpo docente empenhado em oferecer ao Amapá", disse o presidente da comissão de elaboração do Projeto Pedagógico Curricular (PCC), André Ribeiro.

O próximo passo é para o processo de validação do curso junto ao Ministério da Educação (MEC).

O preenchimento das vagas deverá ocorrer através do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), já para os candidatos que realizarem o Exame Nacional de Avaliação do Ensino Médio (Enem) de 2019.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Pesquisa elaborada no AM pode auxiliar no diagnóstico da Doença de Chagas Crônica

Amazônia é a região responsável pelo maior número de casos da doença na sua forma aguda, diz pesquisadora.

Uma pesquisa científica elaborada no Amazonas pode auxiliar no diagnóstico da Doença de Chagas Crônica no estado. Segundo a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam) – que apoia a pesquisa – ela tem o intuito de desenvolver, em laboratórios, testes imunológicos para o diagnóstico sorológico da doença. Entre anos de 2011 e 2018 foram notificados 96 casos da Doença de Chagas em todo estado.

A intenção dos pesquisadores é produzir um kit de teste imunológico in house (no laboratório), considerando que a matéria-prima, ou seja, a linhagem do parasito circulante na região foi isolado, pelos pesquisadores, e conservado para os ensaios.

A pesquisa, segundo a Fapeam, é desenvolvida nos laboratórios de entomologia da Fundação de Medicina Tropical, por meio do Programa de Apoio à Pesquisa (Universal Amazonas), e envolve alunos de mestrado e doutorado em doenças tropicais e infecciosas, do programa de Pós-graduação em Medicina Tropical da Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

Sobre a doença

A Doença de Chagas é uma enfermidade infecto-parasitária, causada pelo protozoário *Trypanosoma Cruzi*, encontrado nas fezes de insetos conhecidos como barbeiros. A doença se manifesta em duas formas clínicas, uma fase aguda e uma fase crônica.

Nas duas fases pode haver manifestação – ou não – de sintomas clínicos. Quando há manifestação na fase aguda, os sintomas podem ser febre, miocardites, mialgia (doe muscular), e na fase crônica, problemas cardíacos e digestivos são os mais frequentes.

Se houver sintomas logo no início da doença, ela pode ser diagnosticada precocemente e tratada. “Se não houver sintomas e passado o tempo que caracteriza a fase aguda da doença (oito semanas), a pessoa infectada pode se tornar portadora da doença crônica, sem saber, pois pode continuar assintomática, e ser diagnosticada eventualmente ou quanto já estiver com comprometimentos sérios, principalmente cardíacos”, afirmou, por meio de nota, a coordenadora do projeto, Maria das Graças Guerra.

Método

Para a pesquisadora, há uma grande dificuldade no diagnóstico da Doença de Chagas Crônica, principalmente porque os testes para diagnósticos sorológicos disponíveis no mercado não apresentam uma boa sensibilidade, particularmente para a região amazônica, por conta de diferentes fatores, entre eles o fato de que os testes comerciais não utilizam, em seus protocolos, as mesmas linhagens do parasita encontradas na Amazônia e, particularmente, no estado.

“Nosso objetivo é obtermos antígenos de isolados de *T. Cruzi* conservados em nosso laboratório pra utilizá-los em testes imunológicos, buscando detectar maior sensibilidade no teste, com perspectivas de melhorar o diagnóstico da Doença de Chagas Crônica no estado”, afirmou a pesquisadora.

O grupo de trabalho obteve 28 diferentes extratos de antígenos utilizando os isolados de *T. Cruzi* encontrados no Amazonas. Essas substâncias já foram avaliadas, e na próxima fase, esses antígenos serão submetidos a testes mais específicos para avaliar as atividades e a sensibilidade dos testes.

“Hoje a Amazônia é a região responsável pelo maior número de casos da doença na sua forma aguda principalmente em surtos associados ao consumo do açaí (nos casos em que o fruto esteja contaminado pelo *T. cruzi* a partir das fezes de barbeiros silvestres) um importante alimento que faz parte da dieta nutricional da população”, disse a coordenadora.

Transmissão

Existem diferentes formas de transmissão, ou contaminação do homem pelo parasita. A forma de transmissão clássica é a vetorial, transmitida pelo contato com as fezes de insetos triatomíneos infectados, conhecidos também como barbeiros. No entanto, existem outras formas de transmissão, como a vertical (congênita – da mãe para o bebê), por transfusão de sangue ou transplantes de órgãos contaminados, acidentes laboratoriais e a forma oral, que tem sido reportada frequente na Amazônia associada ao consumo de frutos como o açaí e a bacaba contaminados.

Atualmente, os barbeiros estão sendo encontrados cada vez mais com frequência dentro de casas e apartamentos, construídos próximos a áreas de floresta fragmentadas, em

diferentes áreas dentro de Manaus, sejam urbanas, periurbanas ou rurais, e isso vulnerabiliza a população porque possibilita o contato desses insetos com as pessoas, na medida em que não conhecendo a dinâmica de transmissão da doença, muitas vezes matam os barbeiros esmagando-os. Nesse caso, se o barbeiro estiver infectado, podem ter contado com as fezes do parasito e se infectar.

Doença de Chagas no AM

De acordo com a Fundação de Vigilância em Saúde (FVS) em 2017 foram notificados nove (9) casos da Doença de Chagas no estado do Amazonas contra 32 em 2018. E entre anos de 2011 e 2018 foram notificados 96 casos da Doença de Chagas no Amazonas.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Em meio a críticas à articulação política, Onyx monta agenda de Bolsonaro com partidos

O ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, disse ao blog que o presidente Jair Bolsonaro vai começar a receber presidentes de cinco partidos a partir de quinta-feira (4), assim que voltar da viagem a Israel.

Segundo Onyx, a agenda será fechada nesta segunda-feira (1º). "O presidente vai receber os presidentes de partidos na companhia dos líderes do governo no Senado e da Câmara, a partir de quinta-feira", afirmou o ministro.

A operação faz parte da estratégia do governo de ajustar a comunicação com os parlamentares, em meio a críticas de falta de articulação política do presidente, que atingiu o auge na crise entre Bolsonaro e o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Na semana passada, após uma semana de troca de farpas, o presidente da Câmara e o presidente da República selaram uma trégua pública.

Em seguida, Maia conversou com o ministro Paulo Guedes para discutir a reforma da Previdência e pacificar a relação com o governo. Mas mantém a avaliação nos bastidores de que não existe aprovação da reforma sem envolvimento do presidente.

Para Bolsonaro, a reforma da Previdência está com o Congresso, mas deputados cobram maior participação do presidente para votar a matéria – além de reclamarem de suas declarações no sentido de criminalizar a política.

Dentro da estratégia para melhorar o ambiente na Câmara, Guedes se comprometeu a receber parlamentares nesta semana, como o blog mostrou na semana passada. Ele vai receber líderes de partidos, mas deixou claro a parlamentares que não vai assumir a articulação política do governo – tarefa do Planalto.

Trocas

Nos bastidores, parlamentares se queixam de que o presidente não deixa claro quem é o articulador político do governo, além de cobrarem a troca do líder do governo na Câmara, major Vitor Hugo (PSL-GO).

Ministros da ala militar do governo ouvidos pelo blog afirmam que o presidente ainda

não deu nenhum sinal de que trocaria o líder, pelo menos "no curto prazo".

Deputados querem conversar sobre o tema com o presidente assim que ele voltar do exterior – além de cobrar uma solução para a crise no MEC, comandado pelo ministro Ricardo Vélez Rodríguez.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

**Prêmio Educador Nota 10 abre inscrições nesta segunda-feira
Prazo se encerra em 27 de maio. Além de profissionais do ensino infantil,
premiação receberá pela primeira vez novos componentes curriculares do ensino
médio.**

O Prêmio Educador Nota 10, maior e mais importante prêmio da educação básica brasileira, abre as inscrições nesta segunda-feira (1º) para profissionais da educação infantil e do ensino médio das redes pública e privada. Eles poderão cadastrar as suas iniciativas no site <http://www.premioeducadornota10.org/>. As inscrições se encerram em 27 de maio.

Neste ano, a novidade é a inclusão de novos componentes curriculares do ensino médio para alinhar o prêmio à Base Nacional Comum Curricular, aprovada no fim do ano passado. Agora, poderão se inscrever projetos de artes, educação física, filosofia, língua estrangeira e sociologia no ensino médio. A relação completa dos componentes curriculares está no regulamento no site da premiação.

Uma comissão deverá selecionar 50 finalistas. Destes, serão escolhidos dez vencedores e, entre eles, o Educador do Ano. Cada um dos vencedores ganha um vale-presente de R\$ 15 mil e o Educador do Ano ganha outro vale-presente, também no valor de R\$ 15 mil. As escolas vencedoras também recebem uma verba para celebrar a premiação.

Em 2018, o prêmio de Educador do Ano foi para Ana Cláudia Santos, com o projeto “O Ser(tão) De Cada Um”, desenvolvido para estimular alunos do 3º ano do ensino médio a lerem obras de Guimarães Rosa.

Em 2017, Elisângela Dell-Armelina Suruí, uma professora que desenvolveu um projeto de alfabetização na língua indígena Paiter Suruí em Cacoal (RO), foi a escolhida como Educadora do Ano.

Prêmio Educador Nota 10

O Prêmio Educador Nota 10 foi criado em 1998 pela Fundação Victor Civita. O objetivo é reconhecer professores do ensino infantil e médio, além de coordenadores pedagógicos e gestores escolares de escolas públicas e privadas de todo o país.

Desde 2014, a iniciativa é apresentada pela Abril e Globo, realizada pela Fundação Victor Civita, em parceria com a Fundação Roberto Marinho.

O prêmio tem o apoio da Nova Escola, Instituto Rodrigo Mendes e Unicef, e o patrocínio da Fundação Lemann e SOMOS Educação. Desde 2018, o Prêmio Educador Nota 10 é associado ao Global Teacher Prize, prêmio global de Educação.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

IFCE abre 17 vagas em mestrado em Artes

Inscrições estão abertas até o próximo dia 8 de abril.

O Programa de Pós-Graduação em Artes (PPGArtes) está com inscrições abertas, até as 17h59 do dia 8 de abril, para o Mestrado Profissional em Artes. Ao todo são ofertadas 17 vagas em duas linhas de pesquisa: Ensino e Aprendizagem em Artes (8 vagas) e Processos de Criação em Artes (9 vagas). Podem se inscrever graduados nas áreas de artes e afins.

O processo seletivo prevê as seguintes etapas eliminatórias: análise de documentos, prova escrita específica, avaliação e arguição sobre o anteprojeto de pesquisa. Em seguida, análises do currículo Lattes e do portfólio, ambas classificatórias.

A prova escrita será realizada em 12 de abril, e a arguição em 14 e 15 de maio. O resultado final será divulgado no dia 28 de maio na secretaria e na página eletrônica do Programa. As matrículas acontecerão em 29 a 30 de maio, com início das aulas previsto para 3 de junho de 2019.

Os interessados deverão realizar as inscrições exclusivamente na página do PPGArtes. Mais informações sobre o processo seletivo podem ser obtidas pelo e-mail: ppgartesifce@gmail.com. Confira o edital.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Fundação Dom Cabral lança especialização em gestão de negócios no DF Curso desenvolve competências com o foco em habilidades estabelecidas pelo Fórum Econômico Mundial

Quais as habilidades que o novo gestor deve desenvolver ao longo da carreira para se destacar em meio ao cenário desafiador, repleto de volatilidade e incertezas, apresentado pelo atual ambiente corporativo? Diante de tantas mudanças no mercado de trabalho, a Fundação Dom Cabral lança em Brasília o curso de especialização em gestão de negócios, voltado a capacitar empreendedores, executivos e líderes de equipes com o que há de mais atual no mundo dos negócios.

Reconhecida por 13 anos consecutivos como uma das melhores escolas de negócios do mundo, segundo ranking Financial Times, a Fundação Dom Cabral é especializada em capacitação educacional para executivos e gestores e tem como base as atuais práticas e dinâmicas do mercado.

O programa se diferencia por valorizar a aplicação prática do conhecimento e desenvolver competências que favorecem a evolução da carreira dos estudantes com o foco em habilidades estabelecidas pelo Fórum Econômico Mundial, essenciais para a atuação de um gestor contemporâneo. Durante as aulas, os participantes são atualizados sobre tendências de setores, além de pesquisas e análises que influenciam diretamente na forma de liderar, empreender e transformar realidades empresariais.

Desenvolvido essencialmente para atender a iniciativa privada, a especialização permite que o aluno se aprofunde em conceitos e ferramentas modernas de gestão. Para isso, o curso, de 450 horas-aulas, foi estruturado em cinco blocos denominados percursos. Em cada um deles, o participante é incentivado a desenvolver capacidades relacionadas ao planejamento estratégico e adaptadas a diferentes cenários apresentadas pelo mundo dos negócios, aliando criatividade e pensamento colaborativo.

Atividades complementares

Diálogos com o mercado

Bate-papo com líderes e profissionais relevantes do mercado.

Diálogos temáticos on-line

Discussões sobre temas específicos do universo da gestão e dos negócios.

Pontes de conhecimento

Curadoria de conteúdo para cada Percurso, contendo vídeos, artigos, pesquisas, etc.

“Hoje, o líder precisa alcançar metas, atingir objetivos estratégicos para a empresa em meio a um contexto repleto de influências externas e muita competitividade. É função dele buscar soluções inovadoras, que estão fora da caixa”, explica Mônica Côrtes, gerente do Programa de Especialização da FDC. “O programa apresenta uma série de estudos de casos, além do conhecimento teórico, para fazer com que o aluno seja estimulado a ter uma visão 360° do ambiente de negócios e que seja capaz de se antecipar às mudanças”, completa.

O programa de Pós-graduação em Gestão de Negócios foi lançado em Brasília em 2017. Segundo Côrtes, desde então o curso foi atualizado e o conteúdo aprimorado, levando em conta novas ferramentas e cases. “Passamos a utilizar uma metodologia mais moderna. Por exemplo, o trabalho de conclusão de curso (TCC) é um Portfólio de Realizações produzido ao longo do programa, onde o aluno pode registrar o aprendizado e realizar projeções para o futuro”, explica. “A ideia é que o estudante se torne, realmente, o protagonista da própria carreira e sinta o crescimento como indivíduo, profissional e cidadão”, aponta.

A pós-graduação é voltada a profissionais do segmento privado que atuam como empreendedores, gestores, líderes empresariais ou em atividades de agronegócio, muito comum nos arredores de Brasília. Entre as temáticas centrais da gestão empresarial, estão tópicos de disciplinas, como estratégia, marketing, finanças, projetos, sustentabilidade e pessoas. A equipe de professores conta com profissionais altamente qualificados e que são referências em diferentes áreas de atuação.

As aulas ocorrem quinzenalmente, sempre às sextas e aos sábados, no Centro Empresarial Parque Cidades Corporate, no Setor Comercial Sul. O curso tem duração aproximada de 18 meses e oferece, ainda, dois módulos opcionais, caso os alunos desejem aprofundar a compreensão do mercado e experimentar vivências únicas.

Como módulo opcional a FDC oferece o Digital Leadership and Executive Mindset Program (Liderança Digital e Programa de Mindset Executivo), um programa internacional que desenvolve competências e habilidades individuais alinhadas a um modelo mental digital, em uma das escolas mais renomadas da era digital, a Cornell Tech, em Nova York. Outro módulo opcional é o Campus Experience que reúne alunos e ex-alunos do programa de pós-graduação de todo Brasil, em uma imersão de aprendizado no Campus Aloysio Faria Nova Lima (MG).

Especialização em Gestão de Negócios

Início: 26 de abril

Período: Aulas dois finais de semana por mês, às sextas-feiras e sábados.

Horário: Sextas-feiras, das 19h às 22h30, e sábados, das 8h30 às 18h30.

Local: Centro Empresarial Parque Cidade Corporate – SCS Qd. 9 Bl. A térreo

Investimento: R\$ 38,9 mil

Condições de pagamento: parcelamento em até 18 vezes

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Comissão do Fundeb na Câmara depende de Maia para ser instalada

Para evitar que estados e municípios fiquem sem a garantia de recursos, é preciso que o Congresso Nacional aprove uma PEC mantendo o fundo

A comissão especial do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) na Câmara dos Deputados tem número suficiente de deputados para ser instalada.

O início dos trabalhos depende agora de decisão do presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Pela legislação vigente, o Fundeb, uma das principais fontes de financiamento dos municípios e estados do país, continua existindo até o final de 2020. Para evitar que estados e municípios fiquem sem a garantia de recursos, é preciso que o Congresso Nacional aprove uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) mantendo o fundo.

Propostas com conteúdos semelhantes tramitam tanto no Senado Federal, PEC 33/2019 quanto na Câmara dos Deputados, PEC 15/2015.

Na Câmara, a discussão está mais avançada. Em 27 de fevereiro, Maia criou a comissão especial para continuar a discussão da proposta.

Na mesma data, foi enviado um ofício aos líderes dos partidos, para que indicassem nomes para compor a comissão, que pode ter até 35 membros.

De acordo com a Secretaria-Geral da Mesa da Câmara, foram indicados 23 membros, quantidade suficiente para que a comissão seja instalada – o mínimo são 18 parlamentares. Não há prazo regimental para que o presidente da Câmara instale a comissão especial do Fundeb.

Reserva

O Fundeb é uma espécie de reserva de recursos financeiros para a educação. Ele é composto por parte do que arrecadam estados e municípios. A União complementa o bolo, com 10% do total do Fundeb a cada ano.

A maior parte desses recursos (no mínimo 60%) deve ser usada na remuneração dos professores, diretores e demais profissionais do magistério das escolas públicas. O restante, em outras despesas de manutenção e desenvolvimento da educação, ou seja, em reformas, aquisição e manutenção de equipamentos e aquisição de materiais didáticos.

“O Fundeb é vinculação. Caso se desvincule, vão ter gestores que dão importância e vão investir em educação, mas vai ter quem não dê tanta importância e que vai investir menos. Não haverá equidade para todos os estudantes do Brasil. O Fundeb proporcionou isso”, disse a presidente do Conselho Estadual de Secretários de Educação (Consed), Cecília da Motta, que é secretária de Educação de Mato Grosso do Sul.

Estudo técnico da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara mostra, em valores de 2015, que o menor valor gasto por aluno por ano poderia chegar a R\$ 415 sem o Fundeb. Com o fundo, o mínimo gasto era R\$ 2,9 mil por estudante.
Municípios

De acordo com estudo do movimento Todos pela Educação, citado na justificativa da proposta que tramita no Senado Federal, em pelo menos 4.810 municípios brasileiros, o Fundeb corresponde a 50% de tudo o que se gasta por aluno a cada ano. Em 1.102 desses municípios, a participação do Fundeb no total de gastos chega a 80%.

“Somos totalmente dependentes dos recursos do Fundeb. Se dissessem que acabou o Fundeb, nossa educação iria entrar em colapso financeiro. Todo o recurso que entra no Fundeb não dá para pagar a folha de pagamento. Vai tudo para pagar os professores e ainda falta”, diz a secretária de Educação de Limoeiro do Norte (CE), Maria de Fátima Holanda.

O município tem cerca de 56,3 mil habitantes e está localizado a 200 quilômetros (km) de Fortaleza. Segundo a secretária, o município cumpre o piso nacional dos professores, que é R\$ 2.557,74, mas não sobra dinheiro para investir na escola: “Se tivesse recursos, eu investiria em bibliotecas, em laboratórios, em atividades no contraturno para os estudantes”.

O mesmo ocorre em Groaíras (CE), município com 11 mil habitantes, localizado a 253 km da capital. “É bastante apertado, 95,1% vai para a folha de pagamento e apenas 4,9% para demais despesas. Não consigo manter uma boa infraestrutura nas escolas, não consigo adequar as escolas para tempo integral. Preciso ainda ampliar box, banheiro, cantina”, diz a secretária de Educação do município, Francisca Hianice Vasconcelos.
Fundo permanente

Tanto a proposta que tramita na Câmara dos Deputados quanto a proposta do Senado Federal tornam permanente o Fundeb. As propostas também ampliam a complementação da União dos atuais 10% para 30%. A PEC 24/2017, que até o ano passado tramitava no Senado, aguarda desarquivamento. A proposta amplia a complementação da União para 50%, em seis anos.

O presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Alessio Costa Lima, disse que a União é o ente federado que mais arrecada, mas que tem menor participação na manutenção do ensino.

“De fato quem mantém a educação básica pública do nosso país são municípios e estados. Nesse sentido, ao sinalizar que a União deve entrar com maior participação, acredito que haja maior descentralização de recursos. Seria garantir que estados e municípios, que executam políticas educacionais, de fato tivessem acesso aos recursos disponíveis”, argumentou.

Audiência

O Fundeb foi um dos temas tratados na audiência pública com o ministro da Educação, Ricardo Vélez, na última quarta-feira (27), na Câmara. Segundo a deputada Professora Dorinha (DEM-TO), que foi relatora da PEC do Fundeb na comissão especial até o ano

passado, a proposta “está praticamente pronta para ser votada”.

A deputada defendeu uma maior participação da União: “Compreendo o momento de crise, mas estamos querendo uma outra lógica de financiamento. Partimos da premissa que a União precisa colocar mais recursos, mas também [queremos] redesenhar o formato de distribuição dos recursos, corrigindo distorções e desigualdades para garantir que municípios e estados que mais precisam de ajuda possam recebê-la”.

Na audiência pública, Vélez disse que a pasta está comprometida com a continuidade do Fundeb. “Esse é o nosso compromisso explícito, de mantermos o Fundeb. Estamos vendo qual a melhor forma. A minha proposta é acompanhar de perto o evoluir dessa proposta no Congresso e, se for necessário que a União aumente a sua participação, estudaremos a melhor forma de fazê-lo”, afirmou.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Ensino híbrido avança nas escolas

Liz Honorato Parente tem 8 anos e um conhecimento sobre pássaros de deixar os adultos boquiabertos. Reconhece alguns pelo formato do bico, tonalidade da penugem e até forma de voar. O estudo dessas aves é o tema da pesquisa individual que desenvolve na escola Lumiar, na região central de São Paulo, onde cursa o primeiro ciclo do ensino fundamental. Durante a aula, a garota recebe as orientações, mas toda a exploração é feita fora dos muros do colégio: tanto em vídeos e textos na internet como nos parques da capital.

Já comum na faculdade, o ensino híbrido (blended learning) – modalidade de aprendizagem que combina ensino presencial e a distância – tem ganhado cada vez mais espaço na educação básica. O crescimento é resultado dos avanços tecnológicos e, nas escolas de educação básica, surge principalmente como ferramenta para implementação da metodologia.

“A Lumiar reconhece o estudante em toda a sua potencialidade e organiza o currículo com atividades que o levam a desenvolver uma gama de competências fundamentais, como autonomia e responsabilidade”, diz Fabia Apolinario, gerente de implementação pedagógica. “Nesse aspecto, quando pensamos em ensino híbrido, criamos oportunidades para que essa criança ou adolescente possa coplanear os objetivos de aprendizagem e as etapas de suas atividades.”

Para os especialistas, o formato é um amadurecimento de uma vocação já bem brasileira. “O Brasil tem uma tradição forte na questão da lição de casa, que já caracteriza uma atividade a distância. O que o modelo híbrido faz é incentivar um pouco mais isso, mas desta vez com atividades mais atrativas e com maior protagonismo das ações coletivas”, afirma João Mattar, vice-presidente da Associação Brasileira de Tecnologia Educacional.

“Além disso, o ensino híbrido já é um aperitivo para quem, talvez, vá escolher um curso superior totalmente a distância. Não faz sentido deixar o aluno ficar até seus 17 anos em modelos totalmente presenciais.”

Para trabalhar o tema “cultura” com alunos de ensino médio no colégio Mary Ward, a professora de leitura e letramento Elaine Cristine Fernandes da Silva organizou a turma

em grupos relacionados a tópicos como cultura popular, cultura erudita e cultura de massa e deu aos alunos a tarefa de buscar as referências, deixando os momentos em sala de aula para mediar o andamento dos trabalhos.

Cada grupo produzirá um blog, que será visto e comentado pelos colegas. “Isso é metodologia ativa. O professor se torna um mediador e os alunos têm mais chance de, por meio da tecnologia, gerir o próprio aprendizado. Isso enriquece muito o repertório deles”, diz a educadora.

Um dos pioneiros no uso do ensino híbrido no ensino fundamental, o colégio Dante Alighieri tem até um case sobre o assunto. Em 2009, quando o surto de H1N1 obrigou muitas escolas a suspender as aulas, a escola manteve a aplicação do conteúdo pela plataforma online.

Por uma questão curricular, a coordenação também marcou aulas de reposição in loco. “Mas, quando no meio tempo a Diretoria Regional de Educação viu os relatórios da produção dos alunos online, liberou o Dante para cancelar as presenciais, pois o currículo estava em dia. A partir disso, passamos a respeitar mais a plataforma e ampliar seu uso”, conta a diretora, Valdenice Minatel.

Formação de professores

Para que o uso do ensino híbrido na educação básica ganhe escala é preciso não apenas investir nas ferramentas, mas também na formação dos professores que vão administrá-las. A Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed) oferece uma oficina quinzenal gratuita e online para ensinar o uso de metodologias ativas a professores das redes pública e privada.

“Explicamos como usar as plataformas e pedimos que os professores tragam casos concretos que têm em sala de aula para trabalharmos propostas juntos”, explica Alan Cordeiro Fagundes, responsável pela atividade.

Outras instituições oferecem a própria estruturação de uma disciplina para o formato híbrido. A CS Plus, startup criada pela escola de programação e robótica Super Geeks, auxilia a instalar o ensino de Ciência da Computação nas escolas.

“Instalamos nossa plataforma, treinamos os professores e oferecemos suporte no dia a dia para que possam trabalhar programação sem a necessidade de serem programador seniores”, explica Marco Giroto, fundador da Supergeeks.

Uma das escolas atendidas é o Colégio CEM, em Concórdia, a 466 km de Florianópolis. A escola transformou Ciência da Computação em disciplina obrigatória da pré-escola ao ensino médio. “Várias outras escolas estão no procurando, até porque cultura digital é uma das competências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).”

[topo](#)

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Comissão do Fundeb na Câmara depende de Maia para ser instalada

A comissão especial do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) na Câmara dos Deputados tem número suficiente de deputados para ser instalada. O início dos trabalhos depende agora de decisão do presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Pela legislação vigente, o Fundeb, uma das principais fontes de financiamento dos municípios e estados do país, continua existindo até o final de 2020. Para evitar que estados e municípios fiquem sem a garantia de recursos, é preciso que o Congresso Nacional aprove uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) mantendo o fundo.

Propostas com conteúdos semelhantes tramitam tanto no Senado Federal, PEC 33/2019 quanto na Câmara dos Deputados, PEC 15/2015.

Na Câmara, a discussão está mais avançada. Em 27 de fevereiro, Maia criou a comissão especial para continuar a discussão da proposta. Na mesma data, foi enviado um ofício aos líderes dos partidos, para que indicassem nomes para compor a comissão, que pode ter até 35 membros.

De acordo com a Secretaria-Geral da Mesa da Câmara, foram indicados 23 membros, quantidade suficiente para que a comissão seja instalada – o mínimo são 18 parlamentares. Não há prazo regimental para que o presidente da Câmara instale a comissão especial do Fundeb.

Reserva

O Fundeb é uma espécie de reserva de recursos financeiros para a educação. Ele é composto por parte do que arrecadam estados e municípios. A União complementa o bolo, com 10% do total do Fundeb a cada ano.

A maior parte desses recursos (no mínimo 60%) deve ser usada na remuneração dos professores, diretores e demais profissionais do magistério das escolas públicas. O restante, em outras despesas de manutenção e desenvolvimento da educação, ou seja, em reformas, aquisição e manutenção de equipamentos e aquisição de materiais didáticos.

“O Fundeb é vinculação. Caso se desvincule, vão ter gestores que dão importância e vão investir em educação, mas vai ter quem não dê tanta importância e que vai investir menos. Não haverá equidade para todos os estudantes do Brasil. O Fundeb proporcionou isso”, disse a presidente do Conselho Estadual de Secretários de Educação (Consed), Cecília da Motta, que é secretária de Educação de Mato Grosso do Sul.

Estudo técnico da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara mostra, em valores de 2015, que o menor valor gasto por aluno por ano poderia chegar a R\$ 415 sem o Fundeb. Com o fundo, o mínimo gasto era R\$ 2,9 mil por estudante.

Municípios

De acordo com estudo do movimento Todos pela Educação, citado na justificativa da proposta que tramita no Senado Federal, em pelo menos 4.810 municípios brasileiros, o Fundeb corresponde a 50% de tudo o que se gasta por aluno a cada ano. Em 1.102 desses municípios, a participação do Fundeb no total de gastos chega a 80%.

“Somos totalmente dependentes dos recursos do Fundeb. Se dissessem que acabou o Fundeb, nossa educação iria entrar em colapso financeiro. Todo o recurso que entra no Fundeb não dá para pagar a folha de pagamento. Vai tudo para pagar os professores e ainda falta”, diz a secretária de Educação de Limoeiro do Norte (CE), Maria de Fátima

Holanda.

O município tem cerca de 56,3 mil habitantes e está localizado a 200 quilômetros (km) de Fortaleza. Segundo a secretária, o município cumpre o piso nacional dos professores, que é R\$ 2.557,74, mas não sobra dinheiro para investir na escola: “Se tivesse recursos, eu investiria em bibliotecas, em laboratórios, em atividades no contraturno para os estudantes”.

O mesmo ocorre em Groaíras (CE), município com 11 mil habitantes, localizado a 253 km da capital. “É bastante apertado, 95,1% vai para a folha de pagamento e apenas 4,9% para demais despesas. Não consigo manter uma boa infraestrutura nas escolas, não consigo adequar as escolas para tempo integral. Preciso ainda ampliar box, banheiro, cantina”, diz a secretária de Educação do município, Francisca Hianice Vasconcelos.

Fundo permanente

Tanto a proposta que tramita na Câmara dos Deputados quanto a proposta do Senado Federal tornam permanente o Fundeb. As propostas também ampliam a complementação da União dos atuais 10% para 30%. A PEC 24/2017, que até o ano passado tramitava no Senado, aguarda desarquivamento. A proposta amplia a complementação da União para 50%, em seis anos.

O presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Alessio Costa Lima, disse que a União é o ente federado que mais arrecada, mas que tem menor participação na manutenção do ensino.

“De fato quem mantém a educação básica pública do nosso país são municípios e estados. Nesse sentido, ao sinalizar que a União deve entrar com maior participação, acredito que haja maior descentralização de recursos. Seria garantir que estados e municípios, que executam políticas educacionais, de fato tivessem acesso aos recursos disponíveis”, argumentou.

Audiência

O Fundeb foi um dos temas tratados na audiência pública com o ministro da Educação, Ricardo Vélez, na última quarta-feira (27), na Câmara. Segundo a deputada Professora Dorinha (DEM-TO), que foi relatora da PEC do Fundeb na comissão especial até o ano passado, a proposta “está praticamente pronta para ser votada”.

A deputada defendeu uma maior participação da União: “Compreendo o momento de crise, mas estamos querendo uma outra lógica de financiamento. Partimos da premissa que a União precisa colocar mais recursos, mas também [queremos] redesenhar o formato de distribuição dos recursos, corrigindo distorções e desigualdades para garantir que municípios e estados que mais precisam de ajuda possam recebê-la”.

Na audiência pública, Vélez disse que a pasta está comprometida com a continuidade do Fundeb. “Esse é o nosso compromisso explícito, de mantermos o Fundeb. Estamos vendo qual a melhor forma. A minha proposta é acompanhar de perto o evoluir dessa proposta no Congresso e, se for necessário que a União aumente a sua participação, estudaremos a melhor forma de fazê-lo”, afirmou.

[topo](#)

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Conselho Nacional de Educação debate custo aluno-qualidade

Qual é o investimento necessário para oferecer uma educação pública de qualidade? A pergunta deveria ter sido respondida pelo governo brasileiro há pelo menos três anos, em 2016. Esse foi o prazo estipulado em lei, no Plano Nacional de Educação (PNE), para a definição do chamado Custo Aluno-Qualidade inicial (CAQi).

De acordo com o PNE, o CAQi é o valor calculado com base nos insumos indispensáveis ao processo de ensino e aprendizagem. Após definido, esse valor deveria ser progressivamente reajustado até a implementação plena do Custo Aluno Qualidade (CAQ).

Nesta semana, CAQ e CAQi foram discutido na reunião extraordinária do Conselho Nacional de Educação (CNE). Nela o CNE se declarou incompetente “para definir o valor financeiro e precificação do Custo Aluno Qualidade Inicial”, dando, segundo entidades e movimentos educacionais, passos atrás para a definição desses instrumentos.

O próprio CNE foi o autor, em 2010, de parecer que definia o CAQi. O documento nunca chegou a ser homologado pelo Ministério da Educação (MEC) e, portanto, nunca chegou a vigorar.

Cálculo

O cálculo do Custo Aluno-Qualidade inicial (CAQi) leva em consideração os custos necessários para a formação e valorização dos professores, despesas com água, luz e telefone, além de aquisição de materiais em geral, como equipamentos para esportes, brincadeira e música, aparelhos e utensílios para cozinha, coleções e materiais bibliográficos, entre outros.

De acordo com a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, entidade responsável pelo desenvolvimento do CAQ e que reúne centenas de organizações de educação, para ofertar o mínimo necessário, o Brasil deveria investir até cinco vezes mais do que gasta hoje para garantir uma educação pública de qualidade da creche ao ensino médio.

Parecer

No governo de Dilma Rousseff, após a aprovação do PNE, começou-se a elaboração de um novo documento que substituiria o parecer já aprovado pelo CNE. A intenção, segundo a gestão do MEC na época, era criar um documento que pudesse ser reajustado com facilidade. O documento não chegou a ser aprovado.

Em nota divulgada esta semana, a Campanha posiciona-se pela aprovação e implementação do CAQi e CAQ cujo objetivo é “garantir que todas as crianças, todos os adolescentes, jovens, adultos e idosos que cursam ou deveriam cursar a educação básica tenham escolas dignas e capazes de garantir a realização do processo de ensino-aprendizagem”.

Para o cientista político Daniel Cara, coordenador da Campanha, o CNE “se eximiu de obrigações”, previstas no PNE. O parecer aprovado pelo CNE ao final da reunião de terça-feira (26) estipula que ao Conselho “compete apenas mediar o processo, contribuindo para o debate qualificado da vinculação de referenciais nacionais de qualidade da oferta e o financiamento da educação no país, a partir do diálogo

institucional entre o MEC, os sistemas de ensino subnacionais responsáveis pela oferta de educação básica (em especial os Conselhos de Educação) e as representações sociais dos fóruns de educação”.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Estado de SP cria programa de contraturno escolar dentro de universidades Educa SP propõe atividades em instituições de ensino superior; estudo indica que desempenho do ensino médio estadual está longe da meta

SÃO PAULO - Como em colégios da rede privada, a conexão de alunos do ensino médio com o ambiente da universidade também é uma meta do governo do Estado de São Paulo, que lançou, em fevereiro, o programa Educa SP. A proposta é que estudantes tenham acesso a atividades complementares em instituições de ensino superior públicas ou privadas. Segundo o governador João Doria (PSDB), deverão ser oferecidos cursos com duração de 6 a 7 meses no contraturno.

O desempenho de estudantes do ensino médio na rede estadual de São Paulo está longe da meta para a etapa. Estudo divulgado pela Secretaria de Estado da Educação, com base em dados do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar (Saresp), indica que quase metade dos jovens que estão concluindo o ensino médio em São Paulo tem desempenho abaixo do básico em Matemática.

A etapa é considerada a mais crítica da educação básica em todo o Brasil. "Estamos longe das metas programadas e temos um abandono de jovens, que não terminam o ensino médio. E entre os que vão para o ensino superior muitos não sabem como escolher seu projeto de vida", disse o secretário da Educação, Rossieli Soares, no lançamento do programa. "A universidade vai se aproximar mais dos futuros alunos e ocupar os espaços ociosos."

Na segunda quinzena deste mês, serão assinados os contratos entre as escolas de ensino superior e a pasta. Já o período de inscrição dos alunos ocorrerá no mês de maio. A meta para este ano, segundo Rossieli, é alcançar 30 mil alunos.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Comissão do Fundeb na Câmara depende de Maia para ser instalada

A comissão especial do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) na Câmara dos Deputados tem número suficiente de deputados para ser instalada. O início dos trabalhos depende agora de decisão do presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Pela legislação vigente, o Fundeb, uma das principais fontes de financiamento dos municípios e estados do país, continua existindo até o final de 2020. Para evitar que estados e municípios fiquem sem a garantia de recursos, é preciso que o Congresso Nacional aprove uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) mantendo o fundo.

Propostas com conteúdos semelhantes tramitam tanto no Senado Federal, PEC 33/2019 quanto na Câmara dos Deputados, PEC 15/2015.

Na Câmara, a discussão está mais avançada. Em 27 de fevereiro, Maia criou a comissão especial para continuar a discussão da proposta. Na mesma data, foi enviado um ofício aos líderes dos partidos, para que indicassem nomes para compor a comissão, que pode

ter até 35 membros.

De acordo com a Secretaria-Geral da Mesa da Câmara, foram indicados 23 membros, quantidade suficiente para que a comissão seja instalada - o mínimo são 18 parlamentares. Não há prazo regimental para que o presidente da Câmara instale a comissão especial do Fundeb.

Reserva

O Fundeb é uma espécie de reserva de recursos financeiros para a educação. Ele é composto por parte do que arrecadam estados e municípios. A União complementa o bolo, com 10% do total do Fundeb a cada ano.

A maior parte desses recursos (no mínimo 60%) deve ser usada na remuneração dos professores, diretores e demais profissionais do magistério das escolas públicas. O restante, em outras despesas de manutenção e desenvolvimento da educação, ou seja, em reformas, aquisição e manutenção de equipamentos e aquisição de materiais didáticos.

"O Fundeb é vinculação. Caso se desvincule, vão ter gestores que dão importância e vão investir em educação, mas vai ter quem não dê tanta importância e que vai investir menos. Não haverá equidade para todos os estudantes do Brasil. O Fundeb proporcionou isso", disse a presidente do Conselho Estadual de Secretários de Educação (Consed), Cecília da Motta, que é secretária de Educação de Mato Grosso do Sul.

Estudo técnico da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara mostra, em valores de 2015, que o menor valor gasto por aluno por ano poderia chegar a R\$ 415 sem o Fundeb. Com o fundo, o mínimo gasto era R\$ 2,9 mil por estudante.

Municípios

De acordo com estudo do movimento Todos pela Educação, citado na justificativa da proposta que tramita no Senado Federal, em pelo menos 4.810 municípios brasileiros, o Fundeb corresponde a 50% de tudo o que se gasta por aluno a cada ano. Em 1.102 desses municípios, a participação do Fundeb no total de gastos chega a 80%.

"Somos totalmente dependentes dos recursos do Fundeb. Se dissessem que acabou o Fundeb, nossa educação iria entrar em colapso financeiro. Todo o recurso que entra no Fundeb não dá para pagar a folha de pagamento. Vai tudo para pagar os professores e ainda falta", diz a secretária de Educação de Limoeiro do Norte (CE), Maria de Fátima Holanda.

O município tem cerca de 56,3 mil habitantes e está localizado a 200 quilômetros (km) de Fortaleza. Segundo a secretária, o município cumpre o piso nacional dos professores, que é R\$ 2.557,74, mas não sobra dinheiro para investir na escola: "Se tivesse recursos, eu investiria em bibliotecas, em laboratórios, em atividades no contraturno para os estudantes".

O mesmo ocorre em Groaíras (CE), município com 11 mil habitantes, localizado a 253 km da capital. "É bastante apertado, 95,1% vai para a folha de pagamento e apenas 4,9% para demais despesas. Não consigo manter uma boa infraestrutura nas escolas, não consigo adequar as escolas para tempo integral. Preciso ainda ampliar box, banheiro,

cantina", diz a secretária de Educação do município, Francisca Hianice Vasconcelos. Fundo permanente

Tanto a proposta que tramita na Câmara dos Deputados quanto a proposta do Senado Federal tornam permanente o Fundeb. As propostas também ampliam a complementação da União dos atuais 10% para 30%. A PEC 24/2017, que até o ano passado tramitava no Senado, aguarda desarquivamento. A proposta amplia a complementação da União para 50%, em seis anos.

O presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Alessio Costa Lima, disse que a União é o ente federado que mais arrecada, mas que tem menor participação na manutenção do ensino.

"De fato quem mantém a educação básica pública do nosso país são municípios e estados. Nesse sentido, ao sinalizar que a União deve entrar com maior participação, acredito que haja maior descentralização de recursos. Seria garantir que estados e municípios, que executam políticas educacionais, de fato tivessem acesso aos recursos disponíveis", argumentou.

Audiência

O Fundeb foi um dos temas tratados na audiência pública com o ministro da Educação, Ricardo Vélez, na última quarta-feira (27), na Câmara. Segundo a deputada Professora Dorinha (DEM-TO), que foi relatora da PEC do Fundeb na comissão especial até o ano passado, a proposta "está praticamente pronta para ser votada".

A deputada defendeu uma maior participação da União: "Compreendo o momento de crise, mas estamos querendo uma outra lógica de financiamento. Partimos da premissa que a União precisa colocar mais recursos, mas também [queremos] redesenhar o formato de distribuição dos recursos, corrigindo distorções e desigualdades para garantir que municípios e estados que mais precisam de ajuda possam recebê-la".

Na audiência pública, Vélez disse que a pasta está comprometida com a continuidade do Fundeb. "Esse é o nosso compromisso explícito, de mantermos o Fundeb. Estamos vendo qual a melhor forma. A minha proposta é acompanhar de perto o evoluir dessa proposta no Congresso e, se for necessário que a União aumente a sua participação, estudaremos a melhor forma de fazê-lo", afirmou.

topo 

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Conselho Nacional de Educação debate custo aluno-qualidade

Qual é o investimento necessário para oferecer uma educação pública de qualidade? A pergunta deveria ter sido respondida pelo governo brasileiro há pelo menos três anos, em 2016. Esse foi o prazo estipulado em lei, no Plano Nacional de Educação (PNE), para a definição do chamado Custo Aluno-Qualidade inicial (CAQi).

De acordo com o PNE, o CAQi é o valor calculado com base nos insumos indispensáveis ao processo de ensino e aprendizagem. Após definido, esse valor deveria ser progressivamente reajustado até a implementação plena do Custo Aluno Qualidade (CAQ).

Nesta semana, CAQ e CAQi foram discutido na reunião extraordinária do Conselho

Nacional de Educação (CNE). Nela o CNE se declarou incompetente "para definir o valor financeiro e precificação do Custo Aluno Qualidade Inicial", dando, segundo entidades e movimentos educacionais, passos atrás para a definição desses instrumentos.

O próprio CNE foi o autor, em 2010, de parecer que definia o CAQi. O documento nunca chegou a ser homologado pelo Ministério da Educação (MEC) e, portanto, nunca chegou a vigorar.

Cálculo

O cálculo do Custo Aluno-Qualidade inicial (CAQi) leva em consideração os custos necessários para a formação e valorização dos professores, despesas com água, luz e telefone, além de aquisição de materiais em geral, como equipamentos para esportes, brincadeira e música, aparelhos e utensílios para cozinha, coleções e materiais bibliográficos, entre outros.

De acordo com a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, entidade responsável pelo desenvolvimento do CAQ e que reúne centenas de organizações de educação, para ofertar o mínimo necessário, o Brasil deveria investir até cinco vezes mais do que gasta hoje para garantir uma educação pública de qualidade da creche ao ensino médio.

Parecer

No governo de Dilma Rousseff, após a aprovação do PNE, começou-se a elaboração de um novo documento que substituiria o parecer já aprovado pelo CNE. A intenção, segundo a gestão do MEC na época, era criar um documento que pudesse ser reajustado com facilidade. O documento não chegou a ser aprovado.

Em nota divulgada esta semana, a Campanha posiciona-se pela aprovação e implementação do CAQi e CAQ cujo objetivo é "garantir que todas as crianças, todos os adolescentes, jovens, adultos e idosos que cursam ou deveriam cursar a educação básica tenham escolas dignas e capazes de garantir a realização do processo de ensino-aprendizagem".

Para o cientista político Daniel Cara, coordenador da Campanha, o CNE "se eximiu de obrigações", previstas no PNE. O parecer aprovado pelo CNE ao final da reunião de terça-feira (26) estipula que ao Conselho "compete apenas mediar o processo, contribuindo para o debate qualificado da vinculação de referenciais nacionais de qualidade da oferta e o financiamento da educação no país, a partir do diálogo institucional entre o MEC, os sistemas de ensino subnacionais responsáveis pela oferta de educação básica (em especial os Conselhos de Educação) e as representações sociais dos fóruns de educação".

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Escritório em Jerusalém não é recuo e sim plano de mudança paulatina de embaixada, diz Malafaia

Em entrevista à BBC News Brasil, o pastor defende uma eventual mudança da embaixada de Tel Aviv para Jerusalém e acredita que países árabes não devem interromper comércio com o Brasil por causa da medida.

O anúncio do governo brasileiro de que vai abrir um escritório comercial em Jerusalém

não deve ser visto como um recuo da promessa de mudar embaixada para a cidade sagrada, considera o pastor Silas Malafaia, e sim como parte de uma estratégia de promover a ação "paulatinamente".

"Não foi o João ou o Manoel que me disse isso, foi o presidente. Ele falou, olha, Silas, eu vou fazer essa mudança paulatinamente. Não vou fazer de uma vez porque não tem necessidade e nem tem pressa. O Donald Trump levou nove meses para transferir a embaixada, não vou ser eu que vou fazer em cem dias", relata o pastor, liderança evangélica e amigo pessoal do presidente Jair Bolsonaro.

No primeiro dia de sua visita oficial a Israel, Bolsonaro anunciou a abertura de um escritório para promoção do comércio, investimento, tecnologia e inovação em Jerusalém. A medida é vista como um recuo em relação à promessa de campanha de transferir a embaixada do país de Tel Aviv para Jerusalém, a exemplo do que fizeram Estados Unidos e Guatemala.

A mudança teria efeito equivalente ao reconhecimento de Jerusalém como capital de Israel, posição defendida pelo governo israelense mas rechaçada pela comunidade internacional enquanto não houver acordo com os palestinos.

A cidade é considerada sagrada por cristãos, judeus e muçulmanos, e sua parcela oriental, ocupada por Israel desde a Guerra dos Seis Dias, em 1967, é reivindicada também como capital de um futuro Estado Palestino. A ONU reconhece a dualidade de Jerusalém e considera a presença de Israel na parte oriental da cidade - parte de expressiva maioria árabe da população, como território ocupado.

A comunidade evangélica brasileira deseja a mudança da embaixada por motivos religiosos, e não geopolíticos - mas a promessa gerou um embaraço diplomático entre o Brasil e países árabes, e o temor de que poderia gerar embargos e sobretaxas a exportações brasileiras.

Países árabes e muçulmanos são grandes compradores de produtos agropecuários, sobretudo a carne halal, de frango e bovina, produzida conforme os preceitos islâmicos, também são vendidos a países árabes açúcar e milho.

Malafaia, entretanto, defende a mudança, e argumenta que o Brasil é "independente e soberano" para apoiar a escolha de Israel e fixar sua embaixada em Jerusalém.

"Acho que o Brasil não tem nada a perder, e não vai perder (com a mudança)", opina o pastor, minimizando o atrito que a mudança poderia gerar com os países árabes, e a preocupação de impacto negativo sobre exportações brasileiras para a região.

"Aí vão comprar de quem? Vão comprar onde? Vão retaliar o quê?", ironiza o pastor, aludindo à dificuldade que os países árabes teriam para substituir as importações brasileiras. O Brasil é atualmente o maior exportador mundial de carne halal.

"Não vamos ser subservientes. Não é o Brasil nem ninguém de fora que define a capital de um Estado soberano", diz Malafaia em entrevista à BBC News Brasil, dando pouca importância a uma eventual ruptura com a postura defendida pela ONU. "Quem diz além para tudo que a ONU fala? Eu não conheço", diz o pastor.

Em maio do ano passado, quando a embaixada americana foi realocada para Jerusalém, protestos na Faixa de Gaza se estenderam por semanas e deixaram dezenas de mortos, a maioria palestinos. Até então, Tel Aviv era sede de todas as representações diplomáticas mundiais. A mudança adotada pelos EUA foi seguida apenas pela Guatemala por enquanto. Depois das promessas feitas por Bolsonaro, a medida "permanece em estudo", de acordo com o Itamaraty.

Leia abaixo os principais trechos da entrevista.

BBC News Brasil - O anúncio do governo de instalar um escritório comercial em Jerusalém, e não a embaixada brasileira, é visto com decepção pela comunidade evangélica?

Silas Malafaia - O Bolsonaro falou comigo sobre isso recentemente. Não foi o João ou o Manoel que me disse isso, foi o presidente. Ele falou, "olha, Silas, eu vou fazer essa mudança paulatinamente. Não vou fazer de uma vez porque não tem necessidade e nem tem pressa. O Donald Trump levou nove meses para transferir a embaixada, não vou ser eu que vou fazer em cem dias".

Ele me falou: "Eu vou fazer (a mudança da embaixada) porque essa é a verdade. Aquilo lá é a capital eterna e indivisível desses caras". Jerusalém nunca foi capital de Estado árabe na História. Foi fundada pelo rei Davi 3 mil anos atrás. É a soberania de uma nação (Israel). Não somos nós que temos que dizer onde eles têm que colocar sua capital.

E vocês vejam o que Bolsonaro fez lá e que ninguém faz, indo com o primeiro-ministro (de Israel, Benjamin Netanyahu) visitar o Muro das Lamentações. Vejam a ousadia do camarada.

BBC News Brasil - O senhor acredita que não houve um recuo?

Malafaia - Não tem recuo nenhum. Ele falou para mim que vai fazer por etapas. Ele não está abrindo o escritório dizendo que esta é a decisão final. Ele vai fazer paulatinamente.

Se você analisar a personalidade do Bolsonaro, vai ver que aquilo em que ele crê ideologicamente ninguém tira desse cara. Ele pode fazer recuos estratégicos por causa de política de governo, ok. Agora, aquilo que faz parte da convicção dele... Aí, minha filha...

Pode escrever aí que o pastor Silas está fazendo uma aposta. Quem disser que Bolsonaro está arregando ou dando um passo atrás abrindo esse escritório vai passar vergonha no futuro.

BBC News Brasil - Mas a mudança significaria uma ruptura do Brasil com a postura neutra adotada pela comunidade internacional no Oriente Médio, e poderia gerar atrito com países árabes.

Malafaia - Que atrito? Eles vão deixar de comprar o quê, por acaso?

BBC News Brasil - Os países árabes têm parcerias importantes com o agronegócio brasileiro. Importam açúcar, carne, milho...

Malafaia - Mas aí vão comprar de quem? Vão comprar onde? Vão retaliar o quê? Para mim, isso tudo é papo. Isso tudo faz parte do jogo político. O Brasil é independente e soberano. Não vamos ser subservientes. Não é o Brasil nem ninguém de fora que define a capital de um Estado soberano. Israel é uma nação soberana e tem direito de escolher sua capital. Acho que o Bolsonaro reconhecer isso não é mais do que reconhecer aquilo a que o país tem direito.

Acho que o Brasil não tem nada a perder, e não vai perder (se mudasse a capital para Jerusalém). Não estou nem falando de um viés espiritual sobre Israel, que é a nossa crença, e sim na soberania de um Estado escolher sua capital. E na soberania de uma nação (o Brasil) de escolher se reconhece ou não. Quem é que obedece a toda resolução da ONU? Quem diz amém para tudo que a ONU fala? Eu não conheço.

Para fazer isso (mudar a capital), tem que ter peito, tem que ser audacioso. O Bolsonaro vai ter que ser macho para fazer. Eu acho que ele é. Não estou falando de masculinidade. Estou falando de ser corajoso. O que marca uma liderança é a coragem.

BBC News Brasil - Mas e se o recuo for definitivo e a mudança não ocorrer?

Malafaia - É importante que aconteça. Se não ele vai entrar naquela de outros governantes, que prometem coisas e não fazem. Não fomos nós que exigimos. Foi ele que prometeu fazer isso.

Se for para voltar atrás é melhor não prometer, não é? Por que fazer promessa se não vai cumprir? Eu acho que vai ficar chato para ele se ele não cumprir. Os evangélicos tiveram um peso forte em sua eleição. É uma comunidade para ele pensar direitinho.

BBC News Brasil - Por que a relação com Israel e a mudança da embaixada é tão importante para a comunidade evangélica?

Malafaia - É importante para nós porque é uma promessa que está na Bíblia. Está lá no livro de Gênesis, quando o Senhor diz para Abraão, que é o pai de Israel: "Abençoarei os que te abençoarem, amaldiçoarei os que te amaldiçoarem".

Creemos que quando uma nação abençoa Israel, ela é abençoada. Creemos nisso por princípio de fé. Creemos que uma posição de Bolsonaro a favor de Israel vai abençoar a nossa nação e o seu governo. Isso é um princípio para o mundo evangélico, para o mundo cristão, para quem obedece a Bíblia.

BBC News Brasil - A promessa de mudar a embaixada para Jerusalém ajudou Bolsonaro a obter apoio evangélico nas eleições?

Malafaia - Não. Isso não foi exigência da comunidade evangélica. O Bolsonaro disse espontaneamente que reconhecia Jerusalém como capital, e nós da comunidade evangélica aplaudimos, porque temos uma visão espiritual sobre Israel.

Nenhum líder evangélico condicionou isso ao apoio. Não conheço uma liderança

evangélica que botou a faca no pescoço desse cara (o Bolsonaro) para dizer que, se ele não fizesse isso, não teria o nosso apoio. Veio dele espontaneamente, e teve o nosso apoio. Foi promessa de campanha dele para o mundo evangélico.

BBC News Brasil - Estamos chegando aos cem dias do governo Bolsonaro depois de uma semana conturbada, marcada por discussões com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia. O apoio evangélico sofreu algum abalo?

Malafaia - Ele continua tendo o apoio dos evangélicos. Mas ainda está cedo para falar sobre o governo Bolsonaro. O cara pegou um Estado em crise, com 14 anos de governo de desastre de corrupção.

Leva um tempo até ele ver quem é quem, até aprendiz de presidente tomar as rédeas da máquina. Eu acho uma covardia estúpida cobrar do cara com cem dias de governo. Ele está promovendo uma mudança de eixo, de paradigma. Então vai gerar crise, vai gerar atrito, até acertar. Vai cair ministro. Isso para mim é normal.

BBC News Brasil - Mas a crise no MEC, a lei orçamentária aprovada às pressas pela Câmara essa semana, desdobramentos como esses não são graves para o governo?

Malafaia - Não acho, não. Todo mundo sabe que toda a política do Brasil era de tomá-lá-dá-cá, desde a época do Fernando Henrique Cardoso. Dava-se ministério em troca de apoio político. O Bolsonaro não fez isso.

Então o que estamos vendo não é rusga, é guerra de poder. Aquilo que todo mundo queria e reclamava, o cara está fazendo. Então estão reclamando de que?

BBC News Brasil - Os parlamentares estão reclamando de falta de diálogo, de negociação, de articulação política...

Malafaia - Eu acredito que ele tem que melhorar muito no diálogo político. Ele tem que aprender. Está errando, vai ter que acertar coisas. Não estou dizendo que ele acertou todas.

Mas como é que vai se cobrar energicamente de um cara? Qual é a acusação, camarada? Ele não está fazendo aquilo que a sociedade brasileira pedia? Ele não fez acordos com partidos dando ministérios. Isso não é vantagem?

Então vai ter crise. Porque ninguém dá poder de graça. Não estou dizendo que ele está acertando tudo. Vai ter que dialogar mais e ter um viés político. Mas acredito que ele tem muito boa vontade e desejo de acertar.

BBC News Brasil - O governo tem diferentes grupos de influência - a ala militar, a equipe econômica, os filhos do presidente, Olavo de Carvalho... Essas influências têm sido equilibradas, a seu ver?

Malafaia - Eu acho que o Olavo de Carvalho tem uma influência maior do que o tamanho dele. Mas eu aprendi uma coisa. Cada um ouve quem quer. Eu não vou brigar com o Bolsonaro porque está ouvindo mais o João ou o Manoel. Ele que tem que saber quem interessa para ele.

BBC News Brasil - E a participação de seus filhos no governo?

Malafaia - Eu não acho que eles têm um peso grande. Filho é filho, tem uma influência. Os garotos são até bem-intencionados. Querem ver o governo do pai se dar bem. De vez em quando exageram. Porque tudo que eles falam tem o peso de vir do filho do presidente.

Tudo na vida tem um preço a pagar. Você tem filhos políticos, então qualquer deslize o pau vai comer. Eu acho que os garotos do Bolsonaro cometem alguns erros, mas querem ver o Brasil melhor. E não estão nomeando todo mundo. Os caras mais fortes no governo são os militares.

BBC News Brasil - Os evangélicos têm sido ouvidos pelo governo?

Malafaia - De nós, evangélicos, podem falar o que quiser. Nós fomos o peso da eleição de Bolsonaro. E quem é que nomeamos? Eu não conheço. A Damares (ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos) é evangélica, é uma mulher inteligente, tem sua competência. Mas sua escolha não teve nada a ver com a bancada evangélica. O cara político mais próximo dele era o (pastor evangélico e ex-senador) Magno Malta, e não ganhou cargo nenhum.

Eu acho o Bolsonaro certo na questão do toma-lá-dá-cá, mas acho também que quem vence vai compartilhar o poder com quem é aliado. Isso é democrático. Isso não é corrupção.

Então se militar nomeia, é a nova política. Se os filhos nomeiam, é nova política. Mas se um deputado indica alguém é ladrão? Eu não sou dessa opinião. Todo político é ladrão, e só militar que é honesto? Ou só é honesto se for da família? Eu não concordo. Acho que política se faz assim: destes cargos eu não abro mão, mas esses eu posso dar politicamente para compor a minha base. Não acho que isso seja corrupção.

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NOTA 22

Doutorado fora

Bolsas nos EUA

Estão abertas até hoje (31) as inscrições para até 20 bolsas de doutorado completo nos Estados Unidos, ofertadas em parceria entre a **Capex(Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** e a Comissão Fulbright no Brasil. Os selecionados pelo programa iniciam as atividades no segundo semestre de 2020. As inscrições devem ser feitas pelo link inscricao.capes.gov.br. Os candidatos devem ter nacionalidade brasileira e morar no Brasil; diploma de bacharelado ou equivalente; não ter cursado ou cursar doutorado ou ter título de doutor em qualquer área do conhecimento; ter proficiência em inglês com teste realizado após 31 de julho de 2018 (TOEFL iBT com nota 102 ou superior, ou IELTS com nota 7,5 ou superior) e certificado com nota do teste GRE (Graduate Record Examination) realizado após 30 de maio de 2016.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Para o voto valer

Com acordo que busca cumprir vontade de eleitores, UFRJ escolhe reitor nesta semana

Com um déficit de R\$ 171 milhões e desafios como a reforma do Museu Nacional, destruído por incêndio em setembro, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) vai agora às urnas para sugerir seu novo reitor ou reitora, com posse prevista para julho, e que assumirá a instituição pelos próximos quatro anos.

As três chapas concorrentes divergem sobre como driblar o orçamento deficitário. Denise Pires defende a necessidade de cortes e de licitação de imóveis como o Canecão —fechado desde 2010—, para bancar projetos. Oscar Rosa Mattos —candidato apoiado pelo atual reitor, o biólogo Roberto Leher— enfatiza as emendas parlamentares. Já Roberto Bartholo quer parcerias com grandes empresas, como Google e Amazon.

A autonomia universitária é um dos poucos temas que unem os três candidatos, professores de carreira da UFRJ, que lá se graduaram e foram os primeiros de suas famílias a obter um diploma. Todos afirmam não ter filiação partidária.

LISTA TRÍPLICE

Não há pesquisas revelando favoritos na consulta a alunos, funcionários e professores — um universo de cerca de 70 mil pessoas. O processo eleitoral, que começou na sexta-feira para os que votam à distância, segue de terça a quinta-feira. Se necessário, o segundo turno acontece entre 15 e 17 de abril.

O resultado da consulta, informal, é usado como subsídio pelo colégio eleitoral da UFRJ, que então elabora uma lista tríplice a ser enviada ao presidente da República. Cabe a Jair Bolsonaro indicar o nome do próximo mandatário à frente da maior universidade federal do país. Por lei, o governo deve indicar o reitor e o vice a partir dos nomes enviados pelas instituições.

Por tradição, o presidente escolhe o primeiro nome da lista, mas não está legalmente obrigado a isso —em 1998, José Henrique Vilhena ficou em último lugar na consulta interna, mas foi nomeado reitor da UFRJ pelo então governo de Fernando Henrique Cardoso, o que gerou forte reação da comunidade universitária.

Desde então, para evitar que a vontade dos eleitores seja desrespeitada, as três chapas firmam o compromisso de não apresentar seus nomes ao colégio eleitoral — composto em 70% por professores — caso não sejam escolhidos pela maioria. Assim, a lista tríplice deverá ser formada apenas pelo vencedor e por dois nomes indicados por ele.

Nada impede, no entanto, que outros candidatos, mesmo que não tenham participado da consulta preliminar, se inscrevam nesta etapa. A decisão da UFRJ deverá ser divulgada no dia 30 de abril.

Foco nas pesquisas e no aumento da taxa de conclusão de curso

Denise Pires de Carvalho é candidata pela segunda vez e desde 2011 faz oposição ao grupo que administra a UFRJ. Ela critica o projeto de expansão da universidade. O número de alunos, ela diz, aumentou, mas a estrutura para recebê-los não acompanhou o ritmo. Carvalho critica ainda o fato de que muitos cursos têm altas taxas de abandono. Uma de suas principais bandeiras é a de aumentar o índice de conclusão de cursos. Ela quer passar um pente-fino na situação cadastral dos alunos, entender onde há vagas

ociosas e quais setores estão sobrecarregados. Para os que pensam em trocar de carreira no meio da graduação, ela quer criar um programa de apoio ao estudante. O aluno indeciso poderá passar uma semana frequentando as aulas do curso pretendido. A candidata bate na tecla da transparência. Ela diz que pretende criar um sistema informatizado em que seria possível acessar o número de servidores de cada unidade, o tipo de contrato de cada um e o salário. Carvalho também defende a pesquisa como a essência universitária. Propõe que projetos de iniciação científica com bolsas da UFRJ — independentes da **Capes** ou do CNPQ — levem os alunos da graduação a trabalhar em pesquisa sob a liderança de professores, inclusive para resolver problemas da própria universidade. Por exemplo, os laudos sobre os riscos estruturais de prédios poderiam ser feitos assim.

INSTITUTO DE BIOFÍSICA

A candidata coordena o Laboratório de Fisiologia Endócrina Doris Rosenthal, no Instituto de Biofísica da UFRJ. Das 8h às 18h, é possível encontrá-la entre as bancadas e sua sala, que ela mesma chama de “puxadinho”, localizado em um espaço anexo conectado à área principal do laboratório. Ela se emociona ao pensar que, se vencer as eleições, não terá escolha: deixará a sala que é sua segunda casa há 20 anos. Formada em Medicina, ela fez especialização, mestrado e doutorado na UFRJ. Tornou-se professora e galgou cargos de chefia até tornar-se coordenadora acadêmica da Pró-reitoria de Graduação. Hoje, aos 54 anos, tem um novo “cargo”: é mãe de aluna. Sua filha mais nova, Isabela, estuda Medicina. A mais velha, Daniela, também passou pela ilha do Fundão: lá, formou-se em Ecologia.

Parcerias com ex-alunos e pressão por verbas públicas no Congresso

Apoiado pelo atual reitor, Oscar Rosa Mattos é professor da Engenharia Metalúrgica e comanda o Laboratório de Ensaio Não Destrutivos, Corrosão e Soldagem (LNDC), um dos maiores da UFRJ. A unidade produz tecnologia de ponta utilizada por empresas que exploram o pré-sal. Gerencia um orçamento de R\$ 70 milhões, oriundos em boa parte da indústria de óleo e gás. Para superar o déficit de R\$ 171 milhões da universidade e aumentar a captação de recursos, Mattos diz que pretende conversar com parlamentares para a aprovação de verbas por emenda. Ele defende ainda que ex-alunos atuem em favor da universidade. A UFRJ, afirma, é um patrimônio brasileiro que todos devem preservar.

Pai de quatro filhas, duas delas ex-alunas da UFRJ, e com cinco netos, o professor de 65 anos diz que a universidade é sua “casa” e que pretende administrá-la seguindo preceito básico: a instituição seguirá pública, gratuita e “com ensino de qualidade”. Ele sempre estudou em escola pública.

Por sua própria experiência no LNDC, defende investimentos externos—seu laboratório foi construído com recursos da Petrobras e da

ANP —, mas diz que é preciso manter os “princípios da educação pública”. —Sem os estudos de corrosão desenvolvidos no LNDC, a Petrobras não teria condição de explorar águas profundas —resume Alberto Vieyra, professor emérito da UFRJ e membro titular da Academia Brasileira de Ciências. —Lá, formou-se uma enorme quantidade de pessoas, tanto no meio acadêmico quanto no mercado, e transferiu-se conhecimento

para uma das mais importantes atividades econômicas do país.

AMBIENTE DE DEBATE

Um professor exigente, visto por alguns colegas como “um pouco enfezado”, Mattos diz querer o diálogo com diferentes grupos ideológicos que convivem na academia. —A universidade deve ser um local de discussão. E não ter medo de utopias, uma característica que foi perdida ao longo do tempo.

Ele foi ativo na luta contra a ditadura nos anos em que estudou na UFRJ. Já em 1998, membro do Conselho Universitário, se opôs à nomeação de José Henrique Vilhena, que ficou em último lugar na consulta interna para reitor, mas foi indicado reitor pelo então ministro da Educação, Paulo Renato Souza.

Quer trazer Google e Amazon para investir na universidade

Esta é a primeira vez que Roberto Bartholo, de 67 anos, 50 dos quais passou na UFRJ, concorre à reitoria da universidade. O carro-chefe de seu programa é a criação de polos voltados para a captação de investimento privado: ele quer usar o Parque Tecnológico, focado em pesquisa, como exemplo para outras áreas. Em seu plano, figuram um parque das artes e um dos esportes.

—O apoio a ele se concentra na Belas Artes e na Letras. Uma das diferenças dele em relação aos outros é justamente o fato de não centralizar as propostas na área de ciências tecnológicas —diz o professor Marcos Cavalcante, da Coppe, eleitor do candidato. Bartholo vive em um amplo apartamento no alto de Santa Teresa. Separado, com um filho adulto, dedica-se aos quatro gatos que adotou e aos alunos. Foram os exalunos que o convenceram a lançar a candidatura. —A função primordial da universidade deve ser formar pessoas: a graduação. Por isso, o orçamento participativo da UFRJ, que é a parte pública das verbas, deve sim priorizá-la. A pósgraduação, por sua vez, deve ter condições de arrecadar investimento privado para se sustentar e também irrigar

a graduação —afirma. O candidato é ambicioso quando pensa nas empresas que pretende atrair para investir na instituição: —A área de tecnologia produz patentes, já Letras pode criar espetáculos. Por que não trazer o Google para contribuir com Letras? E empresas fornecedoras de equipamento esportivo poderiam contribuir com um parque esportivo que receberá as atléticas das faculdades.

DE ENGENHARIA A LETRAS

Ex-aluno da UFRJ, Bartholo formou-se em Economia em 1973 e em seguida fez mestrado em Engenharia de Produção. Depois de um doutorado na Universidade de Erlangen-Nuremberg, na Alemanha, graduou-se em Teologia na PUC. O acadêmico diz ter prazer em trabalhar em áreas aparentemente desconexas. Na Coppe, leciona no Programa de Engenharia de Produção, com ênfase em inovação, desenvolvimento social e sustentabilidade. Na Faculdade de Letras, é pesquisador na área de Literatura Comparada no Programa Avançado em Cultura Contemporânea. Ele diz ter capacidade de diálogo e de unir diferenças que, aposta, chegarão em breve ao gabinete da reitoria.

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA

Entrevista -ONYX LORENZONI

“É preciso ter tempo, paciência e humildade”

Prestes a completar 100 dias, em 11 de abril, o governo Jair Bolsonaro conseguiu fechar a semana com um respiro em relação a controvérsias e troca de chumbo entre aliados e parlamentares. A dúvida é quanto tempo a trégua vai durar, até a próxima troca de tuíte ou declaração agressiva. Mas não para o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, 64 anos. Para ele, os atritos eram esperados, mas a tendência é que as polêmicas decantem e a reforma da Previdência — o principal projeto do Planalto — avance no Congresso e seja aprovada antes do recesso de julho.

“É preciso tempo, paciência, resiliência e humildade”, disse Onyx em entrevista ao Correio, ao final da tarde da última sexta-feira, em seu gabinete, no quarto andar do Palácio do Planalto. Pouco antes de receber a reportagem, o ministro trabalhava com a organização do anúncio dos 100 primeiros dias do governo Bolsonaro. “Vem aí o revogação”, diz ele, referindo-se à revogação de mais de 200 decretos do Poder Executivo, de forma a simplificar a vida do cidadão.

Quanto aos sobressaltos que o governo passou em tão pouco tempo e às resistências a pontos da reforma, ele é direto: “Nenhum projeto de nenhum governo passa incólume pelo Parlamento. Vamos discutir na comissão de mérito”, diz ele, citando o texto do governo não como uma reforma, nos moldes das gestões passadas, mas uma mudança total no sistema previdenciário do país. E, num caso desses, os sobressaltos ocorreriam. “Isso era perfeitamente previsível. A gente sabia que ia ser complexo. A alta burocracia se defende, porque burocracia significa proteção e poder”, comenta, ao ressaltar que a “nova Previdência” exige um pacto pelo Brasil. “Ou vamos ser a Grécia e mergulhar no abismo ou vamos ser o Portugal, que em um belo dia cortou 30% de pensões de aposentadorias. Os portugueses gritaram, choraram, mas o que aconteceu? Tiveram que aguentar. Imagina cortar 30% de pensão hoje!”

Questionado se faria comemorações hoje, 31 de março, Onyx disse que a “sociedade brasileira, majoritariamente, escolheu o caminho da democracia e para evitar o processo que vinha da Guerra Fria”. Segundo ele, “todo mundo sabe da história”. “As pessoas sabem que nunca lutaram contra a democracia, lutaram contra a ditadura comunista. “A democracia não tava no horizonte. Foi necessário aquele movimento”, diz ele, que atacou a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que na sexta-feira denunciou Bolsonaro por recomendar que se promova uma “comemoração adequada” do golpe. “Um absurdo, eu fico triste de ver que a entidade como a OAB se presta a isso. As pessoas do mundo todo vão rir do Brasil, não tem nenhum sentido. A OAB deveria cuidar das coisas do Brasil, deixa a ONU para lá.”

A seguir, confira a entrevista:

"Somos um governo novo, com uma herança maldita deixada pelo Partido dos Trabalhadores, sem falar na roubalheira. E por 30 anos o Brasil criou o presidencialismo de coalizão, em que o resultado, todos nós conhecemos"

O que dá pra ressaltar nos primeiros 100 dias de governo?

Faremos o balanço no dia 11 de abril. Não vamos antecipar, já que é lá que vamos comemorar. Nós tínhamos 35 metas, e estamos aí com mais de 90% do cumprimento. A gente acha que vai chegar, mas, se não alcançar os 100%, deve ser 98% para cima. Estamos coletando outras ações que desenvolvemos e tem um balanço muito positivo para o governo. O que são os primeiros 100 dias? Isso é governança pública, padrão OCDE, que é o projeto criado pelo TCU, já aplicado na transição, quando lançamos aquela cartilha de governança pública. Todos os ministros e secretários executivos passaram por treinamento na Escola Nacional de Administração Pública. Estamos praticando o procedimento tanto com metas finalísticas, quanto metas transversais. Trabalhamos com a digitalização do governo até os primeiros quatro anos. Reduzimos ministérios e níveis hierárquicos. Cortamos as primeiras 21 mil funções de cargos e comissões. Vamos implantar, antes dos 100 dias, as primeiras unidades de integridade e combate à corrupção, uma no Ministério da Saúde e outra, no Ministério de Agricultura, justamente por terem grande capilaridade. No combate à corrupção, não adianta somente ter Polícia Federal forte, o Judiciário... A gente precisa mudar a cultura na área pública, trabalhando por dentro. Vamos fazer teste da forma de funcionamento em aproximadamente 90 dias e, provavelmente, em agosto, implantamos em toda a Esplanada. Cada pasta terá uma unidade integradora e controle.

É a volta do controle interno?

Não, é um modelo semelhantes às unidades de compliance aplicado às empresas privadas.

Mas o governo tem apresentado muitas dificuldades.

Vamos lá, primeiro deixa eu falar da reforma, que é um nome ruim para uma coisa boa e diferente. Quem fez reforma foi FHC. Lula, Dilma e Temer, uma maquiagem, um conserto pontual. Nós apresentamos um novo sistema previdenciário. Antes de mandar a reforma, mandamos a MP de fraudes do INSS e entregamos o projeto que melhora a cobrança a devedores. Depois, pela primeira vez na história republicana, desde o século XIX, separamos Previdência de assistência, para a sociedade ter clareza. Quando lembramos de João 8:32, é a verdade. A verdade é que Previdência é sistema de seguridade. O Brasil tem sistema de repartição, e a assistência social é de outra natureza, tem que ser coberta com taxas, imposto e contribuições. A sociedade tem que ter clareza do custo e de como se faz essa rede de solidariedade, que tem que existir. Outra coisa, estamos consertando o barco, que está furado, para permitir que ele continue flutuando, tenha capacidade de receber milhões de pessoas que vão se aposentar na próxima década, e ele possa pagar pensões e aposentadorias rigorosamente em dia. Eu considero o sistema de pensão uma falha geracional. Ele podia funcionar em um mundo do trabalho, que, a partir de meados dos anos 1980, começou a se transformar, a forma como o trabalho se organizou na época. Hoje é diferente. Outra coisa importante, graças a Deus, as pessoas vivem mais por causa dos avanços da medicina, melhoria do padrão de vida brasileiro, alimentação, saneamento. Outro problema é: meu avô vem de uma família de 11 filhos, não sendo o padrão atual. Então, a conjugação desses aspectos, a mistura de Previdência e assistência, e a irresponsabilidade da gestão fizeram um buraco no navio. E o que estamos fazendo? Estamos consertando com equidade. É para todos, para todo mundo, a partir da cota de sacrifício no aumento das alíquotas e na incidência de alíquotas para todos — mas, diferentemente das outras, não há retirada de direitos para ninguém, nem no regime

próprio, nem na Previdência Geral.

Mas há uma dificuldade para que a sociedade apoie, principalmente em relação à capitalização.

Isso é importante, a gente corrige e dá condição de flutuação para o barco novinho para os nossos filhos e netos, que é o regime de capitalização. É diferente do chileno, que foi em fundo. O nosso será em poupança individual para aposentadoria. Escolhemos a poupança porque a poupança é conhecida dos extratos menos “aquinhoados” da população, e a população confia. Na medida em que seja assim, essa poupança individual vai ter característica importante: uma portabilidade de 3 a 4 anos. Então imagina a disputa dos bancos para receber poupança sobre remuneração. Usando mecanismo de mercado, o Brasil tem do PIB 15,5% de poupança interna, mas terá condições de bater 20%, com a capacidade de alcançar 3% do crescimento ao ano. Além de que vai melhorar câmbio, reduzir dependência do recurso externo, financiar o próprio crescimento e atualização tecnológica, na medida em que seja assim, uma transformação profunda.

Mas o presidente parece não ter convicção da reforma, e a troca de declarações com o Maia atrapalhou tudo. Como resolver?

Primeiro, com muita humildade. Somos um governo novo, que tem uma herança terrível deixada pelo PT, para não falar maldita. São 13 milhões de desempregados, R\$ 139 bilhões de déficit primário, 9% de analfabetos, enquanto que os funcionais são 30%. Parte dos alunos que entra nas escolas públicas e privadas não faz interpretação de texto nem equação matemática. Isso é a herança petista, sem falar na roubalheira. Estamos falando daquilo que mexe com a vida da cidadania, 60 mil homicídios por ano. Evidente que, em um período curto, essa tragédia se abateu sobre o Brasil, misturando incompetência com projeto de poder continental, e é a dificuldade que nós temos. Por 30 anos o Brasil criou presidencialismo de coalizão, em que o resultado, todo nós conhecemos.

Essa dificuldade é a dificuldade com o Maia?

Não, isso é outra questão. Vou tentar equacionar para não cair no reducionismo de o problema ser o “Maia e o presidente”, que é ótimo para a manchete do jornal, mas é uma tragédia para o Brasil. Nós temos 30 anos de presidencialismo de coalizão que está sendo modificado. Como está sendo modificado? Montamos o primeiro escalão independente, enquanto que, no segundo escalão, o presidente da República nomeou uma pessoa, que é o secretário nacional da pesca. Mais ninguém. Vocês já viram isso? Ninguém nunca viu isso no Brasil.

E quem está nomeando?

Os ministros, com total independência. O que acontece: é claro que tem um processo de adaptação. O Congresso é o mesmo? Não. São 249 deputados novos e 46 senadores novos. Então, é evidente que tudo isso precisa de tempo, paciência, resiliência e humildade para poder persistir no diálogo. Então o que aconteceu: quando começamos a ajustar, houve uma situação de desentendimento de parte a parte, e a gente encontra razão de todos os lados.

Não importa quem errou?

Não, até pelo fato da humildade, como o presidente teve e o Rodrigo (Maia) também. A gente dizia: erramos? Erramos. Vamos arrumar? Vamos. Essa semana foi a semana do apaziguamento. Na terça-feira, passei duas horas e cinquenta minutos reunido com 14 líderes partidários dentro de uma sala, onde conversamos sobre tudo que tinha que ser conversado.

Qual foi a principal reclamação deles?

Dá pra escrever um livro. Na quarta-feira, fui ao Senado e passei mais de 3 horas lá. Falei com oito líderes de partidos. Nós conversamos aqui também na quinta, quando o cenário passou a mudar. Comecei com o Davi (Alcolumbre), (Rodrigo) Maia. Graças a Deus, passamos a desanuviar as tensões.

O que é velha política e o que é nova política?

Isso foi uma disputa feita na eleição, e que permitiu que houvesse essa renovação e vitória dele (Bolsonaro). Depois de formatados a Câmara e o Senado e tendo um presidente, acabou. Daqui para frente é a política, numa nova forma de construção de relacionamento entre poderes Executivo e Legislativo, o qual ainda está em uma fase de aprendizagem. Vamos lá, nós temos um campeonato a ser jogado, que é o campeonato de desenvolvimento. Nós temos quatro anos para jogar esse campeonato. Vamos lá: qual era a previsão em junho do ano passado? “Quando começar a campanha do Bolsonaro, ele perde espaço.” Depois: “Mas quando entrar a televisão, acaba”. Aí, por pouquinho, não liquidamos no primeiro turno. “No segundo, ele perde”. Não perdeu. Quando teve a disputa lá no Senado... Só uma parcela apostava no Davi. E ele ganhou.

O Davi foi considerado uma boa articulação da sua parte. Como o senhor vai operacionalizar isso no Senado?

A nova política foi uma resposta da sociedade eleitoral que, na minha opinião, e eu tenho conversado internamente, acabou. Agora o estado é de fazer política. Para que foi inventado o Estado? Para garantir a nossa integridade física. Depois, melhorar a condição de vida da sociedade. Aí, quando a gente evoluiu para a democracia, se escolheu, desde o iluminismo francês, a tripartição dos poderes. E quando os americanos inventaram o presidencialismo republicano, então diminui o poder para o rei, afinal pode ser qualquer um de nós. E nós no Brasil precisamos reinventar a nossa forma de nos relacionar. De forma que tenha mais transparência, de forma que seja mais facilmente identificável pela sociedade. E eu não tenho nenhuma dúvida de que a Nova Previdência é o portal da prosperidade para o Brasil, devido aos seus reflexos econômicos importantes, que vão trazer para o nosso país, o volume de investimentos. E, por outro lado, a Nova Previdência é a chance de o Congresso se reencontrar com a sociedade, que, nos últimos anos, teve quase que um divórcio.

"Brasiliense adotado"

“Eu estou há 17 anos em Brasília. Minha esposa (Denise) é brasiliense, nativa da Vila Planalto. Agora, hoje, eu estou quase brasiliense adotivo, mas, na verdade, mantenho todos os hábitos gaúchos. Ela me torna um brasiliense adotivo, e eu a torno uma gaúcha nativa. Ela toma mate, come churrasco. E ouve música gaúcha e dança. Eu gosto de dançar. Aqui, corro todos os dias na rua.

Eu sou luterano. Minha mulher é da Sara Nossa Terra há 18 anos. Sou muito amigo do pastor Rodovalho, nossos mandatos coincidiram. Desde lá, fizemos uma relação de amizade. E aí ele faz um trabalho muito bonito. Eu gosto muito. Me sinto feliz e vamos ver o que Ele (Deus) vai decidir sobre o futuro, mas agora é servir ao Brasil. Eu tive uma conversa com Ele quando fiz o caminho de Santiago de Compostela, em 2016. Foi espetacular. Você faz um mergulho. Eu fiz perguntas para ele que só tive respostas na revisão de vida que fiz há sete meses na Sara Nossa Terra. Muita coisa que perguntei para ele lá, as respostas vieram.”

"A presidente da Embratur resolveu fazer um jantar de R\$ 299 mil. O presidente descobriu e ela foi demitida na hora. A gente não brinca com essas coisas"

O senhor fala em paciência, tempo e humildade para que se entenda esses 100 dias. Mas são muitos sobressaltos...

Está dentro do normal. Até porque a gente tem uma circunstância em que todos estão se ajustando. Isso era perfeitamente previsível. A gente sabia que ia ser complexo. A gente sabia que ia ser difícil porque estamos mudando uma cultura. Por exemplo, quando a gente fala em avançar para a digitalização aqui, nós temos forças da alta burocracia que impedem. A gente começou a fazer os decretos de desburocratização para fazer o revogado. Nós já temos mais de 100 decretos para serem renovados. A alta burocracia se defende porque burocracia significa proteção e poder.

Essa lua de mel tem um prazo de validade devido à opinião pública. Vai ter uma hora em que as coisas começam a embarçar. Isso afeta a reforma da Previdência?

A nova Previdência não é apenas um projeto do governo Bolsonaro. Ela exige um pacto pelo Brasil. Ou vamos ser a Grécia e mergulhar no abismo, ou vamos ser Portugal, que, em um belo dia, cortou 30% de pensões de aposentadorias. Os portugueses gritaram, choraram, mas o que aconteceu? Tiveram que aguentar. Imagina cortar 30% de pensões hoje? Mas, em compensação, Portugal, hoje, se equilibrou, é um dos países europeus que mais crescem, com qualidade de vida. Então, nós podemos fazer tudo isso sem passar por esse sofrimento. Vocês publicaram aquelas fotos das pessoas em filas intermináveis em São Paulo, pessoas procurando trabalho. Aquilo é desumano. O país que tem as riquezas que o nosso país tem, a biodiversidade que tem, o capital humano que o nosso tem, um governo que é constitucional, que defende liberdade, respeita contratos, propriedade... Está tudo pronto. O que falta para o Brasil? Por que o Brasil não bomba? O grande lugar do planeta para fazer investimento que retorna em curto prazo não é o México, porque, com a guinada deles, eles saem do radar. Não é a Argentina, porque Macri não teve um norte como este governo tem. Aí tem o Chile, mas que tem o mercado que já está resolvido, pequeno, está com US\$ 24 mil de renda per capita. Então, no momento em que reequilibrarmos fiscalmente o Brasil, cabe estudar a palavrinha mágica entre o investidor externo e o interno, que é previsibilidade. Ou seja, não há risco de quebrar o governo. Não vai ter corte de pensões e aposentadorias ou, o que é pior para o investidor, um tarifaço para recuperar equilíbrio fiscal, porque aí você vai cobrir o lucro do cara e não permite que ele retome o investimento. O Brasil tem um referencial de confiança que foi gerado pela eleição do presidente Bolsonaro. Fizemos uma concessão de aeroportos, arrecadamos R\$ 2,37 bilhões. Então, o que é isso? Isso é confiança. Isso é esperança.

O senhor disse que o governo não precisaria da Previdência. Ele vai sobreviver a esse

mandato com ou sem a Previdência.

O Brasil tem US\$ 380 bilhões de reserva externa, um déficit primário que conseguimos administrar. O nosso problema é que o buraco vai aumentar. O Brasil tem um cenário que nos permite, com muita dificuldade, conduzir o país nestes quatro anos se eventualmente a reforma não passar. Agora, é um cenário muito ruim para os brasileiros. A Nova Previdência é um portal das prosperidades. A potência fiscal preparada pelo ministro Paulo Guedes é de R\$ 1,1 trilhão em 10 anos. Isso nos dá condição para mostrar ao mundo que o Brasil é solvente. Só tem notícia boa para governador, prefeito, para o cidadão, que é o mais importante. Estamos fazendo isso para as nossas famílias, para os nossos netos. Todo brasileiro tem chance de ir a países como Austrália, Nova Zelândia, e se questiona: "Por que nós não somos assim?". Nós podemos ser melhores do que eles. Depende só da gente. Eu acredito muito que o Congresso brasileiro tenha a alma verde e amarela. Principalmente, esse Congresso que emergiu das urnas.

Mas 13 partidos fizeram manifesto pedindo mudanças no projeto da Previdência... Nenhum projeto passa incólume pelo Parlamento, com raríssimas exceções. Isso vale para a Alemanha, Espanha, Brasil.

Mesmo que a economia seja menor?

Sabemos que ocorrerão modificações. Esse diálogo com os partidos é a favor do Brasil. É o trabalho que nós vamos ter no momento que, mais ou menos, no dia 17 de abril, vai sair da CCJ. Vamos para a comissão especial em pouco mais de 40 dias. Nós vamos fazer um debate profundo tecnicamente consistente, de parte a parte, e eu tenho certeza de que nós vamos encontrar o caminho.

"É uma tristeza ver a OAB recorrer à ONU. A OAB, que já prestou tantos serviços ao Brasil, foi importante na reconquista democrática"

O governo parece não precisar de oposição, por causa dos filhos do presidente ou dos olavistas...

O que significou a vitória do Bolsonaro é que ela foi construída nem só pelo Bolsonaro, nem só pelos filhos dele, nem só pelas ideias liberais do Olavo de Carvalho, nem só pelas ideias liberais do Paulo Guedes, nem só pelas ideias liberais que eu defendo. Eu fui um dos primeiros deputados a se eleger defendendo ideias liberais há vinte e tantos anos. Lá no Rio Grande do Sul, eu lembro que as pessoas diziam que, com aquelas ideias, eu teria apenas um mandato. Eu tô fechando o meu sétimo mandato. Fui o segundo mais votado no estado. Tinha sido o quinto. Agora, fiz 184 mil. Hoje, a mídia organizada brasileira fala para 7% da população. Nessa última eleição, se gerou uma bolha fora dessa bolha. A gente sabe que tem quase 60% da população brasileira que são os eleitores do Bolsonaro. Então, o Bolsonaro construiu um canal de comunicação aí. Eu voltei lá em 2013, quando surgiram as movimentações dos 10 centavos. Ninguém entendia direito o que estava rolando. O que foi aquilo? De onde saiu? De lá para cá, veio 2014, 2015, veio o impeachment da Dilma, que foi fundamentalmente nas redes sociais. Depois começa a se notar o fenômeno Bolsonaro em 2017/2018. Ele se consolida. Vira um candidato para valer. Pouquíssimas pessoas conseguiram fazer essa leitura em 2017. No mundo político, praticamente ninguém. Por eu ter tido a honra de ser líder dele no período pequeno (PFL/democrata), ele pegou bem o momento da transição, e depois a amizade se consolidou no referendo do Estatuto do Desarmamento. Hoje, eu ando nas ruas sozinho. Eu vou ao mercado na feira do Guará, eu falo com as

peessoas e as pessoas falam comigo, as pessoas estão muito felizes com o governo.

Mas não é isso o que dizem as pesquisas...

O dia em que o Ibope acertar uma pesquisa no Brasil, eu te pago um jantar. Esse Ibope é um salafário. Não deveria existir esse negócio, esse troço. É um absurdo. Se fosse um país sério, já estava na cadeia o dono do Ibope, e eu provo isso porque eles me roubaram uma eleição no Rio Grande do Sul, em 2004.

O senhor vai comemorar o 31 de março?

Olha aqui, isso é uma coisa histórica. Ali, em 1964, a sociedade brasileira, majoritariamente, escolheu o caminho da democracia para evitar o processo que vinha da Guerra Fria. Todo mundo sabe da história. As pessoas sabem que eles nunca lutaram pela democracia, lutaram pela ditadura comunista. A democracia não estava no horizonte. Foi necessário aquele movimento.

As torturas foram necessárias?

Não. É claro que não, mas vamos lá. Pega todas as ditaduras do mundo. Todas de direita, e as de esquerda ganham de mil por um. São cem milhões de mortos no mundo todo. Muitos, de fome. Ninguém quer ditadura. O Brasil amadureceu democraticamente. Nenhum partido de esquerda tem autoridade moral para falar contra o que aconteceu aqui, no Brasil, porque tem a Venezuela.

A Ordem dos Advogados do Brasil também recorreu hoje à Organização das Nações Unidas.

É uma tristeza ver a OAB recorrer à ONU. A OAB, que já prestou tantos serviços relevantes ao Brasil. Foi importante na reconquista democrática. Sou de uma família de advogados. Conheço inúmeros advogados. Tenho uma admiração. O meu filho do meio tem dois anos de formado, já tem mestrado, especialista em uma universidade fora do Brasil. Está fazendo doutorado em direito. Tenho um respeito imenso pela profissão. É um absurdo, e eu fico triste de ver ao que a OAB se presta. As pessoas do mundo todo vão rir do Brasil, não tem nenhum sentido. A OAB deve cuidar das coisas do Brasil, deixa a ONU para lá.

O senhor falou da burocracia que atrapalha o cidadão...

Estamos acabando com essa coisa de reconhecer firma e isso e aquilo e papel para isso e para aquilo, ou seja, estamos construindo uma relação completamente diferente do que foi historicamente. O cidadão votou na eleição, depois chegava a vez do governo, e o governo desrespeitava. O cidadão tem razão até que se prove o contrário. Nós vamos estruturar o arcabouço legal nessa linha. Agora, é difícil porque essa burocracia que se instalou no Brasil nos últimos anos é a alta burocracia mais resistente. Eu vou te dar um exemplo: a presidente da Embratur resolveu fazer um jantar de R\$ 299 mil. O presidente descobriu e ela foi demitida na hora. A gente não brinca com essas coisas, estamos trabalhando. Eu sou ministro desde 3 de novembro do ano passado, fui um ministro de transição. Quantos aviões da Força Aérea Brasileira eu requisitei? Nenhum. Sabe quantos centavos eu gastei do cartão corporativo? Nenhum. Olha o que está acontecendo no MEC, talvez o órgão público mais aparelhado do Brasil. Sabíamos que seria um dos focos da resistência, até porque, do ponto de vista ideológico, é o lugar onde se expressam as influências desses quase 30 anos de esquerdismo que o Brasil empilhou e que deu no que deu. Nós temos problemas gravíssimos dentro das escolas brasileiras. Então, isso vai levar muito tempo para recuperar.

Mas a impressão é que o ministro Veléz está perdido, não sabe nem os nomes dos programas...

(Com ironia) 80 dias é um tempo longuíssimo para uma construção que levou três décadas. Eu tomei uma decisão que foi a da exoneração e da reconstrução. A maior parte dos ministros não topou a despetização, está fazendo lentamente. A gente tem profundo respeito pela ação de cada ministro, estamos em um time que está se afinando. A equipe tem alma verde e amarela, são reuniões espetaculares de serem assistidas. O presidente, reiteradamente, mobiliza a equipe no sentido pra servir o Brasil, ou seja, tem um tempo e tem que ter paciência.

"Ali, em 1964, a sociedade escolheu o caminho da democracia para evitar o processo que vinha da Guerra Fria"

Quando a Previdência será aprovada?

A nossa expectativa e a projeção são de que, até julho, a gente tenha a Nova Previdência votada na Câmara e no Senado. Até o recesso. A gente acha que pode ser antes. Mas, se a gente tiver ela aprovada até antes do recesso, está perfeito. Aí, no segundo semestre, entra a descentralização dos recursos. E o que ocorre: o projeto do Moro vai tramitando. Os projetos do pacote anticrime, na verdade, têm um rito todo próprio. Tem uma série de comissões para passar, e a gente sabe o trâmite médio de projeto de lei que não seja PEC. Mesmo com urgência constitucional, tem uma tramitação de mais ou menos um ano. Às vezes, até um pouquinho mais. É natural isso. O tempo do Parlamento não é o mesmo do Executivo. Algumas vezes, a gente consegue sincronizar, mas a maior parte do tempo é a dessincronia. Não estamos parados. Já desmontamos o comando da maior organização criminosa do Brasil. Eu acho que isso é um mérito. Falo das transferências que fizemos do líder do PCC.

Mas o DF está reclamando muito disso. A bancada do DF encontrou o ministro Moro para debater o assunto.

Esses presídios de alta segurança estão pelo Brasil todo. Qual é o registro de incidente em 10 anos? Sabe quantos? Se não foi nenhum, é um ou dois. Eu nunca vi. Nunca soube de uma notícia. Porque, nessas áreas de alta segurança ninguém vai bulir, não é? Nós não tivemos problema nenhum.

O governador do DF reclamou...

O problema é que, às vezes, existem incompreensões. Quando a gente vai tentar construir presídio, a maior parte das cidades não quer receber. E poucas sabem que as cidades que têm presídios têm os menores índices de criminalidade, justamente porque os cuidados de segurança são muito grandes, e essas incompreensões são naturais. Aqui também está começando o governo, tem que aprender um pouquinho, tem que ser humilde.

Quem tem que ser humilde?

Todo mundo. Eu desconheço alguém mais humilde que o presidente da República no universo político. Ele é humilde mesmo, ele não tem frescura, ele é um cara tranquilo, humano, direto. Às vezes, a gente tem conceitos de que a gente se apropriou, mas, se não contribuirmos uns com os outros, como a gente faz? E isso porque a gente tem uma das melhores polícias do Brasil, que são a Civil e a Militar. Eu acho que o grau de segurança que tem o DF, comparado com o Brasil, é exemplar. Tenho muito respeito

pelo trabalho que a segurança pública vem fazendo no DF.

O que o servidor público pode esperar?

O que essa nova Previdência traz para os que estão atuando é apenas uma contribuição maior e tempo de serviço, claro. Não podemos mais ter aquela circunstância de pessoas se aposentarem aos 50 anos de idade.

Mas tem aqueles que dizem: “Ah, mas quando eu fiz meu concurso, não era assim?”
Ah, mas as regras de transição são muito tranquilas.

O senhor tem algum plano para se tornar governador do seu estado?

Sempre sonhei em governar o Rio Grande do Sul. Nessa última eleição, isso esteve muito próximo, com boas chances, mas aí teve o convite e compromisso com ele (Bolsonaro). Nós éramos poucos. Contando ele com os filhos, éramos 15. Mas tínhamos muita fé em Deus. Eu digo sempre que Ele é quem decide. Ele é que me tirou da eleição de Porto Alegre em 2016, onde eu era favorito. Um dia conto a história. Eu não estou de graça aqui, não. Ele me botou aqui. Fez muitas coisas na minha vida nos últimos 13 anos.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - EDITORIAL

Beabá

No debate sobre alfabetização, desenho de nova orientação de política pública assumiu tons perigosamente ideológicos

No crucial debate sobre o processo de alfabetização no Brasil, o desenho de uma nova orientação de política pública assumiu tons perigosamente ideológicos.

O esboço do decreto da Política Nacional de Alfabetização, ao qual esta Folha teve acesso, privilegia o chamado método fônico. Por essa abordagem, a criança se atenta à relação entre letras e sons para, depois, chegar à leitura.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/03/beaba.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL

Escola sem partido

Parlamentares cotados para substituir Ricardo Vélez no Ministério da Educação receberam recados de que o presidente não quer um político na pasta.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://painel.blogfolha.uol.com.br/2019/03/31/nao-ha-o-que-comemorar-so-rezar-pelos-mortos-diz-dilma-sobre-aniversario-do-golpe/>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OMBUDSMAN

O presidente e a fonte do mal

Destemperos verbais e institucionais não devem tirar a Folha do foco correto

Tome-se como exemplo a cobertura sobre a grave crise por que passa o Ministério da Educação. Já houve quatro ocupantes da secretaria-executiva, a cadeira operacional mais importante do ministério. A luta interna de poder que opõe nomes ligados a militares aos seguidores do ideólogo de parte dos bolsonaristas, Olavo de Carvalho, já rendeu muitas páginas.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/paula-cesarino-costa-ombudsman/2019/03/o-presidente-e-a-fonte-do-mal.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

**Escola de R\$ 10 mil programa visita a ONGs para tirar seus alunos da bolha
Com cerca de 800 matriculados, instituição em SP planeja dar bolsa e levar alunos
para visitar UBS e projetos sociais**

São Paulo

A Avenues, escola de Nova York que abriu campus em São Paulo, não teve dificuldade para encontrar quem pague a anuidade de R\$ 124.300, dividida em matrícula de R\$ 16.500 e 11 mensalidades de R\$ 9.800.

Já são 832 matriculados desde agosto de 2018, quando foi inaugurada a suntuosa sede no Morumbi, zona oeste. No próximo ano letivo, com início em agosto, seguindo o calendário norte-americano, eles pagarão R\$ 133 mil, com a primeira de R\$ 17.500 e as demais de R\$ 10.500.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/03/escola-de-r-10-mil-programa-visita-a-ongs-para-tirar-alunos-da-bolha.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Arrumando a casa

Depois de 16 dias com cadeira vazia, Jair Bolsonaro nomeou alguém para o segundo cargo mais importante do Ministério da Educação (MEC). Às vésperas de viajar para Israel, o presidente agiu como aquele pai que vai ficar fora de casa e chama a sogra para assumir o comando dos filhos. Não dava para deixar as crianças sozinhas, brigando feito loucas e largando tudo fora do lugar.

O tenente brigadeiro Ricardo Machado Vieira, ex-chefe do EstadoMaior da Aeronáutica, chegou para arrumar a bagunça em uma das pastas mais importantes do governo. Piloto

de caça experiente, terá de ser ágil o suficiente para lidar com obstáculos criados por uma mistura de ideologia, inexperiência e falta de liderança.

O esfacelado ministério de Ricardo Vélez Rodríguez se tornou um emaranhado de grupos que brigam pelo poder. Mais de 15 exonerações foram feitas em pouco menos de um mês e a confusão continua. Na semana passada, Vélez deixou claro para Tábata Amaral (PDT-SP) e para qualquer um dos deputados da Comissão de Educação da Câmara que o ministro era o que menos entendia do assunto por lá.

Foi justamente esse desconhecimento sobre os reais problemas da educação brasileira que deixou Vélez na situação em que está. Como ele não tinha um plano, no começo foi influenciado pelos chamados “olavistas”, o pessoal que fez o curso online de Filosofia de Olavo de Carvalho. Muitos estavam alocados no próprio gabinete do ministro. Dois deles foram os responsáveis, por exemplo, por dizer que era uma boa ideia mandar a

carta com slogan da campanha de Bolsonaro para as escolas.

Depois da repercussão unanimemente negativa, Vélez tentou mudar de lado. Passou a ouvir o então secretário executivo Luiz Antonio Tozi, ex-gestor do Centro Paula Souza, autarquia de ensino técnico e tecnológico do governo paulista. O assessor especial, coronel Ricardo Roquetti, também se virou contra os “olavistas” – que diziam claramente querer acabar com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e com o Conselho Nacional de Educação (CNE), órgão consultivo do MEC que reúne grandes especialistas da área. O ministro então demitiu alguns deles, mas foi obrigado a mandar embora logo depois Tozi e Roquetti, porque despertou a ira do próprio Olavo.

Ao que parece, a ideia do governo é deixar por mais alguns dias o ministro continuar a ser o que sempre foi. Só que agora influenciado pela força de um militar de quatro-estrelas, conhecido por ser duro em questões disciplinares. Se o MEC aparentar, ao menos, uma organização, quem sabe possa preencher os espaços vagos com quem entende de educação.

Machado Vieira é amigo do general Augusto Heleno, que tentou emplacar sua ministra, a ex-presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep) Maria Inês Fini. Não deu certo. Por isso há quem acredite agora que o brigadeiro pode ocupar o cargo de ministro em breve, se tiver êxito na arrumação.

Outro nome cotado para assumir a pasta é o do senador Izalci Lucas (PSDB-DF). Apesar de ter sido o autor de um dos projetos sobre o Escola sem Partido – o que faz muitos torcerem o nariz, mas agrada à bancada evangélica –, seu nome já está sendo visto com bons olhos por alguns representantes da comunidade educacional. Foi um dos deputados mais atuantes na Comissão de Educação e já está estudando as pesquisas na área para se preparar para o cargo.

Também já se falou que o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, assumiria o MEC. A desesperança é tanta que educadores estão até desistindo de torcer por um especialista em políticas educacionais. Tudo o que se deseja é que, independentemente de quem for o substituto de Vélez, o MEC esteja livre das crianças briguentas e mimadas.

* É REPÓRTER ESPECIAL DO ESTADO E FUNDADORA DA ASSOCIAÇÃO DE JORNALISTAS DE EDUCAÇÃO (JEDUCA)

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Ensino híbrido avança nas escolas

Liz Honorato Parente tem 8 anos e um conhecimento sobre pássaros de deixar os adultos boquiabertos. Reconhece alguns pelo formato do bico, tonalidade da penugem e até forma de voar. O estudo dessas aves é o tema da pesquisa individual que desenvolve na escola Lumiar, na região central de São Paulo, onde cursa o primeiro ciclo do ensino fundamental. Durante a aula, a garota recebe as orientações, mas toda a exploração é feita fora dos muros do colégio: tanto em vídeos e textos na internet como nos parques da capital.

Já comum na faculdade, o ensino híbrido (blended learning) – modalidade de aprendizagem que combina ensino presencial e a distância – tem ganhado cada vez mais

espaço na educação básica. O crescimento é resultado dos avanços tecnológicos e, nas escolas de educação básica, surge principalmente como ferramenta para implementação da metodologia.

“A Lumiar reconhece o estudante em toda a sua potencialidade

e organiza o currículo com atividades que o levam a desenvolver uma gama de competências fundamentais, como autonomia e responsabilidade”, diz Fabia Apolinario, gerente de implementação pedagógica. “Nesse aspecto, quando pensamos em ensino híbrido, criamos oportunidades para que essa criança ou adolescente possa co-planejar os objetivos de aprendizagem e as etapas de suas atividades.”

Para os especialistas, o formato é um amadurecimento de uma vocação já bem brasileira. “O Brasil tem uma tradição forte na questão da lição de casa, que já caracteriza uma atividade a distância. O que o modelo híbrido faz é incentivar um pouco mais isso, mas desta vez com atividades mais atrativas e com maior protagonismo das ações coletivas”, afirma João Mattar, vice-presidente da Associação Brasileira de Tecnologia Educacional. “Além disso, o ensino híbrido já é um aperitivo para quem, talvez, vá escolher um curso superior totalmente a distância. Não faz sentido deixar o aluno ficar até seus 17 anos em modelos totalmente presenciais.”

Para trabalhar o tema “cultura” com alunos de ensino médio no colégio Mary Ward, a professora de leitura e letramento Elaine Cristine Fernandes da Silva organizou a turma em grupos relacionados a tópicos como cultura popular, cultura erudita e cultura de massa e deu aos alunos a tarefa de buscar as referências, deixando os momentos em sala de aula para mediar o andamento dos trabalhos. Cada grupo produzirá um blog, que será visto e comentado pelos colegas. “Isso é metodologia ativa. O professor se torna um mediador e os alunos têm mais chance de, por meio da tecnologia, gerir o próprio aprendizado. Isso enriquece muito o repertório deles”, diz a educadora.

Um dos pioneiros no uso do ensino híbrido no ensino fundamental, o colégio Dante Alighieri tem até um case sobre o assunto. Em 2009, quando o surto de H1N1 obrigou muitas escolas a suspender as aulas, a escola manteve a aplicação do conteúdo pela plataforma online. Por uma questão curricular, a coordenação também marcou aulas de reposição in loco. “Mas, quando no meio tempo a Diretoria Regional de Educação viu os relatórios da produção dos alunos online, liberou o Dante para cancelar as presenciais, pois o currículo estava em dia. A partir disso, passamos a respeitar mais a plataforma e ampliar seu uso”, conta a diretora, Valdenice Minatel.

Formação de professores

Para que o uso do ensino híbrido na educação básica ganhe escala é preciso não apenas investir nas ferramentas, mas também na formação dos professores que vão administrá-las. A Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed) oferece uma oficina quinzenal gratuita e online para ensinar o uso de metodologias ativas a professores das redes pública e privada. “Explicamos como usar as plataformas e pedimos que os professores tragam casos concretos que têm em sala de aula para trabalharmos propostas juntos”, explica Alan Cordeiro Fagundes, responsável pela atividade.

Outras instituições oferecem a própria estruturação de uma disciplina para o formato híbrido.

A CS Plus, startup criada pela escola de programação e robótica Super Geeks, auxilia a instalar o ensino de Ciência da Computação nas escolas. “Instalamos nossa plataforma, treinamos os professores e oferecemos suporte no dia a dia para que possam trabalhar programação sem a necessidade de serem programador seniores”, explica Marco Giroto, fundador da Supergeeks.

Uma das escolas atendidas é o Colégio CEM, em Concórdia, a 466 km de Florianópolis. A escola transformou Ciência da Computação em disciplina obrigatória da pré-escola ao ensino médio. “Várias outras escolas estão no procurando, até porque cultura digital é uma das competências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).”

topo ↕

O GLOBO - RJ - COLUNAS ATAQUE À OAB

Nos últimos dez anos, mais de um milhão de bacharéis em Direito, saídos das centenas de faculdades brasileiras, não conseguiram passar no exame da Ordem dos Advogados do Brasil por total despreparo, e não podem exercer a atividade. Para se ter uma ideia do tamanho da tragédia, o estado do Rio sozinho tem mais faculdades de Direito do que todos os Estados Unidos. Só em Campo Grande há seis delas. Em vez de auditar essas faculdades que a cada quatro anos cospem milhares de formandos incapacitados para exercer a profissão, o governo quer acabar com exame da Ordem.

topo ↕

ÉPOCA - RJ - BRASIL O DEDO DO PASTOR

Como um evangélico desconhecido do interior de São Paulo passou a tentar emplacar nomeações em um dos ministérios mais cobiçados do governo

Diante da crise que se instalou no Ministério da Educação (MEC) nas últimas semanas, um desconhecido do interior de São Paulo tentou entrar para o rol dos negociadores de Brasília sem nunca ter eleito um deputado na vida. O pastor batista Carlito Paes é o líder da Igreja da Cidade, templo voltado para a elite de São José dos Campos, cidade conhecida como polo tecnológico no interior paulista. Outsider tanto no meio evangélico quanto no político, seu nome passou a circular como articulador de substitutos para os postos vagos num dos ministérios mais cobiçados da Esplanada. Primeiro fez campanha para emplacar o número dois do MEC, cargo desocupado pela terceira vez em menos de dez dias. Não agradou. Ao perceber que sua indicação não tinha força nem entre a bancada evangélica nem entre os vários grupos que tentam tomar o ministério, Paes insistiu. Sugeriu alguém que nem estava no radar — e para sentar na cadeira do próprio ministro, o colombiano Ricardo Vélez Rodríguez, a cada dia mais e mais enfraquecido.

A tentativa mais explícita se deu em meados de fevereiro. Paes recebeu uma ligação inesperada do deputado federal Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ), membro da igreja Assembleia de Deus e líder influente da bancada evangélica no Congresso. Num tom cordial, mas não próximo, Cavalcante telefonou para esclarecer um mal-entendido relacionado à pinimba no MEC. Disse que o nome defendido por Paes para ocupar a secretaria executiva — o da professora Iolene Lima — não era uma indicação da bancada evangélica, ao contrário do que a imprensa estava afirmando. Informou ainda que o burburinho estava pegando mal para os parlamentares, que têm a pecha antiga de negociar cargos em troca de favores. Aqui vale um parêntese. Iolene Lima é um caso à parte. Também evangélica e por anos diretora da escola Inspire, criada pela igreja de

Paes, ela defendeu em um vídeo sobre ensino confessional a metodologia segundo a qual as crianças devem começar a ter contato com as matérias escolares por meio do primeiro livro da Bíblia, o Gênesis.

Diante da recusa, Paes citou de passagem, no meio do diálogo, outro nome: **Anderson Correia**, ex-reitor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) — a “universidade” da Força Aérea Brasileira —, e hoje presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, uma das áreas mais disputadas do MEC. Paes destacou ao deputado que Correia, diferentemente de Lima, tem currículo acadêmico. Disse que sua trajetória agradaria tanto a evangélicos quanto a militares, que disputam a influência no ministério. Paes frisou que Correia tinha cacife, inclusive, para assumir o lugar de Vélez Rodríguez.

O deputado Sóstenes Cavalcante nunca tinha ouvido falar em Correia até aquele momento. Assim que soube da existência do indicado do pastor, tratou de levantar sua ficha. Convencido de que se tratava de um bom nome, no último dia 15 enviou uma mensagem de WhatsApp ao ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni. Foi enfático ao recomendar Correia para o lugar do ministro da Educação. “Depois disso, falei com Correia duas vezes por telefone. Ele tem todos os pré-requisitos para assumir o ministério. Se Bolsonaro achar que é hora de mudar, ele tem um currículo que agrada a evangélicos, militares e ao meio acadêmico”, afirmou Cavalcante, ao ressaltar que a indicação é dele, e não da bancada. “A bancada não vai tratar de nomes. Mas alguns parlamentares, de forma individual, começam a ver Correia com bons olhos.” Lorenzoni não respondeu à mensagem. Ele e Cavalcante se encontraram em duas ocasiões na última semana, mas não trataram desse assunto.

Na manhã da última terça-feira, em sua igreja em São José dos Campos, Paes conversou por duas horas com ÉPOCA. Carismático, vestia uma camiseta com os dizeres “Let LOVE be your highest goal” (algo como “Deixe o AMOR ser seu maior objetivo”). Primeiro, negou a investida para influenciar o governo de Jair Bolsonaro, ao se definir como um pastor “de posições firmes, com gosto pela liderança, cidadania e política, mas sem politicagem”. Pouco depois, exposto aos fatos, contemporizou. “Como pastor, não indiquei ninguém para o MEC. Eu só abençoei uma ovelha, assim como faço com funcionários da Embraer que vão para o exterior”, disse. “Para manter o ministro que está caindo, devem ter pensado: vamos chamar a Iolene, que é evangélica. Mas não combinaram com os russos.” Paes confirmou a menção ao nome de Correia. Disse que foi provocado a falar, mas reforçou a afinidade que existe entre os dois. “Ele é um cristão na acepção da palavra. Calmo, tranquilo, ético... Se você me perguntar hoje: ‘Pastor Carlito, quem o senhor acha que deve ser o ministro da Educação?’. Correia. Se ele foi reitor da instituição mais renomada (o ITA), com o vestibular mais difícil... Por que não?”

Aos 48 anos, Carlito Paes tem cabelos grisalhos e um sorriso sempre presente no rosto. Usa óculos de aro grosso, que lhe conferem certa credibilidade. Sua fala tranquila, algo distante dos berros dos pastores old school, lembra mais os gurus de autoajuda. Aí está o diferencial de sua igreja. Com um discurso pop, Paes diz aos fiéis que o seguem coisas como “A Páscoa é a Copa do Mundo do cristianismo” e “Passados 2 mil anos, a igreja está cheia. Você sabe o nome de alguma empresa de 2 mil anos? Não”.

Sua principal igreja — um prédio espelhado no alto de uma colina — fica na Rodovia

Presidente Dutra, a grande avenida de São José dos Campos, que liga os bairros da cidade de 715 mil habitantes, permeada por fábricas, como a Embraer, centros de excelência, como o Centro Técnico Espacial, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e o próprio ITA, e shoppings. O complexo do pastor, distribuído em 200 mil metros quadrados, reúne até 5 mil pessoas por culto, conta com duas creches — uma para bebês e outra para 300 crianças maiores — e até um trenzinho para levar fiéis de seus carros ao templo, como em um parque de diversões. Paralelo ao culto principal, nas manhãs de domingo, um culto em inglês atrai engenheiros e expatriados de São José dos Campos e região, cidade com diversas multinacionais. Com 170 ministérios, a igreja tem grupos para tudo, de “unha encravada a empresários, passando por um ministério muito importante, o que trata dos alcoólatras, uma espécie de AA, só que com Deus”, afirmou a aposentada carioca Lúcia Helena Albuquerque. Seu filho, Guga, e a nora, Renata, são fiéis da igreja há 40 anos.

O pastor Carlito Paes tentou nomear a segunda pessoa mais importante do Ministério da Educação. Agora quer sugerir um nome para a troca do enfraquecido ministro Vélaz Rodríguez

Depois de Paes, a principal pastora é sua mulher, Leila Paes. Com formação em psicologia, ela reveza a condução dos cultos de domingo com o marido. Os dois só chegam ao palco depois de 30 minutos de apresentação da banda da igreja — com seis músicos e cinco cantores, show de luzes e equipamentos de som de primeira linha —, e do pedido do dízimo, que pode ser pago com cartão de débito e crédito, em maquininhas distribuídas no meio do culto por voluntários. Quando ÉPOCA esteve no culto, no começo de março, Leila não usou a Bíblia: lia sua palestra em folhas de papel ou diretamente em seu iPhone. Vestindo bata negra, legging, sapatilha escura e óculos de armação cor de vinho, ela não tratava apenas de temas religiosos. Dava conselhos às famílias. “Mulher é tudo igual, quando o marido briga a gente faz bico, não faz o almoço, não faz o doce preferido dele”, disse. “Temos de melhorar o clima, quando isso acontecer, temos de dar o primeiro passo. Aí, sim, fazer o doce preferido.”

Ao transformar sua Primeira Igreja Batista em Igreja da Cidade, ligada à rede Inspire, Paes rompeu com uma tradição batista. Começou a criar “filiais” em várias cidades da região e em São Paulo. A rede Inspire conta com 500 unidades agregadas pelo mundo. Embora muitos seguidores de Paes continuem a seguir firmes suas palavras e seus ensinamentos, alguns criticam sua forma pragmática e mercantilista de levar a igreja. Em entrevista a uma TV local para comemorar a construção da nova sede — em local onde antes ocorriam os mais tradicionais rodeios da cidade e vizinho de um conhecido motel —, ele disse, orgulhoso: “Nossa igreja cresce 20% ao ano, que é um crescimento bem acima da população e do número de evangélicos”.

Paes apresentou os dados de sua igreja como se fosse uma empresa, em gráficos de PowerPoint. Disse, com orgulho, que, quando entrou na Primeira Igreja Batista, em 1997, ela tinha 620 fiéis. Em 2012, eram 7.325, e, depois de sua estratégia de inovação, com o novo nome da congregação, terminou 2018 com 18.697 seguidores. Ele disse que obteve todo esse crescimento na igreja porque sempre conseguiu vender um sonho — negando as acusações de que recebeu dinheiro de um mentor americano, Rick Warren, como doação ou empréstimo. O pastor contou que, em valores sem correção, investiu R\$ 30 milhões no campus de sua igreja desde 2004 e que obter o dinheiro das doações muitas vezes “parecia um milagre”.

Adorado por parte da cidade, o pastor enumerou realizações, inclusive obras sociais para viciados em um bairro carente e com prostitutas. Liderou o movimento para impedir o fechamento de um hospital para tratamento de câncer infantil na cidade. Com um profundo conhecimento teológico, Paes, que adora história, explicou a grande expansão de sua igreja em preceitos bíblicos, afirmando que ela é abrangente e democrática, acabando com o estigma de que os evangélicos eram todos “feios, pobres e analfabetos”. Paes disse considerar a homossexualidade um pecado, mas não um crime. “Não perguntamos se a pessoa é homossexual, da mesma forma que não perguntamos se alguém roubou”, disse ele, ao pedir que a reportagem não se limitasse a esse tema. “Nunca fui um pastor polêmico.”

Paes é natural de Macaé, no Rio de Janeiro, e serviu em Ijuí, no Rio Grande do Sul, e em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, antes de chegar ao interior paulista. Sua rede de igrejas tem acesso a todo material que a sede produz. Ele afirmou que até as igrejas católicas poderiam usar as publicações, disponibilizadas sem logomarca da Igreja da Cidade. Em troca, as outras igrejas pagam mensalidades que podem chegar a R\$ 450 por mês, mas as congregações com poucos membros nada pagam. Paes tem uma nova empreitada que envolve o MEC. Disse estar esperando o ministério autorizar sua Faculdade da Cidade, que, segundo ele, vai se especializar em cursos que estão sendo renegados, como história, pedagogia e administração. Autor de 24 livros, ele contou que foi convidado para entrar na Academia Evangélica de Letras do Brasil, sediada no centro do Rio.

Ainda pouco conhecido fora do meio religioso, Paes é um pastor em ascendência. Desde que se aproximou de Josué Valandro Jr. — o pastor da Igreja Batista Atitude, frequentada pela primeira-dama Michelle Bolsonaro — tem tentado se posicionar no jogo do Planalto. No dia 12 de dezembro, foi a Brasília para um encontro de líderes religiosos. Posicionou-se diante do já eleito Jair Bolsonaro para lhe proferir uma bênção. Com uma das mãos para o alto e a outra no microfone, orou pelo político, que acompanhou tudo de cabeça baixa. Postou a foto com o presidente nas redes sociais. Paes diz que não é próximo de Bolsonaro e nunca encontrou Michelle. “Naquela ocasião, só oramos pelo país e pelo governo, e só depois das eleições. Ficamos meia hora com ele e não pedimos nada”, disse.

O MEC tem o terceiro maior orçamento entre as pastas, de R\$ 122 bilhões, atrás dos ministérios do Desenvolvimento Social e da Saúde (R\$ 499 bilhões e R\$ 129 bilhões, respectivamente), e uma ampla capilaridade nas redes de ensino e nas famílias brasileiras. Sempre foi um dos ministérios mais cobiçados pela bancada evangélica. Parlamentares da frente deixam clara a frustração de não ter emplacado o ministro, tampouco conseguido cargos na pasta. Desde o começo do governo, o MEC vem sendo disputado por pelo menos cinco alas bem definidas. Há os militares, vindos do ITA; os professores oriundos do Centro Paula Souza, autarquia paulista que cuida das escolas técnicas; os ex-alunos do ministro, que ocupam três das seis secretarias do MEC; os discípulos do ideólogo Olavo de Carvalho, o guru do clã bolsonaro, notável pelo linguajar chulo e pelas ideias descabidas; e, por fim, os evangélicos.

A briga interna por poder desgastou o ministro e expôs um flanco para investidas de aventureiros como Paes. Mas eles não estão sós. Com Vélaz enfraquecido, também o governo viu uma oportunidade para barganhar os cargos disponíveis no MEC em troca

de apoio no Congresso à reforma da Previdência. O ministro Lorenzoni tem repetido que os postos acalmariam os ânimos e abririam caminho entre parlamentares.

topo ↕

A TARDE - BA - EDITORIAL

Rumo incerto

O Ministério da Educação já teve 13 demissões no alto escalão em menos de três meses, incluindo o presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Enquanto isso, o sonho de muitos estudantes em fazer faculdade vai sendo adiado pela desordem na pasta. É preciso atenção urgente ao assunto. Universitários que dependem do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) ainda não conseguiram começar os estudos porque o MEC não enviou dados dos novos alunos com direito ao financiamento do curso pela Caixa para instituições de ensino superior. São 100 mil contratos em universidades privadas. O resultado dos selecionados saiu no dia 25 de fevereiro e o prazo para assinar a documentação encerra-se dia 10 de abril, em meados do semestre letivo. O mecanismo do Fies une os interesses do capital privado nacional e estrangeiro aos dos estudantes. O mercado recebe novos profissionais que jamais conseguiriam fazer faculdade sem este instrumento. Todos ganham se o Fies funcionar e todos perdem se este incentivo for desconstruído. As faculdades particulares precisam emitir o Documento de Regularidade de Inscrição (DRI) e a demora pode incidir na menor captação de alunos, provocando o fechamento de cursos por falta de atendimento à demanda. O cenário sombrio já se faz sentir no afastamento de professores ou acúmulo de funções, provocando estresse desnecessário e a inevitável queda no padrão de desenvolvimento dos conteúdos ministrados nas disciplinas. Vocacionado para a grandeza refletida nos nomes de grandes educadores respeitados internacionalmente, o Brasil merece uma educação capaz de satisfazer às necessidades de todas e a todos: professores, proprietários de faculdades, novos profissionais e seus empregadores.

O sonho de muitos estudantes em fazer faculdade vai sendo adiado pela desordem no Ministério da Educação

topo ↕

J. DO COMMERCIO - PE - CIDADES

Quando aprender faz toda diferença

EDUCAÇÃO Professores inovam nas aulas para que estudantes entendam português e matemática

mazevedo@jc.com.br Apesar dos baixos índices de aprendizagem no País e em Pernambuco, revelados a partir do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), do Ministério da Educação (MEC) – somente 4,9% dos jovens pernambucanos concluem o ensino médio sabendo o conteúdo adequado de matemática e 23,3% de português – escolas públicas se esforçam para assegurar que os alunos aprendam. Trabalho em equipe, participação da família, metodologias inovadoras, monitoramento dos resultados e professores dedicados são algumas das ações que contribuem para reverter o mau desempenho da educação brasileira. Um exemplo é a Escola Municipal Lagoa Encantada, no bairro do Ibura, Zona Sul do Recife. Em uma década – de 2007 a 2017 – a unidade quase dobrou sua nota no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), instrumento que mede a qualidade da educação e que utiliza a nota do Saeb. Era 3,6 em 2007 e subiu para 6,7 em 2017, alcançando o melhor resultado dos anos iniciais do ensino fundamental na rede municipal de ensino, e ficando acima da média do município (5). “Percebíamos que cada professor fazia seu trabalho sem conversar com o colega. Não havia coletividade. Mudamos a partir de 2014. O trabalho passou a ser

discutido em equipe, todos se envolvem. Foi uma das ações que fizeram diferença no aprendizado dos alunos”, afirma a gestora da Lagoa Encantada, Sileide Gonçalves. A escola tem 188 estudantes da educação infantil ao 5º ano do fundamental. No momento da entrada, os docentes notaram que havia muita agressividade entre as crianças. Começaram a colocar uma música, trocada a cada início de mês. Uma simples atitude que envolve a garotada e tira o foco das arengas. Turmas pequenas (a maior tem 28 alunos) e salas climatizadas também favorecem. O estímulo à leitura é outro diferencial da escola. No projeto Ciranda Literária, cada aluno leva um livro pra casa na sexta-feira. Na segunda relata a história oralmente e desenhando ou escrevendo. “O desafio da alfabetização é grandioso. Quanto mais estimulado a ler, mesmo aquele que ainda não domina a leitura, mais aprende”, diz a professora Anunciada Santos, do 3º ano do fundamental. A cada bimestre, os pais participam de reuniões, por turma, para avaliar o desempenho dos seus filhos. GINCANA No Liceu de Artes e Ofícios, escola da rede estadual situada na Boa Vista, Centro do Recife, a professora Rafaela Gatis encontrou, ano passado, uma maneira divertida de testar o aprendizado em matemática. Com o foco nas provas do Saeb, ela criou uma gincana para as turmas do 9º ano. “A pontuação é dada à equipe. Isso estimula que um aluno que sabe mais ajude o que aprendeu menos”, observa Rafaela. Os estudantes gostaram tanto que a iniciativa vai se repetir este ano com o 1º ano e envolvendo mais disciplinas. O colégio tem 1.160 alunos do 6º ano do fundamental ao 3º do ensino médio. As vagas são muito disputadas. A taxa de evasão é zero, enquanto a de aprovação é de 91% no fundamental e 86% no médio. “Contamos com ajuda de pais que são voluntários. Há um convênio com a Universidade Católica de Pernambuco. Temos psicóloga na equipe, profissional que não existe nas outras escolas estaduais. Nosso corpo docente é muito qualificado”, relata a gestora, Zélia Correia. “Não existe aluno incapaz de aprender. Se ele for bem orientado, com estímulo e boas condições de ensino, vai conseguir. É desafiador porque na maioria das vezes as salas de aula são quentes, as turmas, grandes, o tempo para planejamento é pouco e os salários, baixos. Mas nada disso é motivo para se acomodar. Estudo todos os dias para ser uma professora melhor para meus alunos”, diz Rafaela Gatis. Adoro ler. Acho muito legal. Quero estudar para ser alguma coisa na vida. Gosto da escola e da professora”, diz Rakelly Vasco, 8 anos, aluna do 3º ano da Escola Lagoa Encantada. Mês passado ela leu 10 livros e ganhou o título de Rainha dos Livros. Aprendemos mais quando o professor busca um jeito diferente de ensinar. Alguns infelizmente não fazem questão. A gincana de matemática, da professora Rafaela, é um bom exemplo”, conta Yanna Pessoa, 14, do 1º ano do Liceu

topo ↕

O POVO - CE - DOM

AS MUITAS CRISES DO MEC SEM IDEOLOGIA

JAIR BOLSONARO chegou ao comando do Planalto prometendo, uma vez eleito, “varrer” influência ideológica das escolas brasileiras. Destacava para isso, principalmente, a importância de se priorizar a educação dada pelos pais, dentro da necessidade de preservação da própria criança. Ou pelo menos era o que defendia. Desde que o capitão da reserva assumiu as rédeas da nação, no entanto, o que se vê é o extremo oposto: nunca a ideologia esteve tão presente dentro do “debate” da educação. Em apenas três meses, o Ministério da Educação caminha para ter seu quarto secretário-executivo (o “número 2” da pasta). Número de projetos novos tocados pelo MEC, no entanto, ainda é próximo de zero. O que surpreende é que o troca-troca não é motivado por critérios técnicos, discordância de projetos ou nada do tipo. Ocorre, na verdade, em meio a embate aberto entre núcleo “pragmático” de militares, que quer tocar projetos técnicos na pasta, e outro “ideológico”, que quer usar o MEC para eliminar traços de

governos anteriores na educação. A ideia do segundo grupo, como ninguém do próprio governo faz mínimo esforço de esconder, é “varrer” qualquer influência de esquerda na área. Vale lembrar que tal debate infrutífero entre “comunistas” e “golpistas” ocorre não na Dinamarca ou Suécia, mas no Brasil, país de mazelas enormes (e muito bem documentadas) na educação. Professor desvalorizado, evasão esco- Carlos lar, currículos defasados e gestão ineficiente: nada disso é Mazza foco de indignação. Nem dos governos anteriores, nem do JORNALISTA DO atual. E pelo visto, peças continuarão caindo em meio ao O POVO marasmo do MEC “sem ideologia”.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

UFRJ vai às urnas eleger novo reitor; conheça os candidatos

Autonomia universitária é um dos poucos temas que unem os três concorrentes

RIO — As três chapas que disputam a reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) divergem sobre como driblar o déficit de R\$ 171 milhões no orçamento da instituição, cujo próximo comando, a ser eleito nesta semana, será desafiado, por exemplo, com a reforma do Museu Nacional, destruído por um incêndio em setembro. Os concorrentes convergem em poucas propostas, como a de autonomia universitária. A UFRJ vai às urnas escolher seu novo reitor ou reitora, com posse prevista para julho.

Na UFRJ, o pleito que marca a saída do biólogo Roberto Leher, reitor desde 2015, terá três chapas. Veja quem são e o que planejam os candidatos à reitoria da universidade.

Denise Pires de Carvalho (Chapa 10)

Denise Pires de Carvalho é candidata pela segunda vez e desde 2011 faz oposição ao grupo que administra a UFRJ. Ela critica o projeto de expansão da universidade. O número de alunos, ela diz, aumentou, mas a estrutura para recebê-los não acompanhou o ritmo. Carvalho critica ainda o fato de que muitos cursos têm altas taxas de abandono.

Uma de suas principais bandeiras é a de aumentar o índice de conclusão de cursos. Ela quer passar um pente-fino na situação cadastral dos alunos, entender onde há vagas ociosas e quais setores estão sobrecarregados.

Para os que pensam em trocar de carreira no meio da graduação, ela quer criar um programa de apoio ao estudante. O aluno indeciso poderá passar uma semana frequentando as aulas do curso pretendido.

A candidata bate na tecla da transparência. Ela diz que pretende criar um sistema informatizado em que seria possível acessar o número de servidores de cada unidade, o tipo de contrato de cada um e o salário.

Carvalho também defende a pesquisa como a essência universitária. Propõe que projetos de iniciação científica com bolsas da UFRJ — independentes da **Capes** ou do CNPQ — levem os alunos da graduação a trabalhar em pesquisa sob a liderança de professores, inclusive para resolver problemas da própria universidade. Por exemplo, os laudos sobre os riscos estruturais de prédios poderiam ser feitos assim.

A candidata coordena o Laboratório de Fisiologia Endócrina Doris Rosenthal, no Instituto de Biofísica da UFRJ. Das 8h às 18h, é possível encontrá-la entre as bancadas e sua sala, que ela mesma chama de “puxadinho”, localizado em um espaço anexo

conectado à área principal do laboratório. Ela se emociona ao pensar que, se vencer as eleições, não terá escolha: deixará a sala que é sua segunda casa há 20 anos.

Formada em Medicina, ela fez especialização, mestrado e doutorado na UFRJ. Tornou-se professora e galgou cargos de chefia até tornar-se coordenadora acadêmica da Pró-reitoria de Graduação. Hoje, aos 54 anos, tem um novo “cargo”: é mãe de aluna. Sua filha mais nova, Isabela, estuda Medicina. A mais velha, Daniela, também passou pela ilha do Fundão: lá, formou-se em Ecologia.

Oscar Rosa Mattos (Chapa 40)

Apoiado pelo atual reitor, Oscar Rosa Mattos é professor da Engenharia Metalúrgica e comanda o Laboratório de Ensaios Não Destrutivos, Corrosão e Soldagem (LNDC), um dos maiores da UFRJ. A unidade produz tecnologia de ponta utilizada por empresas que exploram o pré-sal. Gerencia um orçamento de R\$ 70 milhões, oriundos em boa parte da indústria de óleo e gás.

Para superar o déficit de R\$ 171 milhões da universidade e aumentar a captação de recursos, Mattos diz que pretende conversar com parlamentares para a aprovação de verbas por emenda. Ele defende ainda que ex-alunos atuem em favor da universidade. A UFRJ, afirma, é um patrimônio brasileiro que todos devem preservar.

Pai de quatro filhas, duas delas ex-alunas da UFRJ, e com cinco netos, o professor de 65 anos diz que a universidade é sua “casa” e que pretende administrá-la seguindo preceito básico: a instituição seguirá pública, gratuita e “com ensino de qualidade”. Ele sempre estudou em escola pública.

Por sua própria experiência no LNDC, defende investimentos externos — seu laboratório foi construído com recursos da Petrobras e da ANP —, mas diz que é preciso manter os “princípios da educação pública”.

— Sem os estudos de corrosão desenvolvidos no LNDC, a Petrobras não teria condição de explorar águas profundas — resume Alberto Vieyra, professor emérito da UFRJ e membro titular da Academia Brasileira de Ciências. — Lá, formou-se uma enorme quantidade de pessoas, tanto no meio acadêmico quanto no mercado, e transferiu-se conhecimento para uma das mais importantes atividades econômicas do país.

Um professor exigente, visto por alguns colegas como “um pouco enfezado”, Mattos diz querer o diálogo com diferentes grupos ideológicos que convivem na academia.

— A universidade deve ser um local de discussão. E não ter medo de utopias, uma característica que foi perdida ao longo do tempo.

Ele foi ativo na luta contra a ditadura nos anos em que estudou na UFRJ. Já em 1998, membro do Conselho Universitário, se opôs à nomeação de José Henrique Vilhena, que ficou em último lugar na consulta interna para reitor, mas foi indicado reitor pelo então ministro da Educação, Paulo Renato Souza.

Roberto Bartholo (Chapa 20)

Esta é a primeira vez que Roberto Bartholo, de 67 anos, 50 dos quais passou na UFRJ, concorre à reitoria da universidade. O carro-chefe de seu programa é a criação de polos voltados para a captação de investimento privado: ele quer usar o Parque Tecnológico, focado em pesquisa, como exemplo para outras áreas. Em seu plano, figuram um parque das artes e um dos esportes.

— O apoio a ele se concentra na Belas Artes e na Letras. Uma das diferenças dele em relação aos outros é justamente o fato de não centralizar as propostas na área de ciências tecnológicas — diz o professor Marcos Cavalcante, da Coppe, eleitor do candidato.

Bartholo vive em um amplo apartamento no alto de Santa Teresa. Separado, com um filho adulto, dedica-se aos quatro gatos que adotou e aos alunos. Foram os ex-alunos que o convenceram a lançar a candidatura.

— A função primordial da universidade deve ser formar pessoas: a graduação. Por isso, o orçamento participativo da UFRJ, que é a parte pública das verbas, deve sim priorizá-la. A pós-graduação, por sua vez, deve ter condições de arrecadar investimento privado para se sustentar e também irrigar a graduação — afirma.

O candidato é ambicioso quando pensa nas empresas que pretende atrair para investir na instituição:

— A área de tecnologia produz patentes, já Letras pode criar espetáculos. Por que não trazer o Google para contribuir com Letras? E empresas fornecedoras de equipamento esportivo poderiam contribuir com um parque esportivo que receberá as atléticas das faculdades.

Ex-aluno da UFRJ, Bartholo formou-se em Economia em 1973 e em seguida fez mestrado em Engenharia de Produção. Depois de um doutorado na Universidade de Erlangen-Nuremberg, na Alemanha, graduou-se em Teologia na PUC.

O acadêmico diz ter prazer em trabalhar em áreas aparentemente desconexas. Na Coppe, leciona no Programa de Engenharia de Produção, com ênfase em inovação, desenvolvimento social e sustentabilidade. Na Faculdade de Letras, é pesquisador na área de Literatura Comparada no Programa Avançado em Cultura Contemporânea. Ele diz ter capacidade de diálogo e de unir diferenças que, aposta, chegarão em breve ao gabinete da reitoria.

topo ↕

ENGEPLUS - TEMPO REAL

Biblioteca Satc aberta para a comunidade

O local possui salas de estudo privativa para quem gosta de ambiente reservado

Um lugar tranquilo para estudar e deixar a mente fluir para ideias criativas. Essa é a proposta da Biblioteca Sebastião Netto Campos na Satc. O espaço oferece salas de estudo, consulta em mais de 20 mil títulos e internet – tudo gratuito e aberto para a comunidade. Outro destaque é o Portal de Periódicos **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, que reúne artigos científicos.

Segundo a bibliotecária Vânia Medeiros, o local também pode ser usado para os criadores do Cocreation. “Nós queremos que todo mundo use este espaço que sempre foi aberto para todos. O número de pessoas que passam por aqui é considerável, mas o

desejo é que venham mais”, afirmou. Ex-alunos da instituição também costumam utilizar o local para estudar.

Fim do anúncio

A biblioteca possui seis salas de estudos para grupos e 15 cabines individuais, além de dois notebooks disponíveis para a comunidade. O horário de funcionamento é de segunda a sexta-feira das 7 às 22h15, aos sábados das 8 às 12 horas e das 13 às 17 horas.

topo ↕

HOTEL BERLIM - TEMPO REAL

Estação Londrina discute Samba de uma noite de Verão, de Renato Forin Jr

A 14ª edição do projeto Estação Londrina vai destacar o livro-CD Samba de uma Noite de Verão, do jornalista, dramaturgo e diretor londrinense Renato Forin Junior. A obra foi lançada em dezembro de 2016 e contemplada no 59º Prêmio Jabuti (categoria Adaptação), em 2017. O encontro será realizado no dia 26 de abril, sexta, a partir das 19h, no Sesc Centro (Rua Fernando de Noronha, 264). A mediação será de Frederico Fernandes, professor do Departamento de Letras da UEL e coordenador do projeto de pesquisa Estação Londrina, ao lado de Amanda Damásio, integrante do grupo de estudos Rede Londrix. A entrada é franca e o evento é aberto a todos os interessados.

Samba de uma Noite de Verão

Ao reescrever o clássico de Shakespeare, “Samba de Uma Noite de Verão” traça uma metáfora da formação do Brasil a partir de personagens cotidianos e fantásticos. No livro-CD, a Atenas do bardo inglês transforma-se na Vila de Vera Cruz, cortiço humilde povoado por uma gente criativa e batalhadora; o bosque da obra original, repleto de fadas e elfos, converte-se em uma floresta onde reinam orixás e outras deidades do nosso imaginário.

A peça musical em cinco atos passeia – ora com humor, ora com ironia – por temas como a exploração dos mais pobres pelos mais ricos, os amores tropicais, o paternalismo, o machismo, a demagogia dos líderes e a visão da sociedade sobre os artistas. A questão primordial que atravessa as páginas e as canções é a “mistura”. As mesclas étnicas, religiosas e culturais aparecem como nossa identidade mais potente e transparecem especialmente no samba, ritmo que congrega a percussão africana, os sopros indígenas e a instrumentação clássica europeia.

Este é o assunto que também vai permear as conversas conduzidas por Renato Forin Jr. no Estação Literária, edição de abril. Além da discussão sobre significados implícitos nas metáforas presentes na obra, ele compartilha com os participantes poemas e prosas poéticas de autores como Mário de Andrade e Vinicius de Moraes. Costura a eles o universo constelar de compositores e intérpretes brasileiros, especialmente Caetano Veloso, Chico Buarque e Maria Bethânia. A intenção é provocar os participantes para o constante trânsito que existe entre as várias linguagens artísticas, bem como entre o texto literário e a voz.

Minibio

Renato Forin Junior é mestre e doutor em Letras pela Universidade Estadual de Londrina com pesquisa sobre as relações entre literatura, teatro e canção no Brasil. Entre 2015 e 2016, realizou doutorado sanduíche na Université Sorbonne Nouvelle (Paris 3) – Institut d’Études Théâtrales, como bolsista PDSE-Capes. É jornalista

formado pela UEL e ator/diretor com formação pela Escola Municipal de Teatro/FUNCART. Em 2016, lançou o livro-CD “Samba de uma noite de verão” (KAN Editora), contemplado no 59º Prêmio Jabuti (categoria Adaptação). Sua peça “OVO” também recebeu os Prêmios Literários 2017, da Fundação Cultural do Pará, e está em vias de publicação. Realiza trabalhos freelance no jornalismo cultural, crítica e assessoria de imprensa em Londrina (PR), além de dirigir o Agon Teatro, grupo de pesquisa em dramaturgia e artes cênicas. Em 2018, foi um dos diretores convidados do Dramátika (promovido pelo Sesi e Kinopus), núcleo criativo que discute relações entre o teatro e o cinema. Desde 2013, é curador e coordenador de comunicação do Festival de Dança de Londrina, evento internacional que trabalha a relação da dança com outras artes. Escreveu o catálogo “Ballet de Londrina – 20 anos de arte”, lançado em 2013, além de compor a dramaturgia e atuar ao lado da companhia em seu espetáculo comemorativo de 25 anos em 2018 e 2019.

Informações sobre o livro

Sinopse: “Samba de uma noite de verão” é uma metáfora da formação do Brasil a partir de suas misturas étnicas, religiosas e culturais. A trama desta peça musical se passa na Vila de Vera Cruz, favela habitada por uma gente humilde e alegre, e em uma floresta povoada por seres fantásticos. Os deuses gregos, duendes e fadas do “Sonho...” de Shakespeare encontram perfeitos paralelos em lendas brasileiras e nos orixás africanos. Ora com lirismo, ora com ironia, o livro-CD atravessa temas como a exploração da pobreza, a demagogia dos líderes, os amores tropicais e a relação da sociedade com os artistas. A obra foi premiada no 59º Jabuti – 2017 (categoria Adaptação).

Formato: 15,5 X 21,5 cm (capa dura)

Páginas: 132

Editora: KAN Editora

Preço de capa: R\$ 35

*Acompanha CD com canções autorais

Sobre o projeto Estação Londrina

Criado em 2016 sob a coordenação do professor e pesquisador Frederico Augusto Garcia Fernandes (Letras/UEL), Estação Londrina é um projeto de extensão da Universidade Estadual de Londrina, conta com recursos da CNPq, e tem como objetivo promover e discutir a produção cultural da cidade. De 2016 pra cá já foram realizados 13 encontros, discutindo temas relacionados à história, política, economia, literatura, cinema, fotografia, games e música de Londrina. Entre os convidados, participaram do projeto os jornalistas Tony Hara, Patrícia Zanin, Felipe Melhado, e Fábio Cavazotti, os fotógrafos Saulo Haruo Ohara e Guilherme Gerais, o cineasta Caio Júlio Cesaro, o professor canadense Tamer Thabet, as escritoras Beatriz Bajo, Flavia Verceze, Samantha Abreu, Vi Karina, Maria Angélica Constantino e Vivian Campos, os escritores e jornalistas Domingos Pellegrini, Edson Maschio e José Maschio, os escritores Marcos Hidemi de Lima, Rogério Ivano e Vinícius Lima, além do músico André Siqueira e do professor catalão Diego Giménez, entre outros nomes da cultura local. Em todas as edições do projeto a entrada é franca.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Ensino híbrido ganha espaço na educação básica

Já comum no ensino superior, modalidade combina ensino presencial e a distância; crescimento é resultado de avanços tecnológicos

SÃO PAULO - Liz Honorato Parente tem 8 anos e um conhecimento sobre pássaros de deixar os adultos boquiabertos. Reconhece alguns pelo formato do bico, tonalidade da penugem e até forma de voar. O estudo dessas aves é o tema da pesquisa individual que desenvolve na escola Lumiar, na região central de São Paulo, onde cursa o primeiro ciclo do ensino fundamental. Durante a aula, a garota recebe as orientações, mas toda a exploração é feita fora dos muros do colégio: tanto em vídeos e textos na internet como nos parques da capital.

Já comum no ensino superior, o ensino híbrido – modalidade de aprendizagem que combina ensino presencial e a distância (EAD) – tem ganhado cada vez mais espaço na educação básica. O crescimento é resultado dos avanços tecnológicos e, nas escolas de educação básica, surge principalmente como ferramenta para implementação da metodologia.

“A Lumiar reconhece o estudante em toda a sua potencialidade e organiza o currículo com atividades que o levam a desenvolver uma gama de competências fundamentais, como autonomia e responsabilidade”, diz Fabia Apolinario, gerente de implementação pedagógica. “Nesse aspecto, quando pensamos em ensino híbrido, criamos oportunidades para que essa criança ou adolescente possa coplanear os objetivos de aprendizagem e as etapas de suas atividades.”

Para os especialistas, o formato é um amadurecimento de uma vocação já bem brasileira. “O Brasil tem uma tradição forte na questão da lição de casa, que já caracteriza uma atividade a distância. O que o modelo híbrido faz é incentivar um pouco mais isso, mas desta vez com atividades mais atrativas e com maior protagonismo das ações coletivas”, afirma João Mattar, vice-presidente da Associação Brasileira de Tecnologia Educacional. “Além disso, o ensino híbrido já é um aperitivo para quem, talvez, vá escolher um curso superior totalmente a distância. Não faz sentido deixar o aluno ficar até seus 17 anos em modelos totalmente presenciais.”

Para trabalhar o tema “cultura” com alunos de ensino médio no colégio Mary Ward, a professora de leitura e letramento Elaine Cristine Fernandes da Silva organizou a turma em grupos relacionados a tópicos como cultura popular, cultura erudita e cultura de massa e deu aos alunos a tarefa de buscar as referências, deixando os momentos em sala de aula para mediar o andamento dos trabalhos. Cada grupo produzirá um blog, que será visto e comentado pelos colegas. “Isso é metodologia ativa. O professor se torna um mediador e os alunos têm mais chance de, por meio da tecnologia, gerir o próprio aprendizado. Isso enriquece muito o repertório deles”, diz a educadora.

Um dos pioneiros no uso do ensino híbrido no ensino fundamental, o colégio Dante Alighieri tem até um case sobre o assunto. Em 2009, quando o surto de H1N1 obrigou muitas escolas a suspender as aulas, a escola manteve a aplicação do conteúdo pela plataforma online. Por uma questão curricular, a coordenação também marcou aulas de reposição in loco. “Mas, quando no meio tempo a Diretoria Regional de Educação viu os relatórios da produção dos alunos online, liberou o Dante para cancelar as presenciais, pois o currículo estava em dia. A partir disso, passamos a respeitar mais a plataforma e ampliar seu uso”, conta a diretora, Valdenice Minatel.

Formação de professores. Para que o uso do ensino híbrido na educação básica ganhe escala é preciso não apenas investir nas ferramentas, mas também na formação dos

professores que vão administrá-las. A Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed) oferece uma oficina quinzenal gratuita e online para ensinar o uso de metodologias ativas a professores das redes pública e privada. “Explicamos como usar as plataformas e pedimos que os professores tragam casos concretos que têm em sala de aula para trabalharmos propostas juntos”, explica Alan Cordeiro Fagundes, responsável pela atividade.

Outras instituições oferecem a própria estruturação de uma disciplina para o formato híbrido. A CS Plus, startup criada pela escola de programação e robótica Super Geeks, auxilia a instalar o ensino de Ciência da Computação nas escolas. “Instalamos nossa plataforma, treinamos os professores e oferecemos suporte no dia a dia para que possam trabalhar programação sem a necessidade de serem programador seniores”, explica Marco Giroto, fundador da Supergeeks.

Uma das escolas atendidas é o Colégio CEM, em Concórdia, a 466 km de Florianópolis. A escola transformou Ciência da Computação em disciplina obrigatória da pré-escola ao ensino médio. “Várias outras escolas estão no procurando, até porque cultura digital é uma das competências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).”

topo ↕

FOLHA DE DOURADOS - TEMPO REAL

**Inscrições para a maior olimpíada científica do Brasil terminam neste domingo
O prazo para as inscrições na 22ª edição da Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica (OBA), a maior olimpíada científica do país, foi prorrogado até o dia 31 de março**

O prazo para as inscrições na 22ª edição da Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica (OBA), a maior olimpíada científica do país, foi prorrogado até o dia 31 de março. Realizada em fase única, a olimpíada acontece no dia 17 de maio e é voltada para todos os estudantes dos ensinos fundamental e médio. Escolas públicas e particulares que ainda não participam devem se cadastrar pelo site www.oba.org.br.

Em 22 anos de existência, a OBA já mobilizou cerca de 10 milhões de participantes e distribui anualmente cerca de 50 mil medalhas. A edição de 2018 teve a participação de 770.338 estudantes de 8.456 escolas de todos os estados do Brasil e do Distrito Federal, além de duas do Japão.

Dentre milhões de brasileiros que tiveram a trajetória transformada através da OBA está a recém-empossada deputada federal por São Paulo, Tabata Amaral, que, além de medalhista nacional, também conquistou títulos internacionais de astronomia. Inspirada em Tabata, a jovem Miriam Harumi Koga, 19 anos, de Guarulhos (SP), foi medalhista da olimpíada em 2016, sendo a grande destaque na edição de 2017 da Olimpíada Latino-Americana de Astronomia e Astronáutica, conquistando a medalha de ouro, dentre outros prêmios. Tamanho sucesso resultou na sua aprovação para duas universidades nos Estados Unidos, onde hoje reside e trabalha. Além disso tudo, ela ainda idealizou um projeto de apoio à participação feminina na ciência.

Aos nove anos, tive a oportunidade de participar pela primeira vez da Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica (OBA) e testar meus conhecimentos na área de forma desafiadora. A partir de então, passei a estudar astronomia com frequência, sempre participando da OBA e sonhando em representar o Brasil em alguma competição internacional sobre o assunto. Aprender sobre a física do universo me deixa

deslumbrada e, com a medalha de ouro na Olimpíada de Astronomia e Astronáutica, muitas oportunidades se abriram – revela Miriam.

A olimpíada é dividida em quatro níveis - os três primeiros são para alunos do ensino fundamental e o quarto para os do ensino médio - e a prova é composta por dez perguntas: sete de Astronomia e três de Astronáutica. A maioria das questões é de Raciocínio Lógico. As medalhas são distribuídas conforme a pontuação obtida por cada nível.

Os melhores classificados na OBA representam o país nas olimpíadas Internacional de Astronomia e Astrofísica e Latino-Americana de Astronomia e Astronáutica de 2020. E os participantes dessa edição ainda vão concorrer a vagas na Jornada Espacial, que acontece em São José dos Campos (SP), onde os participantes recebem material didático e assistem a palestras de especialistas.

O objetivo da OBA, de acordo com o astrônomo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e coordenador nacional do evento, Dr. João Batista Garcia Canalle, é levar "a maior quantidade de informações sobre as ciências espaciais para a sala de aula, despertando o interesse nos jovens".

Os alunos e os professores podem se preparar para a prova através do aplicativo "Simulado OBA", disponível para celulares, tablets, e computadores, e pelo site da olimpíada, que fornece vídeos explicativos, além de provas e gabaritos das edições anteriores.

– Queremos promover a disseminação dos conhecimentos básicos de forma lúdica e cooperativa entre professores e alunos, além de mantê-los atualizados – explica o Dr. João Canalle.

MOBFOG

Organizada pela OBA, a 13ª Mostra Brasileira de Foguetes (MOBFOG) também está com inscrições abertas. O evento avalia a capacidade dos estudantes de construir e lançar, o mais longe possível, foguetes feitos de garrafa pet, de tubo de papel ou de canudo de refrigerante.

A MOBFOG é voltada para alunos dos ensinos fundamental e médio de escolas públicas e particulares de todas as regiões do país. Jovens que concluíram o ensino médio podem participar, desde que representando a instituição na qual se formaram, com a concordância da mesma ou pela Universidade se já nela estiverem. O evento acontece dentro da própria escola e tem quatro níveis.

As inscrições para as instituições que ainda não participaram da OBA e da MOBFOG vão até o dia 31 de março. O cadastro é único para os dois eventos e deve ser feito pelo site www.oba.org.br. Os estudantes do ensino médio que conseguirem lançar seus foguetes acima de 100 metros serão convidados para a Jornada de Foguetes (no máximo uma equipe por escola), evento anual que reúne alunos de todo país na cidade de Barra do Piraí, no interior do Rio de Janeiro. Em 2018, a MOBFOG contou com 119.414 alunos. Para essa edição são esperados mais de 125.000 alunos.

Os foguetes devem ser elaborados e lançados individualmente ou em equipe. Após o dia

17 de maio (data da prova da OBA), a escola deverá informar os nomes dos participantes e os alcances obtidos por seus foguetes. No final, todos, incluindo professores e diretores, recebem um certificado e os estudantes que alcançarem os melhores resultados receberão medalhas.

Os alunos do nível 1 (do 1º ao 3º ano do ensino fundamental) lançam foguetes construídos com canudinhos de refrigerantes. Os do nível 2 (do 4º ao 5º ano do fundamental) elaboram foguetes com tubinhos de papel. Já os alunos do nível 3 (do 6º ao 9º ano) constroem foguetes com garrafas PET, mas usam somente água e ar comprimido para lançá-los.

Os alunos do ensino médio ou superior também fazem foguetes de garrafa PET, mas com um elemento mais complexo, pois têm que usar combustível químico, ou seja, vinagre e bicarbonato de sódio. Durante o trabalho, os participantes aprendem, na prática, a famosa Lei da Física da Ação e Reação, de Isaac Newton. Além de desenvolverem os foguetes, os estudantes terão que construir a base de lançamento.

No site da OBA, no tópico "Downloads", encontram-se todos os detalhes para a construção dos projetos, além dos vídeos explicativos. Os resultados serão obtidos por meio das distâncias medidas ao longo da horizontal entre a base de lançamento e o local de chegada dos foguetes.

Organização

A OBA é coordenada por uma comissão formada por membros da Sociedade Astronômica Brasileira (SAB) e da Agência Espacial Brasileira (AEB) e conta com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Universidade Paulista (UNIP).

Além de ter crescido, a OBA se multiplicou ao longo dos seus 22 anos. Dentro da olimpíada foi criada a Mostra Brasileira de Foguetes, a MOBFOG, que cresce anualmente. Mas não é só isso. Também nasceram as Jornadas Espaciais, as Jornadas de Foguetes, os Acampamentos Espaciais e os Encontros Regionais de Ensino de Astronomia (EREA). Este último, promovido desde 2009, já capacitou mais de 7.000 professores passando por 71 cidades do país, até mesmo na longínqua Oiapoque, no extremo norte do Amapá. Ele é realizado com parcerias locais e principalmente com recursos obtidos junto ao CNPq. Outro projeto promovido pela olimpíada é o OBA de Olho no Céu, que leva astronomia para cerca de 25.000 alunos por ano por meio do seu Planetário Digital.

Quem desejar organizar um EREA em sua região ou receber o Planetário Digital, basta entrar em contato com a secretaria (oba.secretaria@gmail.com).

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

MEC custeou R\$ 76 mil para indicados sem nomeação; prática pode ser ilegal
A pasta informou que os 11 beneficiados participaram de reuniões de trabalho, "prestando apoio técnico no planejamento e discussão de propostas" do órgão
Brumadinho — Enquanto aguardavam a nomeação de indicados para ocupar cargos do segundo escalão do Ministério da Educação (MEC), órgãos ligados à pasta gastaram R\$ 76.503,65 com passagens e hospedagens para 11 pessoas frequentarem reuniões em

Brasília. Juristas dizem que a prática pode ser considerada irregular e pode ter driblado ao menos duas leis.

Em nota, o MEC diz que os beneficiados participaram de reuniões de trabalho, “prestando apoio técnico no planejamento e discussão de propostas de reestruturação” da pasta como “colaboradores eventuais”.

Para os juristas consultados, os futuros nomeados não se encaixam nessa condição — que prevê recorrer a um profissional dotado de capacidade técnica específica, que recebe a incumbência da execução de determinada atividade sob permanente fiscalização.

O levantamento foi feito pelo jornal O Estado de S. Paulo no Portal de Transparência do governo federal. Entre os gastos encontrados, o maior foi com o secretário de Alfabetização, Carlos Francisco Nadalim, no total de R\$ 23,2 mil.

Nomeado em 18 de fevereiro, ele já tinha passagens e diárias pagas pelo ministério desde 17 de janeiro. Para que Nadalim frequentasse reuniões — a última delas, inclusive, tinha como pauta a criação da secretaria a qual seria nomeado para dirigir — foram custeadas dez viagens entre Brasília e Londrina, onde morava e trabalhava na escola Mundo do Balão Mágico.

A Secretaria de Modalidades Especializadas da Educação foi a segunda com o maior gasto, R\$ 22.034,78, custeando 15 viagens de cinco servidores que depois viriam a ser nomeados para cargos em comissão, entre eles o titular da pasta, Bernardo Goytacazes de Araújo.

“O colaborador eventual é uma pessoa que vai prestar um serviço, não tomar decisões sobre o futuro do ministério, como são os casos justificados”, diz o advogado constitucionalista Marcellus Ferreira Pinto. O MEC contata pessoas nessa categoria, por exemplo, para a elaboração de avaliações de estudantes, estudos sobre a educação do País, etc. Ou seja, casos em que há uma “eventualidade”.

Especialista em Direito Público e Educacional pela Universidade de São Paulo (USP), Maria Paula Dallari diz que também se pode ter driblado o processo de nomeação ao não esperar a conclusão do processo pela Casa Civil antes de começar a exercer suas funções e ter acesso a informações do ministério.

“Existe um trâmite, uma investigação antes da nomeação que precisa ser respeitada. Essas pessoas burlaram esse procedimento se começaram a frequentar reuniões e tomar decisões antes de efetivamente serem servidores do ministério”, diz.

Procuradores consultados pelo jornal também consideram a prática irregular e recomendam que os beneficiados devolvam os valores. Alguns foram exonerados, como é o caso de Iolene Maria de Lima, da Secretaria de Educação Básica. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Militar é o novo número 2 da Educação

Ricardo Machado Vieira atuou como chefe do Estado-Maior da Aeronáutica

O brigadeiro Ricardo Machado Vieira foi nomeado secretário executivo do MEC, segundo cargo mais importante da pasta. Com pouca familiaridade com a área, Vieira é um experiente piloto de caça. Sua indicação é uma tentativa de “organizar a casa”, em convulsão nas últimas semanas.

O presidente Jair Bolsonaro nomeou ontem um militar para número 2 do Ministério da Educação (MEC). O cargo de secretário executivo estava vago desde o dia 13. Quem assume é o tenente brigadeiro Ricardo Machado Vieira, um experiente piloto de aviões de caça e ex-chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, mas sem muita familiaridade com a área de educação. A pasta vive uma crise que se arrasta há mais um mês, com 15 exonerações, medidas polêmicas e recuos.

A informação foi dada com exclusividade pelo Estado. Apesar da expectativa de que Bolsonaro indicasse também um novo nome para o cargo de ministro, após desgaste de Ricardo Vélez Rodrigues, a decisão ficou para a volta da viagem para Israel. O presidente embarca hoje e retorna na quarta-feira.

“Vivemos um momento difícil. Quero tomar pé da situação e ver como a gente pode ajudar”, disse Vieira ao Estado. Até então, ele era chefe de gabinete do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão do MEC que cuida de compras de livros, transporte e merenda. O brigadeiro tem prestígio na tropa e é considerado um profissional dedicado. É amigo do general Augusto Heleno e conhecido por ser duro em questões disciplinares. “Um homem de missão”, disse ex-colega do Estado-Maior da Aeronáutica.

Segundo fontes, a escolha do militar teria a intenção de “organizar a casa” e combater a influência dos chamados “olavistas” no MEC. Anteontem, Vélez nomeou dois simpatizantes do guru do bolsonaristas, Olavo de Carvalho, para assessores diretos dele. O grupo é responsável por disputas constantes com militares e técnicos, o que tem levado a uma paralisia das políticas.

Uma delas é a polêmica comissão formada para analisar questões do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que dependia do aval de duas pessoas que deixaram o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep). Uma delas, o próprio presidente Marcus Vinicius Rodrigues, é que decidiria se questões consideradas inadequadas pela comissão continuariam ou não na prova. Segundo o Inep, funcionários substitutos podem fazer o trabalho enquanto não há nomeações.

Experiência. A única experiência de Machado Vieira na educação foi como secretário de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto do Ministério da Defesa até o ano passado. Entre suas várias responsabilidades estavam as instituições de ensino militares. O então reitor do Instituto de Tecnologia Aeronáutica (ITA) **Anderson Correia** trabalhou com ele e lembra “sua grande capacidade de gestão”. Correia também está hoje em órgão ligado ao MEC, é o presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. “O comando executivo do MEC está em boas mãos.”

Veléz havia tentado ocupar o cargo de secretário executivo com indicações que foram desautorizadas pelo governo, como a da evangélica Iolene Lima. O ex-titular do cargo Luiz Antonio Tozi foi demitido, a pedido de Bolsonaro, após enfrentar os “olavistas”. Tozi era do chamado grupo técnico no MEC, foi dirigente no Centro Paula Souza,

autarquia do governo paulista, e por isso chegou a ser chamado de “tucano” por Olavo.

“Vivemos um momento difícil. Quero tomar pé da situação e ver como a gente pode ajudar.” Ricardo Machado Vieira

SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA

Outro militar na Educação

Na tentativa de apaziguar a crise no Ministério da Educação, o presidente da República, Jair Bolsonaro, nomeou um militar da Força Aérea Brasileira (FAB) para o cargo de secretário executivo. O tenente-brigadeiro Ricardo Machado Vieira assume o cargo de imediato do ministro Ricardo Vélez Rodríguez. Vélez e Bolsonaro estiveram reunidos para debater a situação na manhã de ontem. A expectativa é de que o perfil administrativo e os 47 anos de FAB do número dois da pasta ajudem botar a máquina para funcionar.

Vieira entrou para a reserva da Aeronáutica em 2014. A patente de tenente-brigadeiro é a mais alta da força. Ele também foi chefe do Estado-Maior da FAB — como no MEC, o segundo na hierarquia. No governo Bolsonaro, atuou sob a batuta de Vélez como chefe de gabinete do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). É o quarto nome a ocupar o posto de secretário executivo, após Luiz Antônio Tozi, Rubens Barreto Silva e Iolene Lima. O trio engrossa a lista das 16 demissões que ocorreram na pasta nos três primeiros meses de 2019.

Efetivos do ministério veem com desconfiança a nomeação do tenente-brigadeiro. Para alguns, Vieira só conseguirá fazer diferença se tiver “um perfil muito conciliador”. A afirmação é de uma funcionária que não quis se identificar. “As pressões vão continuar”, avaliou. Na quarta-feira, Bolsonaro praticamente descartou a demissão de Vélez do ministério até que volte da viagem oficial a Israel. O presidente afirmou que não demitiria ninguém por telefone e que se reuniria com os executivos do Governo Federal após o retorno do Oriente Médio, em 3 de abril.

A permanência do ministro é discutida por especialistas. Em conversa com o Correio um dia antes da nomeação do tenente-brigadeiro, Ana Maria de Albuquerque Moreira, professora da Universidade de Brasília (UnB) e especialista em planejamento e gestão da educação, comentou o desempenho do ministro. “Ele tem demonstrado, pela descontinuidade, vazios, declarações, que desconhece o que seja gestão da educação no Brasil”, avaliou. A estudiosa lembra as 20 metas do Plano Nacional de Educação. “Quando você pensa uma gestão, tem que ter planejamento, um bom diagnóstico, conhecer a realidade, seja em que área for. É preciso decidir por políticas com base na realidade do setor, no caso, da Educação, saber quais são as demandas e prioridades e ter condições de implementação, e avaliá-las”, lamentou.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

A rede pública de ensino deve priorizar o método fônico de alfabetização? Não Além de um método

Depois de quatro anos de discussões sobre a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), estados e municípios chegaram à fase de revisão, construção e aprovação de currículos. Com a homologação desses documentos, as escolas deverão discutir seus

projetos de política pedagógica com as comunidades.

O currículo deve adequar as proposições da base à realidade local, respeitando o contexto, a diversidade e as características dos estudantes, segundo o artigo 8º da resolução 2/2017 CP/CNE, que instituiu a BNCC.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/03/a-rede-publica-de-ensino-deve-priorizar-o-metodo-fonico-de-alfabetizacao-nao.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

A rede pública de ensino deve priorizar o método fônico de alfabetização? Sim Alfabetizar com método

A maioria das escolas brasileiras não consegue alfabetizar seus alunos. Alguns se alfabetizam, enquanto a maioria fica à margem.

Esse grupo reconhece a importância dos métodos fônicos, mas não reconhece a necessidade de seu ensino sistemático e explícito. Apoia suas convicções em princípios teóricos e não se preocupa em apresentar evidências. É a tese vencedora no Brasil há mais de 40 anos, patrocinada pelo MEC e pelas faculdades de educação em todo o país —e os resultados estão aí.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/03/a-rede-publica-de-ensino-deve-priorizar-o-metodo-fonico-de-alfabetizacao-sim.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL

Sentido!

A presença de militares na cúpula do Ministério da Educação não vai se limitar à nomeação do secretário-executivo da pasta, o brigadeiro Ricardo Machado Vieira. Um coronel da PM do DF que é juiz militar será indicado à chefia de gabinete do ministro Ricardo Vélez.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://painel.blogfolha.uol.com.br/2019/03/30/com-atrito-entre-poderes-bispos-sindicatos-oab-e-une-fazem-manifesto-em-defesa-do-supremo/>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Em meio à crise no MEC, Fies trava matrículas e prejudica alunos Estudantes perdem aulas e provas; deu pane geral, diz entidade de faculdades São Paulo

Em meio a uma crise no Ministério da Educação do presidente Jair Bolsonaro (PSL), estudantes do país todo relatam uma série de dificuldades para se matricular pelo Fies (programa de financiamento estudantil).

Por causa das falhas, parte dos alunos está sendo impedida de frequentar as aulas, que já começaram há mais de um mês, e até de fazer as provas.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/03/em-meio-a-crise-no-mec-fies-trava-e-barra-matriculas-de-alunos.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Com Vélez enfraquecido, ala militar quer tenente-brigadeiro no comando do MEC
Nomeação de Ricardo Machado como secretário-executivo é vista como ultimato
Brasília

Com o enfraquecimento de Ricardo Vélez Rodríguez, o núcleo militar do governo Jair Bolsonaro avalia que a queda do ministro da Educação é questão de tempo e passou a defender que o tenente-brigadeiro Ricardo Machado Vieira assuma o comando da pasta.

O ex-assessor especial do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) foi nomeado para o posto de secretário-executivo do MEC nesta sexta-feira (29) e, na avaliação da cúpula militar, a iniciativa serviu para dar um ultimato a Vélez: se ele não mudar de postura, Bolsonaro tem um nome para substituí-lo.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/03/com-enfraquecimento-de-velez-ala-militar-quer-tenente-no-comando-do-mec.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO

Educação, Saúde e Cidadania têm R\$ 7,5 bi em verbas congeladas
Contingenciamento representa 23% das despesas discricionárias do governo
Brasília

A área social do governo federal teve R\$ 7,5 bilhões congelados na primeira revisão orçamentária do ano. O contingenciamento, formalizado em decreto nesta sexta-feira (29), não poupou nem mesmo ministérios comandados por militares.

O governo anunciou que congelaria R\$ 29,582 bilhões das despesas previstas para este ano, em razão da revisão do cenário econômico, com menos crescimento e, por consequência, menor arrecadação.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/03/educacao-saude-e-cidadania-tem-r-75-bi-em-verbas-congeladas.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - NOTAS E INFORMAÇÕES

Os riscos do Enem

A crise interna do Ministério da Educação está ameaçando a realização do Exame Nacional do Ensino Médio deste ano, que tem mais de 5 milhões de estudantes inscritos e está marcado para novembro.

Causada pela disputa política entre os integrantes de sua cúpula, a crise interna do Ministério da Educação (MEC) está ameaçando a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) deste ano, que tem mais de 5 milhões de estudantes inscritos e está marcado para novembro.

Desde que foi criada, em 1998, a prova, que tem 180 questões, é uma das mais bem-sucedidas experiências em matéria de avaliação de desempenho escolar do País, sendo utilizada também como processo seletivo das universidades federais. Preocupados com essa ameaça e com a crise do MEC, os secretários estaduais de Educação divulgaram documento no final da semana passada cobrando das autoridades educacionais do governo federal mais foco, coerência e eficiência administrativa. Um dos riscos para a realização do Enem na data prevista está na sucessão de nomeações nos cargos mais importantes do MEC e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), que é o órgão encarregado de fazer o exame. Desde o início do governo do presidente Jair Bolsonaro, tanto o Ministério como o órgão já sofreram quase 20 exonerações em seus altos escalões.

Um dos exonerados foi justamente o presidente do Inep, Marcus Vinicius Rodrigues, após desentendimentos com o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, sobre a suspensão da avaliação nacional da alfabetização das crianças, que é uma peça fundamental do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), criado em 1990.

Correm riscos também as diretrizes para a formulação das questões. Embora a definição dos critérios envolva análises pedagógicas, análises técnicas, interpretação de dados estatísticos e avaliações das edições anteriores do Enem, vários dirigentes do MEC e do Inep estão mais preocupados com orientações ideológicas, sob o pretexto de evitar perguntas de teor considerado ofensivo a grupos sociais, símbolos, tradições e costumes.

Nos dois órgãos, há até quem tenha proposto como critério para as questões uma abordagem de ensino e aprendizagem que parte do “raciocínio sobre verdades bíblicas”, com o objetivo de “formar uma erudição baseada numa cosmovisão cristã e líderes servidores aptos a cumprir o propósito de Deus com suas vocações”.

Independentemente das divergências políticas entre os dirigentes do MEC e do Inep, o fato é que a criação dessa comissão deixou evidente a preocupação do governo em interferir política e religiosamente na formulação das perguntas do próximo Enem.

Quando a portaria com os nomes escolhidos para integrar essa comissão foi divulgada, dirigentes do MEC alegaram que ela não faria censura ideológica, mas somente uma “leitura transversal das questões”. Contudo, como levar essa justificativa a sério se um dos integrantes dessa comissão, escolhido como representante da “sociedade civil”, por critérios não suficientemente explicitados, é defensor da tese de que há “uma contaminação ideológica nas universidades, que vêm formando juristas e políticos com mentalidade esquerdizante”? Além disso, ao explicar que o trabalho da comissão é só “uma etapa técnica de revisão de itens”, os dirigentes do MEC afirmaram que, quando seus membros vetarem uma questão, a Diretoria de Avaliação do Inep poderá contra-argumentar, ficando a decisão final a cargo do novo presidente do órgão, que até ontem não havia sido escolhido.

Além de colocar em risco a realização do Enem, esse ambiente tumultuado e confuso numa das áreas estratégicas da máquina governamental está atrasando a publicação de editais e a formulação de políticas públicas destinadas a incrementar a qualidade da educação, fator decisivo para o desenvolvimento do País.

Na área da educação, o maior desafio é tornar eficiente um sistema de ensino anacrônico e mal orientado. Para formar o capital humano de que o País necessita e assegurar a emancipação socioeconômica das novas gerações, o sistema de ensino necessita de uma visão de futuro, de regras claras e de competência administrativa. Com iniciativas erráticas e desastrosas, o MEC mostra que está longe de vencer esse desafio.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - COLUNA DO ESTADÃO

Sem sinal

Parlamentares não gostaram quando a assessoria de Ricardo Vélez pediu, anteontem no MEC, que eles deixassem celulares fora da sala de reunião. Pedro Fernandes (PTB) e Weverton Rocha (PDT), ameaçaram ir embora.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Ministério custeou gastos de 11 pessoas antes de nomeá-las

Alegação é de que elas participaram de reuniões de trabalho, ‘prestando apoio técnico’; juristas e procuradores criticam

Enquanto aguardavam a nomeação de indicados para ocupar cargos do segundo escalão do Ministério da Educação (MEC), órgãos ligados à pasta gastaram R\$ 76.503,65 com passagens e hospedagens para 11 pessoas frequentarem reuniões em Brasília. Juristas dizem que a prática pode ser considerada irregular e pode ter driblado ao menos duas leis.

Em nota, o MEC diz que os beneficiados participaram de reuniões de trabalho, “prestando apoio técnico no planejamento e discussão de propostas de reestruturação” da pasta como “colaboradores eventuais”. Para os juristas consultados, os futuros nomeados não se encaixam nessa condição – que prevê recorrer a um profissional dotado de capacidade técnica específica, que recebe a incumbência da execução de determinada atividade sob permanente fiscalização.

O levantamento foi feito pelo Estado no Portal de Transparência do governo federal. Entre os gastos encontrados, o maior foi com o secretário de Alfabetização, Carlos Francisco Nadalim, no total de R\$ 23,2 mil. Nomeado em 18 de fevereiro, ele já tinha passagens e diárias pagas pelo ministério desde 17 de janeiro. Para que Nadalim frequentasse reuniões – a última delas, inclusive, tinha como pauta a criação da secretaria a qual seria nomeado para dirigir – foram custeadas dez viagens entre Brasília e Londrina, onde morava e trabalhava na escola Mundo do Balão Mágico.

A Secretaria de Modalidades Especializadas da Educação foi a segunda com o maior gasto, R\$ 22.034,78, custeando 15 viagens de cinco servidores que depois viriam a ser nomeados para cargos em comissão, entre eles o titular da pasta, Bernardo Goytacazes de Araújo. “O colaborador eventual é uma pessoa que vai prestar um serviço, não tomar decisões sobre o futuro do ministério, como são os casos justificados”, diz o advogado constitucionalista Marcellus Ferreira Pinto. O MEC contata pessoas nessa categoria, por exemplo, para a elaboração de avaliações de estudantes, estudos sobre a educação do País, etc. Ou seja, casos em que há uma “eventualidade”.

Especialista em Direito Público e Educacional pela Universidade de São Paulo (USP), Maria Paula Dallari diz que também se pode ter driblado o processo de nomeação ao não esperar a conclusão do processo pela Casa Civil antes de começar a exercer suas funções e ter acesso a informações do ministério. “Existe um trâmite, uma investigação

antes da nomeação que precisa ser respeitada. Essas pessoas burlaram esse procedimento se começaram a frequentar reuniões e tomar decisões antes de efetivamente serem servidores do ministério”, diz.

Procuradores consultados pelo Estado também consideram a prática irregular e recomendam que os beneficiados devolvam os valores. Alguns foram exonerados, como é o caso de Iolene Maria de Lima, da Secretaria de Educação Básica.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA & NEGÓCIOS

Ministério da Educação foi o que sofreu o maior corte

Despesas da pasta, centro de uma série de crises, foram reduzidas em R\$ 5,8 bi BRASÍLIA

Dona do maior orçamento da Esplanada dos Ministérios e no centro de uma série de crises no início do governo Jair Bolsonaro, a Educação foi o maior alvo da tesourada do governo nos gastos para conseguir cumprir a meta fiscal. As despesas da pasta foram reduzidas em R\$ 5,8 bilhões. O Ministério da Defesa, fortalecido na gestão de um presidente que é de carreira militar, foi o segundo mais atingido, com bloqueio de R\$ 5,1 bilhões.

Já a Saúde foi preservada, porque os gastos programados para o ano já estão próximos do piso constitucional, como antecipou o Estadão/Broadcast. O corte foi de R\$ 599,9 milhões, de um orçamento de R\$ 19,4 bilhões para 2019.

O forte contingenciamento de R\$ 29,8 bilhões deixa as despesas discricionárias abaixo dos R\$ 100 bilhões, próximo do que é considerado o mínimo essencial para garantir o pleno funcionamento das atividades do governo. Em 2017, a falta de recursos provocou atraso na emissão de passaportes e ameaças de fechamento de agências do INSS.

No decreto publicado ontem, o governo indicou que o aperto inicial nos recursos será maior, de quase R\$ 36 bilhões, porque a equipe econômica resolveu destinar R\$ 5,372 bilhões a uma reserva de contingência. O dinheiro, porém, não ficará bloqueado, pois o Executivo pode liberar aos poucos limites adicionais para órgãos que precisem de mais recursos. Segundo apurou o Estadão/Broadcast, a decisão de colocar recursos nessa reserva já havia sido tomada na semana passada, quando o governo anunciou o bloqueio.

O corte na Educação foi possível porque existia uma “folga” de R\$ 18 bilhões em relação ao piso constitucional de aplicação no ensino, que é de R\$ 52,7 bilhões. Já na Saúde esse espaço é bem menor, de R\$ 1,6 bilhão.

Além de Educação e Defesa, entraram no contingenciamento o Ministério da Infraestrutura, que perdeu quase metade de seu orçamento (de R\$ 10,9 bilhões para R\$ 6,6 bilhões) e o de Minas e Energia, que viu o corte incidir sobre quase todos os seus gastos (de R\$ 4,7 bilhões para R\$ 969 milhões). A reportagem procurou as quatro pastas mais atingidas, mas apenas a Infraestrutura informou que “a questão orçamentária está em análise pela equipe do ministério”.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - SONIA RACY

Não pegou

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo decidiu ontem em Brasília — e já recomendou aos conselhos estaduais — que devem ser recusados os pedidos de registro profissional de bacharéis em arquitetura e urbanismo formados na modalidade Ensino à Distância. Argumentam os conselheiros que esse modelo “não oferece segurança à sociedade”.

Na mesma linha, avaliações negativas do Ensino à Distância vêm obtendo novos adeptos nos conselhos de Farmácia, Odontologia e Medicina Veterinária.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Novo plano contra incêndio no MEC

Bolsonaro nomeia militar para ser número 2 do ministro da Educação

O presidente Jair Bolsonaro nomeou ontem o tenente-brigadeiro do ar Ricardo Machado Vieira para o cargo de secretário-executivo do Ministério da Educação (MEC), o segundo na hierarquia da pasta. Machado já foi chefe do Estado-Maior da Aeronáutica. Em fevereiro, tornou-se assessor especial da presidência do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

A nomeação ocorre em meio ao desgaste do ministro Ricardo Vélez Rodríguez, que ontem se reuniu com Bolsonaro. O presidente tem criticado publicamente o modo como Vélez conduz a pasta.

O Planalto já estaria avaliando nomes para substituir o titular da Educação. Há uma resistência a entregar o ministério a um político, o que poderia ser visto como a prática de um “toma lá, dá cá” que o governo tanto critica. A escolha de Machado para a Secretaria-Executiva alimenta os rumores de que o tenente-brigadeiro possa assumir a pasta interinamente, com a demissão de Vélez, que pode ocorrer na semana que vem, após Bolsonaro retornar de uma viagem a Israel.

O MEC é palco de disputa de poder desde o início deste mês. Seguidores do ideólogo de direita Olavo de Carvalho —o grupo dos “olavetes”, como se designam— abriram a crise nas redes sociais ao denunciar militares e técnicos da pasta, que estariam remanejando “olavetes” para cargos periféricos, em uma tentativa de neutralizar a influência de Olavo.

Depois de demitir e remanejar aliados do ideólogo, Vélez foi forçado a dispensar indicados originários da carreira militar e demitiu servidores da chamada “ala técnica” da Educação. Apesar disso, o ministro perdeu apoio entre “olavetes” e foi alvo de críticas do próprio guru de Bolsonaro.

INDICAÇÕES VETADAS

A fragilidade de Vélez ficou nítida quando ele anunciou dois secretários-executivos, Rubens Barreto e Iolene Lima, e não conseguiu nomeá-los, por imposição do Planalto. Antes, havia demitido o titular, Luiz Tozi, após pressão de Olavo.

O porta-voz da Presidência, Otávio Rêgo Barros, disse que a indicação de Machado não é uma intervenção de Bolsonaro na gestão do MEC. O nome do “novo número 2”, diz Barros, foi escolhido por Vélez.

—Como o presidente vem afirmando e reafirmando, as decisões internas de cada

ministério, em particular a escolha de recursos humanos, são do próprio ministro — disse Rêgo Barros.

Auxiliares do presidente, no entanto, apontam que a escolha foi conjunta, uma vez que a ala militar do entorno de Bolsonaro já vinha traçando possíveis saídas para a crise que assola a pasta. O nome do tenente-brigadeiro foi defendido pelo coronel Marcelo Mendonça, assessor parlamentar do MEC, e pelos ministros Santos Cruz (Secretaria de Governo) e Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional).

Com pouca experiência em Educação, o brigadeiro foi nomeado em 2015, na gestão Dilma Rousseff, secretário de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto do Ministério da Defesa. No início do ano, tornou-se assessor especial no FNDE, autarquia do MEC responsável pela operação de grandes programas, como o Fies e a compra de livros didáticos.

Segundo um educador que acompanha a crise do ministério, a nomeação de Machado é um duplo teste: reduzir a presença de “olavetes” na pasta e observar o impacto da queda de influência do guru do presidente no MEC.

topo ↕

ISTOÉ DINHEIRO - SP - DINHEIRO EM AÇÃO

Papéis avulsos

A empresa do setor educacional Ânima teve prejuízo de R\$ 18,1 milhões no último trimestre de 2018, revertendo o lucro de R\$ 10,8 milhões obtido no mesmo período do ano anterior. Em 2018, a empresa lucrou R\$ 2,3 milhões contra R\$ 85,2 milhões em 2017. Segundo a Ânima, esse resultado contabiliza despesas não recorrentes de R\$ 52 milhões relativas a um processo de reestruturação operacional e de governança promovido nos últimos meses. Já a receita líquida cresceu 4,8% no ano passado chegando a R\$ 1,09 bilhão, com aumento de 7% na base de alunos (hoje, aproximadamente 97,2 mil estudantes). O preço médio da mensalidade foi de R\$ 855, queda de 0,6% frente a 2017. O recuo reflete o aumento de bolsas e descontos nas primeiras mensalidades do curso. A empresa argumenta que a redução da receita é consequência do aumento da competitividade em todas as regiões em que atua.

topo ↕

ISTOÉ - SP - BRASIL

Educação sem rumo

Ministro Ricardo Vélez toma decisões estapafúrdias, dá demonstrações frequentes de ineficiência e não consegue formar um grupo técnico para implantar uma nova política educacional no País

Parece que o lema do governo é bagunçar para deseducar. Poucas vezes se viu um Ministério da Educação (MEC) tão caótico, perdido e sem planos, atirando para todos os lados e não acertando em nada. O ministro Ricardo Vélez Rodrigues dá a impressão de andar nas nuvens e não querer que o governo comece a funcionar. Em três meses no cargo ainda não conseguiu constituir uma equipe técnica e nem fazer um esboço de um plano de ação. Seus primeiros passos parecem indicar uma intenção mais destrutiva do que construtiva. Avanços e recuos incompreensíveis, divergências ideológicas, vontades autoritárias e falta de comunicação dão o tom de sua claudicante gestão. E enquanto o MEC enfrenta uma paralisia, o País continua a acumular péssimos índices na educação básica, com um número alarmante de alunos sem aprender português e matemática. Com um governo inoperante, a tendência é a situação piorar, comprometendo o futuro do ensino. Para a presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação

(Conseg), Cecília Motta, não existe, hoje, um comando no MEC e nem uma política de governo para a educação.

A última trapalhada do Ministério veio por meio de uma portaria, publicada na segunda-feira 25, que suspendia por dois anos o Sistema de Avaliação do Ensino Básico (Saeb), que só voltaria a ser realizado em 2021. A iniciativa arbitrária e tomada sem qualquer discussão interna motivou o pedido de demissão da secretária de Educação Básica do MEC, Tania Leme de Almeida, que desconhecia a intenção de protelá-lo. No dia seguinte, diante de uma reação vigorosa, o MEC, como já se tornou habitual, voltou atrás e revogou a portaria. Ainda bem. Eliminar um sistema de avaliação seria um retrocesso, principalmente em um País com um desempenho educacional tão pífio. Mas o recuo, que não veio acompanhado de esclarecimentos de como a avaliação será feita a partir de agora, expõe um problema de comunicação grave e uma falta de entrosamento entre as diversas secretarias do Ministério. “Acompanho o MEC de perto desde o governo Itamar Franco, no começo dos anos 1990, e nunca vi nada parecido com o que está acontecendo agora”, diz o diretor de Articulação e Inovação do Instituto Ayrton Senna, Mozart Neves Ramos, que foi convidado a assumir o MEC, mas acabou vetado por pressão da bancada evangélica.

Na quarta-feira 27, em audiência pública na Câmara dos Deputados, Vélez era o retrato do caos no MEC. Chegou a defender a expansão do ensino cívico-militar, que, para ele, “afasta os traficantes das escolas” e citou como exemplo nada menos do que Pablo Escobar, “o senhor da droga colombiana”, que instalava campos de futebol e pequenas bibliotecas em Medellín para supostamente deixar as crianças longe da cocaína. Um dos pontos altos da audiência ocorreu quando o ministro foi enquadrado pela deputada Tabata Amaral (PDT-SP). Depois de uma aula sobre educação, ela cobrou a saída dele do cargo. Vélez, então, admitiu que o comando do Ministério “é um abacaxi do tamanho de um bonde”. Justificou ainda que o presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Marcus Vinícius Rodrigues, responsável por baixar a portaria que suspendia o Saeb, foi exonerado do cargo porque “puxou o tapete”. “Ele mudou de forma abrupta o entendimento que já tinha sido feito para a preservação da Base Nacional Curricular e para fazer as avaliações de comum acordo com as secretarias de educação estaduais e municipais”, disse o ministro.

Marcus Rodrigues, por sua vez, deu outra versão – escancarando a confusão gerencial no ministério: afirmou que assinou a portaria com o respaldo do seu superior, o secretário de Alfabetização do MEC, Carlos Nadalim. “Há uma incompetência gerencial muito grande dentro do MEC e, em três meses, não tive nenhuma reunião de trabalho com o ministro”, afirmou. Em solidariedade a Rodrigues, Paulo Teixeira, no dia seguinte, pediu demissão da diretoria de Avaliação da Educação Básica do Inep, que coordena o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

A pessoa errada no MEC

Diante de tanta desordem, todos querem Vélez fora da pasta. Questionado pelos parlamentares sobre sua continuidade no governo, ele descartou um pedido de demissão e disse que fica no cargo “até que o senhor presidente me diga: ‘olha, os seus serviços... muito obrigado, tchau’”. Bolsonaro deu sinais de insatisfação com o ministro em entrevista à Rede Bandeirantes: “Temos que resolver a questão da educação. Realmente não estão dando certo as coisas lá, é um Ministério muito importante. Na minha volta da viagem a Israel vou conversar com o Vélez”, afirmou. À noite, diante de

boatos que confirmavam a saída de Vélez do cargo, Bolsonaro negou, pelo Twitter, que havia decidido demiti-lo. “Ele tem problemas sim, ele é novo no assunto. Não possui tato político, vou conversar e tomar as decisões que devem ser tomadas.” Talvez tenha ganho mais um tempo no cargo apenas por birra do seu chefe com a mídia, que chegou a anunciar a sua saída.

As exonerações que o ministro vem fazendo estão contaminadas pela política e influenciadas pelo filósofo e astrólogo Olavo de Carvalho. Há dois grupos se digladiando no Ministério, o dos militares, com perfil mais técnico, e o dos seguidores de Carvalho, donos de uma pauta contra o “marxismo globalista”, que ele acredita contaminar a educação brasileira. O grupo de Carvalho, por ora, leva vantagem. Há também uma presença evangélica que se insinua vez ou outra para perturbar ainda mais o ambiente. Na semana passada, a educadora evangélica Iolene Lima havia sido nomeada para o cargo de secretária executiva do Ministério, substituindo Luiz Antonio Tozi, demitido por conta da pressão dos seguidores de Carvalho sobre Bolsonaro. Iolene era mal vista pelos técnicos do MEC devido a suas opiniões fundamentalistas. Para ela, “todos os conteúdos curriculares devem ser apresentados dentro de uma cosmovisão bíblica”. Por sorte, Iolene não chegou a assumir o cargo. “Parece que há um governo paralelo dentro do próprio governo. Percebemos um total desentrosamento e uma falta absoluta de tranquilidade. Basta pensar que em menos de três meses tivemos quatro secretários executivos”, lamenta Mozart Ramos.

Na verdade, o MEC conseguiu acumular um problema triplo: não fixou uma agenda para a educação, deu ênfase para temas completamente descolados do debate, como a história do hino que deveria ser cantado nas escolas, o “homeschooling” e o ensino cívico militar, e não conseguiu conter uma disputa interna de poder que deflagrou um cenário de guerra. Para os educadores, a situação ficou confusa e preocupante e o ministro não está sabendo aproveitar uma janela de oportunidade, que é o início de um mandato presidencial, para fazer uma agenda estruturante à educação brasileira. Questões essenciais foram negligenciadas ou levadas adiante a passo de tartaruga, como a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a reforma do ensino médio e o edital do livro didático. “Não se sabe qual é o plano de avaliação até o fim do ano, não se sabe se vai acontecer e nem qual é o calendário”, diz o diretor de Política Educacional da ONG Todos pela Educação, Olavo Nogueira Filho.

A ingerência de Carvalho, que indicou o nome de Vélez para Bolsonaro, tem sido perturbadora para o funcionamento do Ministério. Em janeiro, sob sua influência, foi desmontada sumariamente a Assessoria Estratégica de Evidências do Ministério, que avaliava os resultados do programa de educação em tempo integral, criado em 2017, como parte da reforma do ensino médio. No começo de março, Carvalho pediu a demissão do coronel Ricardo Roquetti, que era diretor de programa da Secretaria Executiva e encabeçava o grupo dos militares no Ministério. Desde janeiro, ao menos 13 pessoas deixaram funções estratégicas, contribuindo para a sensação de colapso e falta de gestão. Há um grande vazio de ideias no MEC. Enquanto isso, a situação da educação no Brasil vai de mal a pior.

topo ↕

ISTOÉ - SP - BRASIL CONFIDENCIAL

Educação básica

No manancial de confusão que virou o Ministério da Educação, o Fórum Nacional de Educação, criado pela Conferência Nacional de Educação para ser um espaço de

interlocução da sociedade com o governo, foi excluído do Comitê Permanente de Custos da Educação Básica. Em seu lugar, portaria editada no dia 22 de março colocou o Ministério da Economia. Esta semana, os representantes do fórum enviaram ofício ao ministro Ricardo Velez Rodriguez para que reveja a exclusão. O ofício lembra que o fórum foi criado por portaria do próprio ministério e sua atividade está prevista no Plano Nacional de Educação 2014/2024, que é uma lei. “Em que pese nosso profundo respeito às normativas emanadas dessa Casa, contestamos os termos da portaria”, diz o ofício.

topo ↕

VEJA - SP - RADAR

Sem rumo

Depois do massacre em Suzano, Ricardo Vélaz mandou uma carta ao prefeito da cidade dizendo que gostaria de ver a escola militarizada. Dois problemas. A escola é estadual e a secretaria responsável não tem a menor intenção de fazer isso.

topo ↕

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE - SAÚDE

Doutorado impulsiona pesquisas sobre câncer

Curso, com apoio da Capes e duração de 48 meses, terá aulas no Recife e em São Paulo. Semestre letivo deve começar em agosto

Um novo curso de doutorado para profissionais de saúde e interessados em realizar pesquisa na área começará em Pernambuco. Por meio do Doutorado Interinstitucional (Dinter), um programa de apoio à realização de cursos de pós-graduação stricto sensu da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, o Hospital de Câncer de Pernambuco (HCP) e a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) irão abrir vagas para o doutorado em medicina translacional. Com edital previsto para ser publicado até o fim de abril, o programa ofertará vagas para pesquisadores interessados em realizar estudos sobre o câncer. A ideia é formar corpo docente para a criação, no futuro, do primeiro programa de pós-graduação stricto sensu em oncologia do Nordeste.

Serão abertas 10 vagas, a serem preenchidas prioritariamente por profissionais que atuam dentro do HCP. A seleção vai considerar currículo, resultado em provas de idiomas, de conhecimentos e uma entrevista. A previsão é de que as aulas comecem em agosto deste ano. De acordo com a modalidade Dinter, as disciplinas serão ministradas por professores da Unifesp, que virão ao Recife para as cadeiras obrigatórias. Os alunos também poderão optar por realizar disciplinas eletivas em Pernambuco ou São Paulo e terão 48 meses para finalização do curso. Detalhes sobre os valores, carga horária e grade serão disponibilizados no edital.

A modalidade Dinter permite que instituições de ensino com programa de pós-graduação stricto sensu nacional avaliado pela **Capes** abram turmas fora da sua dependência, atuando como instituição promotora. “O Hospital de Câncer será a instituição receptora, com a proposta de otimizar a expertise que temos na área e direcioná-la para a criação do programa de pós em oncologia. No Brasil, hoje, só existem cinco programas do gênero e todos concentrados na região Sudeste”, explicou o assessor da superintendência de Ensino e Pesquisa do HCP, Guilherme Costa.

A medicina translacional é uma área de estudos que intersecciona os conhecimentos da pesquisa básica com a pesquisa clínica, com o objetivo de acelerar a transmissão de conhecimentos, aprofundar as observações clínicas e aplicar na sociedade os

conhecimentos produzidos. No caso do HCP, a ideia é também impulsionar pesquisas que já são realizadas, por meio de outros convênios, na instituição. Dentre elas, nas áreas de câncer de mama, de pênis, melanoma e gástrico. “Também temos um acervo de banco de dados grande, fruto dos atendimentos que realizamos no hospital. Os profissionais estarão na fronteira do conhecimento e em contato constante com a pesquisa e a prática”, afirmou a coordenadora da pós-graduação stricto sensu e do Dinter com a Unifesp em Pernambuco, Leuridan Torres.

Convênio

Atualmente, o HCP tem um convênio para formação de 14 doutores e sete mestres com o Hospital A.C. Camargo Cancer Center, de São Paulo. “Com a formação de outros 10 profissionais e a produção científica conjunta, começamos a nos habilitar para poder criar nosso próprio programa, criamos um ciclo de geração de conhecimento”, acrescentou Guilherme Costa. “Isso também irá qualificar a assistência e melhorar a infraestrutura tecnológica disponível do hospital”, disse Leuridan Torres.

O HCP, que surgiu a partir da Sociedade de Assistência aos Indigentes de Hospitais, em 1945, é responsável pelo tratamento de mais de 50% dos pacientes oncológicos de Pernambuco, realizando cerca de mil atendimentos todos os dias. Com mais de 20 especialidades médicas e de reabilitação e 840 profissionais de saúde, o hospital, que é uma sociedade de utilidade pública estadual desde 1952, realiza mensalmente 5 mil radioterapias, 3,7 mil quimioterapias, 1,3 mil atendimentos de urgência e 684 cirurgias.

topo 

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE - VIDA URBANA

Hospital do Câncer abrirá doutorado em parceria com a Unifesp

Um novo curso de doutorado para profissionais de saúde e interessados em realizar pesquisa na área começará em Pernambuco. Por meio do Doutorado Interinstitucional (Dinter), um programa de apoio à realização de cursos de pós-graduação stricto sensu da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, o Hospital de Câncer de Pernambuco e a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) irão abrir vagas para o doutorado em medicina translacional. Com edital previsto para ser publicado até o fim de abril, o programa ofertará vagas para pesquisadores interessados em realizar estudos sobre o câncer. A ideia é formar corpo docente para a criação, no futuro, do primeiro programa de pós-graduação stricto sensu em oncologia do Nordeste.

Serão abertas 10 vagas, a serem preenchidas prioritariamente por profissionais que atuam dentro do HCP. A seleção considerará currículo, resultado em provas de idiomas, de conhecimentos e uma entrevista. A previsão é de que as aulas comecem em agosto deste ano. De acordo com a modalidade Dinter, as disciplinas serão ministradas por professores da Unifesp, que virão ao Recife para as cadeiras obrigatórias. Os alunos também poderão optar por realizar eletivas em Pernambuco ou São Paulo e terão 48 meses para finalização do curso. Detalhes sobre os valores, carga horária e grade serão disponibilizados no edital.

A modalidade Dinter permite que instituições de ensino com programa de pós-graduação stricto sensu nacional avaliado pela **Capes** abram turmas fora da sua dependência, atuando como instituição promotora. “O Hospital de Câncer será a instituição receptora, com a proposta de otimizar a expertise que temos na área e direcioná-la para a criação do programa de pós em oncologia. No Brasil, hoje, só

existem cinco programas do gênero e todos concentrados na região Sudeste”, explicou o assessor da superintendência de Ensino e Pesquisa do HCP, Guilherme Costa.

A medicina translacional é uma área de estudos que intersecciona os conhecimentos da pesquisa básica com a pesquisa clínica, com o objetivo de acelerar a transmissão de conhecimentos, aprofundar as observações clínicas e aplicar na sociedade os conhecimentos produzidos. No caso do HCP, a ideia é também impulsionar pesquisas que já são realizadas, por meio de outros convênios, na instituição. Dentre elas, nas áreas de câncer de mama, de pênis, melanoma e gástrico. “Também temos um acervo de banco de dados grande, fruto dos atendimentos que realizamos no hospital. Os profissionais estarão na fronteira do conhecimento e em contato constante com a pesquisa e a prática”, afirmou a coordenadora da pós-graduação stricto sensu e do Dinter com a Unifesp em Pernambuco, Leuridan Torres.

Atualmente, o HCP tem um convênio para formação de 14 doutores e sete mestres com o Hospital A.C Camargo Cancer Center, de São Paulo. “Com a formação de outros 10 profissionais e a produção científica conjunta, começamos a nos habilitar para poder criar nosso próprio programa, criamos um ciclo de geração de conhecimento”, acrescentou Guilherme Costa. “Isso também irá qualificar a assistência e melhorar a infraestrutura tecnológica disponível o hospital”, disse Leuridan Torres. O HCP é responsável pelo tratamento de mais de 50% dos pacientes oncológicos de Pernambuco, realizando cerca de mil atendimentos todos os dias. Com mais de 20 especialidades médicas e de reabilitação, e 840 profissionais de saúde, realiza mensalmente 5 mil radioterapias, 3,7 mil quimioterapias, 1,3 mil atendimentos de urgência e 684 cirurgias.

topo ↕

A GAZETA - ES - BRASIL

Em crise, MEC terá militar como número 2

Ministério vive paralisia em meio a uma série de exonerações e brigas internas por poder

O presidente Jair Bolsonaro (PSL) nomeou, ontem, o tenente-brigadeiro do ar Ricardo Machado Vieira para o cargo de secretário- executivo do Ministério da Educação (MEC), o segundo na hierarquia da pasta. Vieira já foi chefe do Estado-Maior da Aeronáutica. Em fevereiro, tornou-se assessor especial do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A nomeação do militar ocorre no momento de forte desgaste do atual ministro da Educação, Ricardo Vélez. O presidente tem feito críticas públicas à condução do ministério.

O Planalto já estaria avaliando nomes para substituir o titular da Educação. A dúvida no entorno do presidente estaria em entregar a pasta a alguém ligado à área militar ou ceder a uma indicação política. Uma lista entregue a Bolsonaro antes da viagem aos Estados Unidos neste mês, já com a crise deflagrada no MEC, voltou a ser considerada.

Por causa dos movimentos da ala militar para fazer o sucessor de Vélez, a escolha de Vieira para a secretaria executiva alimenta os rumores de que o tenente-brigadeiro possa assumir a pasta interinamente. Desde o começo do mês, a gestão de Vélez no MEC enfrenta uma rebelião de alas de servidores que disputam o poder de influenciar decisões da pasta.

Seguidores do ideólogo de direita Olavo de Carvalho – o grupo dos olavetes – abriram a crise nas redes sociais durante o carnaval ao denunciarem movimentos das alas de

militares e técnicos da pasta, que estariam remanejando olavetes para cargos periféricos do MEC, de modo a neutralizar a influência de Olavo. Depois de realizar demissões e remanejamentos de olavetes, Vélez foi forçado a dispensar indicados originários da carreira militar e também demitiu servidores da chamada “ala técnica” da Educação.

Apesar disso, o ministro perdeu o apoio entre os olavetes e foi alvo de críticas do próprio gurude Bolsonaro, o que teria o enfraquecido ainda mais perante o Planalto, que resiste a entregar o MEC a um político para não endossar críticas de que estaria praticando o “toma lá, dá cá” que tanto critica. Mas a falta de opções do núcleo bolsonarista, que não mantém relação com a área da educação, é um problema do governo para substituir Vélez.

(Agência O Globo)

topo ↕

A TARDE - BA - BRASIL

Bolsonaro põe militar no posto de nº 2 do MEC

O presidente Jair Bolsonaro nomeou ontem um militar para número 2 do Ministério da Educação (MEC). O cargo de secretário- executivo estava vago desde o dia 13. Quem assume é o tenente-brigadeiro Ricardo Machado Vieira, um experiente piloto de aviões de caça e ex-chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, mas sem muita familiaridade com a área de educação.

A pasta vive uma crise que se arrasta há mais um mês, com 15 exonerações, medidas polêmicas e recuos. Apesar da expectativa de que Bolsonaro indicasse também um novo nome para o cargo de ministro, após desgaste de Ricardo Vélez Rodríguez, a decisão ficou para a volta da viagem a Israel.

O presidente embarcou ontem e retorna na quarta-feira. “ Vivemos um momento difícil. Quero tomar pé da situação e ver como a gente pode ajudar”, disse Vieira para a reportagem. Até então, ele era chefe de gabinete do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão do MEC que cuida de compras de livros, transporte e merenda.

O brigadeiro tem prestígio na tropa e é considerado um profissional dedicado. É amigo do general Augusto Heleno e conhecido por ser duro em questões disciplinares. “Um homem de missão”, disse ex-colega do Estado-Maior da Aeronáutica. Segundo fontes, a escolha do militar teria a intenção de “organizar a casa” e combater a influência dos chamados “olavistas” no MEC.

topo ↕

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE - BRASIL

Bolsonaro põe militar no posto de nº 2 do MEC

O presidente Jair Bolsonaro nomeou um militar para número 2 do Ministério da Educação (MEC). O cargo de secretário executivo estava vago desde o dia 13.

Quem assume é o tenente-brigadeiro Ricardo Machado Vieira, um experiente piloto de aviões de caça e ex-chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, mas sem familiaridade com a área de educação.

A pasta vive uma crise que se arrasta há mais um mês, com 15 exonerações, medidas polêmicas e recuos.

Apesar da expectativa de que Bolsonaro indicasse um novo nome para o cargo de ministro, após desgaste de Ricardo Vélez Rodrigues, a decisão ficou para a volta da viagem para Israel, na quarta-feira.

“Vivemos um momento difícil. Quero tomar pé da situação e ver como a gente pode ajudar”, disse Vieira para a reportagem. Ele era chefe de gabinete do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão que cuida de compras de livros e merenda.

Segundo fontes, a escolha do militar teria a intenção de “organizar a casa” e combater a influência dos chamados “olavistas” no MEC. Vélez nomeou dois simpatizantes do guru dos bolsonaristas, Olavo de Carvalho, para assessores. O grupo é responsável por disputas com militares e técnicos.

Uma delas é a polêmica comissão formada para analisar questões do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que dependia do aval de duas pessoas que deixaram o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep).

topo ↕

ESTADO DE MINAS - MG - NACIONAL

BRIGADEIRO PARA CONTER TURBULÊNCIA NO MEC

Planalto indica o quarto nome para a Secretaria-Executiva do Ministério da Educação em apenas três meses. Disputa interna na pasta dificulta também execução de programas

Brasília – Em três meses de gestão, quatro pessoas para o mesmo cargo. E agora mais um militar no governo. O presidente Jair Bolsonaro nomeou o tenente-brigadeiro Ricardo Machado Vieira como secretário-executivo do Ministério da Educação (MEC). O decreto, assinado também pelo ministro Ricardo Vélez Rodríguez, foi publicado ontem no Diário Oficial da União (DOU). O militar já foi chefe do Estado-Maior da Aeronáutica e desde fevereiro era assessor especial da presidência do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Nas últimas semanas, Vélez anunciou várias vezes a mudança no cargo.

Em 12 de março, substituiu Luís Antônio Tozi por Rubens Barreto da Silva, que ocupava o cargo de secretário-executivo adjunto. No dia seguinte, anunciou que a secretária-executiva seria Iolene Lima, que atua na Secretaria de Educação Básica. Ela, entretanto, nem chegou a assumir. Ela foi dispensada oficialmente ontem pelo DOU, porque estava como “substituta eventual do cargo de secretário da Educação Básica”. “Diante de um quadro bastante confuso na pasta, mesmo sem convite prévio, aceitei a nova função dentro do ministério. Novamente me coloquei à disposição para trabalhar em prol de melhorias para o setor. No entanto, hoje, após uma semana de espera, recebi a informação de que não faço mais parte do grupo do MEC”, postou Ione no Twitter.

Pelo menos 13 pessoas já deixaram cargos importantes no MEC desde janeiro. A baixa mais recente havia sido a de Paulo César Teixeira, diretor de Avaliação da Educação Básica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), na quarta-feira. A diretoria é a responsável pela realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Na noite de terça-feira (26), Marcus Vinicius Rodrigues, presidente do Inep, foi demitido também. Segundo ele, o ministério vive “incompetência gerencial muito grande”. Em audiência na Câmara, Vélez Rodríguez o acusou de ter “puxado o tapete”. Mas o próprio Vélez balança no cargo.

Além das demissões, os primeiros três meses da gestão foram marcados por recuos e polêmicas, como o pedido para que as escolas filmassem os alunos cantando o Hino Nacional e a decisão de adiar a avaliação da alfabetização. Programas importantes do MEC estão atrasados ou sem definição, como a Base Nacional Comum Curricular.

DISPUTA INTERNA As mudanças no MEC decorrem de disputa interna sobre qual projeto de governo deve ser implantado. Existe um grupo formado por militares, de onde saiu a indicação do tenente-brigadeiro Ricardo Machado Vieira, que reforça essa equipe. O segundo grupo é formado por seguidores do escritor de direita Olavo de Carvalho e por ex-alunos do ministro Ricardo Vélez Rodríguez, indicado por Carvalho.

Segundo a reportagem apurou, a ala militar do ministério é considerada pragmática e participou da elaboração das propostas de campanha de Jair Bolsonaro, que abrangiam criação de mais colégios militares em capitais e defesa da educação a distância. O grupo de Olavo, que ascendeu após a vitória de Bolsonaro, teria causado os atritos com a equipe de campanha. O principal viés desse grupo é banir qualquer vestígio de “pensamentos esquerdistas” ou “marxismo cultural”. Daí vêm as propostas de escola sem partido e revisionismo do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)

topo ↕

J. DO COMMERCIO - PE - BRASIL

Militar vira sombra de Vélez no MEC

CRISE Bolsonaro nomeou tenente-brigadeiro Ricardo Machado para secretário-executivo

Com o enfraquecimento de Ricardo Vélez Rodríguez, o núcleo militar do governo Jair Bolsonaro avalia que a queda do ministro da Educação é questão de tempo e passou a defender que o tenente-brigadeiro Ricardo Machado Vieira assuma o comando da pasta. Ele foi nomeado ontem para o posto de secretário-executivo do MEC, e na avaliação da cúpula militar, a iniciativa serviu para dar um ultimato a Vélez: se ele não mudar de postura, Bolsonaro tem um nome para substituí-lo.

O militar foi escalado, segundo assessores presidenciais, para reorganizar o ministério, que tem sido criticado por fazer demissões polêmicas, desarticular iniciativas e interromper programas. É também uma tentativa de enfraquecer o núcleo ideológico da pasta, próximo do escritor Olavo de Carvalho. O novo número 2 do MEC ocupava até fevereiro deste ano a função de assessor especial do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), órgão também ligado ao ministério da Educação que é responsável, entre outras funções, pela aquisição de livros didáticos para as escolas públicas. Vieira é tenente-brigadeiro. Na carreira militar, já chegou a ocupar o posto de chefe do Estado-Maior da FAB (Força Aérea Brasileira). Nos ataques, alguns olavistas têm atacado diretamente os militares por uma suposta perseguição a eles. Por outro lado, a ala militar em torno da cúpula do governo busca retomar espaços no MEC.

A confirmação do nome de Vieira, assim, representaria um aceno às demandas do grupo, que tenta levar adiante os planos traçados antes da nomeação de Vélez como ministro. Na manhã de ontem, Bolsonaro e Vélez se reuniram para discutir alterações na pasta. O encontro ocorreu um dia depois de o presidente ter afirmado que Vélez é novo no assunto e não tem tato político. Na saída de jantar na quinta-feira (29), Bolsonaro não quis responder se o ministro ficará no posto. Em conversas reservadas, o presidente tem afirmado que só efetuará uma alteração no comando da pasta após seu retorno de

viagem a Israel. Ele embarca hoje e a expectativa é de que só retorne ao Brasil na noite de quarta-feira (3).

A pretensão do núcleo militar, no entanto, tem esbarrado na pressão da bancada evangélica, que, antes mesmo do presidente assumir o mandato, conseguiu barrar a indicação para a vaga do educador Mozart Ramos, do Instituto Ayrton Senna. Agora, o bloco cristão trabalha pela nomeação do senador Izalci Lucas (PSDB-DF), que esteve na quinta-feira (28) no Planalto.

O núcleo militar não tem resistência à nomeação do tucano, mas pondera que, assim como Vélez, ele corre o risco de virar refém do campo ideológico.

topo ↕

O ESTADO - MS - OPINIÃO

A educação como instrumento transformador - dá para acreditar?

Quando se fala em ensino, educação, escola pública, etc. não se encontra um pensamento comum, existem diversos e amplos conceitos, mas estamos vivendo, na verdade uma miscigenação de ideias e direcionamentos que não tem um senso comum. Isso preocupa, porque as vezes nos parece que há um descuido de toda a sociedade para um setor vital para a existência e evolução, e nunca se acha uma conclusão coerente sobre o tema. Há muito estamos vendo a educação brasileira passar por transformações, especialmente nos anos 80, e com a constituição de 1988, com base nos Direitos e Garantias Fundamentais como o de liberdade de expressão, igualdade, etc. essa transformação ganhou grandes proporções.

Mas tal foi para melhor? O que realmente mudou na educação brasileira? Fui professor na graduação universitária durante 21 anos ininterruptos e sou apaixonado pelo magistério, creio não ter outro instrumento melhor para evolução da sociedade, mas com certeza estamos falhando em algum momento. A escola pública está perdendo o seu valor, os professores são mal remunerados e na sua grande maioria está na atividade mais por amor do que essencialmente pela contrapartida, isso também é fato.

Neste momento de mudança de governo, seria a chance de dar uma oportunidade para a educação como transformadora da sociedade. Claro que é um tema muito delicado, com muitos pensamentos diferentes, mas o que se tem hoje são dados de pesquisa e resultados que precisam ser levados em conta. E para isso precisamos dar equilíbrio nas vertentes e ideias diversas, ver o lado positivo de cada, para somar um bom resultado final. Há uma grande polêmica, em torno, por exemplo dos Colégios Militares, os críticos afirmam que tal pode direcionar a criança a um pensamento contrário as diversas liberdades, mas é incontestável o resultado alcançado pelos colégios militares.

Será que a disciplina rígida não faz bem para as nossas crianças? Não que tal condição teria que ser obrigatória, não é isso que se pretende discutir, mas sim métodos, e também nas universidades públicas, que estão em abandono em sua grande maioria. Recentemente em cadeia nacional, uma emissora de televisão apresentou reportagem sobre a educação na China, foi possível observar que um país que está em foco, sendo observado pelo mundo todo, pelas mais variadas razões, e ficamos sabendo que a educação chinesa é muito famosa, principalmente pela grande disciplina que exige.

Segunda a visão da educação chinesa, a rigorosidade, disciplina e competitividade são as suas principais características. Essas características garantem papel de referência

mundial no cenário internacional. Além disso, o sistema educacional chinês é tão eficiente que a alfabetização do país beira a 95% da população, o que é impressionante. E o que chama a atenção é que o ensino chinês é obrigatório e gratuito a todos até os 15 anos de idade. As avaliações rigorosas começam desde cedo e a pressão começa logo no início da vida escolar das crianças. E nos últimos anos, a China revolucionou sua economia graças aos seus investimentos expressivos em educação, que melhoraram a qualificação dos profissionais do país e estimularam o desenvolvimento desta nação.

Para se ter uma ideia do nível de qualidade da educação na China, apenas em Xangai os alunos alcançaram o primeiro lugar em todas as áreas de conhecimento, matemática, ciências e leitura, na avaliação do teste Pisa, que mede o nível da educação internacional entre jovens. O governo chinês tem investido muito na educação básica, que já é prioridade no Plano Nacional de Reforma e Desenvolvimento de Educação a Médio e Longo Prazo. A China está modernizando seu sistema educativo, e tem o objetivo de se tornar uma referência em educação de qualidade até 2020.

A evolução da educação no país está acontecendo do nível pré-escolar à universidade. O país pretende eliminar completamente o analfabetismo através de um investimento prioritário em educação. Para os especialistas, a educação que os estudantes chineses recebem hoje deve ter uma forte influência sobre a política do país em 2020. Os estudantes da China têm atualmente uma formação mais aberta, com o estudo de inglês desde cedo e com o estímulo a programas de intercâmbio no exterior.

Maior desafio da educação no país é garantir acesso às escolas

As disciplinas básicas também contam com o apoio da tecnologia mais avançada disponível no mundo. O governo da China espera investir entre 4,4% e 4,5% do seu produto interno bruto (PIB) na área da educação até 2020. Não podemos comparar inicialmente a educação chinesa com a do nosso país, mas seria uma referência naquilo que é positivo. A liberdade de expressão e demais garantias fundamentais da Carta Magna de 1988 também tem que ser observada, mas o fato é que não estamos tendo sucesso nas nossas escolas públicas no tocante a resultados positivos, isso também é um fato.

O que estamos vendo são tragédias, com vidas de jovens sendo tiradas sem qualquer razão, a evasão escolar em nosso país tem números alarmantes, e não estamos vendo há muito políticas públicas concretas e coerentes para reverter isso. A escola deve desenvolver conhecimentos, capacidades e qualidades para o exercício autônomo, consciente e crítico da cidadania. Para isso ela deve articular o saber para o mundo do trabalho e o saber para o mundo das relações sociais. E não estamos vendo isso na grande maioria das escolas públicas.

Enfim, pode-se afirmar que um dos grandes desafios da educação brasileira hoje é não somente garantir o acesso da grande maioria das crianças e jovens à escola, mas permitir a sua permanência numa escola feita para eles, que atenda às suas reais necessidades e aspirações. Finalmente, uma educação de qualidade tem na escola um dos instrumentos mais eficazes para transformação social e fazer um país grande. A escola transforma-se quando todos os saberes se põem a serviço do aluno que aprende e o reproduz. Esta escola torna-se, verdadeiramente popular e de qualidade e recupera a sua função social e política, capacitando todos os alunos para a participação plena na

vida social, política, cultural e profissional na sociedade.

O que não pode ocorrer é a inversão de valores, falta de respeito com professores e colegas com prática de bullying, etc., e mais: tem de haver o compromisso dos pais ou responsáveis na cobrança insistente dos seus filhos, e mostrar que a escola pode transformar a vida de qualquer pessoa, e ainda exigir deles que não desrespeitem ninguém, pois educação familiar é de extrema importância também. Estamos diante de uma oportunidade de transformação da educação em nosso país, mas tal não pode ser uma disputa de espaço político, tem que ser desenvolvido um projeto para resultados a longo prazo, com continuidade para que o objetivo seja alcançado. Infelizmente, nos últimos 30 anos o que se vê é um mercantilismo com a educação brasileira, o Ensino Superior praticamente virou uma atividade empresarial, com pouco compromisso com a formação do jovem, parece que o Estado quer “repassar” uma obrigação sua, não que o ensino particular não tenha qualidade, não é isso, mas tem que haver um compromisso maior do Estado, afinal temos que tomar bons exemplos, assim como China, outros países que dedicaram muitas políticas públicas para o setor educacional (Alemanha, Japão, Coreia, entre outros) estão colhendo frutos depois de décadas. Educação, eu acredito.

Advogado, professor universitário, pós-graduado em Direito Civil e Metodologia do Ensino Superior, membro da Academia Maçônica de Letras de MS.

topo ↕

CLICKFOZ - TEMPO REAL

UNILA OFERTA DUAS VAGAS DE PÓS-DOCTORADO EM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Cada programa está disponibilizando uma vaga e tem edital específico

Dois programas de pós-graduação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) – o Programa em Integração Contemporânea da América Latina (PPGICAL) e o Programa Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos (PPGIELA) – estão com inscrições abertas para o processo seletivo de bolsa do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD/Capes).

Cada programa está disponibilizando uma vaga e tem edital específico. O pesquisador selecionado receberá uma bolsa no valor de R\$ 4.100, paga pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, com duração mínima de 12 meses.

O Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD/Capes) tem por objetivo promover a realização de estudos de alto nível; reforçar os grupos de pesquisa nacionais; renovar os quadros dos programas de pós-graduação nas instituições de ensino superior e de pesquisa; e promover a inserção de pesquisadores brasileiros e estrangeiros em estágio pós-doutoral, estimulando sua integração com projetos de pesquisa desenvolvidos pelos programas de pós-graduação no País.

Integração Contemporânea da América Latina

As inscrições para a bolsa de pós-doutoramento do PPGICAL são gratuitas e estão abertas até o dia 14 de abril. O edital está disponível. Para participar da seleção, o candidato precisa possuir título de doutor e publicações relevantes no último triênio, de preferência artigos publicados em revistas indexadas na área de Ciência Política e Relações Internacionais da **Capes**. O postulante à vaga também não pode ser

aposentado ou estar em situação equiparada.

A inscrição deve ser feita mediante envio de e-mail, com formulário de inscrição, projeto de pesquisa, Currículo Lattes e cópia de comprovantes de publicação de artigos. Também deve constar, entre outras documentações, uma carta explicitando os interesses e as intenções, com indicação de no mínimo uma e no máximo duas linhas de pesquisa em que deseja atuar, além da indicação de até dois professores do programa, como possíveis supervisores.

O PPGICAL está estruturado em quatro linhas de pesquisa: Cultura, Colonialidade/Decolonialidade e Movimentos Sociais; Economia Política Internacional e Blocos Regionais; Política, Estado e Institucionalização; Geopolítica, Fronteira e Regionalização. Outras informações estão disponíveis aqui.

Estudos Latino-Americanos

O edital que regulamenta a seleção do PPGIELA pode ser acessado neste link. Para participar da seleção, o candidato precisa possuir título de doutor na área de Ciências Sociais e Humanidades, não pode ser aposentado (ou estar em situação equiparada) nem ser integrante do quadro de pessoal da Unila.

As inscrições podem ser feitas pelo sistema Inscreva, até o dia 7 de abril. O bolsista deverá dedicar-se integralmente às atividades do projeto de pesquisa apresentado e aprovado, além de ministrar, pelo menos, uma disciplina por ano em conjunto com docentes permanentes do PPGIELA.

topo ↕

CLIC RBS - TEMPO REAL

Crise no MEC: os nomes que diferentes forças do governo tentam emplacar como ministro

Grupos políticos que atuam próximo ao Planalto começaram a buscar apoio para uma eventual substituição

Em fevereiro, após o envio de carta a escolas pedindo gravações de crianças cantando o Hino Nacional, a influência de Ricardo Vélez começou a ser minada à frente do Ministério da Educação (MEC). Grupos políticos que atuam próximo ao Planalto começaram a buscar apoio a nomes para uma eventual substituição. O movimento ganhou força após a última semana, com a demissão do presidente do Inep e a fraca atuação do ministro na Comissão de Educação, na Câmara dos Deputados.

O nome preferido da ala evangélica é o do senador Izalci Lucas (PSDB-DF). Ele esteve no Palácio do Planalto na quinta-feira, e participou de reunião com o ministro da Secretaria de Governo, general Santos Cruz. Apesar de não enfrentar resistência entre os militares, o grupo não vê no parlamentar a força necessária para quebrar a resistência ideológica presente na pasta.

O presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superiores (Capes) e ex-reitor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), **Anderson Correia**, ganhou destaque nos últimos dias. Ele é bem visto por militares e evangélicos, tendo, inclusive, a simpatia do pastor Silas Malafaia, líder da igreja Assembleia de Deus. O deputado Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ), um dos cristãos mais atuantes do Congresso, chegou a sugerir seu nome em uma mensagem de WhatsApp enviado ao chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, mas não obteve resposta.

Ministro da Educação no governo de Michel Temer e com bom trânsito entre entidades educacionais, o deputado Mendonça Filho (DEM-PE) também é cotado. O maior obstáculo é seu partido. O DEM conta com três ministros no governo, mesmo sem ter entrado para a base aliada ou fechado questão em torno da reforma da Previdência.

Ainda no páreo, estão o ex-presidente do Inep, Marcus Vinícius Rodrigues, que tem sólida atuação na área de gestão, o general Aléssio Ribeiro Souto, que também trabalhou no plano de educação do governo, mas acabou fora do MEC, o presidente do Fundo de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Carlos Alberto Decotelli, com bom trânsito entre a ala militar, e até mesmo o recém-nomeado secretário-executivo, Ricardo Machado Vieira.

topo ↕

O ESTADO DO MARANHÃO - MA - TEMPO REAL

Hildo participa de audiência com ministro da Educação

Durante audiência com o ministro da Educação, Ricardo Vélez, realizada ontem, em Brasília, o deputado federal Hildo Rocha solicitou oficialmente a implantação de Curso de Medicina na cidade de Chapadinha e a construção de um polo em Barra do Corda. (Clique aqui e veja o vídeo).

Participaram da audiência os deputados federais Hildo Rocha, André Fufuca, Edilázio Júnior, Eduardo Braide, Gildenemyr e Pedro Lucas; o deputado estadual Marco Aurélio e o senador Wewerton Rocha, a Reitora da Ufma, Nair Portela, o pró-reitor, João de Deus Mendes, o Presidente da **CAPES, Anderson Ribeiro Correia**, e a professora Lúcia Brandão, representante da Uema em Brasília, também participaram do encontro.

Medicina em Chapadinha

O deputado destacou que a cidade de Chapadinha é sede de um importante polo de desenvolvimento econômico. “O município tem toda a estrutura necessária para que seja instalado o curso de medicina. Tem várias unidades de saúde, inclusive hospital regional, além de vários profissionais da área. Por isso solicitei ao ministro Ricardo Vélez o seu apoio para viabilizar a instalação do curso de medicina naquela importante cidade maranhense”, alegou Hildo Rocha.

UFMA em Barra do Corda

Na ocasião, o parlamentar solicitou a implantação de um Polo da Ufma para Barra do Corda. “Ministro Ricardo, estou lhe pedindo, na presença da reitora da Universidade Federal do Maranhão, Nair Portela, em nome da população de Barra do Corda, que você nos ajude a instalar um polo da Universidade Federal do Maranhão em Barra do Corda que também é sede de uma regional, tem excelente localização geográfica, fica bem no centro do Maranhão, é uma cidade pujante que merece e precisa de um polo da nossa Universidade Federal para se desenvolver mais ainda”, argumentou o deputado.

Biblioteca da UFMA

Hildo Rocha solicitou a liberação de recursos para a conclusão do prédio da biblioteca central do campus da UFMA em São Luís. “A obra do prédio está paralisada. Os recursos financeiros para a conclusão daquele prédio foram viabilizados por meio de emenda em 2017. Entretanto os recursos ainda estão bloqueados. O ministro se comprometeu em resolver esse entrave”, destacou.

Recursos para a Uema

Ainda de acordo com o parlamentar, existem recursos de sua autoria que foram destinados para a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) que também entraram no contingenciamento do governo federal. “Só para a compra de material didático, destinei mais de um milhão de reais que deveriam ter sido aplicados na compra de equipamentos didáticos”, declarou Hildo Rocha.

Urbanização do Campus de Balsas

Outra demanda que foi apresentada pela reitora Nair, pelo pró-reitor, João de Deus Mendes e pelo deputado Fufuca, foi a complementação das instalações do prédio do Campus da Ufma de Balsas. O assunto já havia sido discutido durante reunião da qual participaram o professor João de Deus; o prefeito de Balsas, Erik Augusto Silva; o diretor do Campus de Balsas, Francisco de Assis, o deputado André Fufuca e o senador Wewerton Rocha. “Hoje eles participaram da audiência, explicando pessoalmente o problema ao ministro, que assegurou priorizar a liberação dos recursos necessários para a conclusão das obras”, esclareceu o parlamentar.

topo ↕

PORTAL BRASIL - NOTÍCIAS

Governo federal fortalece fiscalização em barragens

Servidores de diversos órgãos foram movimentados para a Agência Nacional de Mineração

O governo federal deu um importante passo para fortalecer a fiscalização em barragens e prevenir desastres. Ao todo, o Ministério da Economia movimentou 26 servidores de diferentes órgãos federais para atuar na Agência Nacional de Mineração (ANM). Deste total, 16 vão atuar especificamente na fiscalização, o que significa um aumento de 133% no número de fiscais de barragem da agência. Em novembro de 2018, a ANM contava com apenas 12 profissionais na área.

“Nós estamos mais do que dobrando o número de fiscais na Agência Nacional de Mineração. O objetivo é dar mais efetividade, segurança e uma resposta para a sociedade”, afirmou o secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, Paulo Uebel, nesta sexta-feira (29/03), durante o encerramento do curso em “Segurança de Barragens”, promovido pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap).

Servidores

Foram movimentados para a ANM geólogos, geógrafos, analistas de infraestrutura, técnicos e pesquisadores em geociências, especialistas em Regulação de Petróleo e Derivados, Álcool Combustível e Gás Natural, entre outros. Dentre os órgãos de origem estão a Agência Nacional do Petróleo, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) e a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

Além dos servidores que irão trabalhar na fiscalização de barragens, o Ministério da Economia também movimentou dez gestores públicos e profissionais de Tecnologia da Informação para a área administrativa da ANM. O objetivo deste grupo de servidores é atuar na criação de sistemas que auxiliem o trabalho e facilitem a ação dos fiscais.

“Fortalecemos o quadro de pessoal da Agência Nacional de Mineração com agilidade e eficiência, otimizando a utilização da força de trabalho do governo federal. Esses

servidores atuarão em uma área sensível e darão sua contribuição para o país, trabalhando para que acontecimentos como os de Brumadinho não se repitam”, disse o secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia, Wagner Lenhart. Como, a princípio, não há previsão de novos concursos públicos para este ano, essas alternativas ganham relevância. Essa movimentação de servidores para a ANM somente foi possível devido ao estabelecido pela Portaria nº193 de julho de 2018.

Requisitos para movimentação

Os requisitos necessários para admissibilidade da movimentação para compor força de trabalho estão definidos no artigo 7º da Portaria nº 193. Entre eles, a justificativa clara e objetiva de que essa movimentação contribuirá para o desenvolvimento das atividades executadas e também a necessidade do órgão pelo profissional solicitado em razão de suas características e qualificações. Para evitar o desvio de função, os empregados públicos devem realizar as mesmas atividades praticadas no órgão de origem.

Fonte: Ministério da Economia

VOLTAR AO TOPO

topo ↕

REGIÃO NOROESTE - TEMPO REAL

Governo federal fortalece fiscalização em barragens

O governo federal deu um importante passo para fortalecer a fiscalização em barragens e prevenir desastres. Ao todo, o Ministério da Economia movimentou 26 servidores de diferentes órgãos federais para atuar na Agência Nacional de Mineração (ANM). Deste total, 16 vão atuar especificamente na fiscalização, o que significa um aumento de 133% no número de fiscais de barragem da agência. Em novembro de 2018, a ANM contava com apenas 12 profissionais na área.

“Nós estamos mais do que dobrando o número de fiscais na Agência Nacional de Mineração. O objetivo é dar mais efetividade, segurança e uma resposta para a sociedade”, afirmou o secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, Paulo Uebel, nesta sexta-feira (29/03), durante o encerramento do curso em “Segurança de Barragens”, promovido pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap).

Servidores

Foram movimentados para a ANM geólogos, geógrafos, analistas de infraestrutura, técnicos e pesquisadores em geociências, especialistas em Regulação de Petróleo e Derivados, Álcool Combustível e Gás Natural, entre outros. Dentre os órgãos de origem estão a Agência Nacional do Petróleo, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) e a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

Além dos servidores que irão trabalhar na fiscalização de barragens, o Ministério da Economia também movimentou dez gestores públicos e profissionais de Tecnologia da Informação para a área administrativa da ANM. O objetivo deste grupo de servidores é atuar na criação de sistemas que auxiliem o trabalho e facilitem a ação dos fiscais.

“Fortalecemos o quadro de pessoal da Agência Nacional de Mineração com agilidade e eficiência, otimizando a utilização da força de trabalho do governo federal. Esses

servidores atuarão em uma área sensível e darão sua contribuição para o país, trabalhando para que acontecimentos como os de Brumadinho não se repitam”, disse o secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia, Wagner Lenhart. Como, a princípio, não há previsão de novos concursos públicos para este ano, essas alternativas ganham relevância. Essa movimentação de servidores para a ANM somente foi possível devido ao estabelecido pela Portaria nº193 de julho de 2018.

Requisitos para movimentação

Os requisitos necessários para admissibilidade da movimentação para compor força de trabalho estão definidos no artigo 7º da Portaria nº 193. Entre eles, a justificativa clara e objetiva de que essa movimentação contribuirá para o desenvolvimento das atividades executadas e também a necessidade do órgão pelo profissional solicitado em razão de suas características e qualificações. Para evitar o desvio de função, os empregados públicos devem realizar as mesmas atividades praticadas no órgão de origem.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Nº 2 do MEC, militar tem prestígio com a tropa e é conhecido por disciplina dura Ricardo Machado Vieira atuou como chefe do Estado-Maior da Aeronáutica

SÃO PAULO - O presidente Jair Bolsonaro nomeou na sexta-feira, 29, um militar para número 2 do Ministério da Educação (MEC). O cargo de secretário executivo estava vago desde o dia 13. Quem assume é o tenente brigadeiro Ricardo Machado Vieira, um experiente piloto de aviões de caça e ex-chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, mas sem muita familiaridade com a área de educação. A pasta vive uma crise que se arrasta há mais um mês, com 15 exonerações, medidas polêmicas e recuos.

A informação foi dada com exclusividade pelo Estado. Apesar da expectativa de que Bolsonaro indicasse também um novo nome para o cargo de ministro, após desgaste de Ricardo Vélez Rodrigues, a decisão ficou para a volta da viagem para Israel. O presidente embarca neste sábado, 30, e retorna na quarta-feira.

"Vivemos um momento difícil. Quero tomar pé da situação e ver como a gente pode ajudar", disse Vieira ao Estado. Até então, ele era chefe de gabinete do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão do MEC que cuida de compras de livros, transporte e merenda. O brigadeiro tem prestígio na tropa e é considerado um profissional dedicado. É amigo do general Augusto Heleno e conhecido por ser duro em questões disciplinares. "Um homem de missão", disse ex-colega do Estado-Maior da Aeronáutica.

Segundo fontes, a escolha do militar teria a intenção de "organizar a casa" e combater a influência dos chamados "olavistas" no MEC. Na quinta-feira, 28, Vélez nomeou dois simpatizantes do guru do bolsonaristas, Olavo de Carvalho, para assessores diretos dele. O grupo é responsável por disputas constantes com militares e técnicos, o que tem levado a uma paralisia das políticas.

Uma delas é a polêmica comissão formada para analisar questões do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que dependia do aval de duas pessoas que deixaram o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep). Uma delas, o próprio presidente Marcus Vinicius Rodrigues, é que decidiria se questões consideradas inadequadas pela comissão continuariam ou não na prova. Segundo o Inep, funcionários substitutos podem fazer o trabalho enquanto não há nomeações.

Experiência

A única experiência de Machado Vieira na educação foi como secretário de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto do Ministério da Defesa até o ano passado. Entre suas várias responsabilidades estavam as instituições de ensino militares. O então reitor do Instituto de Tecnologia Aeronáutica (ITA) **Anderson Correia** trabalhou com ele e lembra "sua grande capacidade de gestão". Correia também está hoje em órgão ligado ao MEC, é o presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. "O comando executivo do MEC está em boas mãos."

Veléz havia tentado ocupar o cargo de secretário executivo com indicações que foram desautorizadas pelo governo, como a da evangélica Iolene Lima. O ex-titular do cargo Luiz Antonio Tozi foi demitido, a pedido de Bolsonaro, após enfrentar os "olavistas". Tozi era do chamado grupo técnico no MEC, foi dirigente no Centro Paula Souza, autarquia do governo paulista, e por isso chegou a ser chamado de "tucano" por Olavo./ COLABORARAM LÍGIA FORMENTI, ROBERTO GODOY e CAMILA TURTELLI

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Planalto nega que indicação de militar para MEC tenha partido de Bolsonaro para conter crise

Governo, porém, admitiu que o tenente-brigadeiro do ar Ricardo Machado Vieira pode atuar para solucionar eventuais problemas

29/03/2019 - 19:57 / Atualizado em 29/03/2019 - 20:54

BRASÍLIA — Em meio à crise do Ministério da Educação (MEC), o Palácio do Planalto negou que a indicação do tenente-brigadeiro do ar Ricardo Machado Vieira para o cargo de número 2 da pasta seja uma intervenção do presidente Jair Bolsonaro na gestão do ministro Ricardo Vélez. Entretanto, admitiu que o militar pode atuar para solucionar "eventuais problemas" na área.

O presidente tem feito críticas públicas à administração de Vélez, chamado na manhã desta sexta-feira ao gabinete presidencial para uma reunião. Apesar disso, o porta-voz da Presidência, Otávio do Rêgo Barros, disse que a decisão da nomeação do militar partiu do próprio ministro da Educação.

— Como o presidente vem afirmando e reafirmando as decisões internas de cada ministério, em particular das decisões de escolha de recursos humanos é do próprio ministro — disse Rêgo Barros, em declaração à imprensa na noite desta sexta-feira.

O porta-voz afirmou que o militar, entre outros atributos, tem "expertise na área de educação" e foi nomeado para "somar ao MEC":

— O ministro ao decidir pelo tenente-brigadeiro Machado identifica uma pessoa que vai somar-se à sua equipe. Naturalmente por sua experiência vai ajudar no desenlace de eventuais problemas que estiverem ocorrendo no ministério — disse.

Ainda segundo Rêgo Barros, a reunião entre Bolsonaro e o ministro foi apenas para fazer tratativas corriqueiras.

— Foi um despacho normal em que o senhor ministro apresentou ao presidente da

República produtos que serão disponibilizados aos nossos estudantes, em particular do ensino público.

topo ↕

BLOG DO JOSIAS DE SOUSA - TEMPO REAL

Bolsonaro faz do fiasco de Vélz um fator de avacalhão da sua Presidência

Jair Bolsonaro promoveu nesta sexta-feira uma intervenção no Ministério da Educação. Nomeou o tenente-brigadeiro Ricardo Machado Vieira para o cargo de secretário-executivo da pasta. Na prática, trata-se de um vice-ministro. A ideia não declarada do governo é que o militar assuma o comando do ministério, convertendo o hipotético ministro Vélz Rodrigues num asterisco. Em três meses de governo, Vieira é o quarto secretário-executivo do MEC.

Se tudo correr como combinado, o tenente-brigadeiro esvaziará também a interferência do polemista Olavo de Carvalho, que vinha desgovernando a gestão de Vélz desde os Estados Unidos. Teleguiado, o suposto ministro revelou-se um personagem radioativo. É ideologicamente confuso e gerencialmente caótico. Sob sua confusão, o Ministério da Educação virou uma porta giratória pela qual passaram 16 assessores graduados.

Autossuficiente em sua insuficiência, Vélz afastou gente que ele mesmo nomeara. O ministério está virtualmente paralisado. Até Bolsonaro já notou que há "problemas" no MEC. Entretanto, em vez de cortar Vélz pela raiz, o capitão preferiu prolongar os malefícios de um desastre gerencial. Quando o número 2 do MEC passa a dar as cartas no lugar do ministro é sinal de que o problema passou a ser o número 1 do Planalto.

Jair Bolsonaro conseguiu transformar o fiasco de Vélz Rodriguez em mais um fator de avacalhão da sua Presidência.

** Este texto não reflete, necessariamente, a opinião do UOL

topo ↕

BLOG DO REINALDO AZEVEDO - TEMPO REAL

Crise no Ministério da Educação pode causar atrasos no ENEM

A confusão no MEC pode atingir diretamente quem milhões de pessoas que vão prestar o ENEM. Isso porque as polêmicas na pasta estão inviabilizando os trabalhos da comissão criada para analisar as questões da prova. O cronograma pode atrasar porque as perguntas consideradas inadequadas pela comissão devem obrigatoriamente ter um parecer pelo responsável pela Diretoria de Avaliação de Educação Básica (Daeb), do Inep.

Contudo, O diretor Paulo Roberto Cesar Teixeira pediu demissão na quinta-feira, 29, e ninguém foi nomeado para substituí-lo. Também seria do presidente do Inep a função de dar o parecer final para saber se as questões ficam ou não na prova. Marcus Vinicius Rodrigues, que ocupava o cargo, foi exonerado terça-feira, depois de desentendimentos com o ministro Ricardo Vélz Rodríguez, informou o Estadão. (...)

No BR18, do Estadão.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Universidade Federal de Roraima lança edital com 12 vagas para mestrado em Antropologia Social

Inscrições ocorrem de 3 de abril a 10 de maio e devem ser feitas na Coordenação do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social ou pela internet.

Por G1 RR — Boa Vista

A Universidade Federal de Roraima (UFRR) divulgou o edital de mestrado em Antropologia Social. Ao todo são ofertadas 12 vagas e as inscrições iniciam na próxima quarta-feira (3).

CONFIRA O EDITAL

Os candidatos poderão se inscrever até o dia 10 de maio de forma presencial, na Coordenação do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, no Instituto de Antropologia (Inan), localizado campus Paricarana, ou no site da UFRR.

Conforme o certame, nos cadastros feitos online, a documentação deverá ser encaminhada exclusivamente através de serviços de encomenda expressa (Sedex) e as cópias dos documentos enviados devem estar autenticadas em cartório.

O processo seletivo será realizado em quatro etapas. São elas:

prova escrita - prevista para o dia 26 de maio
avaliação do pré-projeto de pesquisa
defesa do pré-projeto
análise curricular

O resultado final deve ser divulgado no dia 5 de julho.

O Programa de Pós-graduação em Antropologia Social trabalha em duas linhas de pesquisa, são elas: “Processos Identitários e Direitos Diferenciados” e “Etnografias contemporâneas - Estudos rurais, memória social e patrimonialização”.

topo 

G1 - TEMPO REAL

Cinco escolas estaduais de Santarém estão entre as 10 melhores do Pará No ranking do Sispae referente a 2018, a escola São Francisco aparece em primeiro lugar. União entre escola, família e alunos é apontada como fator para resultados positivos.

Por Geovane Brito, G1 Santarém — Pará

Cinco escolas de Santarém, no oeste do estado, estão entre as 10 melhores instituições de ensino médio públicas do Pará, de acordo com o Sistema Paraense de Avaliação Educacional (SisPAE). A primeira colocada foi a Escola Diocesana São Francisco.

O SisPAE é uma ação de caráter gerencial implementado pela Secretaria de Educação do estado em 2013, dentro do Programa de Melhoria da Qualidade e Expansão da Cobertura da Educação Básica do Estado do Pará, implantado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) tomado por empréstimo pelo Governo do Pará.

Além da escola Diocesana São Francisco, também estão no ranking as instituições São Raimundo Nonato, Freio Othmar, Rodrigues dos Santos e Rio Tapajós (veja as pontuações na tabela).

Melhores Escolas do Pará

Colocação Instituição Cidade Língua Portuguesa Matemática

1º Esc. Diocesana São Francisco Santarém 304,3 304,8

2º Esc. Isaac Newton Itaituba 298,9 292,5

3º Esc. São Raimundo Nonato Santarém 291,7 292,5

4º Esc. Frei Othmar Santarém 288,6 268,8

5º Esc. São Agostinho Breves 287,2 287

6º Esc. Lucília Nascimento Altamira 278,9 263,4

7º Esc. Rodrigues dos Santos Santarém 275,2 271

8º Esc. Rio Tapajós Santarém 273,1 272,4

9º Esc. Augusto Meira Belém 271,2 273,9

10º Esc. Pedro Amazonas Pedroso Belém 270,3 263,4

Fonte: SisPAE 2018

Para fazer o ranking, o SisPAE avalia vários quesitos da educação básica dando pontuações a cada dois anos. A primeira colocada foi a única que obteve mais de 300 pontos nas avaliações de Língua Portuguesa e Matemática.

Aluna da Escola São Raimundo Nonato, em Santarém, durante apresentação de trabalho — Foto: Colégio São Raimundo Nonato/Facebook/Reprodução Aluna da Escola São Raimundo Nonato, em Santarém, durante apresentação de trabalho — Foto: Colégio São Raimundo Nonato/Facebook/Reprodução

Aluna da Escola São Raimundo Nonato, em Santarém, durante apresentação de trabalho — Foto: Colégio São Raimundo Nonato/Facebook/Reprodução

Família e escola

Esta é a segunda vez que a Escola São Francisco se mantém como 1ª a liderar o ranking. Em 2016 ela conseguiu o primeiro lugar e manteve a colocação. Atualmente, 1.020 alunos fazem parte do corpo estudantil.

Para a diretora da instituição, Enia Hoyos, a integração entre escola e família dribla obstáculos e vence desafios diários impostos à educação pública.

“É acreditar que em educação tudo é possível quando temos boa vontade. Aqui o nosso lema é sempre trabalhar em parceria, chamar a comunidade para trabalhar conosco. A escola sozinha não pode fazer tudo. Tem que ter diálogo aberto”, disse.

O resultado final foi uma surpresa para a direção. Ocupar por dois anos seguidos o mais alto lugar no levantamento não é uma tarefa fácil. É preciso, acima de tudo, dedicação e trabalho duro, avaliou a diretora.

Para Joelita de Castro, gestora da Escola São Raimundo Nonato, que ficou no terceiro lugar, lidar com educação é um trabalho que tem resultados a médio e longo prazo e precisa ser feito coletivamente.

“Precisamos do apoio das famílias. A gente enquanto escola procura desempenhar o nosso trabalho de maneira satisfatória para oferecer uma educação de qualidade, mas isso depende só de nós. A família tem papel fundamental nessa construção”, enfatizou.

Em 2019, o educandário tem matriculados nos ensinos fundamental e médio 848 alunos. Diariamente, a equipe pedagógica trabalha para que os estudantes sintam que a escola é o ponto base para o crescimento humano.

“Quando vemos um resultado como esse temos certeza de que nosso esforço e sacrifício não são em vão. A função da escola está em dar ensino de qualidade”, pontuou a diretora Joelita.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Educação teve o maior corte de recursos na “tesourada” do governo

Recursos para a pasta foram reduzidos em R\$ 5,839 bilhões para este ano

Dona do maior orçamento dentre todos os ministérios, a Educação também foi a maior vítima da tesourada de recursos para este ano, conforme decreto publicado nesta sexta-feira (29/3), em edição extra do Diário Oficial da União que contingenciou R\$ 29,582 bilhões do Orçamento Federal de 2019. Conforme o Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado, adiantou nesta semana, as despesas necessárias para o cumprimento do piso constitucional para a área, no entanto, foram preservadas.

Enquanto o MEC segue envolvido em polêmicas no primeiro escalão da pasta, os recursos para a Educação foram reduzidos em R\$ 5,839 bilhões para este ano. O total em despesas discricionárias previsto originalmente para área na Lei de Orçamentária Anual (LOA) de 2019 era de R\$ 23,699 bilhões, e passou agora para R\$ 17,793 bilhões.

O corte nos recursos da Educação só foi possível porque o Orçamento deste ano previa um volume de recursos maior que o piso constitucional para a área. Essa conta não considera ainda R\$ 1,036 bilhão em despesas de instituições federais de ensino que ficaram blindadas porque são bancadas com receitas próprias ou dinheiro de convênios ou doações. Esses recursos não são contingenciáveis, segundo as regras previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Mesmo fortalecido no governo Jair Bolsonaro, o Ministério da Defesa foi alvo do segundo maior corte de despesas, perdendo R\$ 5,107 bilhões do orçamento deste ano. O total de recursos para as Forças Armadas em 2019 caiu de R\$ 13,227 bilhões para R\$ 8,119 bilhões.

Na sequência, os maiores contingenciamentos atingiram as pastas ligadas a investimentos. O Ministério da Infraestrutura perdeu R\$ 4,302 bilhões (ficando com R\$ 6,600 bilhões) e o Ministério de Minas e Energia perdeu R\$ 3,768 bilhões (restando apenas R\$ 969 milhões).

Cortar a própria carne

O decreto mostra que “superministério” da Economia de Paulo Guedes cortou na própria carne. A redução de recursos para a pasta que reuniu Fazenda, Planejamento, Trabalho e Indústria e Comércio Exterior chegou a R\$ 3,638 bilhões – o quinto maior bloqueio da Esplanada dos Ministérios.

Outros cortes bilionários também atingiram os ministérios do Desenvolvimento Regional (-R\$2,982 bilhões), Ciência e Tecnologia (-R\$ 2,132 bilhões) e Cidadania (-R\$ 1,050 bilhão).

Embora tenha um dos maiores orçamentos dentre as pastas, a Saúde teve um contingenciamento de R\$ 599,9 milhões, preservando R\$ 19,446 bilhões em despesas para este ano.

A única unidade orçamentária do Executivo federal que escapou do corte foi a Vice-Presidência da República. O vice-presidente Hamilton Mourão não teve nenhum centavo bloqueado, mas também controla a menor carteira do governo, com apenas R\$ 7,6 milhões orçados para 2019.

Para comparação, mesmo com o corte de R\$ 147 milhões, Jair Bolsonaro ainda terá R\$ 572 milhões para gastar em seu gabinete na Presidência da República neste ano.

Vale lembrar que, apesar do corte de R\$ 29,582 bilhões, o governo manteve R\$ 5,372 bilhões separados em uma reserva de contingência, que serve para suprir demandas emergenciais de ministérios. Essa reserva permite que o Executivo libere aos poucos limites adicionais para órgãos que necessitem do dinheiro, evitando novos apertos em outros ministérios para cobrir esses pedidos.

topo ↕

METRÓPOLIS - TEMPO REAL

Em menos de três meses, ministro da Educação demitiu 91 gestores
Levantamento do Metrôpoles mostra alta rotatividade em cargos de primeiro escalão, como chefias de gabinete, diretorias e coordenações

Abalado por uma forte crise, o Ministério da Educação (MEC) vive momentos de instabilidade em seu comando. Até mesmo a permanência do chefe da pasta, o colombiano Ricardo Vélez Rodríguez, é incerta após a tensão se agravar nesta semana. Para se ter dimensão dos conflitos, em 87 dias, o ministro demitiu 91 pessoas – em média, mais de uma dispensa por dia desde que Vélez assumiu o cargo. É o que revela levantamento realizado pelo Metrôpoles, com base nas dispensas publicadas no Diário Oficial da União.

O compasso na pasta desandou por uma disputa de poder entre quatro alas distintas: militares, evangélicos, técnicos e aqueles que apoiam o escritor de direita Olavo de Carvalho, influenciador da gestão do presidente Jair Bolsonaro (PSL). Com isso, cargos importantes, como o comando do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) estão vagos. Os recuos, como a revogação da portaria que decidia não avaliar a alfabetização, acentuaram a crise.

Se por um lado a queda de braço por poder afeta o quadro de funcionários do MEC, por outro, servidores insatisfeitos também pediram para deixar a autarquia federal. Neste período, pelo menos na teoria, 20,8% dos servidores pediram demissão. Quando isso acontece, a exoneração é publicada como “a pedido” do funcionário a ser desligado. Foi o caso da ex-secretária de Educação Básica Tânia Leme de Almeida, que deixou a pasta por não ter sido consultada sobre a decisão do ministro de suspender a avaliação de alfabetização.

As dispensas levantadas pela reportagem são, sobretudo, de assessores especiais, chefes de gabinete e coordenadores de órgãos e programas. Ao todo, 51 demissões foram de cargos de DAS 101.4, ou seja, coordenadores-gerais. Nesse posto de trabalho, a remuneração mensal é de R\$ 10.373,30. No período analisado, Vélez passou apenas 26

dias sem demitir alguém.

Ministério degradingolou

Na avaliação do pesquisador Célio da Cunha, fundador do movimento Todos pela Educação e assessor especial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) no Brasil, para os efeitos da crise serem os menores possíveis, é preciso urgência na resolução dos problemas.

“O ministério está atravessando uma fase de grande instabilidade e isso não é bom para o andamento da política educacional”, afirma. O especialista está temeroso com a continuidade de programas e projetos da pasta. “Essa constante troca de gestores prejudica o andamento do planejamento das políticas. Esperamos que o governo retome a estabilidade e que o ministério se reorganize para conduzir a educação brasileira”, ressalta.

Há 34 anos observando as tendências da educação, a professora da Universidade Católica de Brasília (UCB) Leda Gonçalves é mais enfática: “É a maior tragédia que estamos vivendo na educação”. Ela acredita que os ciclos de aprendizagem serão comprometidos com a instabilidade política no ministério.

À medida que internamente não tem organização, cria-se um efeito cascata no MEC. Universidade sem investimentos, bolsas paradas, secretarias estaduais sem projetos para recursos. Se o MEC não se acerta, diretamente afeta a ponta, a sala de aula. Os estudantes ficarão com sua aprendizagem comprometida, o que é lamentável”

Leda Gonçalves, professora da Universidade Católica de Brasília

Apesar da dança das cadeiras, Vélz minimizou as trocas de gestores durante audiência pública na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. “Tenho optado por critérios administrativos, não políticos. Valorizo as ideias gerais do professor Olavo de Carvalho, como a ideia, que não é exclusiva dele, de formação humanística através da leitura de grandes obras literárias. Só isso”, afirmou o titular da Educação. “As análises políticas, as brigas políticas do professor, são outros quinhentos, não tomo conhecimento”, completou.

Uma das demissões mais polêmicas feitas por Vélz foi a do presidente do Inep, Marcus Vinicius Rodrigues, após suspender, até 2021, a avaliação da alfabetização infantil: a medida foi revogada.

Aos deputados federais, o ministro explicou as razões que o levaram a exonerar o subordinado: “O diretor-presidente do Inep puxou o tapete. Ele mudou de forma abrupta o entendimento que já tinha sido feito para a preservação da Base Nacional Curricular e fazer as avaliações de comum acordo com as secretarias de Educação”.

Marcus Vinicius Rodrigues, por sua vez, acusou a gestão do MEC de não ter “comunicação” e disse que o Brasil precisa de um ministro da Educação competente.

“Momento difícil”

Outra personagem que ganhou destaque foi Iolene Lima, dispensada oficialmente do MEC na última quinta-feira (28/3). Ela era substituta eventual do secretário da

Educação Básica. A educadora evangélica foi nomeada em 14 de março, como secretária-executiva do ministério – posto considerado como o “número dois” do MEC. Chegou a cumprir agenda no cargo: ela esteve em Suzano (SP), onde um massacre no Colégio Estadual Raul Brasil deixou 10 mortos.

O nome de Iolene, contudo, sequer chegou a ser publicado no Diário Oficial da União. Oito dias após a nomeação informal, Iolene foi demitida. “Diante de um quadro bastante confuso na pasta, mesmo sem convite prévio, aceitei a nova função dentro do ministério. Novamente me coloquei à disposição para trabalhar em prol de melhorias para o setor. No entanto, hoje, após uma semana de espera, recebi a informação que não faço mais parte do grupo do MEC”, escreveu a amigas.

Assumi como segundo no comando do ministério, na quarta troca da função neste governo, o tenente-brigadeiro Ricardo Machado Vieira, nomeado nessa sexta-feira (29/3) pelo presidente da República, Jair Bolsonaro (PSL). Chefe de gabinete do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) na gestão Vélez, o militar tomou posse dizendo ser necessária uma reorganização na estrutura da pasta. “Vivemos um momento difícil, quero tomar pé da situação e ver como a gente pode ajudar”, disse. Também nessa sexta, Vélez se reuniu com Bolsonaro para acertar o passo.

O Ministério da Educação não comentou o troca-troca de gestores e não deu detalhes sobre os cargos ainda vagos como consequência de tantas mudanças. O Metrôpolis acionou a pasta na quarta-feira (27/3) e desde então aguarda resposta. A reportagem questionou o motivo das demissões e como elas impactam na gestão do ministério bem como na execução dos programas de educação. O espaço continua aberto a manifestações.

topo ↕

METRÓPOLIS - TEMPO REAL

MEC custeou gastos de 11 pessoas antes de nomeá-las

Alegação é de que elas participaram de reuniões de trabalho, "prestando apoio técnico"; juristas e procuradores criticam

Enquanto aguardavam a nomeação de indicados para ocupar cargos do segundo escalão do Ministério da Educação (MEC), órgão ligados à pasta gastaram R\$ 76.503,65 com passagens e hospedagens para onze pessoas frequentarem reuniões em Brasília. Juristas dizem que a prática pode ser considerada irregular e ter driblado ao menos duas leis.

Em nota, o MEC diz que os beneficiados participaram de reuniões de trabalho, “prestando apoio técnico no planejamento e discussão de propostas de reestruturação” da pasta como “colaboradores eventuais”. Para os juristas consultados, os futuros nomeados não se encaixam nessa condição — que prevê recorrer a um profissional dotado de capacidade técnica específica, que recebe a incumbência da execução de determinada atividade sob permanente fiscalização.

O levantamento foi feito pelo Estado no Portal de Transparência do governo federal. Entre os gastos encontrados, o maior foi com o secretário de alfabetização, Carlos Francisco Nadalim, no total de R\$ 23,2 mil. Nomeado apenas em 18 de fevereiro, ele já tinha passagens e diárias pagas pelo ministério desde 17 de janeiro. Para que ele frequentasse reuniões — a última delas, inclusive, tinha como pauta a criação da secretaria a qual seria nomeado para dirigir — foram custeadas 10 viagens entre Brasília e Londrina, onde morava e trabalhava na escola Mundo do Balão Mágico.

A Secretaria de Modalidades Especializadas da Educação foi a segunda com o maior gasto, R\$ 22.034,78, custeando 15 viagens de cinco servidores que depois viriam a ser nomeados para cargos em comissão, entre eles o titular da pasta, Bernardo Goytacazes de Araújo.

“O colaborador eventual é uma pessoa que vai prestar um serviço, não tomar decisões sobre o futuro do ministério, como são os casos justificados pela pasta”, diz Marcellus Ferreira Pinto, advogado constitucionalista e eleitoral. O MEC contata pessoas nessa categoria, por exemplo, para a elaboração de avaliações de estudantes, estudos sobre a educação do país etc. Ou seja, casos em que há uma “eventualidade” na contratação e não situações de tomada de decisões que são previstas a uma nova gestão.

Especialista em Direito Público e Educacional pela Universidade de São Paulo (USP), Maria Paula Dallari diz que eles também podem ter driblado o processo de nomeação ao não esperar a conclusão do processo pela Casa Civil antes de começar a exercer suas funções e ter acesso a informações do ministério. “Existe um trâmite, uma investigação antes da nomeação que precisa ser respeitada. Essas pessoas burlaram esse procedimento se começaram a frequentar reuniões e tomar decisões antes de efetivamente serem servidores do ministério”, diz.

Procuradores consultados pelo Estado também consideram a prática irregular e recomendam que os beneficiados devolvam os valores.

Alguns dos que tiveram as despesas custeadas, foram exonerados menos de dois meses depois da nomeação, como é o caso de Iolene Maria de Lima, que assumiu uma das diretorias da Secretaria de Educação Básica, mas foi demitida na última semana durante a crise do MEC. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) também custearam oito viagens de cinco pessoas antes da nomeação.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

MEC custeou gastos de 11 pessoas antes de nomeá-las

Alegação é de que elas participaram de reuniões de trabalho, prestando apoio técnico; juristas e procuradores criticam

SÃO PAULO - Enquanto aguardavam a nomeação de indicados para ocupar cargos do segundo escalão do Ministério da Educação (MEC), órgão ligados à pasta gastaram R\$ 76.503,65 com passagens e hospedagens para onze pessoas frequentarem reuniões em Brasília. Juristas dizem que a prática pode ser considerada irregular e ter driblado ao menos duas leis.

Em nota, o MEC diz que os beneficiados participaram de reuniões de trabalho, "prestando apoio técnico no planejamento e discussão de propostas de reestruturação" da pasta como "colaboradores eventuais". Para os juristas consultados, os futuros nomeados não se encaixam nessa condição - que prevê recorrer a um profissional dotado de capacidade técnica específica, que recebe a incumbência da execução de determinada atividade sob permanente fiscalização.

O levantamento foi feito pelo Estado no Portal de Transparência do governo federal. Entre os gastos encontrados, o maior foi com o secretário de alfabetização, Carlos

Francisco Nadalim, no total de R\$ 23,2 mil. Nomeado apenas em 18 de fevereiro, ele já tinha passagens e diárias pagas pelo ministério desde 17 de janeiro. Para que ele frequentasse reuniões - a última delas, inclusive, tinha como pauta a criação da secretaria a qual seria nomeado para dirigir - foram custeadas 10 viagens entre Brasília e Londrina, onde morava e trabalhava na escola Mundo do Balão Mágico.

A Secretaria de Modalidades Especializadas da Educação foi a segunda com o maior gasto, R\$ 22.034,78, custeando 15 viagens de cinco servidores que depois viriam a ser nomeados para cargos em comissão, entre eles o titular da pasta, Bernardo Goytacazes de Araújo.

"O colaborador eventual é uma pessoa que vai prestar um serviço, não tomar decisões sobre o futuro do ministério, como são os casos justificados pela pasta", diz Marcellus Ferreira Pinto, advogado constitucionalista e eleitoral. O MEC contata pessoas nessa categoria, por exemplo, para a elaboração de avaliações de estudantes, estudos sobre a educação do País, etc. Ou seja, casos em que há uma "eventualidade" na contratação e não situações de tomada de decisões que são previstas a uma nova gestão.

Especialista em Direito Público e Educacional pela Universidade de São Paulo (USP), Maria Paula Dallari diz que eles também podem ter driblado o processo de nomeação ao não esperar a conclusão do processo pela Casa Civil antes de começar a exercer suas funções e ter acesso a informações do ministério. "Existe um trâmite, uma investigação antes da nomeação que precisa ser respeitada. Essas pessoas burlaram esse procedimento se começaram a frequentar reuniões e tomar decisões antes de efetivamente serem servidores do ministério", diz.

Procuradores consultados pelo Estado também consideram a prática irregular e recomendam que os beneficiados devolvam os valores.

Alguns dos que tiveram as despesas custeadas, foram exonerados menos de dois meses depois da nomeação, como é o caso de Iolene Maria de Lima, que assumiu uma das diretorias da Secretaria de Educação Básica, mas foi demitida na última semana durante a crise do MEC. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) também custearam oito viagens de cinco pessoas antes da nomeação.

BEM PARANÁ - TEMPO REAL

Novas turmas para curso de Inglês do Idiomas sem Fronteiras; inscrições a partir do dia 1º de abril

A Universidade Federal do Paraná (UFPR) ofertará 17 novas turmas para cursos presenciais e gratuitos de inglês por meio do Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF), promovido pelo Ministério da Educação (MEC) e pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. As inscrições devem ser realizadas de 1º a 17 de abril no site do Programa.

As 425 vagas são destinadas a alunos de graduação e de pós-graduação, professores e servidores técnico-administrativos. As aulas serão ministradas nos campi de Curitiba – Reitoria, Politécnico, Jardim Botânico e Rebouças – por estudantes do curso de Letras da Universidade, coordenados pelos professores Ane Cibele Palma e Luiz Maximiliano Gardenal, ambos do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas.

Incentivar o aprendizado das diversas línguas oferecidas, além de propiciar uma mudança abrangente no ensino de idiomas estrangeiros nas universidades brasileiras, é o objetivo do Programa. A sede do NuLi/IsF está localizada no Campus Reitoria, Edifício Dom Pedro I, 7º andar, sala 721.

topo ↕

PARANASHOP - TEMPO REAL

Busca por Mestrado Profissional cresce 270% no Brasil

Número de cursos ofertados também aumentou, passando de 243 para 739 em oito anos

Você já ouviu falar de Mestrado Profissional? Pois saiba que essa modalidade só cresce no Brasil. Criado há quase duas décadas e regulamentado em 2009, esse tipo de curso tem atraído cada vez mais profissionais, apresentando um crescimento de 270% na procura nos últimos oito anos. Segundo dados da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, no ano de sua regulamentação, havia 10.135 alunos matriculados em um Mestrado Profissional no Brasil. Em 2017, último dado disponível, esse número passou para 37.568 estudantes. No mesmo período, a oferta de cursos também cresceu, passando de 243 para 739, um aumento de 204%.

Para o diretor da Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD/UP) da Universidade Positivo, Roberto Di Benedetto, a possibilidade de realizar pesquisa estratégica de elevada relevância social, científica e tecnológica vinculada à profissão do mestrando é um dos motivos que explica o aumento na procura por esse tipo de Pós-Graduação. “O profissional que realiza um mestrado ou doutorado profissional não apenas avança em sua formação, mas também transforma a instituição na qual trabalha, porque seu objeto de pesquisa é sua atividade profissional”, ressalta Benedetto.

A Universidade Positivo oferta atualmente cinco programas de Mestrado Profissional, incluindo um novo curso na área de Direito, além de um Doutorado Profissional em Biotecnologia Industrial, também lançado em 2019. “O Mestrado Profissional em Direito é o primeiro da modalidade no Paraná e tem como propósito qualificar profissionais de diferentes áreas especializadas em questões que respondam às necessidades jurídicas de adequação e de mudança de seu ambiente profissional”, acrescenta o diretor.

O curso

O Mestrado Profissional é uma Pós-Graduação *stricto sensu*, porém, em vez de fazer pesquisa básica, o foco é o estudo de técnicas que atendam a alguma demanda do mercado de trabalho. Ainda assim, o curso tem o mesmo rigor acadêmico e científico do Mestrado convencional e também confere a possibilidade dos egressos cursarem o Doutorado, seja ele Profissional ou Acadêmico.

A possibilidade, aliás, foi um dos motivos que levou a cirurgiã-dentista Carlla Alberton, mestranda em Odontologia Clínica com ênfase em Endodontia, ao optar pelo Mestrado Profissional. “Acredito que essa seja uma boa opção para quem tem a intenção de desenvolver trabalhos técnico-científicos. Ele te aproxima do mercado de trabalho, com a experiência adquirida durante os anos de estudo, desempenhando uma alta qualificação profissional, além de conhecimento e capacitação em pesquisa e docência”, explica.

Quem procura?

De acordo com Benedetto, a conclusão do Mestrado Profissional é parecida com a do Mestrado Acadêmico, bem como a admissão nos mesmos, que varia conforme a instituição de ensino. O que muda é o perfil do estudante, que na modalidade profissional, geralmente, tem elevada formação (já passou por outras especializações e MBAs), quer empreender, ou atuar em áreas estratégicas de empresas e órgãos públicos e, para isso, busca uma sólida formação para tomar as principais decisões na empresa ou instituição na qual trabalha.

“O Mestrado Profissional me proporcionou a oportunidade de empreender, pois me motivei a colocar em prática o projeto de dissertação na área de Biotecnologia Agroindustrial e, atualmente, sou sócio fundador de uma empresa na área”, diz o engenheiro químico Luís Fernando Zoschke, que está terminando o Mestrado Profissional em Biotecnologia Industrial.

Ranking

Para quem já está no mercado de trabalho, as vantagens do Mestrado Profissional são inegáveis, visto que, nessa modalidade, conciliar emprego e estudo é mais fácil do que no Mestrado Acadêmico. Porém, assim como em outras modalidades de Pós-Graduação, pesquisar a instituição de ensino na qual se pretende estudar é essencial, visto que, em 2017, somente 49 programas em todo o Brasil receberam a nota máxima da **Capes** que, periodicamente, avalia as instituições. Entre eles, estão os cursos de Biotecnologia Industrial, Gestão Ambiental e Odontologia Clínica da Universidade Positivo.

Sobre a Universidade Positivo

A Universidade Positivo concentra, na Educação Superior, a experiência educacional de mais de quatro décadas do Grupo Positivo. A instituição teve origem em 1988 com as Faculdades Positivo, que, dez anos depois, foram transformadas no Centro Universitário Positivo (UnicenP). Em 2008, foi autorizada pelo Ministério da Educação a ser transformada em Universidade. Atualmente, oferece mais de 50 cursos de Graduação presenciais, quatro cursos de Doutorado, sete cursos de Mestrado, mais de 190 programas de Especialização e MBA, sete cursos de idiomas e dezenas de programas de Extensão. A Universidade Positivo conta com sete unidades em Curitiba, uma unidade em Londrina (PR), uma unidade em Joinville (SC), além de polos de Educação a Distância (EAD) em mais de 50 cidades espalhadas pelo Brasil. Em 2018, a Universidade Positivo foi classificada entre as 100 instituições mais bem colocadas no ranking mundial de sustentabilidade da UI GreenMetric.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Em meio a crise no MEC, Fies trava matrículas e prejudica alunos

Estudantes perdem aulas e provas; deu pane geral, diz entidade de faculdades

Em meio a uma crise no Ministério da Educação do presidente Jair Bolsonaro (PSL), estudantes do país todo relatam uma série de dificuldades para se matricular pelo Fies (programa de financiamento estudantil).

Por causa das falhas, parte dos alunos está sendo impedida de frequentar as aulas, que já começaram há mais de um mês, e até de fazer as provas.

Eles dizem chegar a fazer périplos diários há quase um mês por agências bancárias e

instituições de ensino na tentativa de resolver a questão, sem sucesso.

[x]

O ministério vive uma crise com exonerações em série, interrupções de programas e incerteza sobre ações em curso.

A Folha ouviu 20 estudantes de 11 estados nessa situação.

O problema ocorre principalmente na obtenção do Documento de Regularidade de Inscrição (DRI) ou de Regularidade de Matrícula (DRM), necessários para a contratação ou continuidade do financiamento.

Por falha na transmissão de dados do governo federal, as instituições de ensino não estão conseguindo emitir o documento.

“Sempre aparece que o sistema do Fies está fora do ar ou que o documento está sem data ou chave de segurança”, diz Sandy da Silva, 21, de Cabedelo (PB).

Paolla Alvim, 19, conta que entregou sua documentação à faculdade em Mogi das Cruzes (SP) ainda antes do Carnaval. “Assim que acabou o feriado entrei em contato e me informaram que a DRI tinha vindo sem a chave de segurança e a data e que tinham feito uma demanda para o MEC arrumar.”

“Achei que, no máximo, em uma semana ia estar tudo resolvido”, afirma. “Ontem fez um mês que eu entrei com a minha documentação, e a DRI ainda não foi arrumada

Outros estudantes contam que conseguiram o documento com as informações corretas após seguidas tentativas, mas não conseguem completar a etapa seguinte —a emissão do contrato em uma agência bancária.

“Quando o gerente pesquisa [no sistema do Fies] aparece a mensagem ‘aluno não encontrado’”, diz Thais Pereira, de Arujá (SP), em relato similar ao de outros alunos.

Isabela Ferreira, 22, conta que, com um bebê recém-nascido, tem passado por todos esses problemas para continuar a estudar.

“Minha primeira DRI veio sem data e código de segurança. Estava com um bebê de cinco dias, de resguardo, e mesmo assim fui. Me informaram que eu deveria ir ao banco. Fui e me informaram que eu não estava sendo encontrada no sistema. Liguei para o MEC e falaram para eu abrir uma demanda. Até agora não foi respondida”, afirma.

“Espero poder terminar o meu resguardo em paz sem precisar sair de casa o tempo todo para resolver o problema.”

Assim como ela, diversos alunos afirmam que procuraram o MEC e o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), mas só recebem respostas vagas.

Estudantes no portão do Enem

Estudantes aguardam início do Enem, requisito para o Fies - Taba Benedicto/Folhapress
Parte das instituições tem permitido que os estudantes afetados pelas falhas assistam às aulas. Mas outras não liberam, e mesmo algumas das que o fazem não estão autorizando os estudantes a fazer provas.

“Estou com a vida estagnada”, reclama Paolla. “Recebi uma proposta de emprego e não pude aceitar porque batera com o horário em que eu teria aula, mas não estou tendo.”

“Estamos sendo prejudicados por um erro que não é nosso, afinal nossa parte fizemos: estudar, fazer o Enem, passar e entregar a documentação regularizada”, diz Maria Edite Barbosa, 23, de Petrolina (PE).

Segundo o diretor executivo da ABMES (Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior), Sólton Caldas, a orientação da entidade é que as instituições permitam que os estudantes nessa situação possam frequentar as aulas.

Os sistemas de inscrições e matrícula do Fies já haviam apresentado problemas em anos anteriores, mas nada comparável ao que ocorre atualmente, afirma ele. “Às vezes dava problema na contratação, mas eram casos pontuais. Agora deu pane geral.”

Procurado, o MEC afirmou que os problemas com o DRI deveriam ser esclarecidos pelo FNDE, que, por sua vez, é vinculado à pasta. O órgão não respondeu até o momento. A reportagem será atualizada assim que isso acontecer.

Em mais um desdobramento da crise que afeta o MEC, nesta sexta-feira (29), o ex-assessor especial do FNDE Ricardo Machado Vieira foi nomeado secretário-executivo do ministro Ricardo Vélez Rodríguez.

Na quinta-feira (28), Bolsonaro afirmou que Vélez Rodríguez "tem problemas" por ser "novo no assunto".

O núcleo militar do governo avalia que a queda do ministro de Vélez Rodríguez é questão de tempo e passou a defender que o tenente-brigadeiro Ricardo Machado Vieira assuma o comando da pasta.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

**MEC é alvo do maior corte no Orçamento; Vice-Presidência foi poupada
Defesa teve segundo maior corte de despesas, perdendo R\$ 5 bilhões; decreto foi publicado no DOU nesta sexta**

Brasília – Dona do maior orçamento dentre todos os ministérios, a Educação também foi a maior vítima da tesourada de recursos para este ano, conforme decreto publicado nesta sexta-feira, 29, em edição extra do Diário Oficial da União que contingenciou R\$ 29,582 bilhões do Orçamento Federal de 2019. Conforme o Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado, adiantou nesta semana, as despesas necessárias para o cumprimento do piso constitucional para a área, no entanto, foram preservadas.

Enquanto o MEC segue envolvido em polêmicas no primeiro escalão da pasta, os recursos para a Educação foram reduzidos em R\$ 5,839 bilhões para este ano. O total em despesas discricionárias previsto originalmente para área na Lei de Orçamentária Anual (LOA) de 2019 era de R\$ 23,699 bilhões, e passou agora para R\$ 17,793 bilhões.

O corte nos recursos da Educação só foi possível porque o Orçamento deste ano previa um volume de recursos maior que o piso constitucional para a área. Essa conta não considera ainda R\$ 1,036 bilhão em despesas de instituições federais de ensino que ficaram blindadas porque são bancadas com receitas próprias ou dinheiro de convênios ou doações. Esses recursos não são contingenciáveis, segundo as regras previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Mesmo fortalecido no governo Jair Bolsonaro, Ministério da Defesa foi alvo do segundo maior corte de despesas, perdendo R\$ 5,107 bilhões do orçamento deste ano. O total de recursos para as Forças Armadas em 2019 caiu de R\$ 13,227 bilhões para R\$ 8,119 bilhões.

Na sequência, os maiores contingenciamentos atingiram as pastas ligadas a investimentos. O Ministério da Infraestrutura perdeu R\$ 4,302 bilhões (ficando com R\$ 6,600 bilhões) e o Ministério de Minas e Energia perdeu R\$ 3,768 bilhões (restando apenas R\$ 969 milhões).

O decreto mostra que “superministério” da Economia de Paulo Guedes cortou na própria carne. A redução de recursos para a pasta que reuniu Fazenda, Planejamento, Trabalho e Indústria e Comércio Exterior chegou a R\$ 3,638 bilhões – o quinto maior bloqueio da Esplanada dos Ministérios.

Outros cortes bilionários também atingiram os ministérios do Desenvolvimento Regional (-R\$2,982 bilhões), Ciência e Tecnologia (-R\$ 2,132 bilhões) e Cidadania (-R\$ 1,050 bilhão).

Embora tenha um dos maiores orçamentos dentre as pastas, a Saúde teve um contingenciamento de R\$ 599,9 milhões, preservando R\$ 19,446 bilhões em despesas para este ano.

A única unidade orçamentária do executivo federal que escapou do corte foi a Vice-Presidência da República. O vice-presidente Hamilton Mourão não teve nenhum centavo bloqueado, mas também controla a menor carteira do governo, com apenas R\$ 7,6 milhões orçados para 2019. Para comparação, mesmo com o corte de R\$ 147 milhões, Jair Bolsonaro ainda terá R\$ 572 milhões para gastar em seu gabinete na Presidência da República neste ano.

Vale lembrar que, apesar do corte de R\$ 29,582 bilhões, o governo manteve R\$ 5,372 bilhões separados em uma reserva de contingência, que serve para suprir demandas emergenciais de ministérios. Essa reserva permite que o Executivo libere aos poucos limites adicionais para órgãos que necessitem do dinheiro, evitando novos apertos em outros ministérios para cobrir esses pedidos.

[topo](#)

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

“Momento difícil”, afirma militar nomeado secretário executivo do MEC Machado Vieira reconhece que o MEC enfrenta um momento difícil e assume o posto dizendo ser necessária uma reorganização

Brasília – Nomeado nesta sexta-feira, 29, pelo presidente Jair Bolsonaro para ocupar a secretaria executiva do Ministério da Educação (MEC), o tenente-brigadeiro Ricardo

Machado Vieira afirma ser preciso melhorar o diálogo para tentar amenizar a disputa interna que se estabeleceu na pasta.

Chefe de gabinete do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) na gestão de Ricardo Vélez Rodríguez, Machado Vieira reconhece que o MEC enfrenta um momento difícil e assume o posto dizendo ser necessária uma reorganização. Uma de suas missões mais importantes, afirmou ao jornal O Estado de S. Paulo, será a gestão de pessoas. “Vivemos um momento difícil, quero tomar pé da situação e ver como a gente pode ajudar”, disse à reportagem.

O posto de secretário executivo estava vago desde o dia 13 passado, quando Luiz Antonio Tozi foi demitido a pedido do presidente. Com a saída do ex-secretário, Vélez chegou a anunciar dois nomes para o posto, mais tarde desautorizados pelo Planalto.

A dificuldade no preenchimento da vaga expôs ainda mais a fragilidade de Vélez, que, desde que assumiu o MEC, protagonizou medidas polêmicas, é criticado pela falta de conhecimento no setor e pela paralisia da pasta. A situação ficou ainda mais delicada depois do mau desempenho do ministro em audiência na Câmara dos Deputados nesta semana. Bolsonaro tornou público seu descontentamento com Vélez.

Machado Vieira está há 47 anos na Força Aérea Brasileira (FAB), foi secretário de Defesa de Pessoal, Saúde, Desporto e Educação das Forças Armadas e é ligado ao general Villas Bôas e ao ministro do Gabinete de Segurança Institucional general Augusto Heleno.

A nomeação para o posto de número 2 do MEC, porém, não afasta os rumores da saída de Vélez do governo. O ministro foi chamado pelo presidente para uma reunião na manhã desta sexta no Planalto. Uma das possibilidades é de que Machado Vieira fique temporariamente, como uma espécie de “interventor” até a definição de um sucessor para o ministro.

Atualmente, três grupos disputam o poder no MEC. Militares, pessoas ligadas ao escritor Olavo de Carvalho e um grupo ligado ao Centro Educacional Paula Souza, chamado de técnico. A tensão entre os três grupos se intensificou quando Tozi, ainda à frente da secretaria executiva, coordenou a exoneração de “olavistas”. Ele próprio foi exonerado em seguida. Ao todo, 15 pessoas foram desligadas do MEC em menos de dois meses.

topo 

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Maior corte no Orçamento atingiu a Educação; Vice-Presidência foi poupada

Dona do maior orçamento dentre todos os ministérios, a Educação também foi a maior vítima da tesourada de recursos para este ano, conforme decreto publicado nesta sexta-feira, 29, em edição extra do Diário Oficial da União que contingenciou R\$ 29,582 bilhões do Orçamento Federal de 2019. Conforme o Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado, adiantou nesta semana, as despesas necessárias para o cumprimento do piso constitucional para a área, no entanto, foram preservadas.

Enquanto o MEC segue envolvido em polêmicas no primeiro escalão da pasta, os recursos para a Educação foram reduzidos em R\$ 5,839 bilhões para este ano. O total em despesas discricionárias previsto originalmente para área na Lei de Orçamentária

Anual (LOA) de 2019 era de R\$ 23,699 bilhões, e passou agora para R\$ 17,793 bilhões.

O corte nos recursos da Educação só foi possível porque o Orçamento deste ano previa um volume de recursos maior que o piso constitucional para a área. Essa conta não considera ainda R\$ 1,036 bilhão em despesas de instituições federais de ensino que ficaram blindadas porque são bancadas com receitas próprias ou dinheiro de convênios ou doações. Esses recursos não são contingenciáveis, segundo as regras previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Mesmo fortalecido no governo Jair Bolsonaro, Ministério da Defesa foi alvo do segundo maior corte de despesas, perdendo R\$ 5,107 bilhões do orçamento deste ano. O total de recursos para as Forças Armadas em 2019 caiu de R\$ 13,227 bilhões para R\$ 8,119 bilhões.

Na sequência, os maiores contingenciamentos atingiram as pastas ligadas a investimentos. O Ministério da Infraestrutura perdeu R\$ 4,302 bilhões (ficando com R\$ 6,600 bilhões) e o Ministério de Minas e Energia perdeu R\$ 3,768 bilhões (restando apenas R\$ 969 milhões).

O decreto mostra que “superministério” da Economia de Paulo Guedes cortou na própria carne. A redução de recursos para a pasta que reuniu Fazenda, Planejamento, Trabalho e Indústria e Comércio Exterior chegou a R\$ 3,638 bilhões – o quinto maior bloqueio da Esplanada dos Ministérios.

Outros cortes bilionários também atingiram os ministérios do Desenvolvimento Regional (-R\$2,982 bilhões), Ciência e Tecnologia (-R\$ 2,132 bilhões) e Cidadania (-R\$ 1,050 bilhão).

Embora tenha um dos maiores orçamentos dentre as pastas, a Saúde teve um contingenciamento de R\$ 599,9 milhões, preservando R\$ 19,446 bilhões em despesas para este ano.

A única unidade orçamentária do executivo federal que escapou do corte foi a Vice-Presidência da República. O vice-presidente Hamilton Mourão não teve nenhum centavo bloqueado, mas também controla a menor carteira do governo, com apenas R\$ 7,6 milhões orçados para 2019. Para comparação, mesmo com o corte de R\$ 147 milhões, Jair Bolsonaro ainda terá R\$ 572 milhões para gastar em seu gabinete na Presidência da República neste ano.

Vale lembrar que, apesar do corte de R\$ 29,582 bilhões, o governo manteve R\$ 5,372 bilhões separados em uma reserva de contingência, que serve para suprir demandas emergenciais de ministérios. Essa reserva permite que o Executivo libere aos poucos limites adicionais para órgãos que necessitem do dinheiro, evitando novos apertos em outros ministérios para cobrir esses pedidos.

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

Vélez vai à lona

Em meio à crise envolvendo Vélez Rodríguez, cabe perguntar: para que serve o MEC? Ministro deveria receber uma missão clara sobre o que fazer.

O golpe definitivo foi dado pela deputada Tábata do Amaral: “um ministro de estado, depois de três meses no cargo, não tem o direito de desconhecer os dados básicos de sua pasta”. Com o próximo ministro, as exigências serão ainda maiores. Não há mais tempo para aprender.

O apagão do MEC durante três meses sugere importantes e oportunas reflexões. Nenhuma escola deixou de funcionar – em qualquer nível de ensino. E este é um indicador positivo. Mesmo no âmbito das instituições federais de ensino, a autonomia das unidades é suficiente para que continuem operando, desde que se mantenha a folha de pagamentos.

Os governos estaduais e municipais questionaram a paralisia, mas a cobrança se concentrou em ações que haviam sido provocadas ou iniciadas pelo MEC, como o envio de livros para bibliotecas infantis ou diretrizes sobre a continuidade dos velhos programas. Ou seja, se não houvesse um MEC hiperativo que se intromete em tudo, nem isso teria sido levantado. Cabe perguntar: para que serve o MEC?

Esta é a pergunta que deveria ser respondida antes da escolha do próximo ministro. E a escolha deveria ser consistente com a resposta. O Ministro deveria receber uma missão clara sobre o que fazer. Não haverá tempo para aprendizagem em serviço. Não haverá tempo para trocar o pneu com o carro andando. Aqui se trata de troca de motor e de rota.

Nunca se pode menosprezar a possibilidade de piorar o que já está mal. Inúmeros e graves erros foram cometidos. Reorganizar o MEC de forma equivocada, criando conflitos de jurisdição; a falta de uma proposta de trabalho; o recrutamento de quadros formados por uma maioria de pessoas inexperientes e com agendas e visões antagônicas; desautorizar pessoas e atos. Ninguém de boa fé aceitará entrar numa máquina de moer reputações. Mas sempre se pode errar mais – ou de forma diferente.

Resta olhar para o lado positivo e do possível. Existem na mesa pelo menos cinco propostas com algum grau de convergência.

A primeira é a proposta da inércia – tocar o barco. Não criará grandes tumultos, mas não vai levar a lugar nenhum. É o prato feito que acomodaria inclusive um ministro da área política. As demais propostas requerem definir um caminho antes de se escolher o Ministro.

Assim, a segunda proposta seria juntar os cacos dos planos elaborados pela equipe de transição e transformá-los numa proposta minimamente estruturada e consistente.

Pelo menos três outras propostas foram apresentadas por entidades da sociedade civil. Uma delas vem do Instituto Ayrton Senna, mas o nome de seu candidato a Ministro foi queimado antes da linha de partida.

Outra é a proposta do movimento Todos pela Educação, que combina uma forte dose de continuidade com diagnósticos e indicações relevantes de prioridades e caminhos.

A quinta via, que detalhei em uma série neste blog, propõe uma política educacional transformadora e consistente com o cenário demográfico, os recursos disponíveis e os

princípios liberais da política econômica que se quer implementar.

Qualquer desses quatro caminhos deveria levar à reestruturação do MEC, que passaria a se concentrar na formulação e avaliação de políticas, financiamento e regulação, e se afastar do ativismo e das questões operacionais. Impõe-se, para isso, uma estrutura alinhada à estratégia. Depois que entra, dificilmente o Ministro conseguirá mudar qualquer coisa.

Propostas à parte, o governo deve ter aprendido a lição. Se não aprendeu, vale lembrar: não se governa uma casa dividida. Qualquer que seja o Ministro escolhido, ele precisa de liberdade para formar sua equipe com pessoas competentes, experientes e afinadas em torno de uma missão.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Aprenda a direcionar o Imposto de Renda para um projeto que envolve crianças e adolescentes

Startup Incentiv faz campanha para destinar recursos para Fundo da Infância e Adolescência

Quem faz a declaração do Imposto de Renda já sabe que o prazo para entrega começou a valer a partir do dia 07 de março, mas o que muitos brasileiros não sabem é que em vez de pagar o imposto integral ao Governo, as pessoas físicas que declaram pelo modelo completo, podem destinar até 3% da verba para o Fundo da Infância e Adolescência (FIA), ou seja, ajudar uma criança com custo zero. O FIA é um Fundo Público que tem como objetivo financiar projetos que atuem na garantia da promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Em 2019 a Secretaria da Receita Federal espera receber 30,5 milhões de declarações, 1,23 milhão de contribuintes a mais em relação a 2018. De acordo com Douglas Nicolau, fundador da startup Incentiv, plataforma de empoderamento social para soluções de problemas coletivos, a esmagadora maioria da população não sabe que pode ajudar uma criança de forma direta, nem tem a noção exata para onde sua contribuição será encaminhada.

"Uma das formas é encontrar através do portal da Incentiv, os caminhos de como ser um contribuinte para causas sociais, culturais e esportivas. Na Incentiv temos uma vitrine social de projetos que estão aptos a receber recursos do imposto de renda", pessoa física ou jurídica. Basta acessar <https://bit.ly/2F78iSu> e escolher o projeto que você mais se identifica", diz.

Os contribuintes que não utilizaram o limite de doações por meio de leis de incentivo fiscal federais em 2018 podem fazer o incentivo durante o preenchimento da Declaração do Imposto de Renda de até 3% do IR para projetos aprovados no FIA. As doações podem ser efetuadas diretamente do Programa Gerador da Declaração do Imposto de Renda até dia 30 de abril. Quem optar pela doação terá redução no valor do imposto a pagar ou aumento na restituição.

Os recursos arrecadados são repassados para instituições que atuam na promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente e que tiverem projetos aprovados, tais como o "Tocando a vida/Unibes", que ensina música e promove inclusão social para crianças entre 6 e 15 anos, "+ Apae Empoderamento/Santo André", para crianças com

deficiência e "Saúde Nutricional/Fundação Julita", para desenvolvimento com saúde.

Como redirecionar meu IR?

- 1) A Incentiv possui um banco de projetos aprovados no FIA. Acesse o link <https://bit.ly/2F78iSu> e busque iniciativas de diferentes partes do Brasil e de causas que você mais se identifica.
- 2) Após escolher o projeto, é necessário identificar em qual Fundo da Infância e Adolescência ele foi aprovado. Existem fundos municipais, estaduais e o federal. Isto é importante pois no momento da declaração do IR, você precisará escolher o fundo que irá receber o seu imposto.
- 3) Na declaração do IR, vá em Resumo da Declaração e clique em doações diretamente na Declaração - ECA.
Clique em novo e escolha o tipo de fundo (o mesmo que você já identificou antes).
- 4) Selecione o estado ou município.
- 5) Observe o valor disponível para doação e preencha o campo da doação, respeitando o limite informado pelo sistema.
- 6) Clique em Ok e imprima o documento de arrecadação
- 7) Pague o DARF até o dia 30 de abril
- 8) Envie o comprovante de pagamento para contato@incentiv.me com o nome do projeto cadastrado na Incentiv que escolhido por você. Nós garantimos que o recurso que você destinou ao fundo seja repassado ao projeto!

SERVIÇO

Site: <https://www.incentiv.me>

Facebook: <https://www.facebook.com/incentiv.me/>

Instagram: <https://www.instagram.com/incentiv.me/>

topo 

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Líder do PSC na Câmara pede demissão de ministro Vélez: perdeu autoridade

Líder da bancada do PSC na Câmara Federal, o deputado paranaense Paulo Eduardo Martins foi ao Twitter pedir a demissão do ministro Ricardo Vélez Rodriguez, da pasta da Educação. "É indispensável ter autoridade moral para que o comando seja efetivo. O ministro Vélez perdeu essa autoridade diante das diversas situações ocorridas no MEC", escreveu Martins, que é apoiador de primeira hora do governo Jair Bolsonaro (PSL) e um entusiasta da proposta de reforma da Previdência.

O deputado ainda fez a ressalva de que o ministro Vélez é "um intelectual extraordinário", mas que já não mais lidera. "Urge sua substituição. Cada dia a mais é um dia a menos", tuitou.

O argumento do deputado ecoa a fala do próprio presidente em entrevista recente à TV Bandeirantes, na qual Bolsonaro afirmou que o "MEC não está dando certo" porque há necessidade de "poder de comando, exercer autoridade, indicar pessoas corretas".

Nesta sexta-feira, 29, Bolsonaro nomeou o tenente brigadeiro Ricardo Machado Vieira para o posto de secretário executivo da pasta. Em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, Vieira disse que o MEC passa por "um momento difícil".

A TARDE - BA - OPINIÃO

Chuvvas ácidas de verão

Com tantas prioridades, Brasília anda em círculos, num chove e não molha que não leva a nada e atrapalha tudo: a troca de desaforos entre os presidentes da República e da Câmara e a queda do ministro da Educação, que já foi decidida pelo chefe Jair Bolsonaro e é questão de tempo – horas ou dias. É inacreditável que Bolsonaro tenha riscado um novo fósforo no incêndio com o deputado Rodrigo Maia, quando a sensação no governo e no Congresso era de que o pior da crise havia passado. Alguém consegue entender por que o presidente foi falar novamente que Maia está nervoso “por problemas familiares”? Já imaginaram se o deputado devolvesse na mesma moeda e desafiasse Bolsonaro a duelar com insinuações contra a família? Ele não faz isso porque seria um golpe abaixo da linha da cintura e também porque tem boas relações com o senador Flávio Bolsonaro, que também é do Rio.

O que parece claro é que Bolsonaro vai sempre governar atacando num dia, recuando no outro, mais preocupado com três ou quatro milhões de bolsonaristas da internet do que com os 200 milhões de brasileiros. Como isso só atrapalha a reforma da Previdência, Rodrigo Maia decidiu deixar o presidente pra lá e articular com quem realmente interessa. Ontem, fez as pazes com Sérgio Moro, da Justiça, e acertou os próximos passos com Paulo Guedes, da Economia, seu principal parceiro no governo .

De quebra, recebeu Onyx Lorenzoni (Casa Civil). Funciona mais ou menos assim: todo mundo deixa Bolsonaro brincando com os filhos nas redes sociais e vai tocar a reforma da Previdência, o pacote anticrime o que mais for importante para o próprio governo e para o País sair do buraco e recuperar um lugar ao sol. Moro repõe seus projetos na lista de prioridades, tanto na Câmara quanto no Senado, mas com um cuidado: falar mais no combate ao crime organizado e deixar o endurecimento das regras contra corrupção (que atinge partidos e políticos) a reboque.

Um pequeno ajuste, ou uma pequena inversão, para reduzir resistências. Guedes, que já deu seu recado – “Não tenho apego a cargo” –, vai fazer o que Bolsonaro se recusa a fazer e o vice Hamilton Mourão já faz naturalmente: abrir as portas do seu gabinete para grupos de parlamentares, de prefeitos, de governadores. Ou seja: ele vai articular apoio político. Quanto ao ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez: esse é caso perdido. Bolsonaro ora diz que é fake news, ora confirma, ora é dúbio, mas a verdade é uma só e óbvia: ele já decidiu demitir Vélez, a pessoa errada, no lugar errado, na hora errada. Aliás, o próprio Bolsonaro disse em entrevista à Rede Bandeirantes o que todo mundo sabe: “O MEC não está dando certo”.

E explicou por quê: “Você tem que ter poder de comando, exercer autoridade, indicar pessoas corretas”. Vélez não comanda nada, nem sabia do adiamento da avaliação da alfabetização; não tem autoridade, já que os técnicos, os militares e os “olavetes” da pasta se engalfinham à luz do dia; e há controvérsias se ele realmente escolheu as pessoas corretas para cada órgão, depois de seis recuos e 15 exonerações.

Em três meses, nada andou no MEC. Vélez não tem apoio do setor, nem dos generais, e

acabou de perder o do padrinho Olavo de Carvalho. Logo, só falta uma coisa: arranjar alguém disposto a descascar “esse abacaxi do tamanho de um bonde”, segundo o ministro. Um abacaxi com bilhões de reais de orçamento e bilhões de problemas a resolver.

topo ↕

J. DO COMMERCIO - PE - POLÍTICA

Vélez não tem tato político

Bolsonaro não respondeu se ministro permanecerá no cargo Um dia depois de afirmar que tem coisas a resolver no Ministério da Educação, e desmentir uma possível demissão do ministro Ricardo Vélez Rodriguez, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que o titular da pasta é novo no assunto e não tem tato político. “Ele tem problemas sim, é novo no assunto. Não tem o tato político. Vou conversar com ele e tomar as decisões que tem que tomar”, afirmou. Bolsonaro não respondeu se Vélez permanecerá no cargo, mas disse apenas que não demitiria nenhum de seus auxiliares por telefone. “Olha, eu estava em São Paulo ontem, estou tomando pé da situação. Não procede a informação de ontem, que ele teria sido exonerado, jamais iria exonerar alguém por telefone. Já estávamos conversando com outros ministros. É educação, né? Tem que dar certo no Brasil, é um dos ministérios mais importantes”, afirmou. Em entrevista na quarta, Bolsonaro disse que conversaria com Vélez quando voltasse de Israel, para onde embarca no sábado (30). “Falo com todos ministros. Quando eu voltar de Israel, tem uma fila de ministros para falar comigo.

O ministério que teve algum ruído no passado, sempre a gente busca conciliar e acertar, e estamos continuando nessa linha”, disse. Questionado sobre se Vélez permanecerá no cargo, Bolsonaro respondeu que não ameaçaria nenhum ministro publicamente. “Vamos conversar e, se tiver qualquer coisa que não esteja dentro da normalidade, a gente acerta”, resumiu. O processo de desgaste de Ricardo Vélez à frente do Ministério da Educação ganhou força na quarta, após declarações do presidente. “Temos que resolver a questão da educação. Realmente não estão dando certo as coisas lá, é um ministério muito importante.

Na minha volta da viagem de Israel, eu vou conversar com o Vélez”, afirmou o presidente em entrevista à TV Bandeirantes. Indicado pelo escritor e guru da direita Olavo de Carvalho, o ministro da Educação sofre um período de desgaste desde o primeiro mês de governo. Em janeiro, o ministro recuou sobre mudanças em edital de compra de livros que suprimia o compromisso com a agenda da não violência contra mulheres e permitia obras sem referências e com erros. Em fevereiro, o MEC enviou carta a escolas com slogan da campanha de Bolsonaro e pedido de filmagem de alunos cantando o hino.

O episódio causou grande desgaste e provocou novo recuo. Um novo capítulo da crise começou no dia 8 deste mês, com uma dança de cadeiras e críticas de Olavo no Twitter ao ministro e integrantes do MEC. Nos bastidores do governo, a saída de Vélez é vista como certa, mas auxiliares ponderam que isso não deve acontecer esta semana.

topo ↕

O POPULAR - GO - OPINIÃO

Chuvas ácidas de verão

Com tantas prioridades, Brasília anda em círculos, num chove e não molha que não leva a nada e atrapalha tudo: a troca de desaforos entre os presidentes da República e da Câmara e a queda do ministro da Educação, que já foi decidida pelo chefe Jair

Bolsonaro e é questão de tempo – horas ou dias. É inacreditável que Bolsonaro tenha riscado um novo fósforo no incêndio com o deputado Rodrigo Maia, quando a sensação no governo e no Congresso era de que o pior da crise havia passado. Alguém consegue entender por que o presidente foi falar novamente que Maia está nervoso “por problemas familiares”? Já imaginaram se o deputado devolvesse na mesma moeda e desafiasse Bolsonaro a duelar com insinuações contra a família? Ele não faz isso porque seria um golpe abaixo da linha da cintura e também porque tem boas relações com o senador Flávio Bolsonaro, que também é do Rio.

O que parece claro é que Bolsonaro vai sempre governar atacando num dia, recuando no outro, mais preocupado com três ou quatro milhões de bolsonaristas da internet do que com os 200 milhões de brasileiros. Como isso só atrapalha a reforma da Previdência, Rodrigo Maia decidiu deixar o presidente pra lá e articular com quem realmente interessa. Ontem, fez as pazes com Sérgio Moro, da Justiça, e acertou os próximos passos com Paulo Guedes, da Economia, seu principal parceiro no governo .

De quebra, recebeu Onyx Lorenzoni (Casa Civil). Funciona mais ou menos assim: todo mundo deixa Bolsonaro brincando com os filhos nas redes sociais e vai tocar a reforma da Previdência, o pacote anticrime o que mais for importante para o próprio governo e para o País sair do buraco e recuperar um lugar ao sol. Moro repõe seus projetos na lista de prioridades, tanto na Câmara quanto no Senado, mas com um cuidado: falar mais no combate ao crime organizado e deixar o endurecimento das regras contra corrupção (que atinge partidos e políticos) a reboque.

Um pequeno ajuste, ou uma pequena inversão, para reduzir resistências. Guedes, que já deu seu recado – “Não tenho apego a cargo” –, vai fazer o que Bolsonaro se recusa a fazer e o vice Hamilton Mourão já faz naturalmente: abrir as portas do seu gabinete para grupos de parlamentares, de prefeitos, de governadores. Ou seja: ele vai articular apoio político. Quanto ao ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez: esse é caso perdido. Bolsonaro ora diz que é fake news, ora confirma, ora é dúbio, mas a verdade é uma só e óbvia: ele já decidiu demitir Vélez, a pessoa errada, no lugar errado, na hora errada. Aliás, o próprio Bolsonaro disse em entrevista à Rede Bandeirantes o que todo mundo sabe: “O MEC não está dando certo”.

E explicou por quê: “Você tem que ter poder de comando, exercer autoridade, indicar pessoas corretas”. Vélez não comanda nada, nem sabia do adiamento da avaliação da alfabetização; não tem autoridade, já que os técnicos, os militares e os “olavetes” da pasta se engalfinham à luz do dia; e há controvérsias se ele realmente escolheu as pessoas corretas para cada órgão, depois de seis recuos e 15 exonerações.

Em três meses, nada andou no MEC. Vélez não tem apoio do setor, nem dos generais, e acabou de perder o do padrinho Olavo de Carvalho. Logo, só falta uma coisa: arranjar alguém disposto a descascar “esse abacaxi do tamanho de um bonde”, segundo o ministro. Um abacaxi com bilhões de reais de orçamento e bilhões de problemas a resolver.

topo ↕

O TEMPO - MG - OPINIÃO

Chuvas ácidas de verão

Com tantas prioridades, Brasília anda em círculos, num chove e não molha que não leva a nada e atrapalha tudo: a troca de desaforos entre os presidentes da República e da

Câmara e a queda do ministro da Educação, que já foi decidida pelo chefe Jair Bolsonaro e é questão de tempo – horas ou dias. É inacreditável que Bolsonaro tenha riscado um novo fósforo no incêndio com o deputado Rodrigo Maia, quando a sensação no governo e no Congresso era de que o pior da crise havia passado. Alguém consegue entender por que o presidente foi falar novamente que Maia está nervoso “por problemas familiares”? Já imaginaram se o deputado devolvesse na mesma moeda e desafiasse Bolsonaro a duelar com insinuações contra a família? Ele não faz isso porque seria um golpe abaixo da linha da cintura e também porque tem boas relações com o senador Flávio Bolsonaro, que também é do Rio.

O que parece claro é que Bolsonaro vai sempre governar atacando num dia, recuando no outro, mais preocupado com três ou quatro milhões de bolsonaristas da internet do que com os 200 milhões de brasileiros. Como isso só atrapalha a reforma da Previdência, Rodrigo Maia decidiu deixar o presidente pra lá e articular com quem realmente interessa. Ontem, fez as pazes com Sérgio Moro, da Justiça, e acertou os próximos passos com Paulo Guedes, da Economia, seu principal parceiro no governo .

De quebra, recebeu Onyx Lorenzoni (Casa Civil). Funciona mais ou menos assim: todo mundo deixa Bolsonaro brincando com os filhos nas redes sociais e vai tocar a reforma da Previdência, o pacote anticrime o que mais for importante para o próprio governo e para o País sair do buraco e recuperar um lugar ao sol. Moro repõe seus projetos na lista de prioridades, tanto na Câmara quanto no Senado, mas com um cuidado: falar mais no combate ao crime organizado e deixar o endurecimento das regras contra corrupção (que atinge partidos e políticos) a reboque.

Um pequeno ajuste, ou uma pequena inversão, para reduzir resistências. Guedes, que já deu seu recado – “Não tenho apego a cargo” –, vai fazer o que Bolsonaro se recusa a fazer e o vice Hamilton Mourão já faz naturalmente: abrir as portas do seu gabinete para grupos de parlamentares, de prefeitos, de governadores. Ou seja: ele vai articular apoio político. Quanto ao ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez: esse é caso perdido. Bolsonaro ora diz que é fake news, ora confirma, ora é dúbio, mas a verdade é uma só e óbvia: ele já decidiu demitir Vélez, a pessoa errada, no lugar errado, na hora errada. Aliás, o próprio Bolsonaro disse em entrevista à Rede Bandeirantes o que todo mundo sabe: “O MEC não está dando certo”.

E explicou por quê: “Você tem que ter poder de comando, exercer autoridade, indicar pessoas corretas”. Vélez não comanda nada, nem sabia do adiamento da avaliação da alfabetização; não tem autoridade, já que os técnicos, os militares e os “olavetes” da pasta se engalfinham à luz do dia; e há controvérsias se ele realmente escolheu as pessoas corretas para cada órgão, depois de seis recuos e 15 exonerações.

Em três meses, nada andou no MEC. Vélez não tem apoio do setor, nem dos generais, e acabou de perder o do padrinho Olavo de Carvalho. Logo, só falta uma coisa: arranjar alguém disposto a descascar “esse abacaxi do tamanho de um bonde”, segundo o ministro. Um abacaxi com bilhões de reais de orçamento e bilhões de problemas a resolver.

topo ↕

DIGORESTE - TEMPO REAL

Modelo de redistribuição de bolsas da pós-graduação é discutido

O processo de distribuição de bolsas de pós-graduação sofreu algumas distorções ao longo dos anos e ganhará novos moldes nos próximos meses. Representantes da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, fundação vinculada ao MEC, e do Fórum Nacional de Pró-reitores de Pesquisa e Pós-graduação (Foprop) se reuniram, na segunda-feira, 25, para traçar as diretrizes que nortearão a concessão de bolsas de estudo no país.

Zena Martins, diretora de Programas e Bolsas no País (DPB), afirma que o trabalho será um aperfeiçoamento de um modelo de redistribuição de bolsas apresentado em 2018. “Não será um novo modelo. Esse modelo, criado em parceria entre a **Capes** e o Foprop, foi testado e percebeu-se a necessidade de alguns ajustes. Agora estamos tentando fazer o refinamento dele”, destaca a diretora da **Capes**.

Segundo Zena, o processo, agora, será mais alinhado ao resultado das avaliações periódicas realizadas pela fundação. “A premissa básica é considerar a distribuição de bolsas com base no processo de avaliação coordenado pela **Capes**”, explica.

Zena ressalta que diversos fatores serão analisados para equilibrar a distribuição. “A expectativa é que, ainda no primeiro semestre de 2019, consigamos um modelo que de fato atenda ao sistema como um todo. Vamos levar em consideração que não se pode tratar todos os diferentes como sendo iguais. Além da regionalidade e das notas de cada programa de pós-graduação, estão sendo observadas também as áreas de conhecimento em que estão inseridos os programas.”

Na avaliação de Márcio de Castro, presidente do Foprop, a reunião foi produtiva. “Já tivemos a sinalização de vários parâmetros que precisam ser ajustados, há um entendimento conjunto da necessidade desse aperfeiçoamento e essa primeira reunião é um passo importante, quando já fixamos algumas variáveis a serem otimizadas”, ressaltou.

Representantes da **Capes** e do Foprop terão agora um calendário de reuniões para definir um novo modelo de distribuição de bolsas da pós-graduação no País, que será aplicado a partir de 2020.

topo ↕

FOLHA DO ABC - SP - TEMPO REAL

FSA abre inscrições para novo concurso público

Mar 29, 2019 tamanho da fonte diminuir o tamanho da fonte aumentar o tamanho da fonte Imprimir E-mail

Sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), a Fundação Santo André (FSA) abre novo concurso público para contratação de docentes de nível superior para cursos de Graduação em nove disciplinas nas áreas de Engenharia, Pedagogia, Sistemas de Informação, Administração e afins e Ciências Contábeis.

O concurso é para o preenchimento de vagas e formação de cadastro reserva nos cursos de graduação do Centro Universitário da FSA. As inscrições devem ser feitas exclusivamente no portal eletrônico da FSA (<http://editais.fsa.br>) e têm custo de R\$ 150, válido para duas disciplinas.

As oportunidades são para cursos de graduação, nas seguintes disciplinas:

Ciências Contábeis - Contabilidade das Instituições Financeiras;

Engenharia - Comunicações Ópticas Projetos de Instalações, Engenharia de Softwares, Controle Digital, Micro Controladores;

Pedagogia - Metodologia e Prática de Ensino de Ciências.

Sistemas de Informação - Laboratório de Programação I e II

Para participar o candidato deve ter diploma registrado de curso superior na relativa área, acrescido de especialização ou 50% dos créditos em programas de mestrado recomendado pela **CAPES** ou, ainda, preferencialmente, mestrado ou doutorado na área escolhida. A contratação será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

O concurso constará de prova objetiva (1ª etapa) de múltipla escolha, de caráter eliminatório e classificatório, e de prova didática (2ª etapa), de caráter classificatório.

Prova objetiva - local e horário: serão publicados no site da FSA, dia 09 de abril de 2019, a partir das 16h. Data: A prova objetiva será realizada no dia 11 de abril de 2019.

topo ↕

JORNAL CONTEXTO - GO - TEMPO REAL

Mestrado em Odontologia será o primeiro do interior de Goiás

Anápolis será a primeira cidade do interior do estado de Goiás a contar com um Mestrado Acadêmico em Odontologia. O mestrado foi recentemente aprovado pela **CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** e será coordenado pelo Professor Doutor Brunno Santos de Freitas Silva. 12 vagas são oferecidas neste primeiro processo seletivo e o prazo de inscrição vai até o dia 12 de abril. O mestrado é voltado para clínica odontológica.

O mestrado também é importante para candidatos com interesse em pesquisas nas áreas:

Patologia Bucal; Estomatologia; Radiologia Odontológica; Microbiologia; Controle de Infecção; Endodontia; Prótese dentária; Reabilitação Oral; Materiais Dentários; Bioquímica Oral; Cariologia; Dentística; Saúde coletiva; Odontologia Legal; Bioética; Periodontia; Implantodontia.

Candidatos

Podem participar do processo seletivo os candidatos graduados em odontologia, provenientes de Instituições de Ensino Superior devidamente reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC). Podem participar ainda candidatos que já tiverem concluído a graduação, mas que ainda não possuem diploma.

Mais informações podem ser encontradas no site da instituição: unievangelica.edu.br

topo ↕

NEXO - TEMPO REAL

O acervo da National Geographic foi digitalizado. E está aberto

Arquivos de mais de 1.500 edições de uma das principais revistas de ciência do mundo estão disponíveis a brasileiros após parceria da publicação com a Capes, órgão vinculado ao Ministério da Educação

A Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) disponibilizou para consulta gratuita o acervo completo da National Geographic, revista

de divulgação mensal com cobertura aprofundada de ciência, cultura e geografia. Os arquivos estão no Portal de Periódicos, projeto que digitaliza revistas em formato aberto.

A publicação é conhecida pela qualidade do fotojornalismo, a cartografia e a diversidade de temas que aborda — meio ambiente, ecologia, vida animal.

30

é a quantidade de línguas em que a National Geographic é publicada; por sua qualidade editorial, a revista tem visibilidade internacional

São mais de 130 anos de história — que começou em 1888, ano de publicação da primeira edição da revista. Do primeiro ao último número, todo o conteúdo da revista deve ser atualizado a cada mês a fim de ser acessado por qualquer brasileiro no portal da **Capes**.

O acervo inclui cinco opções de periódicos da marca National Geographic e edições da National Geographic Brasil, versão nacional da revista. Há também áudios e vídeos produzidos em expedições da National Geographic Society, organização que edita a publicação.

1.513

é a quantidade de edições da National Geographic disponíveis em sua plataforma de consulta; há ainda 140 edições da National Geographic Brasil e números como National Geographic Traveler

O acesso ao arquivo pode ser feito por meio de qualquer computador (com IP brasileiro) ligado à internet. No Portal de Periódicos, basta encontrar um banner com a marca da National Geographic na página inicial ou clicar nos links “buscar base” ou “buscar periódico”, que redirecionam o usuário para uma plataforma de busca da revista.

Além de visualizar os artigos da revista na íntegra, o usuário consegue pesquisar por tópicos ou imagens específicas e armazenar informações de seu interesse em uma conta pessoal no portal da revista. Há também a possibilidade de imprimir o material para leitura posterior.

topo ↕

O PROGRESSO - MA - TEMPO REAL

No MEC, deputado Marco Aurélio participa de audiência com Bancada Federal do Maranhão e Reitoria da UFMA

Nesta quinta-feira (28), o deputado Professor Marco Aurélio (PCdoB), esteve em Brasília, em audiência da Bancada Federal Maranhense, a reitora da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, Nair Portela, o diretor do Campus de Imperatriz, Daniel Duarte, pro-reitor de planejamento, João de Deus, com o Ministro da Educação, Ricardo Vélez, o Presidente da **CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, Anderson Ribeiro, Diretor da Secretaria de Ensino Superior, Weber Gomes.

A audiência foi viabilizada pela bancada federal do Maranhão, a partir de uma solicitação do Deputado Marco Aurélio e reitoria, buscando apoio do Governo Federal para o campus de Imperatriz, que recentemente aprovou na **CAPES** quatro mestrados e

um doutorado, mas não tem estrutura suficiente para o pleno funcionamento, além de outras demandas da instituição.

A bancada federal, presente na audiência, representada pelos deputados federais Pedro Lucas (PTB), Eduardo Braide (PMN), Edilázio Júnior (PV), Pastor Gildenemir (PMN), Hildo Rocha (MDB) e o Senador Weverton Rocha (PDT), reforçaram, de forma unânime a necessidade do atendimento dos pleitos apresentados pela Universidade, nos campi de Imperatriz, São Luís e Balsas.

Marco Aurélio, em sua fala, solicitou a sensibilidade do Governo Federal para que os cursos de mestrado e doutorado do campus de Imperatriz possam se consolidar, por isso a importância do apoio. "Esses cursos foram aprovados pelo brilhantismo do corpo docente da UFMA, porém, no momento mais desafiador, em que o orçamento das Universidades Federais é contingenciado. Não podemos perder essa oportunidade de elevar o ensino, a pesquisa e extensão para nossa Região Tocantina. Os investimentos, tanto na infraestrutura do campus, como também na liberação de bolsas de pesquisas, se fazem necessários com máxima urgência."

Presente na audiência, o Vereador de Imperatriz, Professor Carlos Hermes (PCdoB), destacou a importância da união de forças políticas à Universidade Federal para garantir a melhoria da estrutura do campus.

Para a Reitora Nair Portela, "é de fundamental importância ter essa busca reforçada pela representatividade da bancada federal, além do apoio do deputado Marco Aurélio. A esperança é que consigamos uma resposta à altura das necessidades de nossa instituição". Afirmou a reitora.

O Ministro comprometeu-se em garantir a liberação dos pleitos e será buscada uma nova agenda na Casa Civil para avançar nas demandas apresentadas. A bancada federal se comprometeu em reforçar cada passo rumo às soluções dos problemas discutidos.

topo 

PLANETA UNIVERSITÁRIO - TEMPO REAL

Vacina da febre amarela impede infecção pelo zika

O anúncio de que testes em camundongos mostraram que a vacina da febre amarela se mostrou eficaz no combate ao vírus zika, que provoca microcefalia em recém-nascidos e distúrbios neurológicos em adultos, teve ampla repercussão nos meios de comunicação esta semana. O trabalho foi realizado por um grupo de cientistas de instituições de pesquisa fluminenses e a notícia, divulgada pela primeira vez no site do jornal O Globo, na segunda-feira, dia 25 de março, em reportagem assinada por Ana Lúcia Azevedo, ganhou destaque nos principais meios de comunicação do País em poucas horas. O estudo, conduzido por um grupo de 16 pesquisadores ligados à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), mostrou que, em testes conduzidos em laboratório, a vacina leva o organismo a eliminar os sintomas neurológicos e a reduzir a quantidade de vírus zika no cérebro dos animais. A pesquisa contou com o apoio da FAPERJ – a primeira agência de fomento do País a lançar, no final de 2015, edital específico para o estudo de arboviroses, que incluíam pesquisas com dengue, zika e Chikungunia.

Para o presidente da FAPERJ, Jerson Lima, pesquisador do Cenabio, professor do Instituto de Bioquímica Médica da UFRJ e um dos coordenadores do estudo ao lado de Andrea Cheble Oliveira, André Gomes e Herbert Guedes, o anúncio aponta para o

acerto na política de fomento à pesquisa fluminense. “Fomos a primeira fundação de amparo à pesquisa dos estados a lançar edital específico para o combate às arboviroses, logo após a epidemia de zika, que fez disparar o número de casos de microcefalia”, lembrou. Criado pela fundação diante da situação emergencial causada pela epidemia da zika, o edital recebeu R\$ 12 milhões, que permitiu a criação de seis redes de pesquisa, reunindo 325 pesquisadores de diferentes instituições de ensino e pesquisa sediadas em território fluminense. Desde então, o estado do Rio, sozinho, responde por cerca de 35% dos artigos científicos sobre a doença no Brasil. Participaram da pesquisa, pela UFRJ, o Instituto de Bioquímica Médica, a Faculdade de Farmácia, o Instituto de Microbiologia e o Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho, além do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Biologia Estrutural e Bioimagem.

O artigo que relata a descoberta dos pesquisadores foi disponibilizado na forma de “pré-print”, o que permite o acesso antecipado e irrestrito a seu conteúdo, antes de sua publicação em periódico científico. “Com essa decisão de disponibilizar o artigo em ‘pré-print’, nossa intenção é contribuir para acelerar as pesquisas sobre o tema. Se outros chegarem antes de nós a resultados que possam ajudar a erradicar uma doença, ficaremos contentes. É assim que a ciência deve avançar”, defendeu o presidente da FAPERJ. O uso do “pré-print” por cientistas, embora não seja algo novo, vem ganhando força nos últimos anos em diversos países. A divulgação de artigos científicos nesses repositórios de acesso aberto permite disseminar os resultados de pesquisas mais rapidamente e evitar as exigências burocráticas dos conglomerados de mídia, que também avançaram sobre as publicações científicas tradicionais, anteriormente controladas por sociedades acadêmicas.

Pesquisa foi realizada ao longo de dois anos

Fonte de preocupação de autoridades da área de saúde em um grande número de países, desde a epidemia de zika em 2015 que grupos de pesquisadores brasileiros, em diversos estados do País, estão na corrida por uma vacina. Ao chegar ao Brasil, o zika chamou pouca atenção até ficar comprovado que mães que haviam contraído a doença davam luz a bebês com microcefalia e malformações neurológicas. O zika também está associado ao aparecimento da síndrome de Guillain-Barré em adultos.

A zika e a febre amarela são causadas por vírus da família dos Flavivírus. Como as estruturas biológicas dos vírus são semelhantes, os pesquisadores já suspeitavam que poderia haver uma reação cruzada da vacina para febre amarela, ou seja, que os efeitos da vacina pudessem ser observados também contra o vírus da zika. Foram realizados testes com dois grupos de camundongos, em que ambos receberam injeções intracerebrais do vírus zika. Aqueles que haviam recebido a vacina da febre amarela apresentaram baixa concentração do vírus, sem sinal da doença. No outro grupo, os camundongos apresentaram sintomas evidentes da doença e alta mortalidade. Foram dois anos de testes.

O fato de que a região mais atingida pela zika, o Nordeste do País, era a que tinha a menor cobertura vacinal contra a febre amarela, reforçou a hipótese levantada pelo grupo, como assinala André Gomes, um dos coordenadores da pesquisa: “Uma observação interessante é que após o surto de febre amarela, quando a vacina passou a ser mais amplamente distribuída, o número de casos de zika caiu bastante. Hoje, se olharmos os mapas de cobertura da vacinação contra febre amarela e comparamos com os mapas que mostram a distribuição dos casos de zika e de microcefalia, parece haver

uma alta relação entre o baixo número dos casos de zika, e, principalmente, dos casos graves, como a microcefalia, com regiões com recomendação da vacina. Em algumas regiões com alto número de casos de microcefalia, a cobertura de vacinação fica abaixo dos 5%. Era uma forte sugestão para a nossa hipótese, mas essa correlação precisa ser confirmada por estudos epidemiológicos”, diz o pesquisador e assessor da presidência da FAPERJ.

Além do apoio da FAPERJ, a pesquisa contou igualmente com apoio do Ministério da Saúde, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e da Financiadora de Inovação e Pesquisa (Finep).

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Na Câmara, ministro destaca principais pontos para aprimorar a educação no Brasil

O ministro da Educação, professor Ricardo Vélez Rodríguez, voltou ao Congresso Nacional nesta quarta-feira (27). Acompanhado de secretários e assessores, Vélez Rodríguez esteve na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados para falar sobre as diretrizes e os programas prioritários de sua pasta. No final de fevereiro, o ministro esteve na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado, também para falar sobre os temas.

Aos deputados, o ministro especificou os pontos que o governo considera principais para melhorar a educação brasileira, como a atenção ao ensino superior. Vélez acredita na necessidade de estabelecer políticas de longo prazo na educação superior, evitando mudanças drásticas nos rumos das diretrizes traçadas para o setor. “É indispensável delinear regras claras e duradouras, que ofereçam segurança para o investimento em novos campi, ferramentas tecnológicas de alto custo e novas áreas do conhecimento.”

Para o ministro, a modernização da educação superior brasileira depende da mobilização contínua da capacidade de investimento das instituições integrantes do setor.

Segundo Vélez Rodríguez, isso requer estabilidade no quadro regulatório, que deve ser orientado por diretrizes e metas definidas para período de tempo compatível com a necessidade de maturação desses investimentos. “A definição dessas diretrizes e metas, avançando a partir do que já dispõe o Plano Nacional de Educação (PNE), pode e deve contar com a colaboração do setor privado, cuja participação no sistema nacional de educação superior certamente o credencia a desempenhar esse papel, compartilhando a responsabilidade social na formação dos profissionais brasileiros”, completou.

Alfabetização - Para o ministro, o ponto-chave para a educação é a política nacional de alfabetização. “Seguindo o discurso do presidente [Jair Bolsonaro], precisamos inverter o triângulo da educação. Hoje o ensino superior tem precedência orçamentária sobre a educação básica. Isso precisa mudar. Não é rápido, não é fácil, mas precisamos dar os primeiros passos. Por isso, escolhemos a elaboração de uma política nacional de alfabetização como nossa meta prioritária nestes 100 primeiros dias de governo”, salientou o ministro.

Segundo Ricardo Vélez Rodríguez, a má qualidade da alfabetização compromete todo o sistema de ensino em suas diferentes etapas e níveis. “Por que alfabetização? Porque ela

é a cesta básica da educação. O Brasil, sistematicamente, tem apresentado índices muito ruins de alfabetização. Precisamos rever isso. O mais grave é que a falta de acesso à escola não é o principal motivo de as crianças não serem alfabetizadas”, continuou.

De acordo com o ministro, as crianças vão à escola e, mesmo assim, por vários motivos, não são alfabetizadas. “É um problema complexo, que exige enfrentamentos em diferentes frentes. Tanto é que criei uma secretaria específica para a questão da alfabetização”, explicou o ministro, referindo-se à Secretaria de Alfabetização (Sealf).

Ricardo Vélez lembrou também que, em 2003, a Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados divulgou o relatório Alfabetização infantil: os novos caminhos, elaborado por um grupo de trabalho composto por cientistas e pesquisadores e que, em 2007, foi publicada uma segunda edição desse documento. “Esse relatório apresentou conclusões importantes. A principal delas era de que, no Brasil, as políticas e práticas de alfabetização, bem como a formação dos professores alfabetizadores, não acompanhavam o processo científico e metodológico que nas últimas décadas do século 20 ocorreu no campo do ensino e aprendizagem da leitura e da escrita.”

Segundo ele, poucos anos depois, em 2011, a Academia Brasileira de Ciências publicou um documento chamado Aprendizagem Infantil: uma abordagem da neurociência, economia e psicologia cognitiva. O ministro salientou que o documento faz referência a alguns países que modificaram suas políticas públicas para a alfabetização com base nas evidências científicas mais recentes, como Finlândia, França, Inglaterra, Estados Unidos, Austrália e Israel. “Em todos eles, verificou-se um progresso significativo na aprendizagem da leitura e da escrita. Não queremos reinventar a roda. Vamos ter humildade e fazer o que o mundo está fazendo com sucesso”, pontuou Vélez.

O ministro afirmou também que o Brasil é signatário da Organização dos Estados Americanos (OEA), que publicou, em 2018, o Guia Interamericano de Estratégias de Redução de Desigualdade Educativa, que elenca, com base em várias evidências científicas, recomendações que estão sendo incorporadas à política nacional de alfabetização. “Por exemplo: é um fato científico bem estabelecido que aprender a ler bem requer cinco coisas destacadas pelo National Reading Panel. Primeiro, compreender o princípio alfabético. Segundo, aprender as correspondências entre grafemas e fonemas. Terceiro, segmentar sequências ortográficas de palavras escritas em grafemas. Quarto, segmentar sequências fonológicas de palavras faladas em fonemas. Quinto, usar regras de correspondência grafema-fonema para decodificar a informação. Assim, a Política Nacional de Alfabetização terá em alta consideração as evidências e os critérios da ciência cognitiva da leitura, conforme a vontade expressa do senhor presidente da República na sua mensagem ao Congresso Nacional”, concluiu.

BNCC – De acordo com Ricardo Vélez, outro ponto importante é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). “Voltemos nossa atenção agora para a educação básica como um todo. A Base Nacional Comum Curricular é um documento com mais de 500 páginas, extenso, fruto de muita discussão e anos de trabalho. Mas palavras impressas no papel não bastam para que o ensino tenha real qualidade. Como diz Fernando Pessoa, ‘livros são papéis pintados com tinta’. Mas, na realidade, na sala de aula, a base precisa ser compreendida e complementada pelas contribuições das redes estaduais e municipais”, declarou o ministro.

Vélez Rodríguez aproveitou para convidar todos os gestores e professores a tornarem a Base Nacional Comum Curricular um documento vivo – “o que significa criticá-lo, adaptá-lo e entendê-lo no contexto das localidades. O MEC não é um leviatã centralizador. Não é essa a proposta da Base”. O ministro lembrou ainda que, para 2019, está prevista a formação de professores e a revisão dos projetos pedagógicos das escolas, conforme os novos currículos da educação infantil e do ensino fundamental. Já para o ensino médio está prevista a elaboração dos novos currículos alinhados à própria Base Nacional Comum Curricular e aos referenciais para os itinerários formativos.

Educação básica - Segundo o ministro, a educação básica é mais um ponto fundamental para a melhoria da educação no Brasil. “É importante lembrar que em breve o formato do Fundo de Manutenção da Educação Básica (Fundeb) será rediscutido. Os principais atores da educação brasileira, como o FNDE, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) precisam ser ouvidos. É um tema central para fortalecermos os municípios e, assim, fazer valer a orientação do presidente: mais Brasil, menos Brasília. Sabemos que há inúmeras desigualdades regionais no Brasil. O Fundeb cumpre um papel fundamental no financiamento da educação dos locais mais vulneráveis. A distribuição de recursos deve ser justa e inteligente para beneficiar aqueles que mais precisam”, afirmou.

Ensino médio – Para Ricardo Vélez Rodríguez, é necessário tornar o ensino médio mais atrativo aos jovens, aproximando-os das realidades práticas do trabalho. “Mas um trabalho que supere lógicas fordistas. Hoje é para o empreendedorismo, para a criatividade que temos que formar os jovens. Uma educação profissional e tecnológica robusta é o que marca as economias mais avançadas atualmente.” O ministro acredita que é preciso um ensino médio moderno, em diálogo com novas tecnologias. “A rede federal, com seus mais de 600 campi pelo Brasil, pode ser indutora de um ensino médio vocacionado para a produção de tecnologia, atendendo às reais demandas do setor produtivo e da sociedade”, completou.

A criação das escolas cívico-militares foi outro ponto enfatizado por Vélez Rodríguez na Câmara. “Avançando para outro ponto importante no âmbito da educação básica, destaco a criação, na Secretaria de Educação Básica (SEB), da Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares. Durante a campanha, o presidente Bolsonaro destacou o desejo de ver difundido o modelo de escola de alto nível com base nos padrões de ensino e gestão empregados nos colégios militares”. O ministro lembrou que experiências já em andamento em diversos estados brasileiros têm mostrado que a presença de militares no espaço escolar é algo bem-visto pelas famílias. “Os indicadores de aprendizagem melhoram e ocorre redução da criminalidade. A adesão ao programa de escolas cívico-militares no MEC será voluntária. Ou seja, o governo federal respeitará a autonomia dos entes federados”, afirmou Ricardo Vélez.

A educação especial também está entre os pontos principais para a melhoria da educação no Brasil. “Para fortalecer a educação especial, criamos uma nova secretaria, a Semesp, Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação, que possui duas diretorias voltadas para a educação especial. A Diretoria de Acessibilidade, Mobilidade, Inclusão e Apoio a Pessoas com Deficiência e a Diretoria de Política de Educação Bilíngue Surdos.” Segundo o ministro, através do trabalho da secretaria serão dados continuidade e apoio à política nacional de educação especial. “Priorizaremos a

formação de tradutores de intérpretes de libras. Nosso mote é: nenhum brasileiro para trás", disse o ministro.

Formação – Por último, o ministro destacou a formação de professores. "Como professor, sei dos desafios e dos aspectos inglórios da nossa profissão. Nem sempre o professor recebe o reconhecimento merecido. Tornou-se frequente no Brasil saber de casos de professores agredidos verbalmente e até fisicamente por alunos. Isso é muito triste. Tornaram-se urgentes medidas que assegurem a disciplina dentro das escolas e a promoção de uma cultura de respeito e valorização da dignidade do professor", frisou o ministro.

Ricardo Vélez Rodríguez destacou, no entanto, que a valorização do professor vai além do salário. "O que os professores querem hoje? Trabalhar em um ambiente salubre e ver seus alunos aprenderem. Também querem ter oportunidades de aprimoramento profissional. Vamos investir na formação inicial e continuada de professores, cabendo à Capes [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior] o papel central nesse processo. É assim – valorizando alunos, professores e demais atores da educação brasileira – que construiremos bases sólidas e duradouras para o desenvolvimento humano e econômico do país", concluiu.

Assessoria de Comunicação Social - MEC (28.03.2019)

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Bolsonaro nomeia militar para segundo maior cargo do ministério da Educação Tenente-brigadeiro Ricardo Machado Vieira era assessor especial no FNDE

São Paulo

Um militar foi escolhido pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL) para ser o "número 2" do Mec (Ministério da Educação). O cargo de secretário-executivo será ocupado por Ricardo Machado Vieira.

A nomeação de Vieira foi publicada na edição desta sexta-feira (29) do Diário Oficial da União. A posição estava vaga desde o dia 13 deste mês.

O novo "número 2" do Mec ocupava até fevereiro deste ano o cargo de assessor especial do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão ligado ao ministério da Educação responsável pela aquisição de livros didáticos para as escolas públicas.

Vieira é tenente-brigadeiro. Na carreira militar, já chegou a ocupar o posto de chefe do Estado-Maior da Força Aérea Brasileira (FAB).

O nome do militar foi o quarto anunciado pelo governo de Jair Bolsonaro nos três primeiros meses de gestão para ocupar a segunda maior posição no Mec, pasta imersa em uma crise institucional.

Luiz Antonio Tozi permaneceu no cargo até 12 de março, e acabou demitido por Jair Bolsonaro quando tentou enfrentar os olavistas. Na ocasião, o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez disse que Tozzi deixou a pasta em um "processo de reestruturação".

Depois de Tozzi, Vélez chegou a anunciar em uma rede social o nome de Rubens Barreto da Silva, o que não se concretizou. Iolene Lima foi a terceira opção do ministro para o cargo, mas acabou demitida oito dias depois de ser anunciada também por uma rede social.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Bolsonaro nomeia militar para Secretaria-Executiva do MEC

Tenente brigadeiro do ar Ricardo Machado Vieira já foi chefe do Estado-Maior da Aeronáutica; atualmente, era assessor especial da presidência do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

BRASÍLIA - O presidente Jair Bolsonaro nomeou nesta sexta-feira o tenente brigadeiro do ar Ricardo Machado Vieira para o cargo de secretário-executivo do Ministério da Educação (MEC), o segundo na hierarquia da pasta. Vieira já foi chefe do Estado-Maior da Aeronáutica. Em fevereiro, tornou-se assessor especial da presidência do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

A nomeação do militar ocorre no momento de forte desgaste do atual ministro da Educação, Ricardo Vélez. O ministro foi chamado para uma reunião com Bolsonaro nesta manhã. O presidente tem feito críticas públicas à condução do ministério por Vélez.

Nesta quinta-feira, O GLOBO mostrou que o Planalto já estaria avaliando nomes para substituir o titular da Educação. A dúvida no entorno do presidente estaria em entregar a pasta a alguém ligado à área militar ou ceder a uma indicação política. Uma lista entregue a Bolsonaro antes da viagem aos Estados Unidos neste mês, já com a crise deflagrada no MEC, voltou a ser considerada.

Por causa dos movimentos da ala militar para fazer o sucessor de Vélez, a escolha de Vieira para a Secretaria-Executiva alimenta os rumores de que o tenente brigadeiro possa assumir a pasta interinamente, com a demissão de Vélez.

Desde o começo do mês, a gestão de Vélez no MEC enfrenta uma rebelião de alas de servidores que disputam o poder de influenciar decisões da pasta. Seguidores do ideólogo de direita Olavo de Carvalho — o grupo dos olavetes, como se designam — abriram a crise nas redes sociais durante o carnaval ao denunciarem movimentos das alas de militares e técnicos da pasta, que estariam remanejando olavetes para cargos periféricos do MEC, de modo a neutralizar a influência de Olavo no ministério.

Depois de realizar demissões e remanejamentos de olavetes, Vélez foi forçado a dispensar indicados originários da carreira militar e também demitiu servidores da chamada “ala técnica” da Educação. Apesar disso, o ministro perdeu o apoio entre os olavetes e foi alvo de críticas do próprio guru de Bolsonaro, o que teria enfraquecido ainda mais perante o Planalto.

O Planalto resiste a entregar o MEC a um político para não endossar críticas de que estaria praticando o "toma lá dá cá" que tanto critica. Mas a falta de opções do núcleo bolsonarista, que não mantém relação com a área da educação, é um problema do governo para substituir Vélez. Bolsonaro falou publicamente que o ministro fica no cargo, mas a expectativa no Planalto é que a troca seja efetivada no retorno da viagem a Israel na próxima semana.

topo ↕

AGÊNCIA VALOR - TEMPO REAL

Bolsonaro nomeia militar como novo número 2 do MEC

SÃO PAULO - (Atualizada às 08h44) - O tenente-brigadeiro Ricardo Machado Vieira foi nomeado secretário-executivo do Ministério da Educação (MEC) nesta sexta-feira. A portaria é assinada pelo presidente Jair Bolsonaro.

Vieira era assessor especial do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão ligado ao MEC, e é o terceiro indicado ao cargo após a demissão do titular Luiz Antonio Tozi há cerca de duas semanas.

Iolene Lima, ligada à Igreja evangélica, foi a última cotada para assumir a posição, mas sua nomeação foi barrada e, na semana passada, também foi desligada. A exoneração foi oficializada na edição de quinta-feira do Diário Oficial da União (DOU).

A dança das cadeiras ocorre em meio ao desgaste do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodriguez, cuja demissão chegou a ser notificada nesta semana, mas depois negada por Bolsonaro.

Bolsonaro tem uma reunião marcada na manhã desta sexta-feira com o ministro da Educação. O encontro será às 10h30, no Palácio do Planalto.

A reunião pode definir o destino de Vélez, que vem sendo alvo de críticas devido às mudanças realizadas em postos estratégicos da pasta e pela ausência de resultados nestes três meses de governo.

Militares e ex-alunos do filósofo Olavo de Carvalho, que influenciou a nomeação do atual ministro, são os principais grupos que dividem o poder no MEC.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Governo nomeia Militar para ocupar cargo de número dois do MEC

Desde fevereiro, o militar trabalhava como assessor especial da presidência do FNDE. Esta é a quarta escolha para o cargo de secretário-executivo

O cargo de 'número dois' da pasta do Ministério da Educação, enfim, foi preenchida. O escolhido para ocupar o posto é Ricardo Machado Vieira. A nomeação foi publicada no Diário Oficial da União (DOU), desta sexta-feira (29/3). Desde fevereiro, o militar trabalhava como assessor especial da presidência do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Esta é a quarta escolha para o cargo de secretário-executivo.

Uma das cogitadas, Iolene Lima foi anunciada no dia 14 pelo ministro Ricardo Vélez como secretária-executiva, mas não foi chancelada pela Casa Civil. Antes, ela ocupava o cargo de secretária substituta da Secretaria de Educação Básica da pasta. A exoneração oficial saiu nesta quinta-feira (28/3), no Diário Oficial da União (DOU).

Iolene postou um texto nas redes sociais sobre o assunto. “Aos meus amigos e colegas: Depois de cinco anos à frente da direção do colégio que ajudei a fundar, deixei meu emprego a fim de aceitar um convite para, junto com outros profissionais, servir ao meu país, colaborando para um ideal em que acredito: um Brasil melhor por meio da educação. Todavia, diante de um quadro bastante confuso na pasta, mesmo sem convite

prévio, aceitei a nova função dentro do ministério. Novamente me coloquei à disposição para trabalhar em prol de melhorias para o setor. No entanto, após uma semana de espera, recebi a informação que não faço mais parte do grupo do MEC”, disse em dos trechos.

O MEC se vê envolto em uma briga ideológica e disputa de poder entre militares, técnicos e olavistas. Em meio a frequentes reuniões com o presidente Bolsonaro, Vélez foi obrigado a demitir vários de seus auxiliares, após um embate inflamado com o filósofo Olavo de Carvalho, considerado o guru de Bolsonaro e responsável pela indicação do próprio ministro.

No último dia 12, o “número dois” da pasta, o secretário-executivo Luiz Antonio Tozi foi exonerado. Inicialmente, havia previsto a transferência do cargo para Rubens Barreto da Silva, também nomeado recentemente para o cargo de Secretário Executivo Adjunto. No entanto, pressões internas não o deixaram sequer assumir o cargo.

MEC parado

Depois de 16 exonerações, medidas polêmicas e seis recuos, o Ministério da Educação (MEC) está parado. A última decisão com alto índice de rejeição ocorreu na terça-feira (26/3), quando o ministro Ricardo Vélez Rodríguez reviu a portaria anunciada no dia anterior pela pasta de não avaliar crianças em fase de alfabetização no país.

Em mais um capítulo da confusão, a secretária de Educação Básica, Tânia Leme de Almeida, pediu demissão após não ter sido informada sobre a medida de suspensão da avaliação da alfabetização, mesmo sendo a responsável pela área. O Secretário de Educação Profissional e Tecnológica da pasta e ex-aluno do ministro da Educação, Alexandre Ferreira de Souza assumiu a vaga e acumulará as duas funções.

O presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Marcus Vinicius Rodrigues foi exonerado do cargo na noite da última terça-feira (26/3). Conforme adiantou o Correio, ele entrou em atrito com o ministro da Educação, Ricardo Vélez e foi o responsável por assinar a portaria, sem o conhecimento do ministro.

Já o diretor de Avaliação da Educação Básica, Paulo César Teixeira, pediu para sair. O setor onde ele trabalhava é responsável pela realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Críticas

Para a diretora do Sindicato dos Professores no Distrito Federal (Sinpro-DF), Rosilene Corrêa, a escolha do ministro Vélez para a pasta da educação não condiz com a situação do país. Ela diz que o ministro tem perfil conservador e que a composição do MEC também mostra a intenção de retrocesso, com implementação de políticas de exclusão e de redução de acesso à educação.

Ela aponta ainda que governo está focado em questões ideológicas, militarização e privatização. “Nós queremos discutir o novo Fundeb (permanente), CAQ, piso salarial nacional para todos os profissionais da educação, metas do PNE. Mas a preocupação é aprovar "O Escola Sem Partido". Investimento mesmo não se ouve falar. Essa intenção de tirar a liberdade de expressão do professor, de militarizar a educação nas escolas, não

apenas no DF, mas no país também preocupa. Enquanto isso, vemos uma equipe que parece não compreender onde está”, defendeu.

A renovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que se extingue em 2020 é um dos fatores que exige atenção da administração educacional, alerta o professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Eduardo Mortimer,

“A renovação do Fundeb é fundamental, pois é ele que alavanca a questão básica. O MEC tem orçamento grande e é um fundo importante. A educação brasileira está muito prejudicada com essas crises e nada disso pode ser bem acompanhado no meio dessa confusão. Tem gente responsável que quer trabalhar, mas não consegue porque o sistema fica comprometido. Tem que colocar um ministro que leva as coisa a frente. Ele não está dando conta de administrar um órgão como o MEC. Acho que ele cai, poderia entrar uma pessoa mais gabaritada”, critica.

O aumento do número de matrículas na pré-escola e em creches, mais ofertas de escolas em tempo integral, além da qualificação, plano de carreira e melhorias nos salários dos professores são outros desafios no campo da educação para o ano de 2019, argumenta o senador Jorge Kajuru (PSB-GO). “O investimento público em educação está abaixo do percentual do PIB previsto para ser alcançado até 2024. O desempenho do Brasil no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) é precário, justamente porque o Brasil ainda não investe o que precisa em educação. Ou, quando investe, padece de má gestão. Está tudo parado, não se obedece nada em cumprimento de metas, é muito triste. Isso significa o abismo em que a educação chegou, entra governo e sai governo e a educação não muda em nada”.

Por sua vez, o senador defendeu o ministro Vézé, afirmando que ele tem preparo e boas intenções. “Vézé é mais brasileiro do que muito brasileiro. Essa instabilidade é em função da exposição pública demais. Tem que sair das redes sociais, lugar do governo é trabalhando nas ruas, municípios. É muita gente tuitando e não trabalhando, o que era melhor amigo, virou inimigo. Muita patuscada”, conclui.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Estudantes que dependem do Fies ainda não conseguiram começar a estudar Segundo os estudantes, o MEC não enviou dados de novos alunos com direito a ajuda para as faculdades. Sem isso, as instituições não conseguem emitir documento para liberar o financiamento na Caixa.

Estudantes que dependem do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) ainda não conseguiram começar a estudar porque estão sem acesso ao documento que liberaria o recurso na Caixa Econômica Federal.

O programa oferece 100 mil contratos de financiamento em cursos de graduação em universidades privadas. O resultado dos selecionados saiu no dia 25 de fevereiro e os alunos precisam assinar o contrato até 10 de abril. No entanto, no fim de março, muitos ainda não conseguiram destravar a burocracia.

Segundo os estudantes, o Ministério da Educação (MEC) não enviou para as universidades a lista dos alunos com direito ao financiamento (veja o vídeo acima). Sem

isso, as instituições não conseguem emitir o Documento de Regularidade de Inscrição (DRI), um dos papéis exigidos pela Caixa Econômica Federal para fechar o contrato.

Em outros casos, os estudantes relatam que o atraso ocorre na migração da informação entre o MEC e a Caixa: os alunos até conseguem emitir o DRI, mas na Caixa, os dados não estão atualizados.

Procurado, o MEC disse que o assunto deveria ser tratado com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. O Fundo, por sua vez, ainda não respondeu aos questionamentos da reportagem.

A reclamação dos alunos acontece em meio à crise no MEC, que já teve mais de dez demissões no alto escalão em três meses de governo e se envolve em polêmicas e recuos que acabam travando as políticas de ensino do país.

Marcus Vinicius Rodrigues, ex-presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), instituição responsável pelo Enem, foi um dos mais recentes exonerados do MEC. Ele disse que não há diálogo entre os membros da pasta. Ele também declarou que, em três meses de governo, não houve nenhuma reunião de trabalho com o ministro da Educação. "Foi um processo muito ruim, que mostrou a incompetência gerencial muito grande", disse. Secretários estaduais já cobram prioridades da gestão. Em uma nota pública, eles listam as demandas mais urgentes, entre elas a permanência de programas de financiamento e a continuidade de programas de avaliação.

Sem financiamento, sem faculdade

Matheus Bonadio é um dos estudantes que precisam do documento. Depois de dois anos de cursinho, ele conseguiu a aprovação no curso de medicina em uma universidade que cobra R\$ 10 mil de mensalidade. Sem o financiamento, ele não consegue assistir as aulas, que já começaram há mais de um mês.

"Justamente, já tem um mês e meio de aula, quase dois. Algumas faculdades já estão com prova. A gente tá perdendo aula e isso dificulta muito a nossa vida, né? Porque quando a gente entrar, se a gente conseguir esse semestre, a gente vai chegar bem atrasado na matéria", diz Bonadio.

"Eu não estou conseguindo o financiamento porque a faculdade não está conseguindo emitir o DRI, o documento necessário para dar entrada no banco. E a faculdade tá alegando que não está conseguindo tirar esse documento justamente por um problema no sistema do MEC, no sistema do FIES", relata Matheus Bonadio.

Bonadio coleciona diversos protocolos de atendimento com pedido de ajuda no MEC. Ele não é o único. O estudante faz parte de um grupo no WhatsApp com mais de 250 pessoas de todo o Brasil, que relatam o mesmo problema: não conseguem fechar a matrícula pela falta do documento. No grupo, há alunos de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, entre outros da região Sul e Nordeste.

Ana Luiza Bastos, aprovada no curso de medicina na Faculdade de Medicina de Penápolis (Funep), conseguiu a DRI, mas não conseguiu fechar o contrato na Caixa.

"A gente abre demanda no MEC, abre demanda na Caixa, a gente liga no MEC, a gente liga na Caixa, a gente comenta nas redes sociais do MEC, e nada acontece. Eles falam para a gente que precisamos aguardar. Quanto tempo a mais de aula a gente vai precisar perder até que resolvam esse erro? Qual vai ser o prejuízo acadêmico para a gente? E por que estão demorando tanto tempo para resolver isso? A gente precisa de respostas", diz Ana Luiza.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Bolsonaro nomeia militar para cargo de número 2 do MEC

Esta sexta é um dia decisivo para a pasta. Segundo fontes, o ministro Ricardo Vélez Rodríguez pode ser demitido

São Paulo — O presidente Jair Bolsonaro nomeou nesta sexta-feira (29) um militar para número 2 do Ministério da Educação (MEC). O cargo de secretário executivo estava vago desde o dia 13.

Quem vai assumir agora é o tenente brigadeiro Ricardo Machado Vieira, que foi do Secretário de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto do Ministério da Defesa e chefe do Estado-Maior da Aeronáutica.

Machado Vieira atualmente é chefe de gabinete no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão do MEC que cuida de compras de livros didáticos, transporte e merenda.

Esta sexta é um dia decisivo para a pasta. Segundo fontes, o ministro Ricardo Vélez Rodríguez pode ser demitido e Machado Vieira ficaria como ministro interino até o governo encontrar um outro nome.

Outra possibilidade seria manter Vélez para preservá-lo, mas sem poder algum. Seria um movimento para “organizar a casa” e tentar atrair profissionais de educação.

Vélez foi chamado para um reunião com Bolsonaro nesta manhã. Ele havia anunciado outros dois secretários executivos e foi desautorizado pelo governo.

O ministro enfrenta uma crise há mais de um mês marcada por disputas internas, mais de 15 exonerações, medidas polêmicas e recuos.

Machado Vieira é homem forte no círculo militar, está no mais alto cargo da Aeronáutica e é especialista em logística. A intenção é que ele ajude a combater a influência dos chamados “olavistas” no MEC, segundo o jornal O Estado de S. Paulo apurou.

Na quinta-feira (28), Vélez nomeou dois simpatizantes do guru do bolsonaristas, Olavo de Carvalho, como assessores diretos dele.

Machado Vieira é muito amigo do general Augusto Heleno, ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), e contemporâneo do vice-presidente Hamilton Mourão e do ministro da Secretaria de Governo Carlos Alberto Santos Cruz.

Os cargos vagos no MEC têm causado paralisia na pasta. O governo deve anunciar

ainda nesta sexta um novo presidente do Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Educacionais (Inep).

Marcus Vinicius Rodrigues foi demitido nesta semana e fez duras críticas a Vélez. Segundo mostrou o Estado, a falta de comando no órgão pode inviabilizar até a polêmica comissão formada para analisar questões do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

O ex-secretário executivo do MEC Luiz Antonio Tozi foi demitido a pedido de Bolsonaro, depois que tentou enfrentar os “olavistas”.

Tozi era do chamado grupo técnico do ministério, foi dirigente no Centro Paula Souza, autarquia do governo paulista, e por isso chegou a ser chamado de “tucano” pelo escritor Olavo de Carvalho.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Bolsonaro nomeia militar para cargo de número 2 do MEC

O presidente Jair Bolsonaro nomeou nesta sexta-feira, 29, um militar para número 2 do Ministério da Educação (MEC). O cargo de secretário executivo estava vago desde o dia 13. Quem vai assumir agora é o tenente brigadeiro Ricardo Machado Vieira, que foi do Secretário de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto do Ministério da Defesa e chefe do Estado-Maior da Aeronáutica.

Machado Vieira atualmente é chefe de gabinete no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão do MEC que cuida de compras de livros didáticos, transporte e merenda.

Esta sexta é um dia decisivo para a pasta. Segundo fontes, o ministro Ricardo Vélez Rodríguez pode ser demitido e Machado Vieira ficaria como ministro interino até o governo encontrar um outro nome. Outra possibilidade seria manter Vélez para preservá-lo, mas sem poder algum. Seria um movimento para “organizar a casa” e tentar atrair profissionais de educação.

Vélez foi chamado para um reunião com Bolsonaro nesta manhã. Ele havia anunciado outros dois secretários executivos e foi desautorizado pelo governo. O ministro enfrenta uma crise há mais de um mês marcada por disputas internas, mais de 15 exonerações, medidas polêmicas e recuos.

Machado Vieira é homem forte no círculo militar, está no mais alto cargo da Aeronáutica e é especialista em logística. A intenção é que ele ajude a combater a influência dos chamados “olavistas” no MEC, segundo o jornal O Estado de S. Paulo apurou. Na quinta-feira, 28, Vélez nomeou dois simpatizantes do guru do bolsonaristas, Olavo de Carvalho, como assessores diretos dele.

Machado Vieira é muito amigo do general Augusto Heleno, ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), e contemporâneo do vice-presidente Hamilton Mourão e do ministro da Secretaria de Governo Carlos Alberto Santos Cruz.

Os cargos vagos no MEC têm causado paralisia na pasta. O governo deve anunciar ainda nesta sexta um novo presidente do Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos

Educacionais (Inep). Marcus Vinicius Rodrigues foi demitido nesta semana e fez duras críticas a Vélz. Segundo mostrou o Estado, a falta de comando no órgão pode inviabilizar até a polêmica comissão formada para analisar questões do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

O ex-secretário executivo do MEC Luiz Antonio Tozi foi demitido a pedido de Bolsonaro, depois que tentou enfrentar os “olavistas”. Tozi era do chamado grupo técnico do ministério, foi dirigente no Centro Paula Souza, autarquia do governo paulista, e por isso chegou a ser chamado de “tucano” pelo escritor Olavo de Carvalho.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Educação sem rumo

Ministro Ricardo Vélz toma decisões estapafúrdias, dá demonstrações frequentes de ineficiência e não consegue formar um grupo técnico para implantar uma nova política educacional no País

Parece que o lema do governo é bagunçar para deseducar. Poucas vezes se viu um Ministério da Educação (MEC) tão caótico, perdido e sem planos, atirando para todos os lados e não acertando em nada. O ministro Ricardo Vélz Rodrigues dá a impressão de andar nas nuvens e não querer que o governo comece a funcionar. Em três meses no cargo ainda não conseguiu constituir uma equipe técnica e nem fazer um esboço de um plano de ação. Seus primeiros passos parecem indicar uma intenção mais destrutiva do que construtiva. Avanços e recuos incompreensíveis, divergências ideológicas, vontades autoritárias e falta de comunicação dão o tom de sua claudicante gestão. E enquanto o MEC enfrenta uma paralisia, o País continua a acumular péssimos índices na educação básica, com um número alarmante de alunos sem aprender português e matemática. Com um governo inoperante, a tendência é a situação piorar, comprometendo o futuro do ensino. Para a presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Conseg), Cecília Motta, não existe, hoje, um comando no MEC e nem uma política de governo para a educação.

A última trapalhada do Ministério veio por meio de uma portaria, publicada na segunda-feira 25, que suspendia por dois anos o Sistema de Avaliação do Ensino Básico (Saeb), que só voltaria a ser realizado em 2021. A iniciativa arbitrária e tomada sem qualquer discussão interna motivou o pedido de demissão da secretária de Educação Básica do MEC, Tania Leme de Almeida, que desconhecia a intenção de protelá-lo. No dia seguinte, diante de uma reação vigorosa, o MEC, como já se tornou habitual, voltou atrás e revogou a portaria. Ainda bem. Eliminar um sistema de avaliação seria um retrocesso, principalmente em um País com um desempenho educacional tão pífio. Mas o recuo, que não veio acompanhado de esclarecimentos de como a avaliação será feita a partir de agora, expõe um problema de comunicação grave e uma falta de entrosamento entre as diversas secretarias do Ministério. “Acompanho o MEC de perto desde o governo Itamar Franco, no começo dos anos 1990, e nunca vi nada parecido com o que está acontecendo agora”, diz o diretor de Articulação e Inovação do Instituto Ayrton Senna, Mozart Neves Ramos, que foi convidado a assumir o MEC, mas acabou vetado por pressão da bancada evangélica.

Na quarta-feira 27, em audiência pública na Câmara dos Deputados, Vélz era o retrato do caos no MEC. Chegou a defender a expansão do ensino cívico-militar, que, para ele, “afasta os traficantes das escolas” e citou como exemplo nada menos do que Pablo Escobar, “o senhor da droga colombiana”, que instalava campos de futebol e pequenas

bibliotecas em Medellín para supostamente deixar as crianças longe da cocaína. Um dos pontos altos da audiência ocorreu quando o ministro foi enquadrado pela deputada Tabata Amaral (PDT-SP). Depois de uma aula sobre educação, ela cobrou a saída dele do cargo. Vélez, então, admitiu que o comando do Ministério “é um abacaxi do tamanho de um bonde”. Justificou ainda que o presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Marcus Vinícius Rodrigues, responsável por baixar a portaria que suspendia o Saeb, foi exonerado do cargo porque “puxou o tapete”. “Ele mudou de forma abrupta o entendimento que já tinha sido feito para a preservação da Base Nacional Curricular e para fazer as avaliações de comum acordo com as secretarias de educação estaduais e municipais”, disse o ministro.

Marcus Rodrigues, por sua vez, deu outra versão – escancarando a confusão gerencial no ministério: afirmou que assinou a portaria com o respaldo do seu superior, o secretário de Alfabetização do MEC, Carlos Nadalim. “Há uma incompetência gerencial muito grande dentro do MEC e, em três meses, não tive nenhuma reunião de trabalho com o ministro”, afirmou. Em solidariedade a Rodrigues, Paulo Teixeira, no dia seguinte, pediu demissão da diretoria de Avaliação da Educação Básica do Inep, que coordena o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

A pessoa errada no MEC

Diante de tanta desordem, todos querem Vélez fora da pasta. Questionado pelos parlamentares sobre sua continuidade no governo, ele descartou um pedido de demissão e disse que fica no cargo “até que o senhor presidente me diga: ‘olha, os seus serviços... muito obrigado, tchau’”. Bolsonaro deu sinais de insatisfação com o ministro em entrevista à Rede Bandeirantes: “Temos que resolver a questão da educação. Realmente não estão dando certo as coisas lá, é um Ministério muito importante. Na minha volta da viagem a Israel vou conversar com o Vélez”, afirmou. À noite, diante de boatos que confirmavam a saída de Vélez do cargo, Bolsonaro negou, pelo Twitter, que havia decidido demiti-lo. “Ele tem problemas sim, ele é novo no assunto. Não possui tato político, vou conversar e tomar as decisões que devem ser tomadas.” Talvez tenha ganho mais um tempo no cargo apenas por birra do seu chefe com a mídia, que chegou a anunciar a sua saída.

As exonerações que o ministro vem fazendo estão contaminadas pela política e influenciadas pelo filósofo e astrólogo Olavo de Carvalho. Há dois grupos se digladiando no Ministério, o dos militares, com perfil mais técnico, e o dos seguidores de Carvalho, donos de uma pauta contra o “marxismo globalista”, que ele acredita contaminar a educação brasileira. O grupo de Carvalho, por ora, leva vantagem. Há também uma presença evangélica que se insinua vez ou outra para perturbar ainda mais o ambiente. Na semana passada, a educadora evangélica Iolene Lima havia sido nomeada para o cargo de secretária executiva do Ministério, substituindo Luiz Antonio Tozi, demitido por conta da pressão dos seguidores de Carvalho sobre Bolsonaro. Iolene era mal vista pelos técnicos do MEC devido a suas opiniões fundamentalistas. Para ela, “todos os conteúdos curriculares devem ser apresentados dentro de uma cosmovisão bíblica”. Por sorte, Iolene não chegou a assumir o cargo. “Parece que há um governo paralelo dentro do próprio governo. Percebemos um total desentrosamento e uma falta absoluta de tranquilidade. Basta pensar que em menos de três meses tivemos quatro secretários executivos”, lamenta Mozart Ramos.

Na verdade, o MEC conseguiu acumular um problema triplo: não fixou uma agenda

para a educação, deu ênfase para temas completamente descolados do debate, como a história do hino que deveria ser cantado nas escolas, o “homeschooling” e o ensino cívico militar, e não conseguiu conter uma disputa interna de poder que deflagrou um cenário de guerra. Para os educadores, a situação ficou confusa e preocupante e o ministro não está sabendo aproveitar uma janela de oportunidade, que é o início de um mandato presidencial, para fazer uma agenda estruturante à educação brasileira. Questões essenciais foram negligenciadas ou levadas adiante a passo de tartaruga, como a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a reforma do ensino médio e o edital do livro didático. “Não se sabe qual é o plano de avaliação até o fim do ano, não se sabe se vai acontecer e nem qual é o calendário”, diz o diretor de Política Educacional da ONG Todos pela Educação, Olavo Nogueira Filho.

A ingerência de Carvalho, que indicou o nome de Vélez para Bolsonaro, tem sido perturbadora para o funcionamento do Ministério. Em janeiro, sob sua influência, foi desmontada sumariamente a Assessoria Estratégica de Evidências do Ministério, que avaliava os resultados do programa de educação em tempo integral, criado em 2017, como parte da reforma do ensino médio. No começo de março, Carvalho pediu a demissão do coronel Ricardo Roquetti, que era diretor de programa da Secretaria Executiva e encabeçava o grupo dos militares no Ministério. Desde janeiro, ao menos 13 pessoas deixaram funções estratégicas, contribuindo para a sensação de colapso e falta de gestão. Há um grande vazio de ideias no MEC. Enquanto isso, a situação da educação no Brasil vai de mal a pior.

topo 

R7 - TEMPO REAL

Novo Secretário Executivo do MEC é um militar da reserva

Ricardo Machado Vieira assume o cargo de secretário-executivo do Ministério da Educação. Ele fica no lugar da evangélica Iolene Lima

O militar da reserva, Ricardo Machado Vieira, assume o cargo de secretário-executivo do Ministério da Educação. O nome dele foi publicado no Diário Oficial da União nesta sexta-feira (29). Vieira assume o lugar deixado pela evangélica Iolene Lima.

Desde de fevereiro deste ano, Vieira ocupava o cargo de assessor especial da presidência do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). De acordo com informações do seu currículo, o militar é tenente-brigadeiro e já ocupou o posto de chefe do Estado-Maior da Aeronáutica (FAB).

O nome de Vieira é o quarto anunciado para ocupar o cargo nesses três primeiros meses de governo. Antes dele, a evangélica Iolene Lima foi convidada pelo Ministro da Educação Ricardo Veléz Rodríguez pelas redes sociais, mas seu nome nunca foi publicado no Diário Oficial. Ela ficou uma semana e, também pelo Twitter, informou que não ficaria na pasta.

Antes dela, Luiz Antônio Tozi ocupou o posto até o dia 12 de março, quando foi demitido após uma "reestruturação" no MEC promovida pelo ministro Vélez Rodríguez. No lugar de Tozi, foi anunciado o nome de Rubens Barreto da Silva e depois de Iolene Lima, mas os nomes não foram publicados no Diário Oficial.

Polêmicas

Está programada uma conversa entre o ministro Ricardo Veléz Rodríguez e o presidente Jair Bolsonaro para resolver questões envolvendo o MEC. A pasta enfrenta uma série de

polêmicas e demissões.

Nesta semana, o Inep (Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) anunciou que não teria avaliação da alfabetização de crianças de 7 anos no Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica). A notícia gerou polêmica e a pasta voltou atrás na decisão. O presidente do Inep, Marcus Vinicius Rodrigues, foi demitido por Veléz Rodríguez.

General do Exército deve ser o novo presidente do Inep

Na quarta-feira, o ministro foi sabatinado por deputados na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara. Alguns deputados chegaram a pedir a renúncia do ministro. Depois do seu desempenho considerado ruim pelo próprio governo, o presidente Jair Bolsonaro admitiu problemas no ministério e afirmou que teria agendado uma conversa com Veléz Rodríguez.

A demissão do ministro da educação chegou a ser anunciada na imprensa, mas Bolsonaro negou.

Outra polêmica envolvendo o MEC está ligada ao comunicado enviado para escolas no qual obrigava a instituição a filmar os estudantes cantando o hino nacional e ainda trazia o slogan de campanha do presidente. Após repercussão negativa, o ministério voltou atrás.

Em três meses, o MEC já soma 10 demissões no alto escalão.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

"Bolsonaro precisa entender como funciona o governo"

Em entrevista, cientista político aponta despreparo do Executivo e desconhecimento do que é o papel de um presidente ao adotar postura de travar luta com Congresso e associar negociação com parlamentares à corrupção. A troca de farpas quase diária entre os presidentes da República, Jair Bolsonaro, e da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, dominou o noticiário ao longo das últimas duas semanas. Os desentendimentos já repercutem na economia, com investidores apreensivos em relação à possibilidade de aprovar a reforma da Previdência. A sustentação do governo no longo prazo também passou a ser alvo de questionamentos.

Em entrevista à DW Brasil, o cientista político Fernando Limongi, doutor pela Universidade de Chicago e professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EESP-FGV), não poupa críticas à incapacidade do presidente e seus ministros em estabelecer um diálogo efetivo com o Legislativo.

"O problema é que Bolsonaro não sabe como, porque nunca participou de um processo deliberativo. Ele era um deputado medíocre, do baixíssimo clero, que não tinha o menor interesse pela produção de políticas públicas. Tudo o que ele fazia era movimentar as redes sociais. Como vai governar assim?", indaga.

DW: O presidente Jair Bolsonaro e seu grupo político costumam abordar a articulação com o Congresso de forma negativa, associando à corrupção. Como o senhor vê essa postura?

Fernando Limongi: Vejo como um completo equívoco, uma bobagem. Pode ser que, no passado, essas relações tenham sido da forma que o Bolsonaro está dizendo, mas não necessariamente são assim. Cabe ao Executivo dizer em que termos quer negociar. Ninguém elege um ditador. O governo manda um projeto para o Congresso e diz que eles têm que votar por patriotismo, ou porque é "o certo". Mas quem vai ganhar se a reforma da Previdência passar e trazer à sociedade todos os benefícios que o Guedes acredita que virão? Todo o lucro político vai para o Bolsonaro. O que ganham os deputados? Zero. O que ele quer fazer é a mais velha política possível, não querendo dividir com ninguém. Se não haverá reciprocidade mínima, por que os parlamentares vão assumir o custo de ajudá-lo?

O desgaste provocado pela Lava Jato não deixa o Executivo de mãos atadas, uma vez que a própria população vê as negociações dessa forma?

É o contrário. Nunca o Executivo esteve em melhores condições para ditar os termos da negociação com o Congresso. Se ele acha que deve ser na base da nova política, não tem que dizer que "a bola está com o Congresso", e sim estabelecer qual jogo vai ser jogado a partir de hoje. O problema é que o Bolsonaro não sabe como, porque nunca participou de um processo deliberativo. Ele era um deputado medíocre, do baixíssimo clero, que não tinha o menor interesse pela produção de políticas públicas. Tudo o que ele fazia era movimentar as redes sociais. Como vai governar assim? Não precisa ser com corrupção.

É claro que ela estava presente em governos anteriores, mas, se corrupção fosse resultado da dificuldade de montar coalizão, por que o PSDB manteve esquemas no Paraná e em Minas Gerais? Até onde se sabe, nenhum outro partido praticou desvios da Dersa em São Paulo além do PSDB. Eles não estavam em busca de governabilidade. O PT era o partido do governo, também não precisaria ter se corrompido. Não tem nada a ver. O que estava alimentando a corrupção era dinheiro para campanha. O TSE não estava fiscalizando, e eles foram fazendo acordo com as empreiteiras, com quem prestava serviço aos governos. Fazer a máquina pública funcionar é complicado. Mas o governo fiscaliza e impede, se quiser. Agora, se você põe gente que não entende nada do riscado e só pensa em ideologia, que não entendem nada de política pública, caso do MEC, vira uma bagunça.

Qual é a importância do processo de negociações entre Executivo e Legislativo para o funcionamento institucional da democracia?

Em qualquer lugar do mundo, inclusive no modelo parlamentarista, o sistema democrático sempre tem diversas fases. É preciso passar pelo crivo do público. O trâmite de qualquer proposta do Executivo no Congresso serve para expor essa ideia à crítica e abrir a possibilidade de incorporar informações e correções. Na visão do senso comum, há uma presunção de que qualquer transformação sugerida pelo Legislativo tem vistas a piorar o projeto visando aos seus próprios interesses ou à corrupção. Não é necessário que assim seja, e não é assim na maior parte das vezes. O Executivo não sabe de tudo, e o Congresso, incluindo seus partidários, opera de modo a informar o presidente sobre o que está acontecendo, quem está sendo afetado ou ganhando, e corrigir a proposta. Se o Executivo entende que não deve fazer concessões, não faça, mas é humanamente impossível que o governo seja onisciente, saiba tudo e seja capaz

de fazer propostas perfeitas, que não precisem passar pelo crivo do público. O Congresso é o espaço onde todas essas questões são discutidas, quando argumentos a favor e contrários vão entrar em jogo.

Obviamente, se a parte mais interessada no projeto não organizar o Legislativo, que é composto por 513 pessoas de tantos partidos, isso não acontecerá espontaneamente. No caso da reforma da Previdência, o interesse é do Executivo. Essa história de passar a bola, como o presidente falou, revela uma completa incapacidade de pensar o sistema político como ele funciona. Este é o nosso grande problema atualmente, e não a questão da corrupção. Quem está à frente do Executivo não tem a menor compreensão do processo político, do mais básico sobre o que seja fazer políticas públicas. É gente inexperiente. E não falo só do Bolsonaro, mas também o Guedes, o Moro, que querem impor a sua vontade. Eles acham que mandam o projeto definem que é preciso aprovar o que foi enviado. Não é assim que funciona na França, nos EUA, e nem era assim na ditadura militar aqui. É muito primária essa discussão. Este é um governo de pessoas despreparadas, incapazes de gerir o Estado. A marca maior é o Ministério da Educação, que está uma bagunça. A situação é bastante complicada, porque ninguém consegue ver qualquer perspectiva positiva diante dessa fragilidade das lideranças que estão à frente do Executivo.

Outros presidentes que adotaram uma postura de enfrentamento ao Congresso acabaram caindo, como Jânio, Collor e Dilma. Pelo que o senhor descreve, é factível falar em risco de impeachment a esta altura?

Não tem essa proposta na mesa e essa alternativa não é considerada. Tem mitos sobre os motivos que levaram às quedas de Collor e Dilma. Não é tão simples assim. Para que o Congresso ou qualquer maioria venha a considerar o impeachment, precisa ter o governo alternativo para pôr no lugar. Isso significa que é preciso formar uma coalizão capaz de trocar a que está no poder hoje. Nada está se formando no momento, não há polos de atração capazes de fazer isso. O desastre eleitoral que foi 2018 para o PT e PSDB retirou essa possibilidade. Sob esse ponto de vista, o cenário é mais delicado que nos períodos anteriores às quedas de Collor e Dilma. Você está diante de uma terra arrasada produzida pela eleição do ano passado, que não deixa alternativa viável a esse governo.

O ponto é que o presidente precisa entender como funciona o governo para poder governar. Ele está eleito e tem que dar conta do recado, mostrar que é capaz de aprender, mas está indicando o contrário, assim como Guedes, Moro e Véliz, entre outros. Nas pastas em que os políticos são um pouquinho mais experientes, como Agricultura e Saúde, cujos ministros não mexeram tão fortemente na estrutura, não há todo esse problema.

Como o senhor vê a troca de farpas entre Bolsonaro e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia?

É um despreparo do presidente para se comportar como homem público, e isso também vale para o Rodrigo Maia. Essas briguinhas são coisa de criança. Quem é político tem que ter casca dura, ser como um crocodilo, que não se afeta por essas provocações. Se o Bolsonaro quer fazer essa bobagem toda, o papel do Maia é desconsiderar. Ou, pelo menos, reagir de forma civilizada e pelos meios realmente efetivos. É certo que a

campanha desfechada pelo Bolsonaro e sua turma contra o Maia nas semanas anteriores, via redes sociais, é inaceitável. Ele tinha que reagir, mas para mostrar que é superior, e não descer ao mesmo nível. Agora, o fato é que o Maia não é nenhum grande estadista. Teve uma ascensão meteórica por causa desse vazio produzido pela Lava Jato como pelas eleições.

Ele está usando a situação para valorizar seu capital político?

Se ele quer fazer isso, tem que se comportar como um ator político relevante, mais maduro. A reação dele na última quarta-feira não foi nesse sentido. Antes, ele estava chamando para si a responsabilidade. Foi ele que convocou um almoço com os presidentes do STF e do Senado. Não deveria ser ele a fazer isso, mas o presidente. No fim das contas, quem desarmou a reunião foi o Bolsonaro. Para uma pessoa minimamente consciente do seu papel e de como funciona o sistema, é desesperador estar diante de um cara tão imprevisível e irresponsável. Com essa postura de associar negociação à velha política, o governo ficou sem saída. Se negociar com o Congresso, vai expressar que capitulou. E o Congresso, de fato, o colocou contra a parede com a edição dessa PEC, outro fato inusitado, que mostra o grau de desespero dos parlamentares, na expectativa de que o Executivo tome alguma iniciativa. Só o que eles conseguem fazer é essa molecagem, que não tem consequência alguma, pois tem que passar pelo Senado.

A "nova política" é conciliável com a governabilidade?

O Bolsonaro não foi eleito com o discurso de nova política, isso é uma invenção. Ele adotou esse discurso depois de ser eleito. Antes da eleição, quando cresceu como figura pública, nunca tocou nisso. Ele sempre falou em combater o PT e implementar uma agenda ideológica antiprogressista, já que para ele o FHC é tão de esquerda quanto o Lula, mas nunca adotou esse tom. Pelo contrário: foi pego na mais velhíssima política possível, mantendo servidor fantasma, fora o que se revelou sobre o Flávio Bolsonaro e a apropriação pelo PSL do fundo eleitoral. Se há uma coisa que o Bolsonaro pratica é a velhíssima política. De uma forma absolutamente oportunista, ele abraçou essa ideia, o que é mais uma prova de sua total incapacidade.

Acho importante ressaltar que toda essa bagunça com relação ao Congresso e a Previdência, assim como a comemoração do golpe militar, tirou dos holofotes a pauta da Marielle e do possível envolvimento do filho dele com as milícias. Não posso garantir que é premeditado, mas é fato que o olhar da opinião pública foi desviado. Ele está brigando com o Maia, mas usa a estratégia do seu pai, César Maia, que criou o termo "factoide". O Bolsonaro cria um por dia. São problemas que, depois, ele não consegue resolver.

O ministro Moro não está falando para ninguém, mas vem tendo que engolir um sapo atrás do outro. Ele está quieto sobre a questão do tráfico de armas, porque, afinal, foram encontrados 117 fuzis desmontados que, segundo a polícia, pertencem ao suspeito da morte da Marielle que mora no condomínio em que reside o presidente da República. Obviamente, isso não quer dizer que o Bolsonaro tenha relação com isso, mas está no núcleo do poder, convivendo com uma corrupção que é infinitamente mais preocupante e problemática do que a dos políticos. O Moro só fala nesse tipo de desvio. E o contrabando? Ele está tendo que fingir que desconhece isso, e fica com essa insistência

no projeto anticrime.

Enviar esse projeto tão delicado ao Congresso junto com a reforma da Previdência foi uma provocação do governo?

Não. O governo foi desgovernado, como tem sido. É uma iniciativa do Moro que nunca foi encampada pelo presidente ou seus auxiliares, tampouco foi acompanhada por qualquer tentativa de organização de uma base de apoio a essa proposta por parte do governo. Os relatos a que temos acesso dão conta de que o Moro pressiona o Maia para votar o projeto imediatamente. Um projeto dessa envergadura, com essas consequências, não se vota do dia para a noite. Tem que ser discutido. Como eu disse, o Congresso tem que fazer o papel dele. Na verdade, o projeto já foi enviado antes e rejeitado. É o mesmo que foi relatado pelo Onyx Lorenzoni quando deputado, época em que houve a aproximação entre o grupo do Bolsonaro e a Lava Jato, que é oportunista. Mandar o texto de novo, sem qualquer adição ou discussão, é infantil.

Além disso, é de um cinismo absurdo. Tudo o que ele faz é aumentar penas e chances de prender pessoas, como se, dessa forma, você acabasse com a corrupção. O diagnóstico dele é que as pessoas se corrompem porque acham que não serão presas. Não é assim. Isso acontece porque tem um mercado de venda de serviços públicos, nas concorrências, muito organizado. Tanto é assim que o Temer continuou a fazer com o Lula já preso. Está mais que comprovado que não é por esse caminho que se combate a corrupção. Além disso, é o tipo de ação que vem depois do leite derramado, prendendo quem praticou atos ilícitos. O sistema continua a funcionar.